UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA

Darlise Gonçalves de Gonçalves

ACOLHEI AOS PERSEGUIDOS! REDES DE MOBILIDADE QUE SALVAGUARDAVAM VIDAS NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O URUGUAI (1964-1975)

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em História.
Orientadora: Alessandra Gasparotto
Coorientadora: Ana María Sosa González

Pelotas
2022

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

G635a Gonçalves, Darlise Gonçalves de

Acolhei aos perseguidos! Redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira entre o Brasil e o Uruguai (1964-1975) / Darlise Gonçalves de Gonçalves ; Alessandra Gasparotto, orientadora ; Ana María Sosa Gonzáles, coorientadora. — Pelotas, 2022.

254 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Ditaduras de segurança nacional. 2. Fronteira. 3. Redes de mobilidade. 4. Travessia. 5. Jaguarão/RS. I. Gasparotto, Alessandra, orient. II. Gonzáles, Ana María Sosa, coorient. III. Título.

CDD : 341.26

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Autora: Darlise Gonçalves de Gonçalves

Título: ACOLHEI AOS PERSEGUIDOS! REDES DE MOBILIDADE QUE SALVAGUARDAVAM VIDAS NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O URUGUAI (1964-1975)

Dissertação aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 27 de maio de 2022

Banca examinadora:

Prof. Dra. .Alessandra Gasparotto (Orientadora)

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dra. Ana María Sosa González (Coorientadora)

Doutora em História pela Pontificia Universidade Católica de Rio Grande Do Sul

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Doutor em História pela Universidade Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Carlos Artur Gallo

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Soledad Lastra

Doutora em Historia pela Universidad Nacional de La Plata (FAHCE, UNLP)

Dedico a todas as vítimas das diversas faces do Terrorismo de Estado, em memória dos que sucumbiram e aos que sobreviveram para contar essa história.

Em memória de José Francisco Gomes Mendes (El Chofer del Diablo) e do professor Enrique Serra Padrós, personagens que a seu modo fazem parte dessa história.

Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça!

AGRADECIMENTOS

Primeiramente aos meus grandes afetos Pai e Mãe vocês que sempre me incentivaram e demonstraram o valor que a educação tem, e que através dela eu poderia chegar onde eu quisesse, poderia ser quem eu quisesse! Obrigada por trilharem ao meu lado essa estrada, por compreenderem minhas ausências, "loucuras" e a carga que essa jornada tem demandado. Sem o apoio emocional e suporte de vocês eu não estaria aqui.

As minhas amigas, e irmãs, de uma vida Lally e Fê obrigada pelos sorrisos, abraços virtuais, lagrimas enxugadas, pela infinita paciência em me ouvir durante essa jornada. Também devo mencionar e agradecer as muitas visitas que a Fê realizou ao Arquivo Público do Rio Grande do Sul em busca dos processos da Comissão Especial de Indenização, sem o apoio logístico prestado por ela o capítulo dois desse estudo não teria saído. Também preciso deixar registrado meus agradecimentos a Luciana Peixoto, arqueóloga que esteve a frente do Projeto de Salvamento Arqueológico Para a Enfermaria Militar, pelo envio do material oral coletado com os moradores do entorno da Enfermaria Militar, o que nos possibilitou apurar alguns aspectos referentes a prisão política que lá funcionou. E, também, devo externar minha gratidão à colega Marla Barbosa Assunpção que gentilmente compartilhou a documentação referente à Missão Especial do Itamaraty as fronteiras em 1964. Material de fundamental importância para a construção de nosso capítulo referente à atuação dos cônsules na fronteira. Assim como, a minha grande amiga Silvia Cardoso, gerente da Rede Meridional de Comunicação em Jaguarão, que foi responsável por coletar material referente à imprensa da época junto a seus colaboradores, material esse que gentilmente nos foi cedido.

Jô, que foi minha parceira de "surtos" e conversas acadêmicas, em um mundo pandêmico como foram importantes esses momentos separadas pela mureta da tua casa. Kim, minha "cumadi", obrigada por todo compartilhamento de fotos, vídeos e áudios pelos quais eu pude acompanhar o desenvolvimento da nossa Aurora, teu gesto trouxe luz aos meus dias de isolamento. Teuzo, meu parceiro de pedaladas, como fizeram a diferença esses nossos momentos, obrigada por todas as vezes que tu me tiraste da toca para respirar ar puro e tomar um pouco de vitamina D. Alice e Edia, minhas "filhas", vocês dispensam comentários porque são os motivos das minhas "gaitadas" e dores de cabeça. A minha amada amiga Lidia (Erre Jota), que tão cedo nos deixou, obrigada por todos os momentos partilhados, te ter ao meu lado fez a vida ser mais leve e, ao mesmo tempo, me fez perceber porque os furacões tem nome de mulher, te amo infinitamente!

Devo agradecer imensamente ao Rafa que foi um dos principais incentivadores para que eu prestasse a prova de mestrado, ao Lu e a Aline que gentilmente me receberam todas as vezes que precisei estar em Pelotas durante essa jornada e, também, a Katy que gentilmente me “levou para passear” assim que a pandemia permitiu que se viajasse para o Uruguai, as mini férias foram fundamentais para a conclusão do processo de escrita da dissertação.

Minhas estimadas, pacientes e afetuosas orientadoras. Alessandra e Ana, obrigada pela forma que estão trilhando esse caminho ao meu lado de maneira prática, objetiva e extremamente humana, lhes sou grata pela honestidade com que tratam comigo e pela paciência em me ouvir falar (e também sofrer de véspera) bastante (risos). Também gostaria de estender esses agradecimentos ao amigo e professor Lauro Borges, de quem nunca esquecerei as aulas de relações humanas do ensino médio, obrigada por ter despertado em mim o gosto pela História e a consciência da grande importância de pesquisas que desvelem os subterrâneos de passagens traumáticas de nossa história recente, a luta continua! Os professores do Curso de Licenciatura em História - UNIPAMPA que de várias maneiras me ajudaram a chegar até aqui, em especial, ao professor Guinter, que orientou o princípio dessa pesquisa na graduação, e ao professor Caiuá por todas as ideias trocadas, fontes e leituras indicadas. Ao professor Enrique Padrós, sempre paciente e atencioso com essa iniciante pesquisadora, obrigada pelas dicas de leituras e ideias trocas durante essa caminhada, pelo afeto nos encontros e discursos enérgicos e inspiradores, teus ensinamentos seguem vivos em nós.

Por fim, algumas das personagens dessa história foram de fundamental importância para que essa pesquisa ganhasse corpo, lhes agradeço imensamente o aprendizado humano que me proporcionaram, ao Sr. Claudio, Sr. Alceu, Sr. Antonio, Sr. 057, Padre Caponi e demais colaboradores. Ouvi-los foi uma das experiências mais ricas que vivi nos últimos anos, obrigado por confiarem e acreditarem nesta pesquisa.

E aqueles que trilharam essa estrada ao meu lado, mas que por ventura não estejam nominalmente citados, sintam um afetuoso abraço e recebam os meus mais sinceros agradecimentos!

Registro aqui meus agradecimentos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) responsável pelo financiamento desse estudo.

Desmemoria...
“O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe tapete que possa ocultar a sujeira da memória”.

Eduardo Galeano

“E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome”
LIBERDADE!

Carlos Marighella

“Para que no se olvide. Para que se vea desde muy lejos. Para que dé fuerzas. Para que alerte. Para que señale caminos...”

Mauricio Rosencof; Eleuterio F. Huidobro

RESUMO

Este estudo busca refletir sobre o papel ocupado pela fronteiriça cidade de Jaguarão - RS dentro da agenda de resistência à última ditadura brasileira. Com base no mapeamento, realizado a partir de relatos orais, memorialísticos, imprensa local e documentação produzida pelos agentes da repressão buscamos apontar a configuração e o *modus* de atuação das redes de mobilidade locais, responsáveis por desenvolverem a atividade de Travessia dos perseguidos políticos na referida fronteira. Formados pelos mais diferentes atores sociais esses grupos estavam vinculados a uma ampla rede de resistência, solidariedade e enfrentamento a ditadura, sendo vitais para salvaguardar vidas daqueles que sofriam perseguição política em um cenário onde as Travessias estavam muito além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas, demandando um complexo planejamento para driblar a fiscalização existente nesses espaços. Esse estudo busca também apontar quais aspectos da vida cotidiana dessa cidade e particularidades de um território populacionalmente pequeno e fronteiriço afetavam direta ou indiretamente a referida atividade. Por fim, salientamos que embora na literatura pertinente ao período o estado do Rio Grande do Sul seja apresentado enquanto um espaço de trânsito, tanto de: setores repressivos quanto de grupos de oposição à ditadura, ao serem mencionadas essas Travessias pouco ou nada se fala nestas enquanto atividades altamente complexas, e menos ainda é pontuado o protagonismo dos agentes que viabilizavam esse processo, suas conexões e investimentos para o desenlace dessa atividade. Tendo em vista o seu teor clandestino, faz com que a História Oral seja a metodologia mais indicada para que essas narrativas de solidariedade e resistência sejam acessadas, uma vez que as mesmas não se encontram dentre aquelas que constituem a memória oficial da cidade, circulando enquanto “memórias clandestinas”, compartilhadas apenas entre pequenos grupos ligados de algum modo aos indivíduos que vivenciaram direta ou indiretamente esses processos.

Palavras-chave: Ditaduras de Segurança Nacional; Fronteira; Redes de Mobilidade; Travessia; Jaguarão-RS.

RESUMEN

Este estudio busca reflexionar sobre el papel ocupado por la ciudad fronteriza de Jaguarão - RS dentro de la agenda de resistencia a la última dictadura brasileña. Sobre la base del mapeo, realizado a partir de informes orales, memorialistas, prensa local y documentación producida por los agentes de represión, se buscó señalar la configuración y el modus de acción de las redes locales de movilidad responsables de desarrollar la actividad de Cruzar en esa frontera a las perseguidos personas por motivaciones políticas. Formados por los más diferentes actores sociales, estos grupos estaban vinculados a una amplia red de resistencia, solidaridad y confrontación con la dictadura en un escenario donde los Cruces estaban mucho más allá de un simple cruce de fronteras geopolíticas, exigiendo una compleja planificación para eludir la vigilancia existente en estos espacios. Este estudio también busca señalar qué aspectos de la vida cotidiana de esta ciudad y las particularidades de un territorio pequeño y fronterizo afectaban directa o indirectamente a esta actividad. Por último, se destaca que aunque en la literatura pertinente al periodo la provincia de Río Grande do Sul se presenta como un espacio de tránsito, tanto de sectores represivos como de grupos de oposición a la dictadura, cuando se mencionan estos Cruces poco o nada se habla en estos como actividades altamente complejas, y aún menos se menciona el protagonismo de los agentes que permiten este proceso, sus conexiones e inversiones para el resultado de esta actividad. Que dado su contenido clandestino, hace de la Historia Oral la metodología más indicada para estas narrativas de solidaridad y resistencia a las que hay que acceder, ya que no se encuentran entre las que constituyen la memoria oficial de la ciudad, circulando como recuerdos clandestinos, compartidos sólo entre pequeños grupos vinculados de alguna manera a individuos que han experimentado estos procesos directa o indirectamente.

Palabras clave: Dictaduras de Seguridad Nacional; Frontera; Redes de Movilidad; Cruce; Jaguarão-RS.

ABSTRACT

This study seeks to reflect on the role occupied by the border city of Jaguarão - RS within the agenda of resistance to the last Brazilian dictatorship. Based on the mapping, carried out from oral, memorialistic reports, local press and documentation produced by the agents of repression, we sought to point out the configuration and modus of action of the local mobility networks, responsible for developing the activity of Crossing the political persecuted in the said border. Formed by the most different social actors these groups were linked to a wide network of resistance, solidarity and confrontation with the dictatorship, being vital to safeguard the lives of those who suffered political persecution in a scenario where the Crossings were far beyond a simple crossing of geopolitical borders, demanding a complex planning to circumvent the existing supervision in these spaces. This study also seeks to point out which aspects of the daily life of this city and particularities of a small and bordering population territory directly or indirectly affected this activity. Finally, it is emphasized that although in the literature pertinent to the period the state of Rio Grande do Sul is presented as a transit space, both of: repressive sectors and groups of opposition to the dictatorship, when these crossings are mentioned little or nothing is spoken of in these as highly complex activities, and even less is mentioned the protagonist of the agents that made this process feasible, their connections and investments for the outcome of this activity. In view of its clandestine content, it makes Oral History the most appropriate methodology for these narratives of solidarity and resistance to be accessed, since they are not among those that constitute the official memory of the city, circulating as clandestine memories, shared only among small groups linked in some way to individuals who have experienced these processes directly or indirectly.

Keywords: National Security Dictatorships; Border; Mobility Networks; Crossing, Jaguarão-RS.

LISTA DE SIGLAS

13º RC – 13º Regimento de Cavalaria

AI-5 – Ato Institucional nº5

ALN – Ação Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APMLdoB – Ação Popular Marxista Leninista do Brasil

BNM – Brasil Nunca Mais

CIA – Central Intelligence Agency

CIEx – Centro de Informações do Exterior

CNV – Comissão Nacional da Verdade

CEV – Comissão Estadual da Verdade (Rio Grande do Sul)

DOPS – Departamento de Ordem e Política Social

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG – Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FARP – Forças Armadas Revolucionárias (Pelotas)

FDJ – Frente Democrática Jaguarense

IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IHGJ – Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

JAC – Juventude Agrária Católica

JEC – Juventude Estudantil Católica

JIC – Juventude Independente Católica

JOC – Juventude Operária Católica

JUC – Juventude Universitária Católica

MNR – Movimento Nacional Revolucionário

MORENA – Movimento Revolucionário Nacionalista

MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MRMN – Movimento de Resistência Militar Nacionalista

RAN – Resistência Armada Nacionalista

ROU – República Oriental do Uruguai

RS – Rio Grande do Sul

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

PC – Partido Comunista

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCU – Partido Comunista Uruguaio

PL – Partido Libertador

POLOP – Política Operária

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

TDE – Terrorismo de Estado

UDN – União Democrática Nacional

UGES – União Gaúcha de Estudantes Secundaristas

UJES – União Jaguarense de Estudantes Secundários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 14

CAPÍTULO 1: OS SUBTERRÂNEOS DE UM ESTADO SEM PASSADO, DA (DES)MEMÓRIA A HISTÓRIA QUE O POVO CONTA 34
1.1. No Tempo Presente as memórias de um passado não tão ausente 40
1.2 Memórias "clandestinas" que ecoam nos silêncios da fronteira 53

CAPÍTULO 2: "EL RÍO QUE NOS UNE, LA PONTE QUE NOS SEPARA": ANTECEDENTES, PRECEDENTES E COTIDIANIDADES DO VIVER EM FRONTEIRA..... 69
2.1. Antecedentes: Na "fronteira do vai e vem" a gênesis da solidariedade entre paisanos 70
2.2. Os anos da "Revolução" na "pacata" Jaguarão: Do Golpe de 1964 à Lei de Segurança Nacional de 1968..... 80
2.2.1 N'A Folha as cotidianidades do viver em fronteira..... 106

CAPÍTULO 3 "LOS HERMANOS SEAN UNIDOS PORQUE ÉSA ES LA LEY PRIMERA": DAS IDAS E VINDAS PELA FRONTERA SURGE A SOLIDARIEDADE E A RESISTÊNCIA ENTRE PAISANOS..... 123
3.1. "Nós, os do sul. Nós, os de abajo. Nosotros, los hermanos deste Cone Sul": O Rio Grande do Sul na rota dos Passageiros da Liberdade 132
3.2. Jaguarão na rota dos passageiros da Liberdade e na mira dos agentes da repressã.. 141
3.3. O "seu Brizola" precisa de gente de confiança na Fronteira: Jaguarão na rota dos homens de confiança do Último Caudilho do Rio Grande..... 155
3.3.1. "Desejo manifestar a Vossa senhoria que estarei sempre a vosso dispor para todo e qualquer assunto": A atuação dos cônsules da fronteira na rede de Leonel Brizola..... 176
3.3.2. "Agora ninguém nos pega mais, doutor Brizola": a Travessia de Brizola por Jaguarão..... 198
3.4. Acolher aos perseguidos é um dever pastoral por esses pagos! O apoio da Igreja Católica aos *passageiros da liberdade*..... 204
3.4.1 Da cruz à Operação Fronteira: a curta trajetória da Célula Pelotas da Ação Popular 218

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 234

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 243

INTRODUÇÃO

Esse estudo contempla o período de 1964 a 1975, anos em que o Brasil viveu sob um regime ditatorial civil-militar de segurança nacional[1], com um enfoque na fronteira do estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente entre Jaguarão no lado brasileiro e Rio Branco no lado uruguaio. A partir desse recorte espaço temporal, abordaremos as redes de mobilidade locais, compreendidas enquanto pequenos grupos que, ao se articularem a partir de uma rede de solidariedade maior, teceram contatos regionais, estaduais, nacionais e internacionais.

Através dessas trocas, essas pequenas cidades do interior se integraram a uma agenda de resistência, sendo de vital importância para o esquema de saída para o exílio de alguns quadros da militância contrária ao regime de 1964, como também para a troca de informações entre setores da resistência situados no país vizinho, Uruguai, possibilitando a rearticulação entre estes.

Nesse sentido, essa fronteira, formada por cidades interioranas e populacionalmente pequenas, teve uma atuação no processo de oposição à ditadura, e protagonizou a passagem de várias pessoas que deviam fugir da persecução política de ambos os países, uma vez que, após a chegada de Pacheco Areco à presidência do Uruguai teve início a escalada autoritária naquele país. Assim, em fins de 1960 essas redes também propiciavam a inserção no Brasil de militantes desse país perseguidos pelo Pachecato e posteriormente pela ditadura que se seguiu ao Golpe de 1973.

Ao longo da pesquisa podemos observar que essas redes não dispunham de elementos de união entre si, sejam eles humanos ou materiais, nesse sentido acreditamos ser oportuno caracteriza-las enquanto duas gerações distintas. A primeira delas atuou do pós-golpe até meados de 1967 e esteve diretamente ligada a setores do trabalhismo[2] e à figura

[1] A discussão a respeito da nomenclatura atribuída ao regime é algo não consensual em nossa historiografia e varia de acordo com a perspectiva analítica adotada. Em nossa leitura, civil-militar destaca o caráter do regime, demarcando quem deu o Golpe e governou o país autoritariamente. Já o segundo "de segurança nacional" destaca o amálgama ideológico das ditaduras que aproxima as experiências na região. Assim, são complementares. Entretanto, no intuito de facilitar a narrativa nesse estudo vamos a partir de então optar pelo emprego do segundo, uma vez que, dialoga mais intimamente com nosso objeto.

[2] Expressão política partidária associada aos setores operários do Brasil, com maior expressividade desde a década de 1930. Em 1945 foi criado o Partido Trabalhista Brasileiro, sendo Getúlio Vargas um de seus principais expoentes. Na década de 1960, alguns de seus maiores nomes foram João Goulart e Leonel Brizola. Para mais informações recomendamos a leitura da obra de Angela Maria De Castro Gomes "A invenção do trabalhismo", e a respeito da atuação do PTB no Rio Grande do Sul recomendamos o livro "O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)", organizado pelas pesquisadoras Carla Brandalise e Marluza Marques Harres.

de Leonel Brizola. Já a segunda, articulada ao redor da figura de um padre[3] serviu de refúgio para militantes de diferentes orientações ideológicas e siglas políticas, atuando até início dos anos 1970. O que justifica a adoção do recorte temporal do presente estudo.

Sendo o caso brasileiro uma das primeiras experiências ditatoriais nesse período na região, podemos considerá-lo enquanto uma espécie de laboratório de técnicas repressivas que posteriormente seriam expandidas para outros países, que, nesse sentido, ao aplicar as diretrizes da Doutrina de Segurança Nacional (DSN)[4] plantou as primeiras sementes do Terrorismo de Estado (TDE)[5] como forma de dominação política e controle social. Para Padrós, os debates acerca das práticas repressivas pautadas pelo TDE no Cone Sul precisam levar em conta o papel regional que este desempenhou, deixando de lado explicações generalistas que minimizam seu caráter nefasto e suas sequelas na sociedade atual. De acordo com este autor "não se pode ignorar o fato de que o Brasil apoiou e colaborou com a instalação de ditaduras que promoveram o TDE no interior de seus respectivos países e contra o conjunto de suas populações, nas modalidades específicas de cada caso nacional" (PADRÓS, 2014, p.33), devendo este ser analisado em suas particularidades locais.

Se tratando do Brasil, após a decretação do Ato Institucional n° 5 (AI-5), "a ditadura brasileira qualificou seu apoio repressivo aos países do Cone Sul e reconfigurou sua política regional" (FERNANDES, 2014, p.92). No que diz respeito às relações entre Brasil e Uruguai, a preocupação brasileira não se voltava apenas para o monitoramento e controle de seus exilados em solo vizinho, os inimigos internos[6] do Pachecato eram agora também seus inimigos. Uma das justificativas para isso era o temor por suas fronteiras caso a radicalização política do final dos anos 1960 vivenciada no Uruguai saísse de controle.

[3] Veremos no decorrer da narrativa a presença de dois padres. O primeiro, Padre Caponi, foi um dos baluartes locais da resistência, a sua pessoa por vezes nos referiremos apenas como "Padre". Já o segundo religioso se colocou ao lado da ditadura, e em todas as vezes que fizermos referência a sua pessoa será como "Padre F*" ou "F*". O encobrimento parcial de sua identidade se deve ao fato de que mesmo sendo procurado para essa pesquisa os contatos com o mesmo não foram formalizados, e não passam de notas no caderno de campo da autora.

[4] Concebida pelos Estados Unidos da América e difundida pelo mundo, a DSN tinha como objetivo máximo a contenção da ameaça comunista, sendo que, em sua concepção teórica, o conceito de comunismo era extremamente flexível, aplicável a todo e qualquer movimento que ferisse os interesses norte americanos (FERNANDES, 2009, p.34). O órgão responsável por sua assimilação e adaptação para o Brasil foi a Escola Superior de Guerra (ESG), passando a formar não só militares de alta patente como também civis. Segundo a historiadora Maria Helena Moreira Alves a ESG "influenciou os currículos de outras escolas militares brasileiras [...] na Escola de Comando do Estado Maior [...], em 1961, os cursos sobre segurança nacional já haviam se tornado mais influentes" (1989, p.34).

[5] Práticas sistêmicas de repressão praticadas pelo estado ditatorial, como prisões ilegais, falta de informação a respeito do paradeiro dos detidos, censura à imprensa, tortura, sequestro, dentre outras, gerando na população uma cultura do medo que causa o imobilismo das práticas individuais e coletivas de oposição ao regime, gerando uma apatia social diante das violências cometidas por esse mesmo estado ditatorial. Para um melhor entendimento do conceito sugerimos a leitura da tese de doutorado do pesquisador Enrique Serra Padrós (2005).

[6] Conceito que será melhor trabalhado ao longo do texto.

Nesse cenário, o Rio Grande do Sul, único estado a fazer fronteira com o Uruguai, passaria a ser considerado zona de extrema importância à segurança nacional brasileira.

O estado gaúcho é reconhecido e apresentado pela literatura especializada[7] como um espaço de trânsito[8], tanto de agentes repressivos como de setores ligados à resistência que buscavam no país vizinho segurança ou a rearticulação de suas lutas durante a ditadura de segurança nacional brasileira. Todavia, embora sejam apontadas as Travessias por essas fronteiras, pouco ou nada se fala nestas enquanto atividades altamente complexas, e menos ainda são pensadas as articulações tecidas entre os atores sociais e seus esforços despendidos para o êxito dessa atividade.

Diante disso, optamos por nesse estudo adotarmos a grafia do termo Travessia com sua inicial em maiúscula por se tratar de um conceito que está para além do simples ato de transpor fronteiras geográficas ou políticas dada à complexidade do planejamento que demandava essa atividade, visando então diferenciá-lo do termo travessia que se refere à ação de atravessar algo ou alguém de um ponto a outro. Desta forma, propomos evidenciar a complexidade da teia de relações que se forjam durante a atividade de passada que é motivada por questões políticas.

No campo da produção historiográfica brasileira, as transformações e ampliações dos enfoques de pesquisa ocorreram de forma mais sistemática no bojo da virada historiográfica ocorrida nas últimas décadas do século XX. Nesse contexto, ao se deslocarem os interesses das narrativas históricas das grandes estruturas para as redes singulares e as situações vividas, tem-se enquanto um de seus produtos a revalorização da experiência individual dos mais distintos atores sociais. E, a partir dessa mudança de perspectiva, abriram-se os caminhos para estudos sobre a memória e sua relação com a História –neste caso das ditaduras do Cone Sul americano- enquanto objeto e fonte de pesquisa, bem como, para se apostar na legitimidade de uma História do Tempo Presente (FERREIRA, 2018). Nesse sentido, em função dos objetivos deste estudo, adotamos uma metodologia híbrida que combina diferentes tipos de fontes desde documentais a História

[7] Um dos estudos pioneiros a respeito dessa temática é a coleção "A Ditadura De Segurança Nacional No Rio Grande Do Sul 1964-1985 – História e memória". Essa obra, dividida em quatro volumes, é organizada pelos pesquisadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez e Ananda Simões Fernandes. Obras: Vol. 1- Da campanha da legalidade ao Golpe de 1964; Vol. 2- Repressão e resistência nos "anos de chumbo"; Vol. 3- Conexão Repressiva e Operação Condor; Vol. 4- O fim da ditadura e o processo de redemocratização. Vida em Sociedade.

[8] Conforme veremos no decorrer desse estudo, as trocas e translados por essas fronteiras são uma das principais características da região desde os tempos de povoação desses territórios, tanto que, culturalmente, gaúchos se parecem muito mais com seus vizinhos platinos do que com o restante dos brasileiros. Integração essa que é um dos elementos basilares para o desenrolar de muitos episódios ocorridos nessas fronteiras durante a ditadura, conforme veremos a seguir.

Oral. Entretanto, devemos destacar a importância da metodologia a História Oral para o fazer histórico voltado para a História do Tempo Presente e suas relações com a memória, tomando estas enquanto os três pontos fundamentais a serem pensados, no caso analisado, em relação à construção de narrativas historiográficas referentes aos chamados passados sensíveis ou passados que não passam[9].

Pois, se tratando das Travessias, que neste contexto são entendidas como um processo migratório de caráter clandestino, narrativas a respeito das mesmas podem ser acessadas de maneira mais pormenorizada a partir dos relatos orais daqueles que as vivenciaram. Todavia, essas narrativas não se encontram dentre aquelas que constituem a memória oficial[10] destas cidades circulando em pequenos núcleos ligados de uma forma ou de outra a setores da esquerda local ou a indivíduos que vivenciaram direta ou indiretamente essas experiências.

Assim, diante desse cenário de "memórias clandestinas", para que pudéssemos minimamente descrever a configuração das redes de mobilidade atuantes nesta fronteira, quem são os atores sociais que as compõem e como estes se articularam, foi necessário reconstruirmos, através das narrativas dos diferentes atores daquele momento, as formas e estratégias de passagem, assim como, suas articulações para resistir ao regime nesse micro espaço.

Também é mister realizarmos um apontamento sobre alguns dos aspectos socioculturais da vida cotidiana dessas cidades, no intuito de inferirmos como essas particularidades afetaram direta ou indiretamente a referida atividade, para isso recorremos também à imprensa local intercruzando essas narrativas com as entrevistas contidas em Selbach e Brum (2017), bem como, com alguns livros memorialísticos a respeito da cidade (FRANCO e SOARES, 2010; SOARES, 2007).

Jaguarão pode ser definida enquanto uma pequena cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, na época com pouco mais de treze mil habitantes[11], situada na fronteira entre Brasil e Uruguai, país que até 1973 viveu um regime democrático. Por estar localizada

[9] Esses são compreendidos enquanto aqueles aspectos de nosso passado que ainda ecoam na sociedade atual e despertam posicionamentos heterogêneos e por vezes controversos.

[10] Ao nos referirmos a "memória oficial" da cidade estamos tratando principalmente das narrativas referentes ao passado local que circulam entre os moradores. Muitas dessas são difundidas através dos historiadores locais, não acadêmicos, vinculados principalmente ao Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão, sendo exemplos de suas publicações os muitos volumes dos "Cadernos Jaguarenses" que se dedicam principalmente ao passado charqueador de uma elite branca, masculina e detentora de terras na região.

[11] Este é um cálculo aproximado realizado a partir do cruzamento de diferentes entrevistas contidas em Selbach e Brum (2017), pois não foram encontrados dados oficiais a respeito. Atualmente a cidade possui pouco mais de vinte e seis mil habitantes, segundo estimativa a partir dos dados oficiais do IBGE. Mais informações em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/jaguarao.html.

em uma zona de fronteira, ou seja, sensível à segurança nacional a partir das diretrizes presentes na DSN, foi considerada pela Lei 5.449 área de interesse a segurança nacional desde o ano de 1968. Uma cidade extremamente militarizada e com uma fronteira de "fácil" acesso ao país vizinho através da Ponte Internacional Barão de Mauá. Ou seja, um município com um perfil sociocultural e espacial extremamente particular, o que interferiu diretamente na configuração da dialética Estado e Oposição, como vem sendo apontado em alguns trabalhos como Vieira (2014) (2018), Tavares (2016), Dourado (2017) e Gonçalves (2018).

Já sua vizinha Rio Branco, faz parte do departamento uruguaio de Cerro Largo, possuía uma dinâmica sócio cultural bastante semelhante à de Jaguarão, voltada sobretudo para a atividade pecuarista. Com uma população significativamente menor[12], Rio Branco havia sido promovida a categoria de cidade em 1915, sessenta anos após a elevação de sua vizinha brasileira, entretanto ainda mantinha ares e costumes de uma vila, levando uma típica vida interiorana. O mapa[13] a seguir localiza espacialmente a referida fronteira,

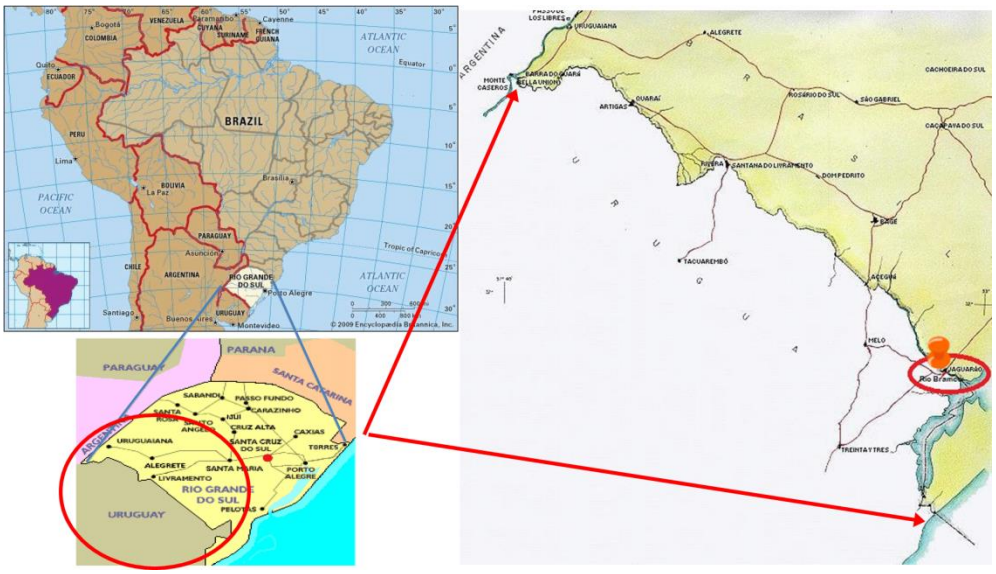


Figura 1: Mapa da fronteira Brasil - Uruguai

No período em questão, conforme colocado anteriormente, havia a circulação de agentes repressivos por esses espaços para o desempenho de suas atividades que se tornavam cada vez mais fluídos, sem levar em conta, por muitas vezes, a soberania do país vizinho no desempenho de suas ações. Prática que se tornou cada vez mais recorrente após

[12] A população local de Rio Branco em 1963 era de 4.003, no ano de 1975 ela salta para 5.685 esses dados são referentes ao censo demográfico nacional e podem ser consultados no site do Instituto Nacional de Estadística. Disponível em: https://www.ine.gub.uy/web/guest/censos-1963-1996. Acesso em: 06/04/2022.

[13] Esse mapa foi elaborado pela autora a partir da adaptação do mapa apresentado por Assumpção (2014. p.18) e da imagem Map of Brazil, and highlighted the map of the Rio Grande do Sul (RS).... | Download Scientific Diagram (researchgate.net) extraída da internet em 10 de abril de 2021.

o alinhamento repressivo entre os dois países.

Em sua biografia, a ex-primeira-dama do Brasil Maria Thereza Goulart, relembra um desses episódios ocorridos em março de 1971 em um posto militar situado entre as cidades de Pelotas e Rio Grande, onde após o carro em que viajava rumo a capital ser parado em uma barreira, ela fora revistada por uma policial uruguaia convocada pelos agentes brasileiros:

> Foram conduzidas, de jipe, para o quartel de 7° Grupo de Artilharia de Costa Motorizado (7° GACOsM), que ficava a quase 70 quilômetros de Rio Grande. [...] seriam interrogadas por um oficial brasileiro que estava acompanhado por alguns soldados. [...] Os militares saíram sem falar nada. [...] O oficial retornou acompanhado por duas oficiais [...] virou-se para as policiais e disparou: - Bueno, ahora es con ustedes. [...] Ela [a policial] falava sem parar e dava ordens em espanhol com sotaque uruguaio. [...] Eram tempos estranhos. Uma policial uruguaia revistava uma exilada [no Uruguai] dentro de um quartel militar em território brasileiro (WILLIM, 2019, p. 386-388).

Também é digna de nota a situação narrada por Jorge Fischer em seu "O Riso dos Torturados" (1982), referindo-se ao período em que esteve detido na Ilha do Terror (Ilha das Pedras) em Guaíba e posteriormente em um quartel de Cachoeira do Sul, em que os presos políticos eram chamados de Tupamaros[14] por muitos dos agentes. Esse desconhecimento por parte da repressão sobre as muitas esquerdas existentes naquele período (diversas em linhas doutrinárias, modos de atuação, e, nesse caso, geograficamente distintas), em um espaço não fronteiriço embora não possa ser algo digno de uma generalização, é sintomático da importância estratégica do Rio Grande do Sul dentro de um sistemático alinhamento entre os setores repressivos em um contexto onde não mais as fronteiras eram apenas territoriais, mas ideológicas.

Entretanto, embora esses episódios tenham ocorrido na virada dos anos 1960 para a década de 1970, a dinâmica colaboracionista nas fronteiras já era uma realidade antes mesmo de existir um nome para tal prática. Pois, se tratando da repressão, a distância dos grandes centros de poder estatais gerava uma espécie de autonomia informal dos grupos repressivos de ambos os países atuantes na fronteira, o que de acordo com Fernández,

> levava frequentemente a acertos conjuntos entre as unidades militares e policiais de ambos os lados da fronteira, sem que isso necessariamente colidisse com a política de segurança nacional, muito antes pelo contrário. Além das relações profissionais e corporativas entre essas entidades, certamente também mediavam relações de tipo pessoal, como camaradagem entre colegas de armas, amizade e até mesmo possíveis laços de família. Isso facilitava a sua ação em conjunto tornando mais expeditiva a busca e a captura de supostos "subversivos" em operações que não raramente extrapolavam o limite de lei (2013, p.112).

Todavia, cada caso deve ser analisado em suas particularidades, pois esses laços

[14] Membros do MNL-Tupamaros, grupo guerrilheiro uruguaio.

extremamente pessoalizados que surgem na fronteira também podem ir contra os interesses da repressão. No caso jaguarense, por exemplo, podemos supor que uma das estratégias dos órgãos de segurança para subverter essa lógica cotidiana do espaço interiorano foi a rotatividade dos comandos e altos oficiais do Exército local, assim como, dos chefes de polícia, cargos aduaneiros e postos de fronteira, conforme nos foi possível perceber a partir da imprensa local. Isso demonstra preocupação dos sistemas de segurança com a criação de vínculos de seus representantes com esse espaço e sua gente.

Entretanto, ao levantar esse dado, não está sendo colocada em questão a existência da cooperação entre os dois lados, muito pelo contrário, o que aqui pretendemos é inferir a complexidade dessa teia de relações. Fator que demandava, conforme observaremos no capítulo três, ainda mais articulação dos *passageiros da liberdade*[15] com as redes de mobilidade locais para conseguir transpor estes limites. E é nesse ponto que levantamos o pressuposto analítico de que a presença nessas redes de mobilidade de indivíduos socialmente influentes na comunidade local fazia toda a diferença para o êxito da atividade de passada, já que a fluidez nesses espaços fronteiriços "não é uma categoria técnica, mas uma entidade sociotécnica" (SANTOS, 2006, p.186), ou seja, são os arranjos humanos, e não os tratados diplomáticos, que determinam a tônica das relações sociais nesses espaços.

Diante desse cenário, a problemática de pesquisa que nos norteia é compreender de que forma se articulavam as diferentes redes de mobilidade atuantes na fronteira Jaguarão/Rio Branco, tanto na saída de perseguidos políticos rumo ao Uruguai quanto na reinserção de brasileiros e acolhimento de estrangeiros perseguidos pelo regime ditatorial desse país (1973-1984). E nesse sentido, partimos da premissa de que a atuação destas redes de mobilidade tiveram um papel central na garantia do êxito da atividade de passada, tanto no que diz respeito a entradas e saídas de indivíduos ligados a resistência à ditadura no Brasil, bem como a entrada daqueles que no Uruguai estavam sendo perseguidos pela escalada autoritária do governo de Pacheco Areco e, em seguida, pelo regime ditatorial uruguaio.

Partindo dessa conjuntura, buscamos demonstrar de que forma através de suas particularidades políticas, sociais e culturais - típicas de uma cidade fronteiriça de interior-, a "pacata" Jaguarão se insere em uma agenda nacional e internacional de resistência e de sobrevivência à repressão imposta pelo regime ditatorial. Nesse sentido, nos interessa

[15] Termo utilizado por Frei Betto em sua obra "Batismo de Sangue" para fazer referência àqueles indivíduos que necessitavam cruzar a fronteira por motivos políticos. Esse conceito será por nós esmiuçado, para além da definição apresentada por Betto, no capítulo 3.

conhecer de que forma se deu a atuação desses indivíduos residentes na fronteira que estabeleciam contatos nacionais, regionais e internacionais, visando salvaguardar vidas de perseguidos políticos, bem como a rearticulação da resistência à ditadura.

Outro ponto que pretendemos apurar são as estratégias dessas redes para subverter a lógica repressiva vigente, buscando entender até que ponto os "forasteiros" conseguiam se misturar com a população local sem serem notados. Diante desse fator, nossa hipótese é que essa localidade configurou-se enquanto um espaço de trânsito de indivíduos que rumavam para centros populacionalmente maiores. Isso porque, diante da atuação da cultura do medo em uma cidade pequena, se tornaria mais fácil mapear quem são os "subversivos". Pois, nesse período, o medo[16] foi um dispositivo de controle eficiente que gerou respostas rápidas da população, funcionando até mesmo como pedagógico no sentido de garantir comportamentos exemplares e atitudes desejadas, paralisando e cerceando gestos de solidariedade e cooperação, chegando em última instância à apatia e adesão de alguns.

Assim, nesse cenário, desde o momento que o indivíduo era marcado com o estigma da subversão, ele passou a ser segregado pelos demais cidadãos, afetando a si e a suas relações pessoais e profissionais. Diante disso, é igualmente fundamental compreendermos minimamente como se deram os dias que se seguiram ao Golpe de 1964 nessa fronteira, bem como apreender a atuação da Operação Limpeza, os primeiros expurgos, prisões e cassações, os modos de atuação da repressão localmente, assim como quem eram os principais grupos atingidos nesse primeiro momento. Para, a partir de então, podermos compreender minimamente os atores e as práticas presentes nesse espaço e se de alguma forma ou de outra isso refletiu ou não nas Travessias.

Outro aspecto levantado por essa pesquisa se refere às formas como esse passado foi sonegado ao longo dos anos, sendo silenciado e/ou negado por significativa parcela da população local. Nesse sentido, se a memória é o pilar que funda toda consciência do passado, é mister compreendermos "los procesos sociales en los que se construye la memoria pública" (JELIN; VINYES, 2021, s.p.), sendo estes significativamente condicionados por relações de poder. Segundo Ricard Vinyes, a memória como um espaço de poder, se torna crucial "para comprender los procesos sociales en los que se construyen las imágenes contemporáneas del passado a las que llamamos de memoria" (JELIN; VINYES, 2021, s.p.). A circulação e transmissão dessas memórias autorizadas ao longo da história faz com que se construam condutas legítimas, pois "através das lembranças

[16] O conceito de cultura do medo será trabalhado ao longo do texto.

recuperamos a consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje e confirmamos que já vivemos um passado" (LOWENTHAL, 1998, p.75), dando assim sentido aos posicionamentos do presente.

Todavia, embora sejam imagens do passado, História e memória não são sinônimas, podemos dizer que a História se alimenta de elementos oriundos das memórias individuais ou coletivas para a construção de suas narrativas, sendo encarada enquanto uma de suas fontes. No entanto, as memórias também podem ser consideradas fenômenos históricos, na medida em que seus elementos constitutivos passam a ser compreendidos a partir de sua formação dentro de uma dinâmica de poder (MOTTA, 2012, p. 26-27).

Assim, sendo fenômenos socialmente construídos, implicam escolhas que não são somente individuais, mas também coletivas, que geram lembranças ou esquecimentos (POLLAK, 1989). Aí reside um dos pontos mais importantes de imbricação entre a História e a memória, onde "la memoria tiene una función crucial com respecto a la historia, en tanto y en cuanto permite negociar en el terreno de la ética y de la política aquello que debiera ser preservado y transmitido por la historia" (FRANCO; LEVÍN, 2007, p.1) Nesse sentido, as ações de lembrar e esquecer são uma seleção social que atende a determinados interesses de um grupo socialmente dominante. Para Le Goff, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder, onde "os esquecimentos e os silêncios da História são reveladores dos mecanismos de manipulação dessa memória coletiva" (LE GOFF, 1996. apud. PADRÓS, 2001, p.84).

Por outro lado, de acordo com Elizabeth Jelin (2002), o saber erudito da História permite "corrigir" dados do passado que foram cristalizados enquanto memória oficial, uma vez que "buscamos também ligar nosso passado pessoal à memória coletiva e a História pública" (LOWENTHAL, 1998, p.82). Sendo este o ponto que é caro ao presente estudo tendo em vista que, os anos do passado ditatorial foram apagados das narrativas oficiais a respeito da História de Jaguarão. Ao se fazer o exercício de perguntar aos mais velhos como foram os anos da ditadura na cidade, da maioria deles se ouvirá que "não teve ditadura aqui", isso porque "no processo de entrelaçar nossas próprias recordações dispersas em uma narrativa, revemos os componentes pessoais para adequar o passado coletivamente relembrado e, deixamos de diferenciá-los" (LOWENTHAL, 1998, p.81). É nesse sentido que o silenciamento aplicado por esses governos estende seus tentáculos até o presente, instalando-se a partir de uma escala de forças dentro da dinâmica do jogo de poder que acaba por fixar padrões em uma memória social adotada enquanto narrativa "oficial".

Nessa conjuntura, esse processo pode ser entendido enquanto produto de uma

vontade política de esquecimento e silêncio, que em linhas gerais pode ser explicada a partir de um trabalho de positivação do regime realizado pelos setores dominantes, ainda durante a vigência deste. Processo que aliado a uma longa transição democrática, auxilia a fixar os silêncios estruturados pelas marcas do TDE nas narrativas oficiais. Todavia, isso não quer dizer que não existam outras memórias dissonantes, elas existem e são fundamentais para tencionar essas narrativas oficiais, demonstrando a vivacidade desse passado no presente. Esse é um dos aspectos que faz com que os processos ditatoriais ocorridos no Cone Sul, durante a segunda metade do século XX possam ser considerados um dos temas mais delicados da História recente.

Assim, diante desse cenário onde ainda existem inúmeras sequelas e feridas abertas, são muitos os discursos que nascem desse emaranhado de memórias coletivas e individuais forjadas a partir de relações de poder. É diante desse aspecto que as justificativas sociais, acadêmicas e pessoais da presente pesquisa se entrecruzam. Sendo a autora natural de Jaguarão, durante minha infância e juventude, embora houvesse a percepção das particularidades sociais, culturais e políticas singulares do espaço fronteiriço, questões referentes aos anos ditatoriais, quando levantadas durante o processo de educação formal, se referiam ao eixo Rio de Janeiro - São Paulo, nunca mencionando o protagonismo do estado do Rio Grande do Sul, e menos ainda dessa fronteira.

Diante dessa conjuntura, acreditamos que a falta deste conhecimento contribui para que haja certo distanciamento, e até mesmo negação, por parte das novas gerações a essa temática ainda tão presente na sociedade, pois o período ditatorial brasileiro, quando "há tempo" para que seja abordado na educação formal, é retratado como uma temática distante e completamente alheia à realidade prática dos educandos, sendo apresentado temporal e espacialmente afastado. Assim, passa a ser encarado enquanto um "problema que não é nosso" e, logo, não nos diz respeito, pois "já acabou", segundo a cronologia do livro didático, em 1985.

Todavia, essa deficiência na produção historiográfica, que é ainda bastante centrada nos grandes centros urbanos (FICO, 2013) e o alcance limitado da escola pública à pesquisas acadêmicas voltadas para essa temática e seu ensino (PADRÓS; GASPAROTTO, 2010) é um panorama que vem aos poucos sendo revertido. Existe um esforço, ainda de caráter incipiente, de alguns Programas de Pós-Graduação em História de voltarem suas pesquisas para vivências e experiências desenvolvidas em outros espaços (FICO, 2020). De acordo com a historiadora Caroline Bauer (2020), para avançarmos no estudo dessa temática de maneira mais efetiva, é preciso que sejam deixadas de lado explicações

generalistas sobre o período, destinando especial atenção a diversidade de tipos sociais que o vivenciaram das mais diferentes formas, visto que a repressão atingiu brutalmente o meio rural, as pequenas cidades, as periferias e favelas. Portanto, destacam-se nesses novos estudos, as vivências de outros atores sociais, esmiuçando outras formas de resistência, para além da armada, e levando em conta as especificidades dos diferentes setores da sociedade brasileira a partir de um recorte regional, por exemplo, afinal o país possui um vasto território e as formas de resistência e repressão possuem suas particularidades de acordo com o espaço em que se desenvolveram.

Para o caso do Rio Grande do Sul, o esforço de sistematização e produção de conhecimentos acerca das particularidades deste espaço durante os anos de repressão é muito recente em termos historiográficos (WASSERMAN, 2009). Em fala proferida durante o IX Encontro de História da sessão gaúcha da ANPUH a pesquisadora Carla Simone Rodeghero (2008) apontava as dificuldades e possibilidades para esses estudos diante da falta de monografias que tratem de temas específicos referentes aos processos ocorridos após o Golpe, bem como a inexistência de textos congêneres que atendam a tal demanda. Entretanto no decorrer dos anos subsequentes novas pesquisas voltadas para o estado têm surgido, abordando aspectos referentes ao seu caráter fronteiriço, ás relações estabelecidas com os Países Platinos, bem como seus fortes vínculos com o trabalhismo fatores estes, que acrescidos de outros, geram uma dinâmica particular que se expressou em diversas formas de vivenciar os anos do período ditatorial na região. Contudo, se a produção acadêmica referente ao estado ainda é pouco explorada, menos ainda ela dedica-se a observar questões relativas às cidades de interior de pequeno porte, como é o caso da fronteiriça Jaguarão, tendo em vista que trabalhos de maior fôlego a respeito das ligações de solidariedade entre Brasil e Uruguai, embora ainda sejam poucos, centram-se na fronteira entre Santana do Livramento/ Brasil e Rivera/ Uruguai (ASSUMPÇÃO, 2011; ASSUMPÇÃO, 2014; ASEFF, 2008).

Se tratando da fronteira Jaguarão/Rio Branco, espaço que a partir das Travessias teve uma significativa atuação no processo de oposição a ditadura. As narrativas de solidariedade e resistência referentes a esses episódios não constam nas aulas de História da rede pública municipal, e, tão pouco estão presentes nos manuais ou livros produzidos a respeito da cidade. A cidade, com um passado caraterizado pela presença de coronéis e latifundiários e com fortes influências militares, onde estas elites por um longo período dominaram a lógica de poder local, ainda possui fortes resquícios dessa dinâmica social fazendo com que alguns atores tenham seu protagonismo delegado aos subterrâneos da

“História Oficial" Jaguarense. Revela-se assim um forte meio pelo qual o poder político cultural é expresso nos discursos e ações relativos à memória pública (JELIN; VINYES, 2021) nesse espaço.

Nesse cenário, quando a autora se decidiu por começar a pesquisar as Travessias de perseguidos políticos rumo ao Uruguai, ainda em 2014 nos primeiros períodos do curso de Licenciatura em História, ouviu por diversas vezes que “nesta cidade não existiu ditadura”, “aqui não ocorreram prisões”, “isso é coisa de cidade grande”. Esses discursos repetidos de geração em geração se configuraram em “verdades” entre a população Jaguarense, verdades essas que pouco a pouco buscamos desmistificar a partir do esforço ainda incipiente dos pesquisadores que se debruçam sobre as peculiaridades que tornam a atuação dessa fronteira singular nesse período, conjunto esse no qual a autora está inserida.

Academicamente, olhares centrados na cidade de Jaguarão, no que se refere a esta temática, são oriundos de pesquisas mais recentes produzidas após a chegada do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa - Campus Jaguarão. É importante darmos os devidos nomes para os acontecimentos, essa universidade é fruto da política de ampliação de acesso ao ensino superior vivenciada no país com o REUNI. Que, dentre outras coisas, possibilitou que a universidade federal chegasse ao interior, o que consequentemente acabou por ampliar o leque de pesquisas sobre a ditadura. Esta nova realidade contribuiu para o surgimento de uma produção de conhecimento mais “completa” sobre o tema. Uma vez que, muitos dos pesquisadores do interior do país passaram a olhar para o passado histórico de seu entorno. Tal elemento merece significativo destaque, e mais do que nunca deve ser ressaltado diante dos constantes ataques à educação e à universidade pública que estamos sofrendo nos últimos anos.

Dentre estas produções realizadas pelos acadêmicos da Unipampa podemos citar o trabalho de autoria de Elena Teixeira Porto Vieira (2014) “Em busca das fontes perdidas: um estudo sobre a ditadura civil-militar em Jaguarão- RS a partir das atas da câmara de vereadores e do jornal A Folha (1964*)”*. Em linhas gerais, a autora se preocupou em apontar possíveis fontes para que outros pesquisadores possam desenvolver seus trabalhos nessa temática com olhares voltados para esta pequena cidade.

Assim, se refere à Travessia de maneira muito vaga ao citar o “[...] Grupo Dos 11, que seria uma união de comunistas na cidade, perseguida pelos militares preocupados com a saída deste grupo pela fronteira com o Uruguai.” (VIEIRA, 2014. p.13.), sendo estas quase três linhas os únicos indícios da ocorrência da Travessia de militantes brasileiros para o país vizinho.

Na continuação de sua formação, em dissertação defendida em 2018 na UFPel[17] intitulada "O Golpe de 64 silenciado: a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão-RS", a autora passa a pensar como se constituiu a memória desse período na cidade, transitando por temas como política, educação e censura.

O trabalho "A ditadura civil-militar e o movimento estudantil em Jaguarão", de autoria do historiador Raniere Dourado (2017), também deve ser apontado enquanto uma importante fonte de consulta para se pensar a respeito das Travessias e suas redes de mobilidade nesta fronteira. Ao discorrer sobre a atuação do Movimento Estudantil e as estratégias de resistência ao Golpe de 1964 em Jaguarão, com base na experiência do anistiado político Cláudio Maria Ricardo e de fontes jornalísticas da época, o autor cita brevemente a Travessia de perseguidos políticos a partir da atuação desta personagem, que após desligar-se da linha de frente do Movimento Estudantil, passou a dedicar-se à atividade de passagem. São apresentadas também neste trabalho importantes considerações a respeito de questões sociais e políticas locais da época, estas nos auxiliam a compreender o cenário de formação e atuação das redes de mobilidade bem como de que forma essas particularidades locais interferem direta ou indiretamente em seu funcionamento.

Mais recentemente, a historiadora Renata de Paiva Tavares (2016) em sua pesquisa de TCC ""Aí Vem Estes Verdinhos Incomodar!": A Censura no Jornal A Fôlha de Jaguarão no Período da Ditadura Civil-Militar Brasileira" aborda a imprensa local da época, perseguindo as formas de reprodução da ideia de "Brasil Grande" defendida pelo governo ditatorial. Enquanto um importante veículo de formação de opinião, o referido jornal é de fundamental importância para a compreensão de como algumas imagens e discursos referentes aqueles anos se fixaram e geraram padrões de percepção ao longo das gerações.

Em 2018 foi defendido e publicado o primeiro esforço de sistematização da temática das Travessias por esse espaço, o trabalho de conclusão de curso "Travessia: O protagonismo da fronteiriça Jaguarão na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973)" pode ser definido enquanto a primeira etapa da pesquisa que aqui ganha maior fôlego.

Devem ser apontadas também, outras pesquisas oriundas da Universidade Federal de

[17] É mister mencionarmos a importância dos trabalhos desenvolvidos por essas duas instituições. Sendo a UFPel a única universidade na metade Sul do Rio Grande do Sul a oferecer os cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado em História, aprovados respectivamente em 2009 e 2018 na esteira do REUNI. Juntas, UNIPAMPA e UFPel vêm fomentando os estudos históricos na região. Vale destacar que ambas possuem uma singularidade notável: suas linhas de investigação se voltam para questões de fronteira, que é uma característica da espacialidade em que se inserem. Tal elemento geográfico/político/cultural é fundamental para compreensão do Rio Grande do Sul em diferentes períodos históricos. E durante a ditadura, dentro da lógica repressiva vigente, não poderia ser diferente.

Pelotas, como o trabalho de conclusão de curso da pesquisadora Marília Brandão Amaro da Silveira (2010) "A Resistência Ao Golpe e Ditadura Militar Em Pelotas" e sua dissertação (2014) "Ditadura civil militar na região sul gaúcha: Militâncias e rotas de exílio", pois conforme veremos ao longo desse estudo, a cidade de Pelotas esta inserida nessa teia de solidariedade e resistência que compõem a rota das Travessias.

É dialogando inicialmente com esses autores, ao lado das fontes orais e documentais pertinentes a esta pesquisa, que almejamos vislumbrar o palco de atuação das diferentes redes de mobilidade operantes na fronteira. Tendo em vista que estas se articulavam de acordo com as demandas do tempo e espaço político social em que desempenhavam suas funções (GONÇALVES, 2018), buscamos compreender o esquema de Travessia articulado a partir da fronteira Jaguarão/Rio Branco enquanto um mecanismo de oposição e resistência ao regime ditatorial.

Os colaboradores consultados para o presente estudo se envolveram de diferentes formas e em distintas instâncias no processo de Travessia, e todos, exceto Carlos[18], foram protagonistas das experiências que narraram. Para essa pesquisa contaram suas histórias desde membros da equipe de apoio que organizava a rota até atravessadores e *passageiros da liberdade*, mesmo que esses últimos não tenham sido ouvidos diretamente pela autora e suas falas tenham sido acessadas através de relatos memorialísticos impressos, que serão problematizados posteriormente.

Foram realizadas seis entrevistas temáticas[19], estas foram concedidas à autora entre os anos de 2017 e 2021, sendo todas gravadas apenas em áudio; suas durações variam de meia hora a mais de duas horas de gravação. O primeiro entrevistado foi o Padre Luiz Caponi, este religioso foi pároco na cidade de Jaguarão durante a segunda metade da década de 1960 e compôs a segunda geração a articular a Travessia por essa fronteira, e muito embora ele mesmo coloque que "só estava cumprindo o meu dever de caridade" fora peça fundamental no esquema de saída, chamado Operação Fronteira[20], de quadros ligados a

[18] Sua narrativa se apoia em uma memória herdada (POLLAK, 1992), ou seja, não foram experiências vividas pelo próprio narrador, mas sim por personagens que de alguma forma fizeram parte de sua vida.

[19] São aquelas que versam sobre a participação do entrevistado em um dado espaço tempo. Segundo Verena Alberti "As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história" (2013, p.48).

[20] A AP articulou a partir do Rio Grande do Sul a sua "Operação Fronteira" estabelecendo diversas redes que ligavam seus militantes no Brasil a quadros no Uruguai. Esse esquema também serviu à retirada dos indivíduos perseguidos pelo regime. A Operação Fronteira chegou ao seu fim no começo da década 1970, quando a maior parte dos seus integrantes foi presa. A curta trajetória da Operação Fronteira na zona sul será abordada no último item do capítulo três desse estudo.

Ação Popular (AP)[21].

Também se conversou com o jaguarense Claudio Maria Ricardo, ele fora militante estudantil, secretário geral e secretário de imprensa da União Jaguarense dos Estudantes Secundaristas (UJES)[22], é um dos presos políticos mais jovens do estado do Rio Grande do Sul e integrou a primeira geração de redes de mobilidade atuantes nessa fronteira. Seu relato é de suma importância para que possamos delinear os dias subsequentes ao Golpe de 1964 nessa fronteira.

Os senhores Antônio Voltan e Alceu Salamoni também deram seus relatos para esse estudo; eles foram membros da coordenação da célula Pelotas da AP durante a segunda metade dos anos 1960, e responsáveis por coordenar a Operação Fronteira na região. Dada à importância estratégica do município de Pelotas enquanto segunda fronteira, seus relatos nos auxiliam a vislumbrar panoramicamente as articulações tecidas entre esses espaços para além das suas linhas divisórias.

Também conversamos com a senhora Eva Beatriz Silva e Silva, esta é a única entrevista que não versa a respeito das Travessias. Dona Eva foi a primeira mulher a assumir a locução de uma rádio na cidade, vale destacarmos que ela assumiu essa posição em uma época em que uma significativa gama de espaços eram vedados às mulheres. Sua entrevista versa sobre a Jaguarão dos anos 1960 e principalmente a respeito da imprensa local. Ouvi-la não constava no nosso projeto inicial, assim como, a construção do capítulo dois desse estudo não havia sido pensada por nós. Entretanto, como veremos durante o texto, pensarmos as Travessias se torna inviável sem buscarmos compreender onde se encontram as raízes da solidariedade e as particularidades cotidianas que nos constituem enquanto fronteiriços residentes em uma fronteira viva.

Outros entrevistados terão sua identidade preservada atendendo a demanda destes pelo anonimato, como é o caso de Carlos que nos solicitou a utilização desse pseudônimo e do Senhor Zero Cinquenta e Sete[23], que teve expressiva atuação durante a primeira geração

[21] Grupo não armado de enfretamento à ditadura, surgido de quadros leigos da Igreja Católica.
[22] Entidade ligada a União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas, UGES, que tem sua breve história de atuação e resistência frente ao regime narrada nos trabalhos de Dourado (2017) e Gonçalves (2018).
[23] Nascido em seis de setembro de 1940 na cidade de Melo, departamento de Cerro Largo, Uruguai, lugar onde viveu até seus doze anos. Após a morte do pai o jovem se mudou com a mãe para Montevideo e lá viveram até 1954 quando se mudaram para Jaguarão. Nessa fronteira fez sua vida adulta trabalhando como motorista para muitas famílias "importantes". Infelizmente durante a redação desse trabalho, no dia 1° de abril de 2021, o Senhor 057 nos deixou vitimado pela Covid-19. Esse pode ser apontado enquanto um dos aspectos que nos leva a pensar sobre a importância, e urgência, de construir essas fontes orais, num contexto em que a pandemia está levando tantas vidas. Para o tema em questão, resultou fundamental ter tido a oportunidade de ouvir essa experiência, tornando-se um dos depoimentos com mais elementos para a presente pesquisa.

de redes de mobilidade existentes nessa fronteira[24].

Outras pessoas foram ouvidas de maneira informal durante o percurso de construção desse estudo. Dentre elas utilizaremos os relatos do Narrador 01, que durante o período em questão esteve participando dos grupos de controle de tráfego na fronteira enquanto militar. Todos os encontros com ele não puderam ser gravados, sendo permitido à autora apenas escrever algumas passagens das conversas informais que mantiveram em seu caderno de campo. Situação semelhante aconteceu com o senhor JP[25], com quem trocamos apenas mensagens de texto em um contexto onde a pandemia de Covid-19 nos impedia a realização de entrevistas presenciais.

Entretanto, como colocamos anteriormente, não apenas em entrevistas de história oral irá se apoiar a presente pesquisa, pois para nos auxiliar a vislumbrar o quadro em que essas redes de mobilidade se articulavam e desenvolviam suas atividades, se fez necessário um trabalho de História Oral híbrido. No qual, para além do auxílio historiográfico que pesquisas anteriormente elencadas proporcionaram, adotamos como fontes secundárias alguns livros de memórias de indivíduos ligados à militância gaúcha e/ou repressão, dentre os quais destacamos de antemão "O Mundo em que Vivi" do diplomata brasileiro Pio Corrêa e "Memórias do Esquecimento" de autoria do jornalista Flávio Tavares e "O Tenente Vermelho" de José Wilson Silva. Estes autores tiveram posições e participações completamente distintas dentro da dialética Estado e oposição que refletem diretamente nos usos desta fronteira.

No que diz respeito às ditaduras, os relatos memorialísticos, diante da impossibilidade de acesso às fontes produzidas pelo Estado, constituem a primeira tentativa construção de uma memória sobre o período. Segundo o pesquisador Jacob Gorender, "do lado da esquerda, certamente não estão esgotadas as fontes capazes de fornecer revelações significativas, mas o principal já foi extraído dessas fontes. Ficaram por esclarecer detalhes, sobretudo concernentes a atuações individuais" (apud. FICO, 2004, p.32). São justamente esses pormenores do protagonismo individual de atores "desconhecidos" o elemento em questão a ser por nós buscado nos relatos memorialísticos, almejando-se enxergar possíveis conexões com o espaço em questão, bem como com a atividade de Travessia.

Também, utilizamos no presente estudo alguns documentos produzidos pelos órgãos

[24] A partir desse ponto o nome desse colaborador será escrito como Senhor 057, em referência a forma como ele mesmo se colocou durante a entrevista concedida a autora: "Pode ser, 057 (zero cinquenta e sete)... [...] não tem o agente secreto 007? [risos] [...] eu sou 057 (zero cinquenta e sete)". No decorrer da entrevista ele nos explicou que esse número corresponde a placa do carro utilizado nas Travessias.

[25] JP não estava envolvido diretamente nos esquemas de Travessia, nossas conversas giravam em torno da Jaguarão dos anos 1960, conforme veremos no capítulo seguinte.

de segurança e informação do Estado ditatorial referentes às entradas/saídas de indivíduos por essa fronteira, os processos de indenização, movidos por indivíduos presos na cidade de Jaguarão, durante os trabalhos da Comissão Especial de Indenizações do Estado do Rio Grande do Sul[26] e também fontes oriundas da imprensa local durante o período de abrangência desta pesquisa.

A este respeito, Padrós aponta que devemos estar atento a essas fontes e não ignorar "os interesses em jogo por detrás das informações contidas nos mesmos" (2009, p.38). Nesse sentido, a validação dos dados apresentados por esses documentos enquanto fonte de pesquisa se dá mediante o cruzamento com outras fontes, buscando aferir assim a "veracidade" das informações apresentadas por estas construções textuais.

Tendo em vista que fontes não são objetos dotados de neutralidade, essas refletem seu viés de produção e reprodução, procuramos observar em seus discursos informações referentes ao esquema de fronteira[27], as redes de contatos que são apontadas por estes militantes, particularidades das atividades desenvolvidas pela militância na cidade de Jaguarão e na região Sul do Rio Grande do Sul, bem como, aspectos da vida cotidiana da cidade que podem contribuir para a compreensão de quais fatores interferiram ou não no modo como essas redes se articulavam e desenvolviam suas atividades de resistência, dentre outros pontos pertinentes a esta pesquisa.

Esse estudo se divide em três capítulos, no primeiro "Os subterrâneos de um Estado sem passado, da (des)memória a História que o povo conta" será abordado o panorama de silêncios instaurados no Brasil pós-ditatorial e as implicações desses silêncios na memória coletiva que se conformou a respeito do período. No subcapítulo "No Tempo Presente as memórias de um passado não tão ausente" discutiremos a importância dos estudos do Tempo Presente diante da necessidade de tomada de posição de uma sociedade afetada pelas sequelas dos grandes traumas do século XX, com enfoque na experiência ditatorial brasileira. Fechando essa unidade, o subcapítulo "Memórias "clandestinas" que ecoam nos silêncios da fronteira" trata especificamente da formação de uma "memória subterrânea" (POLLAK, 1989) acerca do passado ditatorial em Jaguarão, problematizando a ideia de uma "memória oficial" da cidade, discutindo os silêncios presentes no caso jaguarense e as possíveis estruturas que os geraram.

[26] Fruto da Lei Estadual nº 11.042/1998, que estabeleceu o reconhecimento e a responsabilidade do Estado do Rio Grande do Sul em ter sido o causador de danos físicos e psicológicos a pessoas presas por motivações políticas no período de 1961 a 1979.

[27] Plano traçado por algumas organizações de oposição a ditadura para a retirada do país de alguns de seus "quadros queimados", essas rotas eram utilizadas também para a entrada no Brasil de militantes que retornavam do exílio, de treinamentos guerrilheiros ou com informações/ materiais provenientes da comunidade de exilados.

No segundo capítulo ““El río que nos une, la ponte que nos separa”: Antecedentes, precedentes e cotidianidades do viver em fronteira” centraremos nossa narrativa nas particularidades desse espaço fronteiriço, desde a formação da Guardia Arredondo[28] até a década de 1960. No subitem “Antecedentes: Na “fronteira do vai e vem” a gênesis da solidariedade entre paisanos” será destinada especial atenção para os laços forjados em ambos os lados da fronteira que acarretam um maior dinamismo nas interações sociais cotidianas, mesmo quando os impérios Luso e Espanhol disputavam à ponta de adaga essas terras. Apresentaremos também nesse item, embora de forma reduzida, a povoação desse espaço e seu crescimento até meados do século XX.

Na sequência o item “Os anos da “Revolução” na “pacata” Jaguarão: Do Golpe de 1964 à Lei de Segurança Nacional de 1968” aborda os dias que se seguiram ao Golpe que depôs o presidente João Goulart. Trataremos aqui do clima de insegurança que se instaurou em um espaço de fronteira, da Operação Limpeza levada a cabo nos primeiros dias de abril, da atuação do Exército local, bem como, do funcionamento da Enfermaria Militar enquanto uma prisão política. Elemento este que até hoje sucinta disputas de narrativas na cidade.

Por fim, no subcapítulo “N’A Folha as cotidianidades do viver em fronteira” será abordada a atuação de imprensa local, fator de extrema importância para que possamos “radiografar” a vida cotidiana sob a ditadura que se instalou no país. De acordo com Selbach e Brum uma leitura atenta da fonte jornalística, em contraste com fontes de outras naturezas, permite desvelar o “processo de doutrinação simbólica que se constrói através de pressupostos impostos como óbvios e inevitáveis, não de forma arbitrária, mas tornados reconhecidos de forma natural” (2017, p.15). Nesse sentido, é importante entendermos o Jornal enquanto um forte formador da opinião local, bem como da memória que se fixou do período, em um contexto de reduzidos meios de obtenção de outras informações que exercessem contraponto aquelas apresentadas nas páginas do semanário *A Folha*.

Já o terceiro capítulo, intitulado ““Los hermanos sean unidos porque ésa es la ley primera”: Das idas e vindas pela fronteira surge a solidariedade e a resistência entre paisanos”, centra-se na discussão das Travessias, abordando os mecanismos despendidos pelos diferentes atores sociais para fomentar essa atividade de resistência bem como as estratégias dos órgãos repressivos para o controle da mesma. Também apresenta de maneira mais pormenorizada a reconstituição dessas redes de mobilidade a partir da narrativa de seus atores.

[28] Primeiro núcleo populacional existente na região que se originou de um acampamento militar “castelhano”.

Dividido em seis subcapítulos destacamos no primeiro, intitulado ““Nós, os do sul. Nós, os de abajo. Nosotros, los hermanos deste Cone Sul”: O Rio Grande do Sul na rota dos Passageiros da Liberdade”, a importância do estado do Rio Grande do Sul nesse cenário enquanto um espaço fronteiriço, focando a análise no caso Brasil/Uruguai e apresentando dentre outras questões a importância da descentralização dos estudos dessa temática dos grandes centros urbanos para as cidades de interior e pequeno porte.

No item “Jaguarão na rota dos *passageiros da Liberdade* e na mira dos agentes da repressão” buscamos pensar as formas de se chegar à fronteira, bem como os meios de se atravessar a fronteira, quais as estratégias utilizadas pelos *passageiros da liberdade* em seu trajeto, quais os principais horários de movimento cotidiano na Ponte e como essas oportunidades eram capitalizadas pelas redes de mobilidade. Também abordaremos nesse subcapítulo a visão/ preocupação dos órgãos de segurança com a referida fronteira, num esforço de reconstrução desse ambiente a partir do olhar da repressão. Para tanto, realizamos uma busca na base *online* SIAN do Arquivo Nacional[29] estipulando na pesquisa os termos “Jaguarão” e “Fronteira”, e por vezes, também uma busca nominal. Ao mesmo tempo, fizemos uso do site do projeto Brasil Nunca Mais[30] e de alguns documentos vindos do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, bem como, de material oriundo da imprensa local.

O subcapítulo “O “seu Brizola” precisa de gente de confiança na Fronteira: Jaguarão na rota dos homens de confiança do Último Caudilho do Rio Grande” trata da primeira geração de redes de mobilidade atuantes nessa fronteira. Essa rede esteve estritamente ligada a setores de apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Movimento Nacional Revolucionário (MNR)[31], ambos vinculados ao ex-governador do estado Leonel Brizola. Figura de peso entre as esquerdas locais e que entrou para o imaginário dessa fronteira ao “realizar sua Travessia” por essas bandas, conforme veremos no item ““Agora ninguém nos pega mais, doutor Brizola”: a Travessia de Brizola por Jaguarão”. Ainda no que diz respeito à primeira geração e à atuação dos “homens de confiança” de Brizola, veremos no item ““Desejo manifestar a Vossa senhoria que estarei sempre a vosso dispor para todo e qualquer assunto”: A atuação dos cônsules da fronteira na rede de Leonel Brizola” o

[29] Sistema de Informações do Arquivo Nacional https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/resultado_pesquisa_new.asp
[30] http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/
[31] Nascido das articulações entre exilados políticos em Montevideo e partidários do ex-governador Leonel Brizola ainda residentes no Brasil, o MNR reuniu em suas fileiras indivíduos excluídos das forças armadas do Brasil e antigos militantes do período pré-golpe com o intuito de organizar uma ação imediata de derrubada da ditadura pela via armada (GORENDER,1990).

protagonismo de dois diplomatas na fronteira. Nesse item as trajetórias profissionais dos cônsules privativos Jose Nogueira Pinto Machado e Jorge Bittar se intercruzam com os últimos acontecimentos do Brasil naqueles idos de 1964, fazendo com que esses dois indivíduos sejam figuras importantes no âmbito da resistência a ditadura nesse espaço.

Por fim o subcapítulo, "Acolher aos perseguidos é um dever pastoral por esses pagos! O apoio da Igreja Católica aos passageiros da liberdade" aborda a segunda geração de redes de mobilidade atuantes nessa fronteira, bem como se volta também para a atuação de padres católicos dentro dessas redes, sobretudo aqueles que estavam ligados a Ação Popular. Essa organização terá sua trajetória contemplada no item "Da cruz à Operação Fronteira: a curta trajetória da Célula Pelotas da Ação Popular", onde discutiremos os pormenores da Operação Fronteira organizada pela AP, tendo como foco central os trabalhos desenvolvidos por sua Célula Pelotas.

Diante do exposto, convidamos o leitor para um mergulho a essa parcela do passado que, assim como as águas do nosso Rio Jaguarão, é parte intrínseca daquilo que se configura/ que nos configura como fronteira. Nas páginas que se seguem, obedecendo a todos os critérios metodológicos que norteiam o oficio do historiador, tecemos um esforço de sistematização e de apresentação de sensibilidades e elementos que nos acompanham desde a formação desses dois povos. Trataremos aqui de solidariedades, de resistências e de lutas por um "solo de liberdade".

CAPÍTULO 1

OS SUBTERRÂNEOS DE UM ESTADO SEM PASSADO, DA (DES)MEMÓRIA A HISTÓRIA QUE O POVO CONTA

> *"É possível não falar do passado. Uma família, um Estado, um governo podem sustentar a proibição; mas só de modo aproximativo ou figurado ele é eliminado, a não ser que se eliminem todos os sujeitos que o carregam. [...] Em condições subjetivas e políticas "normais", o passado sempre chega ao presente."*
>
> *(SARLO, 2007)*

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, em função do qual se instauram os métodos, os interesses e se delineiam as questões propostas. Pois, toda a interpretação histórica depende de um sistema de referências moldadas por esse espaço de atuação e pelas subjetividades do pesquisador, sendo estas influenciadas pelo meio. Assim, o texto histórico enuncia uma operação que se situa num conjunto de práticas onde cada resultado individual insere-se em uma rede em que os elementos dependem mutuamente uns dos outros, sendo a combinação destes a História num momento dado, ou seja, esta pode ser definida enquanto o produto de um lugar. Nesse sentido, antes de saber o que a História tem a dizer a respeito de uma determinada sociedade é fundamental compreender como a História funciona dentro desta sociedade (CERTEAU, 2006).

Na antiguidade clássica as testemunhas oculares eram fontes privilegiadas no contar histórico; "para Heródoto e Tucídides, a História era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos" (FERREIRA, 2000, p.111). Com a institucionalização da História como disciplina universitária tem-se uma ruptura entre passado e presente, delineando um novo panorama na produção de narrativas historiográficas, o que demandava tomada de distância dos acontecimentos do último em relação ao primeiro, visando à objetividade e a neutralidade do discurso.

Assim, o presente e seus relatos testemunhais eram deixados a cargo dos antropólogos e sociólogos, ficando enquanto responsabilidade dos historiadores as narrativas sobre o passado, sendo estas apoiadas em documentos, no sentido mais positivista da palavra, fundamentais para a aceitação desses discursos. Logo, esse passado escrito e difundido não correspondia ao passado de "toda humanidade", mas sim, ao passado dos "grandes homens" e

seus “grandes feitos”.

Pierre Nora, coloca que “nos templos clássicos, os três grandes produtores de arquivos reduziam-se às grandes famílias, à Igreja a ao Estado” (1993. p. 15-16), assim diante do documentado, surge uma História política a serviço do Estado Nação, pautada num exercício regulado de reconstituição de um passado positivo desta, e é nesse sentido que, segundo o autor, todos os grandes remanejamentos históricos se dão com o intuito de alargar o campo da memória coletiva.

O século XX trouxe consigo a necessidade de ouvir vozes que não estavam documentadas, a partir da sua própria forma de se ver no mundo, dentro de uma História política. Nesse cenário, a História social e cultural desloca seus estudos “para as margens das sociedades modernas, modificando a noção de sujeito e a hierarquia do detalhe e dos fatos, destacando os pormenores do cotidiano articulados numa poética do detalhe e do concreto” (SARLO, 2007, p.11). Acentuando assim, segundo esta autora, “o interesse pelos sujeitos normais, quando se reconheceu que não só eles seguiam itinerários sociais traçados, como protagonizavam negociações, transgressões e variantes” (SARLO, 2007, p.16).

Essa mudança de perspectiva analítica só foi possível dada à alteração na compreensão de quais fontes são válidas ou não para o fazer histórico. Nesse cenário é reconhecido o papel e importância da História Oral pela disciplina acadêmica, fazendo com que,

> por sua vez, Histórias do passado mais recente, apoiadas quase que apenas em operações de memória, atingem [atinjam] uma circulação extra disciplinar que se estende a esfera pública comunicacional, à política e, ocasionalmente, recebem o impulso do Estado (SARLO, 2007, p.12).

No contexto dos grandes traumas do século XX, em função das necessidades presentes, afetivas, intelectuais, morais e políticas ganha força um novo gênero literário, o testemunho, estrutura narrativa transicionária situada entre a História e a memória. Desse modo, o testemunho dos sobreviventes enquanto fonte substitui os relatos das testemunhas da experiência extrema do Holocausto, pois, estas não sobreviveram para realizar seus relatos.

Tendo isso em vista, são pareceres subjetivos e individuais que uma vez postulados juntamente com os relatos dos demais envolvidos no episódio narrado e analisados a luz do método historiográfico geram uma narrativa que deixa de ser individual e passa a representar uma coletividade, nesse caso, os sobreviventes do Holocausto, por exemplo. Segundo Henry Rousso,

> O aprofundamento das discussões acerca das relações entre passado e presente na História, e o rompimento com a ideia que identificava objeto histórico e passado, definido como algo totalmente morto e incapaz de ser reinterpretado em função do presente, abriram novos caminhos para o estudo da História do século XX. Por sua vez, a expansão dos debates acercada memória e de suas relações com a História

> pode oferecer chaves para uma nova inteligibilidade do passado (apud. FERREIRA, 2000, p.119).

Tal virada interpretativa coloca em evidência a construção dos atores sociais no que diz respeito a o seu andar na História, forjam-se discursos explicativos do passado a partir das necessidades do presente, levando em conta as marcas do pós-guerras, denotando um uso político do passado que passa a ser escrito a partir da análise minuciosa de vozes daqueles que foram diretamente atingidos pelos ocorridos, nas palavras de Pollak,

> Essa abordagem possibilitou uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (apud. FERREIRA, 2000, p.119).

Nessa perspectiva surge enquanto fonte de análise histórica a figura da testemunha que para François Hartog (2011) não é qualquer uma, é aquele que testemunhou na pele os horrores da Segunda Guerra, ela é uma vitima do trauma, é uma sobrevivente deste. Diante desse panorama o historiador tem a finalidade de fazer ver, mostrar e persuadir o leitor através de um texto narrativo pelo qual o passado torna-se visível.

Em outras palavras, embora ambos narrem o mesmo acontecimento, há uma diferença bem marcante entre a testemunha e o historiador, a primeira ouviu/viu/vivenciou o que narra, já o segundo ouve e narra. Se ambos têm ouvidos, o que os diferencia? O contexto de observação, intervenção e suas relações com o tempo. O primeiro narra amparado em suas vivências e no seu olhar sobre seu passado, o segundo analisa criticamente conjugando o relato a outras fontes disponíveis, produzindo no presente uma narrativa sobre o passado que vai interferir diretamente no futuro; ou seja, nesse sentido o historiador é o fiador da narrativa.

Com o fim da Segunda Guerra emergiu fortemente o caráter social do testemunho, que não se enquadra apenas no ato de ter sido espectador do ocorrido, mas sim no posicionamento declarado de que o presenciou e no compromisso assumido de voltar a exprimi-lo nos mesmos termos (HARTOG, 2011, p.206). Tal panorama não se apresenta somente para os testemunhos referentes ao Holocausto, outros períodos traumáticos do último século, como por exemplo, os regimes de TDE vivenciados no Cone Sul também podem ser pensados a partir da mesma ótica.

No intuito de não se “deixar esquecer”, o esforço narrativo daqueles que vivenciaram o trauma, se não for documentado, sucumbe ao tempo juntamente com esses indivíduos. Isso porque, a construção de uma memória social está profundamente atrelada à sucessão geracional que é condicionada por três diferentes processos: o primeiro deles está intimamente relacionado ao horizonte de expectativas de cada indivíduo que tende a se

transformar no decorrer dos anos. O segundo ponto é por excelência macro estrutural, refere-se ao devir histórico, que mesmo sendo composto pela ação de grupos humanos esses não possuem a plena consciência e controle dos resultados. Por fim, o terceiro refere-se ao ciclo orgânico da vida humana, ou seja, os homens nascem, crescem e morrem levando junto consigo suas experiências e seu protagonismo enquanto agentes históricos (JELIN, 2002).

Nesse sentido, reside a importância de trabalharmos com a fonte oral na busca de construir um possível entendimento de como se deu a configuração de formação de determinadas memórias sociais, uma vez que, essa fonte não nos diz apenas sobre um determinado evento em questão, mas sim as formas como esse evento foi experiênciado e resignificado pelos narradores.

No caso da América Latina, um dos temas mais delicados da História recente diz respeito aos processos ditatoriais ocorridos no Cone Sul durante a segunda metade de século XX. Nesse cenário onde restam ainda inúmeras sequelas e feridas abertas, são muitos os discursos que nascem desse emaranhado de memórias coletivas e individuais forjadas a partir de relações de poder. De acordo com Sarlo (2007) o passado é naturalmente conflituoso, isso porque nem sempre a memória consegue crer na História, assim como essa vive desconfiando daquela, uma vez que no ato de representar o passado discursivamente estão envolvidos o posicionamento individual, as decisões públicas, a justiça e a responsabilidade.

Assim, nesse cenário conflituoso há algo sempre inacabado, uma parcela silenciada ou distorcida nesse discurso que vez por outra insiste em vir a público fazendo com que o retorno do passado nem sempre seja um momento libertador da lembrança, mas sim um advento do presente capaz de tornar alguns passados inacabados.

Esses passados inacabados são caracterizados por Franco e Levín enquanto,

> […] un pasado abierto, de algún modo inconcluso, cuyos efectos en los procesos individuales y colectivos se extienden hacia nosotros y se nos vuelven presentes. De un pasado que irrumpe imponiendo preguntas, grietas, duelos. De un pasado que, de un modo peculiar y característico, entreteje las tramas de lo público con lo más íntimo, lo más privado y lo más propio de cada experiencia. De un pasado que, a diferencia de otros pasados, no está hecho sólo de representaciones y discursos socialmente construidos y transmitidos, sino que, además, está alimentando de vivencias y recuerdos personales, rememorados en primera persona. Se trata, en suma, de un pasado "actual" o, más bien, de un pasado en permanente proceso de "actualización" y que, por tanto, interviene en las proyecciones a futuro elaboradas por sujetos y comunidades (2007, p.1).

Em outras palavras, os passados que não passam referem-se a processos traumáticos que deixaram sérias sequelas no tecido social, afetando consideravelmente as gerações futuras ao fato ocorrido. No Ocidente, esses debates foram motivados após a Segunda Guerra Mundial e estão intimamente ligados a necessidade de reconstrução da ordem democrática

pós-experiência limite. Por outro lado, para além do âmbito coletivo, no plano individual as marcas do trauma interferem significativamente nos processos de memória de cada indivíduo, indicando o que deve ser lembrado, silenciado, narrado ou esquecido.

Entretanto, essas duas dimensões se complementam e retroalimentam, pois "os atores políticos destes debates vinculam seus projetos democráticos e suas orientações para o futuro com a memória desse passado" (JELIN, 2002, p.11), uma vez que são os "apelos do presente que explicam porque a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente" (MOTTA, 2012, p.25) de acordo com as aspirações de determinado grupo.

Em seu texto "Memória, Esquecimento, Silêncio*"* Michel Pollak estabelece um contraponto entre as "memórias subterrâneas" e a "memória oficial", no que diz respeito à ressignificação do mundo social pós-eventos traumáticos. Nesse sentido, se tratando dos processos de redemocratização pós-ditatoriais, há um severo contraste entre intencionalidades distintas por trás da transmissão de memórias referentes ao período. Se por um lado há o protagonismo daqueles que desejam justiça diante dos crimes cometidos pelo Estado, há por outro esse mesmo Estado buscando apagar os rastros do seu passado a partir de uma mensagem de um novo futuro, que sepulta seu entulho autoritário e taxa toda e qualquer contestação de puro "revanchismo".

Assim, ao buscar apagar os rastros do seu passado o Estado acentua o caráter "destruidor, uniformizador e opressor" das memórias oficias, o que faz com que constantemente projetos discursivos entrem em disputa. Cria-se assim uma versão oficial que quando não é discutida, embasada e problematizada se torna uma verdade e referenda o esquecimento, fazendo com que nesses casos prevaleça a desmemoria, "tão ou mais prejudicial que o próprio silêncio" (RUBERT, 2012, p. 101).

De acordo com o historiador Marcelo Ridenti, "sempre quando os povos transitam de uma fase para a outra da História, e quando a seguinte rejeita taxativamente a anterior, há problemas de memória, resolvidos por reconstruções mais ou menos elaboradas, quando não pelo puro e simples esquecimento" (2004, p.49). Assim, visando uma transição geracional e uma reconfiguração da vida social pós-evento traumático, onde o peso do passado pode ser "excessivo", algumas sociedades necessitam "producir y *usar* olvidos y silencios políticos" (JELIN, 2002, p. 123).

Nesse sentido, na intenção de "consertar" e resignificar a vida cotidiana vão surgindo novos contextos onde o "silêncio serve para normalizar as relações públicas e privadas, o esforço para sua conservação indica a existência de algo que, se revelado, poderia transformar

a ordem estabelecida" (TELES, 2009, p.13). O que segundo o autor abre margem para que se reflita sobre a ideia de culpa coletiva, embora esta não se trate de "julgar a omissão de muitos diante da ditadura, mas de pensarmos as instituições e relações sociais nas quais haja comprometimento e responsabilidade" (TELES, 2009, p.9). Responsabilidade tanto direta quanto indireta a partir de silêncios cúmplices que fazem com que perdure no presente um forte elemento autoritário, uma vez que "na democracia o silêncio simboliza a continuidade de um ato político de exceção" (p.16).

Entretanto, se o passado é imutável, seus sentidos não o são, sendo estes forjados no presente de acordo com os interesses dos grupos envolvidos e vinculados também as disputas dentro da dinâmica do poder distribuído pela sociedade em questão. Assim, conforme destaca Pollak (1989), a preocupação com a revisão das memórias coletivas se altera de acordo com a conjuntura, pois há um risco inerente a essas revisões uma vez que os governantes não possuem meios para medir até que ponto se estenderá os impactos e reivindicações dos grupos que as defendem.

Nesse sentido, se trata de "centrar la mirada sobre conflictos y disputas en la interpretación y sentido del pasado, y en el proceso por el cual algunos relatos logran desplazar a otros y convertirse en hegemónicos" (JELIN, 2002, p.40). De acordo com Padrós, a memória na medida em que se relaciona com o passado "constitui um elo indiscutível entre o presente e aquele passado [...] uma espécie de ponte que conecta, articula, relaciona elementos temporais, espaciais, identitários e, também, históricos." (PADRÓS, 2001, p.81). Nesse sentido, não há neutralidade nos registros da memória, tanto no âmbito pessoal quanto coletivo. Por isso, para o autor, as memórias ao serem idealizadas nas "narrativas oficiais" demandam a intervenção dos historiadores para "revelar o real possível de ser alcançado" (PADRÓS, 2001, p. 81).

Nessa perspectiva, se tratando dos regimes ditatoriais Latino-Americanos destrinchar narrativas cristalizadas no senso comum que constituem a memória coletiva, desvelando memórias que estabeleçam resistências e contrapontos a esta, é um exercício que possibilita pensar outros futuros possíveis, estabelecendo nesse movimento uma clara conexão dos estudos do Tempo Presente com a vida social. Pois, é a partir da ampliação do acesso a informação de qualidade a respeito desse tema, que se tornará possível às novas gerações a compreensão do que este foi e o que representa, bem como, quais são as sequelas deixadas por esses regimes no tecido social que perduram até o presente. Assim, se poderá então "deslembrar" sem jamais esquecer. Tendo em vista que essas ações não são sinônimas, uma vez que o deslembrar é uma opção mediante um universo de possíveis acessado diante do

conhecimento a respeito desses episódios, já o esquecer é uma imposição política colocada dentro da dinâmica de distribuição de poderes dentro de uma sociedade (CASTRO, 2007).

1.1. No Tempo Presente as memórias de um passado não tão ausente

"Olvidar es como volver a ~~matar/borrar~~/desaparecer."

(Andrés Santánelo)

A ideia de uma História do Tempo Presente surgiu no século XX diante da necessidade reflexão sobre os grandes traumas deste período. Assim, em uma de suas múltiplas dimensões as reflexões sobre o tempo presente pressupõem "a produção de uma historiografia engajada em seu tempo, uma história dos vivos e para os vivos. Uma abordagem sobre o passado e o presente que corresponda a necessidade de discutir o tempo vivido e os cruzamentos culturais envoltos nas apropriações do conhecimento histórico" (LOHN, 2018, p.193).

Para Dosse, a História do Tempo Presente situa-se "na intersecção do presente e da longa duração" (2012, p.6), diferenciam-se da História imediata pelo seu dever de mediação, colocando o "problema de se saber como o presente é construído no tempo" (p.6) onde sua verdadeira singularidade reside "na contemporaneidade do não contemporâneo, na espessura temporal do 'espaço de experiência' e no presente do passado incorporado" (p.6), sendo para o autor encarado enquanto uma "nova concepção de operação historiográfica" (p.7).

Embora o Tempo Presente seja um objeto multidisciplinar, o conceito remete ao passado que de alguma forma é contemporâneo. Para Franco e Levín "ésta se sustenta más bien en un régimen de historicidad particular basado en diversas formas de coetaneidad entre pasado y presente" (2007, p.2). Essas formas de contemporaneidade, segundo as autoras, podem dar-se a partir da possibilidade de escuta daqueles indivíduos envolvidos diretamente ou indiretamente no fato ocorrido, na vivacidade desse presente na cena pública a partir de uma memória social em circulação, bem como, na "contemporaneidad entre la experiencia vivida por el historiador y ese pasado" (FRANCO; LEVÍN, 2007, p.2). No caso do Cone Sul, para essas autoras, o caráter traumático é um dos elementos de delimitação para esse campo de estudos.

Diante dessa conjunção de fatores, ao abrir e reabrir o passado a partir de suas inquietações do presente, o historiador ao executar seu trabalho faz com que passado e presente sejam indissociáveis. Logo os historiadores de hoje "não tem o compromisso de cultuar memórias; pelo contrário necessitamos fazer defeitos nas memórias, problematizá-las

e, a partir delas, produzir novos sentidos e significados para a História" (COELHO; LEITE, 2018, p.58).

Nesse sentido, ao se analisar historicamente este objeto - o tempo presente - se está ao mesmo tempo mergulhado nele, o que de acordo com Carlos Fico "traz importantes consequências epistemológicas para o conhecimento que se deseja produzir" (FICO, 2012, p.45). Todavia, essa problemática não deve invalidar estes estudos, sendo fundamental de acordo com Padrós, que mesmo diante do efêmero das produções voltadas para temas do Tempo Presente se forneça uma base explicativa plausível que "não se restrinja às interpretações desconexas, fragmentadas, desarticuladas e superficiais da 'cena contemporânea'" (PADRÓS, 2009, p.31), devendo estas "identificar e validar tendências", bem como, "esclarecer mudanças básicas de estrutura que funcionam como sedimento do contexto analisado" (p.31).

Esse aspecto se relaciona diretamente com outra das características da História do Tempo Presente, que é seu "caráter militante". Pois, se tratando dos regimes de TDE ocorridos no Cone Sul durante o século XX, os primeiros esforços de sistematização despendidos por historiadores e jornalistas acerca desse passado recente permitiram que a sociedade se posicionasse criticamente diante dos fatos, sendo esse aspecto para Padrós "função vital da História do Tempo Presente" (2009, p.32). Nesse sentido, um exemplo dessa movimentação são as primeiras exigências por Verdade, Memória e Justiça durante o pós-ditaduras no Cone Sul, onde a produção historiográfica voltada para essa temática responde diretamente a um aumento da demanda social (DOSSE, 2012).

Para Carlos Fico, um dos fatores que configuram o período ditatorial enquanto essa página em aberto da História recente seria "a frustração diante da impunidade e da ausência de uma verdadeira ruptura [que] torna a transição brasileira um processo que não terminou" (FICO, 2012, p.52). O que para o autor se sobreporia a ideia de violência enquanto marca desse período, embora o mesmo tenha sido muito repressivo e a noção de violência seja adotada enquanto uma das principais chaves analíticas para o estudo de períodos como esse (FICO, 2020). Em consonância com essas colocações, caminham os argumentos de Padrós, ao pontuar que muito dessa frustração seria oriunda de proibições oficias impostas pelos governos ditatoriais e do posterior silêncio cúmplice dos governos democráticos (PADRÓS, 2009) que auxiliaram a estruturar significativas distorções e lacunas no processo de construção da memória social sobre o período.

Evidentemente as disputas de narrativas não são uma novidade, pois desde seus primórdios a história já fora utilizada como mestra da vida, sendo atribuído a ela caráter

prático-pedagógico, o que posteriormente fez com que fosse utilizada na massa que forjou o alicerce da unidade dos estados nacionais, e, logo, acionada em prol da edificação de um determinado "sentimento patriótico". No entanto, a grande novidade dos últimos anos é a reedição desses "manejos utilitários" da história, a multiplicação de narradores e de lugares que acabam desembocando em um "mau uso" do passado e da própria história em narrativas que "não estão dispostas a compreender a humanidade em sua heterogeneidade, e que se fecham em um mundo paralelo, dicotômico, em que o Outro, que não pensa como nós, é o inimigo" (COELHO; LEITE, 2018, p. 49).

Nesse sentido e na mão desses grupos "as leituras dos acontecimentos históricos entraram no rol das grandes disputas simbólicas e políticas da contemporaneidade" (MENESES, 2018, p.65). Umas das consequências disso é que se multiplicam as tentativas de desqualificação do trabalho dos historiadores e professores enquanto autoridades na escrita da história, principalmente quando o assunto são os temas "sensíveis", principais alvos de ataques negacionistas disseminados nas mídias. Nesse cenário, em que as apropriações do passado se tornaram um ponto fulcral, estamos vivendo o tempo dos usos abusivos da história, que não mais se refere a dados concretos e é por esses grupos acionada enquanto uma peça manipulável no jogo político do tempo presente (MENESES, 2018).

No caso das Ditaduras de Segurança Nacional, esse conjunto de fatores, aliados a práticas de ocultação e destruição de provas e rastros, como por exemplo, a não abertura de grande parte dos arquivos das Forças Armadas referentes a esse período, implicam diretamente na eficácia das medidas de reparação e apuração das responsabilidades, bem como, na fixação das representações desse período que setores ligados a esses governos ditatoriais desejam perpetuar.

Assim, o discurso oficial, que nesse caso é pautado pelo silêncio, cria a versão a ser difundida do ocorrido, a qual é corroborada pelas sequelas geradas pelo contexto repressivo da época que criou "um imaginário fantasmagórico e destituído de conotação política das variadas formas de manipulação das informações sobre as ações empreendidas pelo Estado ditatorial" (RUBERT, 2012, p.1). Hobsbawm, já alertava para a essencialidade das interpretações destorcidas da História, que por vezes são traduzidas em esquecimentos, para a formação das nações, "motivo pelo qual o progresso dos estudos históricos muitas vezes é um risco para a nacionalidade" (1998, p.285), pois uma de suas funções primordiais é a de provocar "defeitos de memórias" ao tencionar, problematizar, narrativas monumentalizadas, cristalizadas enquanto verdades (COELHO; LEITE, 2018).

Assim, diante de um cenário onde o Estado mantém essa lacuna aberta, assumindo

uma postura de negação e/ou de amenização do ocorrido, a interdição ou remoção dos arquivos oficiais é "uma forma de manter resquícios autoritários vivos em eras de democracia" (RUBERT, 2012, p. 103), pois dificulta o entendimento pleno das formas de agir do Estado Ditatorial, isentando-o da culpa por seus atos e privando as vítimas de justiça, fazendo com que a História da ditadura brasileira permaneça "alheia a seu povo, exilada num tempo que parece não ter fim" (p.101). Nesse sentido, "a abertura desses arquivos pode permitir a superação de alguns equívocos" (FICO, 2012, p.58) presentes no imaginário social.

Já no campo acadêmico, de acordo com Carlos Fico, ao contrário de seus vizinhos argentinos "após o fim do regime militar o Brasil viveu uma fase de silêncio durante a qual não se falava da ditadura" (2020, p.33), panorama este que só começa a ser mudado no decorrer das últimas décadas. O autor destaca ainda que em 1994, nos trinta anos do Golpe, o interesse pelo assunto era pequeno se comparado à década seguinte, embora as iniciativas de demarcação a data fossem ainda pontuais em 2004, os debates acadêmicos daquele período suscitaram outras questões, que até então continuam em aberto, como, por exemplo, as disputas em torno do conceito de resistência e os debates que tratam do apoio da sociedade brasileira aos militares.

Já no ano de 2014 o interesse pelo tema se expandiu, diversos programas de pós-graduação em História promoveram eventos e seminários por todo o país e até mesmo no exterior, os jornais fizeram uma ampla cobertura, incluindo filmes e documentos da época. Ampliava-se assim o interesse do público em geral, cinquenta anos depois do ocorrido.

Houve então um significativo crescimento no número de produções voltadas para esse período, bem como a ampliação do olhar dos pesquisadores para outras parcelas da sociedade que não estiveram diretamente vinculadas a resistência armada nos grandes centros urbanos. Nesse contexto, ampliaram-se o número de pesquisas[32] que partem de uma perspectiva regional e/ou local, abrindo-se espaço para o debate das experiências e vivências do "cidadão comum": interiorano, campesino, favelado, aldeado, fronteiriço. Tomando suas vivências não como casos isolados, mas enquanto facetas de um todo que não se apresentou da mesma forma do Oiapoque ao Chuí brasileiro, onde as solidariedades, repressão e as múltiplas formas de resistências atenderam às particularidades espaciais, sociais e culturais dessa gente.

No entanto, embora ocorram avanços no campo das produções historiográficas, como

[32] Como exemplo desse movimento vamos nos ater ao caso do Rio Grande do Sul que possui a Plataforma Antares (https://www.ufrgs.br/antares/) vinculada ao Centro de Referência em Pesquisa sobre a Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul da UFRGS. Esta plataforma apresenta um levantamento, ainda em desenvolvimento com alguns dos trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses defendidos até 2019, a respeito da produção sobre a ditadura militar no estado. Ao observarmos o repositório podemos perceber esse movimento de ampliação e de interiorização das temáticas referentes a esse período.

a descentralização dos estudos do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, o que possibilitará uma produção de conhecimento mais "completa" sobre a ditadura, a sociedade em geral ainda pauta suas visões em grandes mitos forjados no período e a ideia de dois polos opostos em enfrentamento –militares e luta armada- ainda é vigente, e "como consequência a História das 'pessoas comuns' é praticamente ignorada" (FICO, 2020, p.33). Assim, nessa leitura binária, cidades periféricas que não protagonizaram expressivas ações de resistências no âmbito da luta armada, como é o caso de Jaguarão, tem essa parcela de seu passado silenciada no âmbito das narrativas oficiais.

Outro ponto que deve ser mencionado, pois impactou diretamente na produção acadêmica dos últimos anos, são alguns aspectos da nossa legislação que vieram a contribuir significativamente no teor das produções voltadas para esse período. Assim, estes podem ser apontados como responsáveis por imprimir uma nova dinâmica para a produção historiográfica brasileira referente a esta temática nos últimos anos: a instalação da Comissão Nacional da Verdade (CNV)[33] e a criação da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Entretanto, quando o assunto são os arquivos da ditadura[34], essa legislação ainda não resolveu toda a problemática que os cerca. Uma vez que, estes, assim como as memórias, são fonte de disputas no campo das versões e controvérsias sobre 1964 e a posterior ditadura. De um lado encontram-se aqueles interessados em sua preservação (vítimas, pesquisadores, organizações voltadas para os direitos Humanos e outros) e no outro extremo encontram-se agentes militares e civis envolvidos direta ou indiretamente nesses processos a quem convém a ocultação, negação e até mesmo destruição desses arquivos, para quem esse passado deve permanecer sepultado.

No ano de 2005 o Decreto 5.584 determinou que fossem recolhidos ao Arquivo Nacional os documentos públicos produzidos e recebidos pelos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que até então estavam sob a custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Entretanto, junto a esse sopro de boas novas se associaram novos problemas relacionados à questão da privacidade dos indivíduos citados nesses documentos, o

[33] Criada pela Lei 12528/2011 e instituída em 16 de maio de 2012. Visava apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. Seus trabalhos foram conduzidos até o ano de 2014, quando foi publicado e publicizado seu relatório final. Vale destacarmos também que durante os trabalhos da CNV ocorreram em diversas regiões do país comissões estaduais e municipais motivadas pelos mesmos objetivos. Os trabalhos da CNV podem ser conferidos em http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html

[34] No artigo "História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro", publicado no ano de 2012, o historiador Carlos Fico aborda algumas das principais leis e decretos que nortearam o acesso a esses documentos.

que levou o Arquivo Nacional e alguns arquivos estaduais a restringir o acesso a alguns deles. Esse impasse durou algum tempo e foi sanado pela Lei de Acesso às Informações Públicas (2011).

Em linhas gerais esse impasse se deu, pois, para além da represália moral que o desvelar dessas ações pode acarretar em âmbito individual para aqueles agentes envolvidos em ações repressivas, em âmbito coletivo esses documentos sofrem um efeito bumerangue. Isso quer dizer que servem no presente para atividades opostas a sua origem, ou seja, o que antes foi redigido pelo Estado para incriminar a vítima hoje é uma das provas dos crimes desse mesmo Estado contra os direitos humanos (BAUER; GERTZ, 2009).

No que diz respeito à Lei de Acesso às Informações Públicas (2011), talvez o ponto que mais nos interesse aqui é o de que de acordo com o parágrafo 21 da referida Lei, "as informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrições de acesso". Bem como é importante ressaltarmos o parágrafo 4° do artigo 31: "a restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada [...] em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância".

Assim, a abertura desses arquivos foi, e é, de suma importância para a pesquisa histórica referente ao período. Já que uma vez abertos podem indicar novas fontes e caminhos a serem explorados. Contribuindo para superação de alguns mitos e equívocos, como a ideia de uma *ditabranda*[35] ou da não existência de repressão nas cidades interioranas, por exemplo.

Ainda que muitos desses fundos tenham sido "perdidos"[36] pelo caminho, devemos destacar aqui a possibilidade de consulta, inclusive virtualmente, a parte deles em um sistema

[35] Expressão que se refere a "brandura" da ditadura brasileira em comparação aos seus vizinhos latinos. Tal afirmação se apoia no número de mortos e desaparecidos do país e se configura em uma das tantas falácias que rondam essa parcela de nosso passado. Assim, "Querer diminuir ou relativizar a crueldade e o caráter criminoso do que aconteceu no Brasil naquele período tem um duplo objetivo: esconder e mascarar a responsabilidade pelas escolhas feitas, e lembrar que a lógica que embalou o golpe segue viva na sociedade, com um discurso remodelado, mas pronto entrar em ação, caso a democracia torne-se demasiadamente democrática" (WEISSHEIMER, 2011). Para uma melhor compreensão da discussão recomendamos a leitura da matéria "O que a falácia da ditabranda revela" assinada por Marco Aurélio Weissheimer, e publicada no portal Carta Maior em 31/03/2011. Disponível em: https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-a-falacia-da-ditabranda-revela/4/16796.

[36] Existem arquivos inacessíveis até os dias de hoje, os motivos dessa falta podem ser os mais diversos possíveis. Primeiramente a tese da destruição desses durante a redemocratização é incompatível com a própria lógica de produção da burocracia militar. Assim, é mais aceitável a tese de que no intuito de acobertar suas ações, muitos desses arquivos foram extraviados e/ ou ocultados em casas de particulares ou dentro das próprias unidades militares. Exemplos disso são os documentos do DOI-CODI que foram descobertos na casa do coronel reformado do Exército Brasileiro, Júlio Miguel Molina Dias, em novembro de 2012 (FERREIRA; BAUER, 2013), e, também, os fundos documentais queimados na base aérea de Salvador no ano de 2004 (FANTÁSTICO, TV GLOBO, exibido em 12 de dezembro de 2004).

de busca por palavras-chaves através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). Essa ferramenta possibilita que pesquisadores de todos os cantos do Brasil, e até mesmo de fora, possam acessar parte desse material sem os custos de um deslocamento até o Rio de Janeiro. Nesse sentido, ser um pesquisador do interior que pesquisa a ditadura no interior, o que é o nosso caso, e fazer uso de fontes documentais, seria uma missão quase impossível na atual conjuntura se não fosse a base de dados do Arquivo Nacional facilitando o acesso a alguns documentos.

Todavia, devemos ter cautela ao utilizarmos documentos oficiais enquanto fontes, isso porque a, "lógica interna (informação, contrainformação, pontos de vista, etc.) pode capturar o leitor desatento prejudicando seu discernimento quanto à avaliação dessa documentação específica levando-o a uma aceitação tácita de que o seu conteúdo é expressão imediata de veracidade" (PADRÓS, 2009, p.39). Diante disso, é fundamental diferenciarmos *arquivos repressivos* dos *arquivos sobre a repressão*. Em linhas gerais, os primeiros foram produzidos pelo Estado no âmbito da sua comunidade de informações. Também, constam nesses arquivos bens, como documentos, livros, manifestos, e outros itens tomados de setores da oposição durante ações repressivas. Já os arquivos sobre a repressão são fruto da atuação dos grupos ligados à causa dos direitos humanos, constituídos com o intuito de fundamentar denúncias, um exemplo desse trabalho é o projeto Brasil Nunca Mais[37] (PADRÓS, 2009).

Em diálogo com essa segunda categoria estão os documentos oriundos da Comissão Especial de Indenizações do Estado do Rio Grande do Sul, que também foram utilizados nesse estudo. Os processos decorrentes da Lei Estadual nº 11.042/1998 estão salvaguardados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), localizado em Porto Alegre e a consulta a eles deve ser feita presencialmente mediante agendamento prévio. Para facilitar a localização dos indivíduos ligados a Jaguarão, utilizamos o catálogo "Resistência em Arquivo: Memórias e Histórias da Ditadura no Brasil". Esse instrumento de busca, constituído por verbetes correspondentes aos 1704 processos movidos na Comissão, foi lançado no ano de 2014 durante a descomemoração dos 50 anos do Golpe de 1964. Em linhas gerais cada verbete contem as seguintes informações:

> Número do processo: Assunto: Nome do ex-preso; Codinome/pseudônimo/alcunha; Naturalidade (quando/onde); profissão/ ocupação (que exercia na época dos fatos); vinculação partidária ou atuação política; prisões (período e local); motivo da prisão; companheiros de prisão; testemunhas; sevícias, maus-tratos e seus responsáveis; consequências da prisão; decisão da Comissão Especial de Indenização. Observações: tipologias documentais e considerações (quando necessárias importantes sobre grafias e nomes encontrados na capa do processo) (p. 15).

[37] O projeto pode ser consultado virtualmente em http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/l

Nossa pesquisa se deu a partir do termo “Jaguarão”, diante do qual foram mostrados oito resultados. Destes, após um refinamento da pesquisa, foram descartados os nascidos na cidade, restando quatro processos de pessoas que haviam sido presas no município: Oribe Sergio Terra; Didio Bezerra; Claudio Maria Ricardo e Orlando Rodrigues dos Santos. Destes apenas Orlando não possuía vínculos com a cidade, tendo sido preso na fronteira e remanejado para outra localidade, por isso seu processo foi descartado. Os outros três serão analisados no capítulo 2 desse estudo.

Cabe aqui demarcarmos a diferença dos depoimentos presentes nesse tipo de documentação para aqueles presentes nos IPMs e outros documentos produzidos pela ditadura, também consultados para esse estudo. Primeiramente, as pessoas que depõem na Comissão de Indenização não o fazem sob constante ameaça e coerção, assim a voz que aparece nesses documentos não é mediada pela caneta de um agente da ditadura. O segundo aspecto que deve ser mencionado é o fato de que ao revisitarem suas trajetórias esses indivíduos “ultrapassam as fronteiras do silêncio [...] contrapondo-se à documentação produzida na época e compondo outras narrativas sobre suas histórias de vida” (GASPAROTTO, Et. Al. 2020, p. 72). Nesse sentido, essa característica dos processos de indenização pode ser apontada como um dos principais elementos que os diferencia dos demais documentos consultados para essa pesquisa.

Se tratando dos arquivos repressivos, quando o assunto são as Travessias basicamente dois tipos de situações podem ser acompanhadas a partir deles: o monitoramento dos passos e/ ou possíveis passos de indivíduos suspeitos aos olhos da repressão; e, também, podemos ter acesso às quedas na fronteira o que gera o depoimento do indivíduo em um inquérito policial militar (IPM).E nesse sentido é que;

> a própria legitimidade das informações ali coletadas deve ser questionada com muita cautela, pois são informações que, em muitos casos, foram arrancadas das vítimas em situações constrangedoras, sob forte coerção ou, então, elaboradas por funcionários estatais (policiais, militares, diplomatas, médicos, funcionários públicos, etc.) que transmitiram a informação de acordo com seus interesses e simpatias, dos seus chefes ou das instituições em que desempenharam funções (PADRÓS 2009, p.42).

Diante desse cenário, torna-se quase impossível com base apenas nessa documentação compreendermos a dimensão organizacional dessas Travessias, bem como as relações humanas que se forjaram a partir dessas dinâmicas e os mecanismos de resistência articulados em torno delas. Isso porque, mesmo que alguns processos tragam depoimentos a respeito dos modos como se deu a passagem pela fronteira, dada às circunstâncias de produção desses - muitas vezes sobre coesão, ameaça, tortura – as informações podem ser

apresentadas de maneira extremamente destorcida da realidade, para proteger companheiros ou ir ao encontro dos anseios daquilo que os agentes da repressão esperavam ouvir, já que essa documentação está "permeada pelas práticas difundidas e legitimadas pelo autoritarismo" (BAUER, 2009, p. 177) vigente no período.

Assim, a validação das informações contidas nesses documentos enquanto fonte de pesquisa se dá mediante o cruzamento com outras fontes, buscando aferir a veracidade dos conteúdos por estas apresentadas. Por outro lado, "os documentos elaborados pelo Estado repressivo, além de ajudar a precisar questões pontuais (individuais e/ou coletivas), conferem legitimidade e credibilidade às denúncias realizadas muitos anos antes" (PADRÓS, 2009, p.42), confirmando assim, aquelas narrativas subterrâneas que circulavam entre sussurros enquanto suspeitas ou denúncias.

Diante da interdição/sonegação e das demais problemáticas que circundam as fontes arquivísticas referentes ao período, uma das saídas encontradas para acessar informações sobre essa parcela da História recente é a partir da oralidade dos sobreviventes e das vítimas. Figuras que como vimos anteriormente são centrais para a escrita dos episódios traumáticos do último século, dado o seu lugar de autoridade enquanto narradores desses processos.

Nesse sentido, Sosa nos coloca que a construção de fontes orais para o tratamento de passagens traumáticas da História recente tem se demonstrado "ser una vía de sensibilización y concientización para diversos públicos en los que ese tipo de investigación se difunde" (SOSA, 2020, p.29). A autora ainda nos coloca que existem duas concepções de testemunhas, por um lado temos aqueles indivíduos que podem dar conta dessa imensidão da ocorrência narrada justamente porque sentiram na pele, viveram a experiência que narram, e por outro lado existem aquelas testemunhas que foram observadores da experiência, ou seja, viram e/ou ouviram os acontecimentos, porém não foram os seus protagonistas.

Tomando por exemplo as personagens do presente estudo, essa observação da experiência pode se dar no âmbito das memórias herdadas (POLLAK, 1992), como é o caso de nosso entrevistado Carlos que narra as histórias ouvidas durante a infância. E, também, pode ocorrer a partir daqueles que embora contemporâneos não se envolveram diretamente no acontecimento narrado. Como é o caso de Frei Beto que, conforme consta em suas memórias, nunca pisou na fronteira, entretanto esteve envolvido no esquema de Travessia, e é a partir de sua narrativa uma das formas que temos de tomar conhecimento deste. Por outro lado, há o testemunho direto do motorista que foi um dos protagonistas da Travessia narrada, esteve lá e viveu diretamente o fato narrado durante a ocorrência deste. Assim, no

presente estudo a História Oral, a História do Tempo Presente e suas relações com a memória são tomadas enquanto três pontos fundamentais a serem pensados em relação à construção de narrativas historiográficas referentes à temática da ditadura brasileira.

Autores como Franco e Levín (2007, p.12) pontuam as vantagens do trabalho com testemunhos em relação ao uso de fontes escritas, pois estas "tienen la limitación de que permiten ver una escasa cantidad de cuestiones en relación con aquellas que pueden revelarse a partir de las fuentes orales". No caso das Travessias, a adoção da fonte oral como principal fio condutor da presente análise justifica-se, pois sendo esta um processo migratório clandestino, o mesmo não fora oficialmente documentado. Logo se formos buscar elementos referentes a estes nos dados oficiais produzidos pelo Estado, teremos uma dimensão muito estreita do processo. Uma vez que, como dito anteriormente, essa documentação majoritariamente aborda as "quedas" na fronteira.

Nesse sentido, a capacidade de a entrevista contradizer generalizações sobre o passado amplia a percepção histórica gerando uma mudança de perspectiva. Entretanto, devemos ressaltar que a entrevista de História Oral é intencionalmente produzida pelo historiador e colhida a posteriori dos acontecimentos, nasce do diálogo e interação de no mínimo duas pessoas -entrevistador e entrevistado- ponto que a diferencia da autobiografia, é a arte da escuta que se baseia em uma troca dialógica. Nesse sentido, há uma intencionalidade por trás dessa narrativa, e como comunicação, sofre a aplicação de filtros conscientes ou não por parte de quem comunica.

Isso quer dizer que essas fontes, como todas as fontes, devem ser problematizadas. . Não se trata de, questionar a validade do relato de uma vítima, mas sim de buscarmos compreender onde se encontram os filtros que permeiam esse relato. Padrós argumenta que se tratando da narrativa de experiências referentes aos regimes de Segurança Nacional, "é fundamental perceber o quanto eles [os testemunhos] podem ser produto da aplicação consciente de filtros "corretores" (2009, p.38) ou que podem estar marcadas por "lapsos" que incidem nessa complexa dimensão que é a memória". Para Hartog (2011) o não dito, a forma de narrar são aspectos caros a análise crítica que o historiador deve realizar nesta fonte, bem como, reflexões acerca do próprio ato de testemunhar e suas implicações sobre a testemunha e os ouvintes que acompanham a problemática referente às formas narrativas da transmissão.

Sempre haverá um fosso entre o que foi vivido e o que é dito, e dai origina-se a ideia

de acontecimento sem testemunho[38], "não, obviamente, por falta de testemunhas, mas porque o colapso do próprio ato de testemunho dissolve a possibilidade de um testemunho comunitário" (HARTOG, 2011, p.208); ou seja, sem a possibilidade de atestação compartilhada, pois o vivido é muito subjetivo e cada ser lida com seus traumas de uma determinada maneira, fator este, que interfere diretamente na narrativa dele.

Para Jelin, "aunque haya evidencias y conocimientos sobre los acontecimientos, la narrativa que está siendo producida y escuchada es el lugar donde, y consiste en lo proceso por el cual, se construye algo nuevo. Se podría decir, inclusive, que en ese acto nace una nueva verdad" (2002, p. 84). Nesse sentido, ao serem tomadas como fontes exclusivas podem levar a produzir "leituras idealizadas, parciais, laudatórias, apologéticas, etc." (PADRÓS, 2009, p.38) da realidade narrada.

Algumas das entrevistas temáticas (ALBERTI, 2010) utilizadas para essa investigação foram realizadas durante o período de construção do meu Trabalho de Conclusão de Curso, já outras foram produzidas para essa pesquisa. Aspecto este que é de extrema importância, pois se tratando de uma fonte produzida a partir de um movimento dialógico que é condicionado pela subjetividade dos indivíduos envolvidos, os elementos sociais, culturais e políticos do contexto em que estes se encontram inseridos interferem, em maior ou menor grau, no conteúdo da narrativa, conforme veremos mais detalhadamente no subcapítulo seguinte.

Ao mesmo tempo, enquanto uma das principais potencialidades dessa fonte, destacamos a possibilidade de apreensão das subjetividades do vivido de um modo único, permitindo que a partir dessa se desenvolvam análises quantitativas e qualitativas, tanto no âmbito da compreensão de vidas individuais quanto na ocorrência de processos mais amplos (THOMPSOM, 2002) de maneira mais complexa. Mesmo que por vezes essa fonte gere alguns problemas como silêncios, distorções, e/ou ucronismos[39], pois "o passado

[38] Um exemplo que elucida esse raciocínio é a experiência partilhada por nove prisioneiros políticos uruguaios - Adolfo Wasen, Raúl Sandic, Jore Manera, Julio Marenales, José Mujica, Jorge Zabalza, Henry Egler, Maurício Rosencof e Eleutério Fernandéz Huidobro - todos integrantes do MNL-Tupamaros presos em 1972 e submetidos a partir de setembro de 1973 ao mesmo sistema punitivo. Entretanto, mesmo que todos tenham sido condenados pelo Estado pelo mesmo crime e recebido à mesma sentença, as formas de sentir e significar a experiência são únicas para cada indivíduo, mesmo tratando-se de um acontecimento coletivo como este onde os prisioneiros foram divididos em três grupos, cada qual submetido a um "lineamiento similar de castigo" (ROSENCOF; HUIDOBRO, 2018, p.11). No livro *Memorias del calabozo*, publicado pela primeira vez em 1988, Rosencof e Huidobro narram a experiência do cárcere vivenciada pelo seu grupo, o livro também deu origem ao filme *La noche de doze años* lançado em 2018.

[39] A Ucronia é um gênero literário que em linhas gerais consiste em uma trama alternativa liberada de qualquer padrão cronológico convencional (presente, passado, ou futuro), entretanto não se trata de um universo paralelo desprendido por completo do plano real. É comumente aplicada a romances históricos onde se apresentam passagens reais com transcursos e desfechos alternativos. Em História Oral o termo fora empregado pelo

relembrado é tanto individual quanto coletivo" LOWENTHAL, 1998, p.78).

Nesse sentido, Thompson (2002) nos assinala que se os historiadores orais forem sensíveis às questões psicológicas podem enriquecer muito os trabalhos que tenham histórias de vida enquanto fontes de análise. E esse aspecto é fundamental para aqueles que trabalham com memórias de períodos traumáticos e situações limite, pois os silêncios podem ser um alivio psíquico ou uma imposição estrutural, por exemplo, sendo essa dimensão percebida nas sutilezas contidas nas entrelinhas dos relatos colhidos em campo.

Ferreira (2012), apoiando-se nos argumentos de (Pollak, 1993), destaca que a abordagem metodológica que explora as relações entre memória e História, vem a possibilitar,

> uma abertura para a aceitação do valor dos testemunhos diretos ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções dos depoimentos e a falta de veracidade a eles imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (FERREIRA, 2012, p. 176).

Segundo Carlos Fico, essa abertura se dá justamente pelos contornos adquiridos pela História do Tempo Presente, sobretudo nos estudos que se referem a eventos traumáticos. No mesmo sentido caminham as colocações de Padrós, que destaca a centralidade e importância da "existência de testemunhas/protagonistas dos acontecimentos, verdadeiros arquivos vivos, e a oportunidade de ouvi-los, são das particularidades mais valiosas que o Tempo Presente disponibiliza" (PADRÓS, 2009, p.38). Nesse sentido, é que para Carlos Fico a questão do testemunho vem se tornando proeminente, frequentemente a partir de um "propósito explicito (e político) de se evitar o esquecimento" (2012, p.47). Ainda segundo este autor,

> os eventos traumáticos possuem esse caráter "interminável" justamente em função de sua constante reelaboração através das memórias. Portanto, a memória dos eventos traumáticos integra inelutavelmente o esforço de construção do conhecimento histórico sobre tais processos. Ao contrário do que possa parecer em um primeiro momento, não se trata de uma contraposição entre memória e História: no caso da História do Tempo Presente, trata-se de uma imbricação constituinte (FICO, 2012, p.48).

Diante disso, há uma necessidade compreendermos o campo das memórias sociais enquanto um campo de conflitos. Uma vez que, toda narrativa do passado implica uma seleção, e a memória enquanto narrativa é um objeto contínuo de negociação e disputas, sendo ideológica e culturalmente mediada, fruto de uma mirada ao passado com os olhos e a bagagem de experiências e ideologias do presente.

Seguindo por esse viés interpretativo, é preciso considerarmos que "el testimonio

---

pesquisador Alessandro Portelli (1993) para discutir o imaginário, os desejos, o "errado" que envolvem as narrativas dos trabalhadores comunistas do setor naval de fundição de aço em Teni, Itália central.

expresa no solo la percepción de un testigo sobre una experiencia vivida, sino la mirada, los discursos y las expectativas de su sociedad en el momento en que es formulado" (FRANCO; LEVÍN, 2007, p.8). Por isso, o historiador deve buscar historicizar esses testemunhos, situando-os no tempo e espaço de produção como a qualquer outro discurso, buscando reconstruir "las formas en que los discursos de la memoria colectiva intervienen en las maneras en las cuales los individuos narran y reconstruyen sus experiencias pasadas" (FRANCO; LEVÍN, 2007, p.8). Nesse sentido, as memórias são organizadas na esfera pública de forma hierárquica, baseadas em uma escala de poderes que ditam os modos como são dispostas.

Para Jelin (2002), os trabalhos da memória partem de uma temporalidade complexa onde a concretude convive com a subjetividade, o que gera uma constante transformação, tanto dos atores quanto das interpretações dos processos históricos, a partir dos "espaços de experiência no presente" que se formam tendo por base os acontecimentos vividos pessoalmente e experiências coletivas. Nesse sentido, os trabalhos da memória não são, em primeiro plano, processos unicamente subjetivos, são elaborações sociais, clínicas, políticas, acadêmicas, culturais que se colocam de maneira crítica em contraponto a um duplo movimento de atuação e repetição memorialística.

Esse mecanismo de atuação/repetição, para Jelin, tende a gerar por um lado à super valoração destas memórias, chegando a banalização das mesmas, e por outro o esquecimento seletivo, instrumentalizado e manipulado. Assim, ao serem executados criticamente os trabalhos de memória, em se tratando destes passados sensíveis, tem-se como resultado uma experiência de caráter pedagógico, na medida em que o senso comum onde residem essas memórias não se apoia na verdade pura e objetiva dos fatos em si, mas sim na elaboração, significação e transmissão do ocorrido entre os membros do grupo em questão. Em outras palavras, é uma imagem do passado repleta de contemporaneidade.

Sendo assim, esses processos estão intrinsicamente atrelados ao Tempo Presente. Uma vez que, significativamente pautadas nesses trabalhos de memória, as explicações acerca de episódios situados no âmbito da História recente permanecem provisórias, passíveis de constantes revisões. Essa amplitude faz com que o Tempo Presente constitua-se em um campo cientifico singular, com balizas cronológicas móveis (FERREIRA, 2018) e a possibilidade do conhecimento histórico produzido ser confrontado pelo testemunho daqueles que viveram o acontecimento narrado. Sendo este aspecto, para o historiador Carlos Fico (2012), o único ponto que verdadeiramente diferencia esse campo dos demais.

Nesse sentido, a nova historiografia se volta para aqueles silenciados pela História

oficial, proporcionando a reconstrução de histórias que foram intencionalmente clandestinizadas, ou que permaneceram subterrâneas, no processo de construção social das memórias.

1.2. Memórias "clandestinas" que ecoam nos silêncios da fronteira

"O silêncio pode ser facilmente, mas falsamente, assimilado ao esquecimento."
(POLLAK, 2010)

Se os moradores que viveram durante o período ditatorial na fronteira Jaguarão-Rio Branco forem perguntados a respeito dessa temática na cidade, o silêncio e a negação são respostas recorrentes na maioria das explicações a respeito daqueles anos. Esse posicionamento é no mínimo intrigante, sendo Jaguarão um espaço fronteiriço, característica essa que fez com que a cidade fosse considerada durante a vigência da Lei de Segurança Nacional (1968) área sensível aos interesses da Nação[40].

Nesse cenário, o município pode ser considerado uma cidade militarizada, levando em consideração a parcela urbana de sua população[41], possuindo além do quartel do 13° Regimento de Cavalaria, uma unidade da Brigada Militar, da capitania dos portos e postos de controle de fronteira. No que diz respeito ao Exército, o 13° RC foi substituído em 1971 pelo 33° Batalhão de Infantaria, que por sua vez, no bojo das reformulações ocorridas no Exército durante os anos 1980, deu lugar a 8° Brigada de Infantaria Motorizada e posteriormente, em 1989, ao 12° Regimento de Cavalaria Mecanizada que exerce suas atividades nessa fronteira até o presente. Outro fator de extrema importância é o fato de ser localizado em uma fronteira de "fácil" acesso ao país vizinho através da Ponte Internacional Barão de Mauá, limite que é vencido após cinco a dez minutos de caminhada. Ou seja, trata-se de uma cidade dotada de um perfil sociocultural e espacial extremamente particular que interferiu diretamente na configuração da dialética Estado e Oposição. Entretanto, esses aspectos raramente são levantados quando se narra a vida na fronteira durante aqueles anos.

Em sua coluna no Jornal Zero Hora, edição de 4 de novembro de 1982 (p.6), o escritor

[40] O município integrou a lista de pouco mais de duas dezenas de cidades gaúchas a serem regidos pela Lei 5.449 de quatro de junho de 1968. No seu Art. 1º. A lei na íntegra pode ser consultada em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 02/01/2021. Uma discussão pormenorizada dos impactos na cidade e repercussão da lei na imprensa local será apresentada no capítulo 2 dessa dissertação.

[41] Essa afirmação é possível tomando por base os estudos de Selbach e Brum (2017) e de Cunha (2012), ao observarmos a partir desses autores a disposição da população urbana e dos postos de trabalho destinados ao público masculino.

gaúcho Luiz Fernando Verissimo escreveu:

> Não é fácil eliminar um corpo. Uma vida é fácil. [...] Mas fica o corpo, como lixo. Um dos problemas desta civilização: o que fazer com o próprio lixo. [...] Seria fácil se o corpo se extinguisse com a vida. [...] Mas fica o corpo, como um estorvo. Os desaparecidos não desaparecem. Sempre há alguém sobrando, sempre há alguém cobrando. As valas comuns não são de confiança. A terra não aceita cadáver sem documento. Os corpos são devolvidos, mais cedo ou mais tarde. [...] A terra não quer ser cúmplice. Tapar os corpos com escombros não adianta. Sempre sobra um pé, ou uma mãe. Sempre há um bisbilhoteiro, sempre há um inconformado. Sempre há um vivo. [...] Valas mais fundas, mais escombros, nada adianta. Sempre sobra um dedo acusando. O corpo é como nosso passado, não existe mais e não vai embora. [...] O corpo volta. [...] O corpo incomoda. [...] Mais cedo ou mais tarde os mortos brotam da terra.

Arrisca-se dizer que o corpo é uma ótima metáfora para auxiliar na compreensão acerca da circulação/clandestinização de memórias difíceis na sociedade. O corpo é essa memória que mesmo estruturalmente silenciada e renegada ao esquecimento nas narrativas oficiais, circula clandestinamente entre sussurros e cochichos dentro dos lares. Seja por vergonha das humilhações sofridas, ou dos atos cometidos sob efeito destas –como, por exemplo, delatar companheiros- bem como pelo temor de não ser compreendido, já que nem sempre as palavras podem dimensionar o horror das violências sofridas. Ao mesmo tempo, existem determinadas experiências que não podem ser narradas pelo simples fato de não existirem termos, conceitos e vocábulos que as qualifiquem, que representem sua amplitude. Assim, diante desses múltiplos cenários essas memórias têm permanecido "subterrâneas".

Por outro lado, quando palavras são encontradas, pronunciá-las recai em um novo problema: falar significa rememorar, "reviver", ser transportado pela mente aos horrores de outrora. Poder a partir de alguma armadilha da psique humana ouvir os gritos dos companheiros, sentir o gosto do metal na boca, o odor do cárcere, pois "o psiquismo ouve as palavras pronunciadas e se vê voltando aos cenários de terror, e o corpo volta a sentir o horror, os desconfortos e as agressões" (RUBERT, 2012, p.104).

Ao mesmo tempo, falar sobre o trauma ajuda na sua elaboração, no entanto esse deve ser um percurso trilhado naturalmente pelo indivíduo, cada um sabe a hora em que está pronto para falar. De acordo com Jelin, "la posibilidad de dar testimonio [...] requiere ese tempo de la reconstrucción subjetiva, una tomada de distancia entre presente y pasado" (2002, p.94). Em outras palavras, demanda encontrar uma forma de elaborar esse passado vivido a uma distância suficientemente segura que não gere a imersão total do narrador na experiência. Pois, mesmo que o tempo da narrativa não seja o tempo do vivido, o processo de ordenação do trauma é algo penoso para quem narra, um relato de vida é uma reconstrução identitária, é a inserção de uma memória individual num universo de memórias coletivas, está além do

factual, uma vez que abre caminhos à subjetividade e à vida privada de cada um.

Nesse sentido, assim como a memória a narrativa é um processo, uma performance, uma seleção dialógica que está relacionada ao seu lugar de produção e ao público a qual se destina, por isso "quando falamos em História Oral deveríamos pensar mais em termos de verbos [narrar, rememorar, contar] do que de substantivos [memória, conto, narrativa]" (PORTELLI, 2016, p. 19), pois as fontes orais são fruto do presente, influenciadas pelo contexto histórico, político e social, mas também, "filtradas pela responsabilidade individual" (PORTELLI, 2016, p. 20) uma vez que todo relato individual "põe em jogo, indiretamente, uma multiplicidade de definições de grupo e de ligações com o passado" (POLLAK, 2010, p. 12).

Para Jelin "el pasado cobra sentido en su enlace con el presente en el acto de rememorar/olvidar" (2002, p.27), onde nesse processo ativo, mecanismos sociais e psicológicos entram em cena. Assim, merecem destaque dois níveis de memória: a memória tranquilizante e a memória perturbação (PORTELLI, 2016, p.48), a primeira diz respeito aquele na qual são sedimentadas as identidades individuais e grupais, uma memória oficial "que só recorda aquilo que a orgulha, ocultando as sombras e as contradições". Por outro lado, a memória pode ser incômoda, colocando a prova as certezas que tranquilizam, essa é para o autor a função mais útil da memória, e a mais cara a esta investigação. A memória perturbação escapa aos livros, manuais e museus, ela se infiltra pelos subterrâneos das narrativas oficiais, está presente nos murmúrios de corredores, nas confissões entre familiares, nas cumplicidades entre velhos camaradas, é aquilo que a sociedade não quer/não pode ouvir, é desconfortável, inacessível a olhos e ouvidos desatentos.

Para ouvi-las a História Oral é uma ferramenta indispensável, gerando a oportunidade de narrar outras Histórias possíveis, entretanto, nem sempre essas podem ser pronunciadas, principalmente se tratando de processos traumáticos existem "memórias não autorizadas ao nível do discurso público, memórias involuntárias no nível da lembrança pessoal, e memórias perturbadoras em ambos os níveis" (PORTELLI, 2016, p.55), a impossibilidade de explicá-las gera o silêncio.

Nesses casos, o silêncio pode ser erroneamente confundido com o esquecimento, e nesse sentido, não existe um único tipo de esquecimento, mas sim uma multiplicidade destes, com diversos usos e sentidos. Elencamos aqui aqueles pontuados por Jelin (2002), sendo o primeiro deles, o apagamento de fragmentos do passado provocado pelo próprio devir histórico, intrínseco a este, tem-se o paradoxo de que se forem apagados por completo a sua comprovação se tornará impossível, assim essas passagens voltam à cena contemporânea

dotadas de ressignificações a partir de mudanças sociais e culturais.

Por outro lado, os silêncios podem ser "de una voluntad o política de olvido y silencio por parte de actores que elaboran estrategias para ocultar y destruir pruebas y rastros, impidiendo así recuperaciones de memorias en el futuro" (JELIN, 2002, p.29). Ponto este que nos é caro para refletirmos a respeito da importância da metodologia de História Oral para acessarmos essas passagens, em um cenário onde os arquivos militares estão interditados, o que dificulta a compreensão das ações patrocinadas pelo Estado no contexto em questão.

Para o pesquisador Edson Teles "politicamente falando, no Brasil o silêncio parece indicar o abandono da responsabilização por um discurso – o de que houve crimes contra a humanidade e os criminosos deveriam ser punidos por isto" (2009, p.11), onde as limitações das políticas de memórias fabricadas pelos governos recentes ficam claramente expostas "na tensão entre a razão política consensual e as memórias e heranças da ditadura" (TELES, 2009, p. 2).

Nesse sentido, os discursos memorialísticos pautados em uma ideia de conciliação, defendidos pós-abertura política possuem um forte elemento autoritário. "O Brasil configurou-se como um País modelo da política do silêncio, deslocando as vivas tensões da política para a fria abordagem das leis de reparação e de certos atos de memória" (TELES, 2009, p.10), onde o ressentimento gerado pelas falsas promessas da democracia "torna-se um problema a ser resolvido na privacidade dos afetos, aumentando ainda mais o silêncio que corrói a sociedade em seu interior" (TELES, 2009, p.8).

Ante isto, como podem ser mensuradas as formas como a população em geral foi e é afetada pela ditadura? Os governos podem dar o balanço do número de mortos, de desaparecidos, exilados, da dimensão da vida social que pode ser contabilizada em números. Agora o balanço dos sonhos interrompidos, os abraços negados, das vidas enlutadas, dos amores interrompidos, da poesia amordaçada, quem poderá quantificar o que está muito além da morte física? Embora não se trata de uma resposta que contemple a totalidade. Através da História Oral é possível acessar parcelas dessa experiência, isso porque "los recuerdos y memorias de protagonistas y testigos no pueden ser manipulados de la misma manera" (JELIN, 2002, p. 30) que são manipuladas as narrativas em âmbito social.

No que diz respeito aos silêncios, sendo esse um processo de/da memória, Pollak (1989) pontua que as fronteiras destes não são estanques, estando em constante deslocamento, moldadas por fatores pessoais, políticos, psicológicos, ideológicos e outros que interferem na busca de uma escuta. Para ele, a capacidade de "distinguir entre conjunturas favoráveis e desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente

colore o passado" (POLLAK, 1989, p.8). Assim, tomando o silêncio enquanto sintomático de uma época, a conjuntura política vivenciada atualmente no país também pode ser apontada como um dos fatores para a clandestinização dessas memórias.

Cabe aqui destacarmos a eficácia da ditadura em incutir o medo nas mentes de quem viveu o período, como também, nas gerações futuras que herdaram determinados padrões de comportamento de seus antecessores, sendo esses potencializados em algumas conjunturas sociais mais que em outras. De acordo com Jelin,

> para muchos, los 'restos' o secuelas de un período autoritario no se superan fácilmente, y permanecen en las prácticas cotidianas como reacciones irreflexivas, incorporadas como hábito: no salir sin documentos de identidad a la calle, sentir amenazas, reaccionar con sobresalto a sirenas y uniformes. Junto a los silencios voluntarios, son 'restos' que quedan, huellas de un pasado 'que no pasa' en un sentido muy diferente al de Rousso: no se trata de la insistencia recordatoria y el reconocimiento permanente de los acontecimientos pasados promovidos por militantes de la memoria, sino todo lo contrario (2002, p. 132).

Um exemplo disso que é colocado por Jelin, encontra-se nessa pequena anedota familiar, a qual só fui capaz de entender quando passei a me dedicar ao estudo da temática das ditaduras: Meu avô, que viveu boa parte da vida na zona rural do município de Jaguarão e que não teve um envolvimento orgânico com o PTB de Brizola, evitava mencionar o nome do líder petebista mesmo em tempos de democracia. Não que ele não simpatizasse com o ex-governador, muito pelo contrário, mas era que segundo afirmava "lembrar do Brizola dá problema!", frase essa verbalizada quando em 1995 uma das filhas (minha mãe) quis dar para o neto dele (na verdade neta, eu) o nome de Leonel[42].

Como veremos no capítulo dois, o PTB foi o principal alvo da repressão a nível local, setores do trabalhismo jaguarense foram logo após o Golpe duramente reprimidos. O medo e o trauma gerados por esses episódios na população explicariam porque em 1995, já na democracia, intimamente meu avô ainda nutria o medo de "ter problemas" por estabelecer em sua família alguma espécie de associação à figura do Brizola.

Voltando nossa discussão para a questão do narrar episódios sensíveis. Outro elemento interessante de ser mencionado em relação à decisão de narrar ou não suas vivências foi levantado em conversa informal com o senhor JP, um dos colaboradores desse trabalho. O mesmo colocou que talvez não tivesse como contribuir com a pesquisa, pois suas "memórias são muito pessoais". Portelli alerta para o fato de que "os narradores podem nem sempre estar

[42] Eu não sou a testemunha direta do fato narrado, pois sou o bebê em questão, porém optamos por redigir esse trecho em primeira pessoa da mesma forma com que tratamos os demais relatos apresentados nessa pesquisa. A anedota familiar foi contata várias vezes pela minha mãe que foi uma das protagonistas do episódio, assim ao narra-la aqui a partir da minha percepção estamos apresentando uma memória herdada. É interessante colocar também que eu não tive oportunidade de discutir essas questões com meu avô, o que poderia trazer novos elementos para essa memória.

cientes da relevância histórica de sua experiência pessoal" (2016, p.15). O mesmo autor, também chama a atenção para essa riqueza residente nessa linha tênue entre a História e as Histórias, ponto que torna a História Oral tão significativa, já que "em última instância, a História Oral diz respeito ao significado histórico da experiência pessoal, por um lado, e ao impacto pessoal das questões históricas, por outro" (PORTELLI, 2016, p.16). E nesse sentido "tende a representar a realidade [...] como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém, formam um todo coerente depois de reunidos" (PORTELLI, 1997, p.16). Pois mesmo que a memória sofra com o efeito de elaborações socialmente construídas o ato de lembrar é definido por parâmetros individuais, fazendo com que sob hipótese alguma uma pessoa lembre exatamente como a outra.

No caso do colaborador em questão, o mesmo teve significativa participação na campanha eleitoral de 1973 em prol do MDB, suas memórias foram narradas para o livro "Ruralização e Viver em Fronteira"[43] no qual relata que:

> como na minha família sempre tivemos o costume de ler não gostávamos daquela ditadura, queríamos a democracia, então me lembro que em setenta e três teve uma eleição aqui e nós distribuímos panfletos do MDB na madrugada, que lutava contra a Arena, que era o partido que dominava, que era o partido da ditadura [...][44].

No site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul não localizamos um pleito que tenha ocorrido em 1973, o que nos faz supor que o entrevistado estivesse se referindo ao começo do mandato eletivo. Estão disponíveis no site os resultados das eleições municipais de 1972[45] e 1976[46]. No ano de 1972 estavam aptos a votar 8.421 pessoas, sendo que exerceram seu direito apenas 7.135. Desses votos 2.549 foram para o MDB e 4.014 para a Arena, 1.465 votos de diferença. Eram 9 cadeiras, destas 6 foram ocupadas pela Arena e 3 pelo MDB. O vereador mais votado, no entanto, foi do MDB, Heber Dutra Bretanha, que recebeu 857 votos ultrapassando em 117 votos o representante mais votado do partido da ditadura. Já no pleito de 1976, eram 11 cadeiras para o Legislativo Jaguarense, 6 foram ocupadas pela Arena e o restante pelo MDB. Estavam aptas a votar 10.533 pessoas, dessas apenas 9.233 foram às urnas. Podemos perceber, ao comparar as duas atas, que no decorrer

[43] As identidades dos colaboradores desse estudo foram preservadas na redação final do texto, assim essa personagem é apresentada pelos autores como entrevista 26.
[44] Entrevista 26, apud. SELBACH; BRUN, 2017, p.445.
[45] Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul: Resultado da eleição municipal de 1972/ Jaguarão. https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1972-jaguarao/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1972-jaguarao/at_download/file
[46] Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul: Resultado da eleição municipal de 1976/ Jaguarão. https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-jaguarao/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-jaguarao/at_download/file

desses quatro anos a margem de aceitação dos partidos mudou substancialmente, pois em 1976 a Arena recebeu ao todo 4.569 votos, já o MDB 4.319 ficando apenas 250 votos atrás do rival Arena.

Na sequencia da transcrição da entrevista 26, o colaborador complementa seu raciocínio falando a respeito do perfil sociocultural da cidade, apontado enquanto um dos fatores para que Jaguarão estivesse "a mesma vida pacata [...] passando de largo pelos acontecimentos históricos da época, Jaguarão era uma cidade tri conservadora, era dominada por uma oligarquia rural"[47], destacando em sua fala, também, os reflexos da lei de Segurança Nacional,

> é uma fronteira zona de segurança nacional, tinha o Exército que dominava , foi tão forte a ditadura aqui que não havia eleições para prefeito, eram feitas nomeações de prefeitos, que só podiam ser do partido da arena, o cara tinha que ser fiel aos militares, por um lado era bom, porque tu tinhas pelo que lutar[48].

A primeira vista, sendo esse senhor uma figura ativa no Partido dos Trabalhadores na cidade e tendo se posicionado desta forma em entrevista anterior, imaginávamos que o mesmo não teria grandes ressalvas em tornar a falar sobre essa passagem da sua vida quando procurado para essa pesquisa, o que fora um raciocínio um tanto equivocado. Neste sentido, Portelli vem tratando em alguns de seus textos (1997, 2010, 2016) a respeito de algumas questões que inibem os colaboradores na hora de narrar como, por exemplo, o "status" da profissão, afinal falar com um pesquisador pode assustar alguns, porque além deste ser um completo desconhecido para o qual narrar passagens tão íntimas da vida privada pode ser um ato desconfortável, uma vez que "o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais" (PORTELLI, 1997, p.16). Há também a autoridade oficial conferida por uma escala de poder simbólico à profissão que pode vir a ser um entrave para o diálogo aberto.

Diante desse percalço é de extrema importância estabelecer uma relação de confiança baseada na troca, afinal a História Oral é uma arte de escuta baseada em uma relação de troca dialógica -a entrevista- (PORTELLI, 2016), onde "nós estamos ali porque não sabemos coisas que os entrevistados sabem" (PORTELLI, 2010, p.5) é um momento de aprendizagem onde aquelas pessoas não estão sendo estudadas como se fossem coisas, mas sim ensinando algo novo a nós pesquisadores, sendo essa abertura do historiador para a escuta e para o diálogo que gera o espaço necessário para a prática (PORTELLI, 2016).

Embora tenha dialogado informalmente com a autora desse estudo e se mostrado

[47] Entrevista 26, apud. SELBACH; BRUN, 2017, p.445.
[48] Entrevista 26, apud. SELBACH; BRUN, 2017, p.445

solícito à pesquisa, ficou o questionamento da parte desta a respeito do porquê de seu silêncio, de sua negativa ao registro da entrevista. Isso diante da sua abertura para o diálogo informal, da sua postura e atuação política no presente, da sua disponibilidade em ajudar indicando outros nomes, respondendo a questionamentos outros. Entretanto, quando se despediram foi que o real motivo de seu silêncio ficou claro - "é que eu dei a entrevista antes dos fascistas assumirem o poder... ninguém imaginava o que aconteceu"[49]. Diante do exposto, retomamos aqui os ensinamentos de Pollak (1989): até que ponto o passado colore o presente?

Medo este, que reformulado, pode também ser percebido durante as entrevistas de outros colaboradores como, por exemplo, nosso entrevistado Carlos, pseudónimo elegido para preservar sua real identidade. Carlos, assim como o senhor JP é um membro ativo na esquerda local[50], com ele realizamos uma entrevista de memória herdada, ou seja, os fatos por ele narrados não foram vivenciados diretamente, nesse sentido a memória que ele nos conta diz respeito as narrativas de outras pessoas de suas relações, sejam elas membros da esquerda local ou seus familiares.

Quando questionado sobre o anonimato da entrevista, Carlos solicitou a utilização de um pseudônimo sobre alegação de que revelar sua real identidade poderia "fechar alguns canais de comunicação" com aqueles que vivenciaram o período, dificultando o diálogo entre ele e as partes a partir de então. Isso demonstra uma das formas como, se utilizando de novas roupagens, a cultura do medo de outrora estende seus tentáculos até o nosso presente fazendo com que esse episódio ainda seja algo espinhoso no âmbito público e privado.

Outro colaborador dessa investigação, o Sr. Claudio Maria Ricardo em entrevista a autora no ano de 2018 também destacou a atual conjuntura política enquanto um dos motivos que o fez pensar em conceder ou não sua entrevista, sendo por fim convencido por sua filha a fazê-lo. Exemplificando o que fora apontado por Pollak (1989) e Jelin (2000) em seus estudos: em alguns casos são as novas gerações que contestam os silêncios da anterior possibilitando um espaço de escuta favorável ao florescer dessas "memórias subterrâneas", mesmo que no caso brasileiro esse movimento se de ainda de uma maneira muito pontual.

O caráter orgânico das memórias diante do avançar da vida e o medo da morte, é compreendido enquanto outro ponto que acarreta nessa necessidade de narrar. Para Pollak este é um dos fatores que levam alguns indivíduos a romperem o silêncio, e ao decidirem narrar

[49] Senhor JP em conversa informal com a autora no ano de 2021, notas do caderno de campo desta.
[50] Embora suas trajetórias como militantes tenham iniciado em épocas completamente distintas, pois JP já era uma figura ativa durante o período a que se dedica esse estudo, ele nasceu em 1945, e Carlos vai nascer junto com o "fim" da ditadura em 1985. Hoje ambos integram as fileiras do Partido dos Trabalhadores e são figuras extremamente reconhecidas na comunidade local por sua atuação junto ao PT.

suas vivências “inscrever suas lembranças contra o esquecimento” (POLLAK, 1989, p.7) entrelaçando questões pessoais e políticas nesse processo.

Ao mesmo tempo, o avançar da vida humana também é um problema para os historiadores que lidam com os rastros do vivido a partir da oralidade dos vivos. Quando os dirigentes da Célula Pelotas da Ação Popular (AP) foram procurados para colaborar com esse estudo, em um primeiro contato telefônico com o Sr. Antonio Camelato Voltan este solicitou que a entrevista fosse realizada em conjunto com o amigo e companheiro de organização, o Sr. Alceu Salamoni, pois naquela época o Sr. Antonio começava a sofrer com os primeiros sinais do Alzheimer.

Esse pode ser apontado enquanto um dos desafios do pesquisador oral na construção de suas fontes, sendo a memória um elemento em constante reelaboração, pressões orgânicas ou estruturais incidem diretamente nos seus trabalhos de elaboração deixando partes do vivido esquecidas na poeira do caminho. Assim, a curta trajetória da AP Pelotas e de sua Operação Fronteira nos foi narrada a duas vozes, gravadas em áudio com duração de pouco mais de duas horas.

Entrave semelhante foi colocado quando estávamos pesquisando sobre a rede de mobilidade do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) diante do relato de um conhecido militante gaúcho que teria utilizado dessa rede para se encontrar com o ex-governador Leonel Brizola no Uruguai. Os relatos dos *passageiros da liberdade* são difíceis de serem acessados, e um dos motivos para isso é a própria dinâmica da clandestinidade que impedia que identidades verdadeiras fossem utilizadas.

Nesse cenário, os colaboradores desse estudo não tem noção de quem foram as pessoas que eles ajudaram nessas Travessias. E diante dessa problemática, seria importante para reconstrução da atuação da rede do MNR ouvir o relato de quem por ela passou, entretanto ao procurarmos esse colaborador a família deste informou que o mesmo sofrera um grave problema de saúde e estava impossibilitado de falar, silenciando assim uma importante experiência de resistência e solidariedade que teve como palco essa fronteira.

Já outras experiências não poderão ser acessadas porque alguns nunca vão conseguir falar - não apenas por motivos orgânicos - ou vão conseguir falar apenas determinados aspectos de sua experiência, e é importante que o historiador oral respeite essa vontade (JELIN; VINYES, 2021, s.p.). De acordo com esses autores, após a Segunda Guerra e posteriormente aos processos traumáticos do Cone Sul se elegeu a memória enquanto um elemento reparador atribuindo a essa “una sorprendente y creciente capacidad preventiva” (VINYES, 2021, s.p.).

Nesse sentido para Jelin (2021) a memória passou a ser dotada de um imperativo moral que por vezes leva a uma fetichização do passado que deixa de levar em conta os aspectos humanos envolvidos no ato de narrar. É nesse sentido que para a autora, também se faz importante respeitar os silêncios da vontade humana "un derecho al silencio" pois "cuando se llega a la situación personal de sobrevivientes y víctimas [...] el testimonio puede ser sanador; puede también convertirse en un ejercicio de revitimización" (JELIN, 2021, s.p).

Diante do exposto se o colaborar marcou e não foi, começou a falar e não terminou, isto pode ser sinal "de que os ouvidos não conseguirão ouvir e o psiquismo processar a própria dor, que não pode ser transformada em palavras" (RUBERT, 2012, p.104). O Narrador 01 é um exemplo desses termos, sabemos de um envolvimento dele com a resistência, que talvez não seja o termo mais adequado, pois não conhecemos até que ponto esse envolvimento se deu. A questão é que a partir da oralidade de outros colaboradores, que o indicaram por sua postura e atuação na época, e também por ser apontado como testemunha no processo de indenização do senhor Oribe Sergio Terra, preso em Jaguarão em abril de 1964, fez com que o mesmo fosse procurado para essa pesquisa. Entretanto, todas as entrevistas com ele marcadas eram logo desmarcadas e postergadas sob alegação de que "eu preciso me lembrar melhor das coisas para te dizer"[51]. Outros colaboradores, seus amigos pessoais, em conversas informais justificavam sua postura mencionando uma perda de um ente querido, em circunstâncias não muito bem esclarecidas, que faz com que o Narrador 01 tenha silenciado muitos aspectos dessa época até para os seus amigos próximos. Outro fator que poderia ser elencado enquanto possíveis motivos para essa negativa em conceder entrevista, seria, conforme observamos também para outros colaboradores, o medo de verbalizar determinadas situações em um contexto político tão polarizado como fora o ano de 2018.

Por fim, não foi realizada a gravação de seu relato para esse estudo, entretanto alguns pontos de sua vivência no período foram recontados por diversas vezes em conversas informais que eram registradas no caderno de campo da autora, e ajudam a compreender minimamente a vigilância sob esse pedaço de chão, já que ele fora um militar de baixa patente que atuou em algumas ações de controle na ponte, inclusive na operação de busca ao capitão Carlos Lamarca no início dos anos 1970, que segundo os agentes de informação da ditadura deveria deixar o país por alguma fronteira do Rio Grande do Sul.

Outro elemento que leva ao silêncio é o medo de rechaço: "nossa família não trata este

[51] Narrador 01, notas do caderno de campo da autora. Jaguarão, 2018.

tema, não somos orgulhosos do período e queremos que fique no passado", conforme afirmou um dos potenciais depoentes de Vieira (2018) ao ser questionado a respeito dos silêncios referentes a esse período na cidade. Isso porque, em todos os seus níveis, a memória é um fenômeno que é construído socialmente, a partir de uma seleção que é em parte condicionada pelo meio no qual o indivíduo se encontra.

E por vezes a verbalização do ocorrido nesse período é vedada até mesmo no íntimo do núcleo familiar, como recorda Carlos ao se referir ao seu avô:

> [...] A gente sabe que ele tinha posturas individuais muito divergentes, a gente nunca, por exemplo, soube, ele nunca falou, comentou exatamente nada sobre como era no tempo dele de Exército, como isso acontecia, como eram as ações dele dentro da força... Eu sei que em determinado momento, de repente, ele abandona tudo e vai trabalhar no burocrático cuidando das pensionistas [...] e ele volta a campo depois só na visita do Figueiredo em 1981, porque como ele era da inteligência ele passou a atuar na segurança do Figueiredo [...][52]

Nesse sentido, o silêncio de alguns é justificado por ser algo que os toca de maneira negativa, mesmo se tratando de uma postura assumida diante de uma memória herdada, ou seja, quando não se é testemunha ocular dos fatos, porém esses ferem diretamente a identidade, nesse caso a familiar, afetando a imagem de si para si e para os outros uma vez que "a memória, bem como o sentimento de identidade nessa continuidade herdada, constituem um ponto importante na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas" (POLLAK, 1992, p.205).

Diante disso, para algumas pessoas assumir que o horror ocorreu no quintal de casa é assumir sua parcela de culpa, a culpa dos seus, por estarem trancados em suas casas tocando suas vidas como sempre, enquanto seus vizinhos eram presos e/ou sofriam as consequências do isolamento social quando regressavam do cárcere.

Ao mesmo tempo, o receio de um confronto direto também pode ser percebido do lado das vítimas, a dor de sangrar feridas que não foram bem cicatrizadas se torna ainda mais latente quando essas memórias são acionadas no local onde ocorreram. Durante sua entrevista o Sr. Claudio recordou do convite que recebeu de uma amiga professora para fazer uma fala na escola Manoel Pereira Vargas, "teve uma amiga que me pediu para eu ir lá falar, mas eu não quis, a maioria se foi daquela época, mas tem filhos e essa coisa... Ai vem perguntar nomes e eu não quero, deixei isso aí pra trás"[53].

Outro aspecto que leva ao silenciamento parcial ou completo é a falta de um ouvinte autorizado, ou um espaço de escuta adequado aos anseios do narrador. Acreditamos que

[52] Entrevista realizada pela autora com Carlos, na cidade de Jaguarão em 2021.
[53] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

tenha sido esse o motivo pelo qual o Senhor 057 tenha optado pelo anonimato durante a condução desse estudo. Esse senhor protagonizou uma das entrevistas mais emocionantes para a autora, não que outras não tenham sido tocantes. Entretanto, parafraseando Alessandro Portelli, durante as entrevistas os narradores não estavam sendo estudados, era a autora quem estava aprendendo muitíssimo com eles, principalmente sobre solidariedade, temática que esteve de diferentes formas presente em todos os relatos.

Diante disso, cabe aqui mencionarmos minimamente o percurso percorrido até chegarmos a ele. Durante a constituição de trabalho anterior (GONÇALVES, 2018) suas histórias foram narradas por inúmeras vezes, tanto em entrevistas quanto em conversas informais com pessoas de algum modo ligadas a estes acontecimentos, fazendo com que ele se tornasse uma das personagens centrais ligadas a primeira geração de redes de mobilidade atuantes nessa fronteia. Todavia, seu paradeiro era um mistério até dezembro de 2020, quando uma nova pista a respeito de sua localização surgiu.

Ao chegar à sua casa após as apresentações formais, a primeira frase que saiu de sua boca faz com que estejamos pensando afetivamente nela até hoje: "faz sessenta e um anos que eu espero para falar!"[54]. E diante disso, gostaríamos de nos ater de maneira um pouco mais demorada nessa questão.

Como veremos no transcorrer do presente texto, estão sendo tecidas algumas considerações teóricas e acadêmicas a respeito dos testemunhos e da prática da História Oral, no entanto o que gostaríamos de colocar agora é a dimensão humana por trás dessa fala. Pois, a História Oral não diz respeito somente ao evento, mas sim aos efeitos e significados desses na vida dos narradores, que nem sempre podem estar cientes da relevância histórica de seus relatos, nas entrelinhas dos quais a experiência histórica deixou significativas marcas (PORTELLI, 2016). "Eu fiz o que fiz e fiquei esquecido aqui, ninguém nunca se lembrou de mim pra nada!"[55]. Ao se colocar dessa forma, podemos inferir não ser o reconhecimento acadêmico que o Senhor 057 busca, tampouco ver seu nome estampado nos livros, mas sim a projeção da dimensão subjetiva de sentimentos que talvez dialoguem com frustrações e até mesmo certa mágoa pela falta dos companheiros de outrora para com ele, incidindo na falta de um espaço de escuta e de reconhecimento.

Um dos indícios para essa nossa suposição é que em outubro de 2020 o mesmo concedeu ao senhor JP, conforme este nos relatou em conversa informal, uma entrevista em vídeo na qual o Senhor 057 narra algumas das mesmas passagens. Esse episódio aconteceu

[54] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.
[55] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

no contexto da campanha eleitoral em que JP foi um dos membros atuantes nos trabalhos da coligação PT-PDT. Sendo esse o caminho de união dessas duas personagens, compreendendo com base no exposto que há por parte de 057 um desejo de reconhecimento pelos seus iguais, isso nos faz supor que talvez por acreditar que o presente estudo se voltasse especificamente para um público completamente alheio as suas motivações, o colaborador em questão não quis vincular sua identidade a essa pesquisa e o fez diante da câmera de vídeo do camarada do partido.

Também é interessante percebermos diante dessa situação a complexidade dos sentimentos despertados por essa experiência em nosso colaborador. Pois, ao mesmo tempo em que durante a condução de nossos encontros deixou subentendido a existência de certa mágoa ele também demonstra um grande carinho e admiração, bem como, certo orgulho em ter feito parte disso tudo, e, principalmente, de ter auxiliado o "Seu Brizola". Isso nos fica claro quando ele nos mostra os recortes de jornais guardados com o maior zelo, bem como, quando nos conta a respeito da foto onde posou sorridente ao lado de Brizola e do Cônsul Jorge Bittar, a mesma estava emoldurada na sua sala de visitas. Para nós nada mais humano que esse conflito de subjetividades.

Ao mesmo tempo, outro aspecto que também deve ser mencionado nessa questão é o fato de Jaguarão ser uma cidade pequena, onde todo mundo se conhece, e manter hábitos interioranos. Isso influi diretamente nesse processo de clandestinização das memórias, "meu nome sabes *tú, nadie más*! [56] E todo mundo também me conhece pelo apelido"[57]. Essa foi a resposta dada pelo Senhor 057 quando questionado sobre querer ou não manter sua identidade no anonimato. Isso, nos leva a supor que, também, o fato dele ser uma figura conhecida pela sua atuação no presente junto aos grupos da terceira idade faz com que ele não queira acionar velhas cicatrizes e ter sua atual identidade afetada de algum modo, justificando assim sua postura de não revelar a identidade para essa pesquisa.

Outro ponto que merece destaque na somatória de fatores que levam os indivíduos a optarem pelo silenciamento total ou parcial de suas experiências é a atuação da cultura do medo presente no cotidiano da sociedade durante o período ditatorial. Embora seja papel do Estado o monopólio da violência para a defesa territorial e populacional contra inimigos externos, o reconhecimento do mesmo direito se tratando da dinâmica interna, direcionada

[56] Optamos por manter na transcrição das falas do colaborador a linguagem fronteiriça, pois sendo a fronteira um dos elementos estruturais dessa pesquisa, acreditamos que as características de sua gente devam ser preservadas ao máximo. Assim, "ao preservar na escritura, tanto quanto possível, a linguagem vernacular e coloquial com a qual as histórias geralmente são contadas, insistimos que o significado de um evento não pode ser separado da linguagem na qual ele é lembrado e narrado" (PORTELLI, 2016, p.20).

[57] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

contra setores sociais que questionam a ordem vigente, se configura enquanto um problema. Entretanto, nesse cenário o poder político não se baseia somente na violência, apoiando-se também no consenso, pois "há um entendimento de que a força da repressão pode ser desencadeada com alto grau de legitimidade se ocorre o convencimento de amplos setores da população de que o seu recurso vem ao encontro do interesse geral da nação e em defesa da pátria" (PADRÓS, 2008, p.152). Nesse sentido, em momentos de crise a fronteira entre o legal e o ilegal no que diz respeito à aplicação da violência é muito tênue. Uma vez constatada uma ameaça aos interesses dominantes, esses setores rompem a legalidade "como mecanismo ao qual se deve recorrer urgentemente para defender o 'conjunto da sociedade'" (PADRÓS, 2008, p.153). Nesse caso, a violência passa a ser constitucionalmente legitimada e monopolizada pelo Estado que pode, além de julgar e punir, semear o terror.

Todavia, o entendimento sobre o TDE não pode ser reduzido à ideia de apenas uma prática pautada na violência física. Este foi abrangente a todos os setores da sociedade; prolongado, sendo aplicado conforme demanda e interesses do Estado; indiscriminado em um contexto onde a ação repressiva não conheceu limites; retroativo uma vez que toda e qualquer vinculação passada do indivíduo com elementos que pudessem vir a caracterizar oposição ao regime seria apurada e condenada; preventivo, buscando moldar um comportamento social desejável, a partir da geração de uma cultura do medo; e extraterritorial na procura e monitoramento de seus inimigos, ferindo por vezes a soberania nacional de outros países (PADRÓS, 2008).

Em outro de seus textos, Padrós (2004), vai argumentar que quando a "História oficial" renega à margem de seu discurso os debates a respeito dos direitos humanos tenta justificar a atitude de indução de desmemoria, podendo esta ser o silêncio ou o apagamento, abstendo-se da guerra suja travada nos "porões das ditaduras". Sendo gerado na sociedade o que Vieira caracterizou enquanto um "anestesiamento político e um quadro de amnésia" (2018, p. 31), processos esses que estão intimamente associados à própria impunidade, como destacam os autores. No entanto, como pontuado por Michael Pollak (1989) essas "memórias subterrâneas" persistem paralelamente a uma memória oficial, são como os corpos apontados na crônica de Verissimo, estão sempre prontas para aflorar e tencionar discursos postos enquanto "verdade".

Esses aspectos ligados à formulação dos discursos acerca das memórias difíceis, interferem diretamente nas narrativas a respeito do período ditatorial em Jaguarão. Entretanto, acrescidos a estes podemos citar elementos relativos ao perfil sociocultural desse espaço. Elencando possíveis respostas para essas inquietações, Vieira busca compreender alguns

aspectos da formação dessa desmemoria na cidade:

> no momento político da Ditadura brasileira houve uma intenção do governo em criar um ideal de nação que supostamente caminhava a passos largos para o progresso. Essa ideia, quando reafirmada muitas vezes, como, por exemplo, através da não-informação em meios de comunicação como televisão e rádio, ou a falta dessas discussões nos livros didáticos, corrobora com o processo de construção da memória de um indivíduo ao longo de sua trajetória de vida, dada a força da memória coletiva imposta naquele período (VIEIRA, 2018, p.30).

Assim, tomando por base os argumentos da autora, podemos considerar que é a partir dos "dos indícios pautados pela sistemática sonegação de informações, que vem sendo construídas as memórias coletivas e individuais" (VIEIRA, 2018, p.32) nessa fronteira, permanecendo enquanto explicação hegemônica "a História patrocinada pelo governo, sendo reafirmada com o intuito de fazer esquecer o período trabalhado" (p.34). Nesse sentido, nos é possível inferir, com base no que nos é apontado por ela, que não há "falta de memória acerca de um tema", mas sim a sistemática sonegação e apagamento forçado dessas narrativas, conforme destaca em seu estudo,

> a clareza na percepção de que todos esses fatores combinados resultaram nas memórias locais. De um lado porque moldaram o modo de recordar, através de notícias prósperas no que se refere ao regime. E, por outro lado, porque demonstraram a relevância da repressão na fronteira, e asseguraram que o silêncio se mantivesse presente, mesmo após mais de 50 anos do Golpe. [...]
> Na busca por pessoas as quais pudessem sanar tais necessidades sobre o tema, e que aceitassem dar o seu depoimento, foram encontrados vários silenciamentos e negativas. Apesar dessa dificuldade exposta, claramente se percebe que, nessa pequena comunidade, é bastante corriqueiro que as pessoas possuam alguma informação ou indicação de locais referentes a determinados temas da cidade. O ponto principal, então, foi fazer esses possíveis depoentes conversarem, contarem as suas Histórias, memórias e a suas relações com o período militar. Confrontando o número de pessoas que aceitaram em prestar seus depoimentos, com aquelas que foram contrários a tal cometimento, conclui-se que as pessoas pertencentes à geração de cidadãos jaguarense que vivenciou o período militar, em boa parte não quer ou ainda não se sente confortável para falar sobre o assunto (VIEIRA, 2018, p.98).

Isso explica em certa medida surgimento de grandes mitos sobre o período ditatorial, uma vez que, esse panorama de silêncios estruturalmente impostos gera muitas das controvérsias a respeito da ditadura de segurança nacional brasileira que perduram na democracia. De acordo com Fico (2020, p.26) "os mitos tem muita força. Eles acabam influenciando a atitude das pessoas, mesmo quando são desmentidos pelos fatos". E nesse aspecto, um mito que afeta diretamente o espaço em questão é o de que a repressão foi "coisa apenas de cidade grande*"*, e a partir dessa perspectiva ouve-se entre a população afirmativas como: "aqui não houve ditadura", "foi um período bom porque era seguro". E há ainda, aqueles que embora não concordem com essas falas, porque lembram ou sabem que não era bem assim, as propagam por conveniência. Pois, afirmativas "erradas" ou passagens

silenciadas estão psicologicamente “corretas”, por se tratar da interpretação dos eventos a partir da memória (PORTELLI, 2016, p.18).

Uma vez que toda a produção oral liga-se a memória do vivido e a temporalidade da ação não é a mesma da rememoração, nesse sentido a narrado parte de uma seleção feita no presente, ou seja, uma reelaboração narrativa de componentes da experiência passada, onde “os eventos são reconhecidos como tais, e tornam-se lugares de significado, primordialmente através do trabalho de memória pessoal e pública” (PORTELLI, 2016, pp. 18-19), fazendo com que os indivíduos os selecionem a partir de alguns filtros conscientes ou não, que tornam a narrativa mais confortável para si.

Como já dito, o silenciado pode estar relacionado com uma escolha pessoal de alívio psíquico ou a um desejo do depoente em contar a experiência de uma forma distinta do ocorrido. Entretanto, há outro problema que também deve ser considerado: o fluxo de tempo. Sendo a memória uma capacidade orgânica, essa está sujeita à deterioração com o passar dos anos ou a partir de fatores externos que afetem diretamente o fluxo de memórias do indivíduo. Diante disso, no presente pedaços dispersos se unem para formar um todo, uma nova imagem que o ajude a encarar sua vida atual. Essas reelaborações, que por vezes fogem do “real” podem em muitas vezes estarem ligadas às passagens traumáticas da experiência vivida, conforme buscamos demonstrar em algumas passagens desse capítulo.

***

Vimos nesse capítulo questões referentes à memória, aos silêncios e silenciamentos do passado ditatorial em diversas esferas, e, em especial, como essas questões repercutem na cidade de Jaguarão e na trajetória de nossos colaboradores. No capítulo seguinte, adentraremos questões referentes a formação do espaço jaguarense em constante interação com sua vizinha Rio Branco. Buscaremos enxergar a gênesis da solidariedade que nos configura enquanto fronteiriços residentes em uma fronteira onde a dinâmica cotidiana das relações sociais nela estabelecidas é condicionada por um processo de integração de fato. Assim, de forma resumida, percorreremos os dois séculos de nossa história dedicando especial atenção a década de 1960 e, principalmente, aos meses que se seguiram ao Golpe de 1964.

CAPÍTULO 2

"EL RÍO QUE NOS UNE, LA PONTE QUE NOS SEPARA": ANTECEDENTES, PRÉCEDENTES E COTIANIDADES DO VIVER EM FRONTEIRA

> *"O fio traçado da linha não impede que os relacionamentos entre ambas suas faces se avolumem, traduzindo uma vinculação espiritual, aliás estabelecida coerentemente, pois o Rio Grande e o Uruguai possuem traços comuns na história."*
>
> (MORAES, 1990)

Pensar a ditadura no município de Jaguarão é pensar nas características particulares das cidades de interior e fronteira que dão dinâmicas completamente distintas a esse processo, é levar em conta as ligações e relações estabelecidas dentro do tecido social municipal, bem como os vínculos que se forjaram com o país vizinho (Uruguai), e é, também, considerar as características espaciais do lugar, pois estes fatores interferem diretamente nos modos de ser e agir da repressão e da resistência à ditadura nessa espacialidade.

Nesse sentido, ao pensar em aspectos dos anos de ditadura de segurança nacional vividos no Brasil a partir de vivências transcorridas na fronteiriça Jaguarão, devemos levar em conta as particularidades políticas, socioculturais e geográficas desta pequena cidade do interior do Estado do Rio Grande do Sul em constante interação com sua vizinha oriental Rio Branco. Pois são muitas dessas particularidades da vida cotidiana na fronteira que foram vitais para o bom funcionamento da atividade de Travessia para o Uruguai dos perseguidos pela ditadura brasileira.

Se voltarmos no tempo, podemos perceber que muitas dessas características socioculturais que compõem o cotidiano fronteiriço datam da época de povoação desse território. Cunha (2012) caracteriza esse espaço enquanto "a fronteira do vai e vem"[58] dada as constantes disputas territoriais entre as coroas portuguesa e espanhola e as muitas batalhas travadas nessa localidade. Nesse sentido, podemos dizer que a configuração do território está fortemente atrelada a questões militares, que continuaram constantes e instáveis mesmo após a independência das respectivas colônias.

[58] Devemos destacara que Jaguarão não é um caso isolado, mas sim que está integrada geograficamente em uma zona de fronteira que foi disputada pelas coroas.

Nesse capítulo almejamos abordar essas nuances do viver em fronteira que fazem com que em tempos de guerras ou de paz sejamos antes de tudo indivíduos *doble chapa*[59], afinal a ponte que nos separa só existe porque há um rio que nos une! Rio este que entrelaça os caminhos e gera a solidariedade entre dois povos desde muito antes de pensarmos em ser brasileiros ou uruguaios.

2.1. Antecedentes: Na "fronteira do vai e vem" a gênesis da solidariedade entre paisanos

> *"Mas quem poderia dormir tranquilo só por estar do outro lado da fronteira, nesses tempos em que tudo se trafica, se equivale e se confunde?"*
> (Ricardo Piglia)

As cidades de Jaguarão e Rio Branco surgem das medidas espanholas de controle da fronteira entre os impérios. A Guardia de Arredondo fora primeiramente fixada na margem norte do Rio Jaguarão[60], posteriormente se transladou para a margem direita do rio, onde no final do século XVII se estabeleceram os primeiros núcleos populacionais denominados Pueblo Arredondo, posteriormente em 1853 passa a se chamar Vila Artigas, e em 1915 cidade de Rio Branco.

No lado brasileiro, as tropas imperiais na fronteira se valeram dos vestígios deixados pela antiga guarda espanhola e em 1802 surge a Guarda da Lagoa do Cerrito, se convertendo no início do século XIX à povoação denominada Espírito Santo do Cerrito de Jaguarão, que em 1832 fora elevada a vila e em 1855 a categoria de cidade.

Nesse contexto, Jaguarão se desenvolveu voltada para o Uruguai valendo-se do relevo e da hidrografia local para a defesa do território brasileiro. Entretanto, nem só de batalhas se fez a história dessa fronteira: a solidariedade entre paisanos é marca evidente por essas bandas desde os conflitos pela independência das colônias, momento em que começam a nascer os primeiros vínculos transfronteiriços entre rio-grandenses e orientais pautados em laços pecuaristas, bélicos e familiares.

Assim, diante das demandas cotidianas dessa gente o refúgio além fronteiras passa a ser tido enquanto alternativa para aqueles que necessitavam refazer suas vidas e/ou almejavam a sonhada liberdade. Conforme aponta Cunha em seu estudo: "uma consequência importante do conflito de 1811-12[61] é que muitos espanhóis fieis a metrópole migraram para

[59] Compreendemos nesse estudo enquanto um sinônimo de fronteiriço nativo de uma fronteia viva, mesmo que não seja esse o seu significado original, uma vez que as trocas entre os dois povos são algo inevitável em algum momento da árvore genealógica dessas famílias.
[60] Território que hoje corresponde ao Cerro da Pólvora em Jaguarão - Brasil.
[61] Primeiros conflitos pela independência, liderados pelo Gen. José Artigas.

Cerrito, fugindo de perseguições e das guerrilhas artiguistas" (CUNHA, 2012, p.57). De acordo com o mesmo autor o movimento contrário também fora uma constante, nesse caso "era comum as tropas guerrilheiras, quando em inferioridade ou sob pressão, refugiarem-se além fronteiras. No caso dos rio-grandenses, o mais comum era se hominizarem na banda oriental" (p.44).

Diante disso, se torna difícil analisarmos o processo de formação desse espaço sem levarmos em consideração os laços cotidianos formados por aqueles que o povoam de ambos os lados da linha. Mesmo que a fronteira seja, dentro da lógica do período, esse espaço de contenção de ameaças externas, muitos que nelas vivem não vêem nos seus vizinhos da outra margem do rio potenciais inimigos. Nesse sentido, onde ficam as conexões cotidianas em tempos de cólera? Surgem nesse momento, das pequenas brechas de ação individual "contra el bando", as solidariedades entre fronteiriços?

Certamente a resposta para essas questões demandaria um estudo a parte, entretanto o que aqui pretendemos é apontar as permanências e ressignificações de algo que sempre esteve presente no espaço, pois ao observarmos essa marca do fronteiriço poderemos compreender melhor como, séculos depois, as redes de mobilidade se valeram de traços marcantes dessa sociedade para tecer suas estratégias de atuação na acolhida dos *passageiros da liberdade*.

Retornamos àqueles tempos em que a extensão do território dependia da força militar daqueles que nele se estabeleciam. Localizada em ponto estratégico, dado ao contexto instável do Prata na ocasião, Jaguarão era um dos pontos de passagem para as tropas e altas autoridades do império, entretanto o clima bélico não era um obstáculo para o convívio mais ou menos pacífico entre tropeiros, criadores e contrabandistas. Essa integração de fato, era potencializada pela distância dos centros de poder luso e espanhol, fazendo com que a população local tivesse de buscar pequenas margens de atuação para sobreviver dentro da lógica vigente.

Nos documentos transcritos por Sérgio da Costa Franco, um dos primeiros pesquisadores a se debruçar sobre as origens de Jaguarão, podemos perceber nuances dessa atuação cotidiana em ambos os lados da linha:

> Gran número de portugueses se abrigan y se establecen por aquellas campañas con sus parientes, amigos y conocidos, establecen comercio de tabaco negro y otros géneros prohibidos, llevando en retorno ganados y caballadas, cuasi siempre robadas, todo para fomento del Reino extranjero (FRANCO, 1960, p.16)

Devemos destacar que esse comércio que desagradava as altas autoridades espanholas, favorecia a vida dos fronteiriços de ambos os lados da linha. Com base nos documentos consultados, o autor complementa que: "se sabe de espanhóis radicados nas proximidades da

Guarda do Erval" e também de portugueses estabelecidos na "cercania da guarda espanhola do Quilombo, com a tolerância dos castelhanos" (FRANCO, 1980, p.16). Pois nesse ambiente de ânimos exaltados, e distante dos centros de poder civil a autoridade militar local se sobressaia a qualquer outra. Fazendo com que fossem permitidas trocas cotidianas entre ambos os povos, benéficas à localidade, porém nem sempre para a coroa.

Ao ser fundada a Guarda do Cerrito, a conservação de relações amistosas e a adoção de uma conduta de "vistas grossas" para as relações comerciais estabelecidas à margem da lei passou a ser adotada enquanto uma postura para a manutenção dos ânimos na região. Em ofício referente a troca de comando da região o coronel Marques de Souza instruía seu sucessor para "conservar a amizade, igual correspondência e boa fé com os espanhóis" (FRANCO, 1980, p.27).

Ao mesmo tempo, se faz necessário destacarmos que laços de cooperação mútua não era uma exclusividade dos civis residentes na fronteira; camaradas de armas de ambos os lados estabeleciam tratativas em prol da manutenção de seus interesses. De acordo com Franco (1980), o coronel Marques de Souza, informa o governador da província, na ocasião da troca de comando, de que "vinha tendo correspondência amistosa com o capitão comandante de Serro Largo [Uruguai], conseguindo que ele restituísse todos os escravos e soldados que haviam passado para aquele domínio após a guerra e ele próprio praticara o mesmo" (FRANCO, 1980, p. 28).

Essa relativa tranquilidade ditou a ordem do dia até 1811, período em que se desenvolveram atividades pastoris e comerciais, sendo do ano de 1811 as primeiras concessões de terrenos urbanos na região. Em 1812 a localidade é elevada a freguesia, a partir de 1814 a 1822 começaram a serem concedidas chácaras urbanas, de pequena extensão. Segundo Franco (1980), o povoado era composto majoritariamente por homens: militares, estancieiros, comerciantes e milicianos, devendo-se destacar também a presença de refugiados castelhanos. De acordo com a documentação consultada por Franco (1980) entre o fim da resistência espanhola no Uruguai (1814) e a deflagração da guerra contra Artigas (1816) viviam na margem brasileira do rio "mais de sessenta pessoas castelhanas, homens e mulheres, militares, dois frades e um clérigo" (FRANCO, 1980, p.69).

Em 1820 a Cisplatina é incorporada ao Reino Unido de Portugal, o que gera uma nova situação na fronteira: a não existência de uma nação estrangeira na outra margem do rio. Entretanto, essa nova configuração de limites traz consigo uma série de limitações burocráticas que limita o trânsito de gado entre as províncias, barreiras alfandegárias que os fronteiriços souberam driblar. O clima próspero da região foi "brutalmente truncado pelos

desdobramentos da Guerra Cisplatina, e muito especialmente pela invasão das forças argentino-uruguaias em janeiro de 1828" (FRANCO, 1980, p.86). Ainda segundo o mesmo autor:

> Jaguarão se apresentava para transformar-se em frente de batalha, muito a contragosto de seus habitantes. Parentelas, comércio, patrimônios, tudo contribuía para confundir numa só comunidade os moradores das duas margens do Jaguarão. E isso explica a expressão de Seidler de que "usavam o capote para o lado do vento". A unidade com a Cisplatina sempre correspondeu a uma aspiração regional. A ruptura, imposta pela Argentina e a Inglaterra, foi provavelmente um trauma econômico e político (FRANCO, 1980, p.87).

Cabe destacarmos dessa passagem, para além dos reflexos das disputas no Prata, a noção de integração de fato presente nos relatos dos cronistas da época. Podemos inferir que esses indivíduos formavam um todo a parte. Isso quer dizer que, na leitura de mundo daquela gente, antes mesmo de serem brasileiros e espanhóis eram fronteiriços que "usavam o capote para o lado do vento". Ou seja, pessoas que condicionavam sua vida a partir das flutuações econômicas, políticas e bélicas buscando em seu cotidiano pequenas brechas de ação de ambos os lados do rio para o atendimento de suas demandas imediatas.

Devemos apontar também, a existência de outro segmento dessa sociedade: os escravizados. Com a distribuição das primeiras sesmarias surgem na margem brasileira do rio as primeiras charqueadas e com elas um significativo contingente de africanos escravizados, fazendo com que a partir dos anos 1820 Jaguarão se tornasse uma importante vila exportadora, e no decorrer daquele século, passasse a ligar também os uruguaios ao comércio rio-grandino (CARATTI, 2013, p.78). De acordo com Franco, na década de 1830, período em que Jaguarão é elevada a categoria de município, dos 5.457 habitantes da cidade 2.601 eram negros, sendo a população negra masculina aproximadamente o dobro da feminina: 1.633, dos quais apenas 36 eram homens livres (FRANCO, 1980, p. 94).

Nesse contexto, em meados do século XIX o Uruguai passa a decretar as primeiras leis que culminariam no fim da escravidão naquele país. No que diz respeito a essa temática já possuímos alguns estudos[62] que tratam de trajetórias de escravizados no Brasil que buscavam a liberdade em solo oriental, mesmo que essa liberdade não fosse plena, pois estar do outro lado da fronteira não era sinônimo de segurança, já que muitas eram as estratégias dos senhores para recuperar seus bens perdidos, bem como a ocorrência do tráfico de negros livres do Uruguai para o Brasil (CARATTI, 2013).

[62] PETIZ, Silnei Sant'Ana. Buscando a liberdade: as fugas de escravos da província de São Pedro para além-fronteira (1815-1851). 2001. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. LIMA, Rafael Peter de. Escravidão e liberdade na região fronteiriça do Brasil Uruguai (Séc. XIX). In: VIII Encontro Regional de História. Caxias do Sul, ANPUH RS, 2006.

Destas histórias, individuais e ao mesmo tempo tão coletivas, gostaríamos de destacar a trajetória da preta Faustina que nasceu "livre" em solo oriental graças a fuga de sua mãe Joaquina Maria, escravizada na cidade de Jaguarão. Em seu estudo Caratti (2012) buscou enxergar através de duas personagens (Faustina e Anacleto) como era viver numa região de fronteira, os planos, as adversidades, as solidariedades estabelecidas entre aqueles que circulavam entre dois países, ou seja, os modos como a fluidez desse espaço fronteiriço permitia enxergar no Uruguai um "solo de liberdade".

A abolição da escravidão no Uruguai foi proclamada nos anos de 1842 e 1846, por colorados e blancos respectivamente, no contexto da guerra civil que assolou o país entre 1839 e 1851. Já no Brasil, as primeiras medidas abolicionistas datam de 1850 (Lei do Tráfico), 1871 (Lei do Ventre Livre), 1885 (Lei do Sexagenário) e a abolição ocorreu em 1888 (Lei Áurea). Nesse cenário de acordo com Sant'Ana Petiz (2006) e Caratti (2013), a possibilidade de rearticulação da vida e a construção de uma família, eram os principais objetivos que figuravam no centro dos projetos de fuga dos cativos que buscaram liberdade em solo uruguaio. Fazendo com que apenas a violência do sistema não pudesse por si só, conforme por algum tempo constou na historiografia especializada, explicar as motivações desses indivíduos.

"Superada" a questão da escravidão, no final do oitocentos novas guerras civis sacudiram a região de fronteira. De acordo com Clemente (2010) "Las revoluciones de Timoteo Aparicio y Aparicio Saraiva tuvieron em sus filas muchos rio-grandenses y el território limítrofe fue otra vez base de operaciones o refugio" (p.172), posteriormente durante a Revolução Federalista (1893) muitos quadros combatentes eram oriundos de Cerro Largo. Para Clemente (2010) revisar a história política dos dois países a partir da perspectiva local,

> permite identificar las variables que explican la regionalización de la política: la ausencia del Estado (tanto en el caso oriental como en el brasileño), la formación de redes interpersonales de dirigentes políticos y caudillos, la guerra civil como método para el acceso al poder, el surgimiento de algunos liderazgos regionales en la figura de caudillos como Bento Gonçalves y Rivera, y el casi nulo desarrollo de instituciones en el nivel local en el territorio oriental, hecho que contrasta con el mayor grado de institucionalización que caracterizaba a Río Grande bajo el Imperio. Con la transición a la República después de 1889, la nueva constitución federal proporcionó el marco para el desarrollo institucional en Río Grande (CLEMENTE, 2010, p. 172).

Podemos afirmar que a questão bélica sempre esteve entre os elementos que movimentam e compõem a sociedade Jaguarense. Muitas das disputas de ambos os países tiveram significativos reflexos no desenvolvimento da nascente povoação, sendo responsáveis por seus avanços, estagnações e recuos econômicos "fosse como resultado da desarticulação

dos caminhos usuais de comércio, fosse como reflexo da imigração dos criadores ou também das correrias predatórias de aventureiros" (FRANCO, 1980, p.63)

Essa zona que ao mesmo tempo "hermana" e delimita dois povos, ponto de contato entre autoridades, bandoleiros, contrabandistas e comerciantes fora objeto de disputa sendo firmado em alguns tratados. Destacaremos aqui o Tratado de Limites de 1777 que assegurou ao Brasil a exclusividade da navegação na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão. A questão dos portos e da saída para o Oceano era crucial para a economia do país vizinho, por esse motivo desde meados do século XIX o Uruguai enviou diversas missões ao Império Brasileiro com o intuito de renegociar esses limites. Todavia, a questão só se encaminhou para o seu desfecho no começo do século seguinte com a assinatura do Tratado de Limites de 1908, que permitiu a Marinha Uruguaia o direito de navegar pelo Rio São Gonçalo e pela Lagoa dos Patos (IPAN, 2015).

Os trâmites e reflexos desse novo ajuste burocrático se fizeram sentir de maneira efetiva na fronteira em acordo assinado pelos intendentes de Jaguarão e Cerro Largo em fevereiro de 1909. Em manchete intitulada "O trafego internacional no Rio Jaguarão" o jornal *A Situação*[63] noticiava que,

> O ministro da Fazenda declarou aos chefes das repartições subordinarias que o serviço do trafego internacional no rio Jaguarão entre esta cidade e a villa Rio Branco antiga Artigas, deva ser feito pela forma seguinte: a) O serviço que até a presente data estava sendo feito pela Intendência Municipal de Jaguarão, exclusivamente, em virtude de lei provincial, passa a ser explorado, a partir de agora, exclusivamente pelas intendências de Jaguarão e Cerro Largo; b) Para o trafego de passageiros entre os mencionados portos cada uma das referidas intendências deverá dispôr de uma embarcação de typo uniforme, sendo o serviço feito em idênticas condições; c) O preço da passagem será fixado pelas ditas intendências; d) Em cada uma das ditas localidades funccionará uma agencia ou escriptorio especial, onde se vendem bilhetes de passageiros e cargas; e) O serviço de trafego será feito diariamente entre o nascer e o pôr do sol, segundo um horário officialmente fixado pelas duas intendências; f) Para o transporte de mercadorias entre os ditos portos poderão ser empregadas tantas balsas ou embarcações quantas se tornarem necessárias correndo a despesa de acquisição, conservação, etc. em partes eguaes ás intendências; g) Pelo que respeita a passagens em geral, compete a cada uma das referidas intendências a renda que fôr arrecadada ao respectivo territorio; h) As mesmas intendências regulamentarão de commum accordo tudo quanto se refira aos serviços do mencionado trafego, combinando entre si como lhes parecer mais convenientes [...]. Todo o serviço do alludido trafego fica sujeito á fiscalização da Mesa de Rendas de Jaguarão[64].

[63] Devido as medidas de controle sanitário decorrentes da epidemia de COVID-19 não podemos consultar diretamente o acervo do jornal em questão. Na obra de Selbach e Brum (2017) que reúne um compilado de diversas notícias vinculadas pelo referido periódico, entre os anos de 1906 e 1920, não foi encontrada nenhuma outra referência à assinatura do Tratado de 1909.

[64] Jornal A Situação, ed. 10/05/1918, p. 2. Apud. SELBACH; BRUM, 2017, p.73-75. Foi mantida durante a transcrição dessa fonte a grafia utilizada na época.

É importante considerarmos que a ampliação do tráfego fluvial e posterior construção da Ponte Internacional Barão de Mauá foram elementos que potencializaram essa dinâmica compartilhada no viver em fronteira. Entretanto, ao mesmo tempo, devemos destacar que antes deles os deslocamentos de moradores locais em precárias embarcações, de tropas (as chamadas correrias de gado) e de contrabandistas pelo rio eram uma constante. Essa circulação diária compunha uma das bases da economia fronteiriça, e para tanto foram construídas em Jaguarão estruturas portuárias que serviam de apoio e ponto de distribuição de mercadorias destinadas a ambos os lados da fronteira (IPHAN, 2015, p.42).

A Ponte Internacional Barão de Mauá foi construída durante a década de 1920 como uma das formas de liquidar a dívida do Uruguai com o Brasil, contraída pelo Tratado de Prestação de Socorro em 1851. É a primeira obra do tipo a conectar os dois países, e foi com grande entusiasmo que a notícia fora disseminada na imprensa local, sendo recorrente desde a assinatura do tratado até o transcorrer dos trabalhos da comissão mista responsável pelo projeto.

As obras para sua construção começaram 21 de fevereiro de 1927 sendo a ponte inaugurada em 30 de dezembro de 1930. Devemos destacar que juntamente com a linha férrea, ambas conectam a malha rio-grandense ao porto de Montevidéu, o que se apresentou para muitos empresários gaúchos enquanto alternativa as altas taxações dos portos brasileiros. Essa "opção de passagem por Jaguarão, em detrimento a outras localidades de "fronteira seca", embora represente custos vultuosos de transposição do rio, demonstra a importância adquirida pela cidade naquele momento" (IPHAN, 2015, p.32).

É de se destacar, também, que o século XX trouxe consigo novas demandas cotidianas e também "o progresso" tecnológico e econômico à fronteira[65]. Entretanto ainda era o domínio de uma aristocracia rural que ditava as normas naquela localidade, pois "a distância entre Jaguarão e os grandes centros urbanos como Pelotas e Porto Alegre postergou assim, por décadas, a incorporação das massas populacionais no discurso das lideranças políticas locais" (SELBACH; BRUM, 2017, p.18). Em linhas gerais esse panorama se mantém por todo o século XX. De acordo com Vieira, "a política local era baseada praticamente na eleição de grandes produtores de arroz ou pessoas do meio mais abastado da cidade, como estancieiros ou pessoas ligadas à saúde, como dentistas ou médicos" (2018, p.60) [66].

[65] Luz elétrica, linha telefônica, instalação de fabricas e cooperativas, ampliação da linha férrea, uma vida cultural com cinema, teatro e clubes sociais. Todos esses elementos podem ser acompanhados a partir dos estudos de Selbach e Brum (2017) que tomam por fontes o Jornal Republicano *A Situação* e também cinquenta entrevistas orais, do tipo histórias de vida, com moradores locais.

[66] Esse cenário vai mudar somente em 2008 com a eleição do professor Claudio Martins para prefeito,

Para Selbach e Brum (2017), essa sociedade pode ser caracterizada pela combinação de valores e estilos de vida rurais e urbanos no comportamento social cotidiano. Nesse sentido, a ruralização é outro elemento que deve ser mencionado enquanto característica marcante dessa sociedade. Acrescidos a estes, temos a particularidade de ser um espaço fronteiriço de forte integração em um cenário onde surgem "solidaridades, asistencias, lealdades, fraternidades, cooperaciones y negociaciones de todo tipo [...]" reproduzindo a ideia de "fronteras abiertas firmando la fluidez de uma cultura fronteriza que valoriza más los beneficios sociales de las "cercanias" que los costos de las "lejanías" impuestas por la aplicación de la normativa jurídica a los intercambios fronterizos cotidianos" (MAZZEI, 2012, p.35).

Os anos 1930 trazem consigo um golpe a nossa incipiente democracia, e durante o Estado Novo (1837-1945) a fronteira é novamente buscada enquanto refúgio para aqueles que, por motivos políticos, necessitavam deixar seu país. Outra vez é acionada a solidariedade existente nesse espaço, levando aqueles que por aqui necessitaram passar a contar com o apoio das redes de solidariedade existentes no local, conforme veremos ainda nesse capítulo. Entretanto a sistematização dessa temática ainda é uma lacuna historiográfica a ser preenchida.

Diante desse sobrevoo histórico podemos inferir que a solidariedade existente nesse espaço está para além da definição que a apresenta enquanto reflexo da cultura política de uma época, pois ela se aloca dentro das pequenas manobras e articulações de poder dessa sociedade, podendo se apresentar tanto individual quanto coletivamente. De acordo com Maria Cláudia Bandan Ribeiro (2016), a ideia de solidariedade não pode ser desassociada da ideia de sociabilidade. Nesse sentido, para essa autora "diante das práticas sociais caritativas ou benevolentes, o termo solidariedade adquiriu diferentes sentidos ao longo da história e em consonância com a compreensão do que era sociabilidade" (RIBEIRO, 2016, p.313).

No entanto, ainda não podemos concluir que para esse momento, mesmo porque tal afirmativa demandaria um estudo de maior folego, estivessem presentes redes de mobilidade nos mesmos moldes daquelas que posteriormente se apresentariam na rota dos *passageiros da liberdade* que realizaram a Travessia nos anos 1960 e 1970. Isso é dizer que, mesmo que não se tratem das mesmas redes de solidariedade e mobilidade, tratam-se da mesma "rota de

representante do Partido dos Trabalhadores. Um homem negro que desenvolveu sua campanha defendendo pautas próximas a comunidade periférica da cidade. O professor Claudio ficou por dois mandatos a frente da prefeitura. Entretanto após esse período Jaguarão retomou a tradição de eleger médicos e membros da elite local para os cargos diretivos. Para Vieira "é comum que a relação de confiança médico-paciente seja levada às urnas na cidade, tomando momentos em que o atendimento médico tenha sido crucial na vida do eleitor ou de seus próximos, como motivo para elegê-lo representante político" (2018, p.60).

solidariedade". Ao mesmo tempo, ao levantarmos tal postulado não estamos querendo dizer que a solidariedade que foi acionada em diferentes momentos nessa região, seja algo inerente a todo e qualquer povo de fronteira, cada caso deve ser analizado em seus pormenores.

Ainda se tratando desses grupos em rede que atuaram durante o Estado Novo, nos foi possível observar que uma das características principais das redes de mobilidade dos anos 1960 e 1970 já se fazia presente nas Travessias ocorridas durante os anos 1930, que é a presença de figuras influentes a nível local na acolhida e translado desses passageiros. Estes, segundo nossa tese, por seu pretígio social acabaram por "blindar" tal atividade, pois sua notoriedade os tornavam "insuspeitos".

> Fiquei em Porto Alegre quase um mês depois do golpe de 37. Ainda continuava estabelecendo contatos, ligações com os companheiros até que chegou o momento em que o partido disse que não tinha mais condições de me manter, porque estavam me caçando. [...]. Perguntaram-me então se eu tinha condições de me exilar, ao que respondi que sim. Questionaram também da oportunidade de levar alguns companheiros, ao que respondi: "posso sim". [...]. Fomos a um vaporzinho, embarcamos com destino a Rio Grande [...]. Fui primeiro, com os outros, para Santa Vitória, onde meu pai havia sido chefe político e era estimadíssimo. Os meus acompanhantes saíram por Santa Vitória, de ônibus, para o Uruguai. Em Santa Vitória, nova denúncia: um cidadão foi falar com o delegado para me prender. O Delegado de Polícia, um daqueles gauchões decididos, disse: "Ora, porque eu vou prender esse rapaz? Não vejo motivo para isso." O delegado negou-se, dizendo ser eu filho de um grande amigo seu. Esse indivíduo passou um telegrama para Jaguarão, para que a guarnição fosse me prender. No dia seguinte chegava o vapor. O telegrafista era sobrinho do chefe político, do Dr. Mário Teixeira, fazendeiro e médico, que era amicíssimo de meu pai. O telegrafista avisou ao tio, que me chamou imediatamente, dizendo: - "Olha, vem uma patrulha para te prender, eu tenho um cavalo a sua disposição"[67].

E assim apoiado por essa rede de contatos pessoais com forte influência na sociedade fronteiriça, Delcy Silveira[68] conseguiu se transladar para o Uruguai conforme narra em sua carta ao companheiro de partido Apolônio de Carvalho. Embora essa tenha sido a única ocorrência de Travessias por essa região nos anos 1930 que localizamos[69], acreditamos que esta não seja um caso isolado, e que por aqui também tenham passado outras pessoas. No entanto, como já mencionamos, a apuração das mesmas demandaria um estudo a parte, assim é importante apontarmos a existência dessa lacuna e a pertinência de tal temática para novas pesquisas.

---

[67] Arquivo Nacional. Fundo: Apolônio de Carvalho - Carta de Delcy Silveira a Apolônio encaminhando seu depoimento (duas versões). - Dossiê - Depoimento de Delcy Silveira. Localização: BR_RJANRIO_GK BR_RJANRIO_GK_0_TXT_0289_d0001de0001.pdf

[68] Os brasileiros Delcy Silveira e Apolônio de Carvalho faziam parte do PCB, durante o Estado Novo foram duramente perseguidos. Nesse período foram combatentes na Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Retornando ao Brasil somente após a anistia em 1945. Durante a ditadura de 1964, Apolônio esteve exilado na França.

[69] O documento com essa passagem foi "acidentalmente" localizado durante nossas pesquisas na plataforma do Arquivo Nacional.

Essa atmosfera de denúncias, perseguições, estratégias de driblar o controle estatal é ressaltada pela sabedoria popular dos moradores de Jaguarão/ Rio Branco em um de seus ditos: "temos um rio que nos une, e uma ponte que nos separa". Ou seja, embora todo fronteiriço conheça meios de driblar as demandas estatais, o Estado também está presente nesses espaços, sobretudo em períodos de maior conturbação política. E, é nesse cenário que após o Golpe de 1964, as fronteiras territoriais do nosso país ficaram subordinadas às diretrizes ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional, ganhando caráter fluido para alguns setores da repressão, que passam a transitar com maior mobilidade entre os seus vizinhos do Cone Sul, espionando e perseguindo "o inimigo interno asilado em um país vizinho, assim como o inimigo interno alheio, potencial fator de ameaça e perturbação da ordem e da Segurança Nacional" (ASSUMPÇÃO, 2011, p.20). Prática essa que vai ficar ainda mais sistemática após a implantação da Operação Condor durante a década de 1970.

Todavia, conforme viemos apontando, solidariedade fronteiriça também é marca presente daqueles anos, e nesse sentido a fronteira que separa é também a mesma fronteira que acolhe fazendo com que setores da resistência, que viam no país vizinho (primeiramente no Uruguai e posteriormente na Argentina) uma possibilidade de liberdade e rearticulação de suas lutas, passem a transitar e procurar refúgio nesses espaços. Contudo, cabe realizarmos a seguinte ponderação: tal característica não pode ser pensada da mesma maneira durante as duas décadas de ditadura, como uma realidade estanque, ou uma categoria analítica engessada. Pois, sendo a fronteira uma zona sensível à segurança nacional, a dialética entre repressão e oposição atua significativamente sobre esta região, fazendo com que, em alguns momentos ela estivesse mais propícia as Travessias rumo ao exílio do que em outros, quando estas fronteiras "se fechavam" e a fiscalização se tornava mais ostensiva. E nesses momentos, quando esses espaços "viraram barreiras infranqueáveis, mas somente para quem fugia" (MARÇAL; PADRÓS, 2009, p.47), se convertendo em uma espécie de "alçapão", era demandada uma estreita articulação dos *passageiros da liberdade* com as redes de mobilidade locais para conseguir transpor estes limites.

Assim, cada caso deve ser analisado em suas particularidades para evitarmos os riscos das generalizações, pois, nesse contexto, também deve ser levada em conta a dinâmica viva dessas fronteiras que, apoiada em laços de parentesco, trabalho, amizade, e outros, constitui uma teia de solidariedade gerando "uma furte cultura de 'contra el bando' [...] en un contexto de territorios limitados y separados juridicamente" (MAZZEI, 2012, p.36), mas que na prática se unem para atender a demandas imediatas do viver em fronteira.

2.2. Os anos da "Revolução" na "pacata" Jaguarão: Do Golpe de 1964 à Lei de Segurança Nacional de 1968

> *"A sintaxe terá mudado nessa sociedade, ainda recém-nascida, que nessa ocasião se tornará débil, anêmica, vacilante, excessivamente cautelosa, mas que com o tempo irá se recompondo, inventando novas regras e novas exceções, palavras chamejantes a partir das cinzas das que foram prematuramente calcinadas, conjunções copulativas mais adequadas a servir de ponte entre os que ficaram e os que se foram e que não voltarão. [...] Somos sobreviventes, claro, mas também feridos e contundidos. Eles e nós."*
>
> (Mario Benedetti)

Uma das primeiras medidas do novo governo foi varrer da vida pública todo e qualquer resquício de oposição, apoiados no Ato Institucional n°1 (AI-1), lembrado na historiografia como "Operação Limpeza". De acordo com a pesquisadora Maria Elena Moreira Alves, o AI-1 lançou "as primeiras bases legais para a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional" (ALVES, 1984, p.56).

Tal instrumento assegurava à ditadura a institucionalização da "revolução", garantindo ao novo governo "os meios indispensáveis a obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral no Brasil" (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 9 e 11 de Abril de 1964. Apud. ALVES, 1984, p.53). Com ele estava aberto o caminho para a "Operação Limpeza", pois dotava o Executivo de plenos poderes para: decretar estado de sítio; suspender as garantias de imunidade parlamentar, o que levou a cassação de inúmeros mandatos municipais, estaduais e federais[70]; suspendia, também, direitos individuais; lançou as bases para a instauração de Inquéritos Policiais Militares (IPMs)[71] para apurar responsabilidades pela prática de crimes contra o Estado e seu patrimônio ou de atos de guerra revolucionária; e dispunha medidas de controle do Judiciário.

No que diz respeito ao funcionalismo público, no seu artigo 7° o AI-1 suspendia por seis meses a estabilidade dos cargos, o que abria margem para a instauração de processos de

[70] De acordo com o jornalista Ayrton Centeno foram 4.682 mandatos cassados no Brasil, essa cifra abarca presidentes, governadores, senadores, deputados, prefeitos e vereadores (CENTENO, 2014, p.18).

[71] Devemos destacar que os IPMs também serviram para atender interesses políticos locais, pois estes careciam de qualquer fundamentação jurídica que acarretasse em regras fixadas para a comprovação de culpa. Assim, houve casos em que membros da UDN se valeram do recurso para acusar de subversão seus opositores e adversários políticos, e, assim, eliminar a concorrência indesejada. Uma vez que uma acusação em um IPM já era o bastante para o desencadeamento de uma série de perseguições que podiam se desdobrar em prisões e torturas (ALVES, 1984, p.57-58).

investigação sumária que levavam à demissão, dispensa, transferência, aposentadoria e outras medidas de afastamento dos postos ocupados por aqueles indivíduos tidos enquanto inimigos em potencial da nova ordem. Essa manobra "facilitou os expurgos na burocracia de Estado e manteve sob controle os setores militares que discordavam da nova política ou estavam ligados ao período anterior" (ALVES, 1984, p.55). Foi o AI-1 o responsável pela tentativa de institucionalização da transferência de poder no Executivo.

Assim, logo após o Golpe foram expurgados, do Oiapoque ao Chuí, principalmente indivíduos ligados ao antigo governo que integravam quadros burocráticos e militares, porém estes não foram os únicos atingidos. Para tal finalidade as três forças militares foram mobilizadas "segundo técnicas predeterminadas de contra-ofensiva" (ALVES, 1984, p.59), não se limitando apenas a realização de um "pente-fino" somente em organismos políticos e burocráticos. Logo, além da cassação de mandatos políticos e exonerações em larga escala, a repressão passou a atingir diretamente a população a partir da elaboração, nos quartéis, de listas contendo os nomes dos indivíduos que deveriam ser expurgados e presos.

De acordo com Alves (1984), nos primeiros meses de ditadura, em todo o País, cerca de 50.000 pessoas teriam sido presas. Ainda segundo a autora, precisar tal número se torna impossível, pois:

> As técnicas de busca e prisão – as operações "arrastão" e "pente-fino" – permitiam a detenção de qualquer pessoa que não pudesse provar a sua inocência ou apresentar documentos de identificação. Além disso, faziam parte da estratégia de intimidação as detenções temporárias – geralmente acompanhadas de espancamentos ou tratamento violento por algumas horas – e a pronta liberação, antes que pedidos de *habeas corpus*[72] pudessem ser apresentados. Dessa maneira, os militares esquivavam-se à supervisão do sistema legal e podiam agir quase sem limitações (ALVES, 1984, p.59).

A fronteiriça Jaguarão não ficou alheia a tal prática, e no dia 16 de abril de 1964, o jornal local noticiava:

> [...] O 13 Regimento de Cavalaria teve a missão de agir neste município e no vizinho município de Pedro Osório, realizando expurgos na UJES, estabelecimentos e residências de suspeitos, [...]. Continuando, o S. Comandante do Regimento Osório declarou-nos sua tarefa de apreensão não estar findada, todavia e ainda há algo a apreender, para o que pede a cooperação do povo jaguarense [...]. A UJES verificou o erro em que haviam ingressado alguns de seus dirigentes, ausentando-os de sua direção[73].

Como podemos perceber a partir desse fragmento extraído da matéria *"Entrevista do Comando do 13º RC a este jornal"*, uma das primeiras entidades atingidas por esses expurgos foi a UJES, todavia ela não foi a única. Tal prática atingiu diretamente setores ligados ao PTB

[72] O direito a apresentação de um *habeas corpus* em casos enquadrados enquanto crimes contra a segurança nacional será proibido com o AI-5 em 1968.
[73] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964/ Ed. 16 de abril de 1964.

dentro da viação férrea, aduana e militares contrários às posições assumidas pelo novo regime, conforme nos relata o Sr. Claudio[74]:

> Primeiro expurgo dentro da UJES, os estudantes, nós não podemos mais concorrer a cargo eletivo como líder estudantil, certo? E nos colégios, os grêmios foram fechados, no tempo que eu tive aí não tinha mais nada. Segundo, foram expurgadas pessoas aí na alfândega aí de Jaguarão, certo, [...] do Exército, foram para rua muitos sargentos. O Exército mandou embora, muitos foram transferidos lá pro Amazonas, pro Acre, para o interior do Pará e alguns oficiais também foram perseguidos e "foram fora" [dispensados]. O Major Lima., que é o coronel Lima. hoje [...], e o major A. que também foi expurgado, eles foram presos, e tiveram presos em um navio, lá no lado da Baia de Guanabara no Rio. Houve expurgo, que eu me lembre, lá na viação férrea, dos ferroviários foram para rua uns três ou quatro[75].

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), esse "pente-fino" não fora operado de maneira indiscriminada na sociedade. Tal estratégia obedecia a uma lógica voltada para atingir áreas consideradas estrategicamente sensíveis à segurança nacional, e, por isso, compreendidas como focos de possíveis núcleos de oposição. Eram elas: política, econômica, psicossocial e militar. Nesse sentido, a autora destaca que os setores sociais especialmente visados foram "líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, estudantes e organizadores leigos dos movimentos católicos nas universidades e no campo" (ALVES, 1984, p.59). Como podemos perceber na fala de Ricardo (2018) alguns desses núcleos apontados pela autora estão entre os setores atingidos em Jaguarão.

No campo político, de acordo com Alves (1984), o objetivo era "varrer" da cena política todos os indivíduos que tivessem ligados ao governo anterior, bem como, aqueles pertencentes a partidos "comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e movimentos sociais do período anterior a 1964" (ALVES, 1984, p.59). Na cidade de Jaguarão foram especialmente atingidos os indivíduos ligados ao PTB, entretanto pela lógica de suspeição do período outros indivíduos sem vinculação partidária, mas com vinculação de amizade com os "suspeitos" acabaram sendo detidos também, como foi o caso dos comerciantes gregos citados por Claudio e Oribe.

> Eles [os militares] queriam fazer prontuário, eles queriam fazer arquivo, eles queriam apresentar trabalho, [...] então eles pegavam a gente. E outros que foram vítimas aí muito grande foram os árabes que tinham lojas aí, foram presos uns dois ou três [...] os gregos... foram quinze famílias de gregos para Jaguarão, eles prenderam junto conosco quatro, prenderam o[76] [...] se eu procurar o nome deles eu

[74] Algumas dessas figuras referenciadas pelo Sr. Claudio em sua fala passaram a fazer parte, direta ou indiretamente, de uma das redes de mobilidade organizadas nessa fronteira, seja atuando organicamente ou apenas enquanto simpatizantes, conforme relata no decorrer das mais de quatro horas de entrevista que realizamos a partir de um contato telefônico gravado com autorização do mesmo. Tais aspectos serão abordados em seus pormenores durante o terceiro capítulo dessa dissertação. No momento o que nos interessa fazer com base no cruzamento de fontes orais, memorialísticas, documentais e da imprensa é estabelecer nuances daqueles primeiros anos de ditadura na "pacata" Jaguarão.

[75] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

[76] Nosso colaborador citou dois nomes, porém devido ao nosso total desconhecimento do idioma arriscamos

> sei o nome dos quatro, e os caras assim pessoas da melhor qualidade, tinham loja sabe [...], e eles prenderam os caras simplesmente porque os caras faziam festa e nos convidavam[77].

> Estavam conosco dois comerciantes gregos da cidade que não sabiam absolutamente nada de política nacional e nunca se haviam interessado por ideologias políticas, nem aqui e nem em seu país de origem[78].

Devemos destacar que a suspeita de subversão por associação foi algo recorrente na cidade, sendo uma das formas de disseminação do Terror mais eficientes. Essa taxação simbólica de "subversivo" ou "comunista" acabou por levar ao isolamento social de indivíduos que em algum momento foram presos pela ditadura, afetando diretamente suas relações de trabalho e amizade na cidade.

Diante disso, é interessante notarmos que os três processos de pedido de indenização os quais tivemos acesso (Dido, Claudio e Oribe) foram movidos por indivíduos que não mais residiam em Jaguarão. Embora, não dispomos de meios de precisar a data exata que deixaram a cidade, nos é possível levantar que devido a perseguição sofrida e a perda do emprego o senhor Dido Bezerra migrou com a família para Pelotas quando os filhos ainda eram pequenos. Já o senhor Claudio Maria Ricardo deixou Jaguarão em 1967; em sua entrevista, ele levanta as dificuldades de continuar com uma vida normal em um espaço tão pequeno quanto Jaguarão após ser "fichado":

> Eu sai de Jaguarão [inaudível] início de 1967, [...] se por um lado o pessoal do Exército não bateu na gente, no grupo lá, [...] eu e um outro eles liquidaram conosco. Porque eles nos colocaram, como se diz vulgarmente, fichados, nos colocaram no antigo DOPS com ficha, no Exército, no serviço secreto do Exército, e no SNI, como subversivos, comunista, entendesse? [...] era muito forte a repressão, mas não era a ponto de matar ninguém, ninguém foi morto aí em Jaguarão, ninguém foi assassinado, o negócio era te vigiar. E o grande assassinato que nós tivemos foi da população, a maioria dos parentes, a maioria dos amigos, da sociedade em geral [...] aí onde é a Caixa Econômica Federal hoje, tinha o Café Comércio, era um café grande tinha umas sessenta mesas todo mundo sentava ali e conversava e tal..., depois da Revolução continuou, mas nós, por exemplo, que tínhamos um grupo de três ou quatro e alguns conhecidos assim, se nós chegássemos para conversar numa mesa alguma coisa em cinco minutos todo mundo saía. Os pais e as mães proibiram os outros estudantes, proibiram as moças de nos namorar, foi horrível isso dai, [...] muito mais que pelo Exército nos fomos expurgados pela sociedade de Jaguarão! [...] Tinha gente que gostava da gente e tal, mas não botavam a cabeça para fora porque na época os pais ainda eram determinantes para o posicionamento dos filhos, então não deixavam, nós começamos a ser pessoas nefastas à sociedade, a tudo[79].

Oribe Terra teve que morar no Uruguai por três vezes, segundo relatou para a Comissão Especial de Indenizações após sua primeira detenção seus empregadores

---

dizer que um deles seja Dhian e o segundo nome é impossível compreender na gravação.

[77] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

[78] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

[79] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

começaram a receber recados para o demitirem. As perseguições e ameaças a sua vida e a dos seus familiares diretos foram uma constante, chegando ele mesmo a sofrer um atentado.

> Eu tive que me afastar de todas as pessoas que me procuravam por assuntos políticos, [...]. Depois desses fatos sofri uma agressão que não posso atribuir a ninguém [...]: Nos arredores da cidade, num local chamado "figueira" ou "Anjinho"[80] por volta da meia noite ou mais, retornando de uma visita a uma namorada, fui abordado por três homens civis encapuzados, que me perguntaram: - Tu es o Oribe, o comunista, o brizolista, o subversivo? E começaram a me bater com cassetetes [...][81].

É impossível precisarmos quem eram esses indivíduos, também não foram encontradas outras evidências da atuação de grupos paramilitares ou indivíduos de extrema direita na cidade. O que, à primeira vista, nos levaria a crer que este teria sido um caso a parte, uma ação isolada. Entretanto, a existência desses grupos, articulados ou não, é uma possibilidade que não pode ser descartada por completo, mesmo porque essa não foi a primeira armadilha em que Oribe caiu.

> Na época dos bigurrilhos[82] e pombos-correios[83] fui procurado por um cidadão uruguaio de apelido Tôto [...] propondo negócio com armas, que seriam trazidas do Uruguai com a participação do Brizola e do Jango para a "contra revolução", e me entregou um papel "guardanapo" [...] com um nome e um endereço para contato posterior. No dia seguinte eu fui preso[84].

São recorrentes os relatos de indivíduos que tiveram suas vidas diretamente afetadas por estarem vinculados a "elementos subversivos". José Paulo Rodrigues Nobre, uma das testemunhas arroladas no processo do senhor Oribe relata que:

> O visitei várias vezes no vizinho país, Uruguai, quando lá esteve foragido; Que o mesmo só tomou essa decisão (fugir para o Uruguai) porque o ambiente instalado em Jaguarão era TERRIVEL; Que eu também temia por agressões[85].

Clima semelhante de constante insegurança pode ser observado no relato do senhor José Cassiano Gomes do Santos, militar da reserva aposentado em 1962:

---

[80] Hoje é uma localidade central, fica nas proximidades de um dos escritórios da Arrozeira Quero-Quero, numa das vias que levam ao cemitério municipal da cidade.

[81] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

[82] Figuras infiltradas na Asociación de Ferrocarriles del Estado que buscavam pombos-correio e fugitivos brasileiros para fazer denúncias às autoridades militares. A única informação que temos desses indivíduos provém do processo do senhor Oribe Terra, nossos demais colaboradores e documentação consultada não fazem menção a tal grupo.

[83] Termo utilizado para indicar indivíduos ligados à figura do ex-governador gaúcho Leonel Brizola que passaram a transitar entre os dois países, durante o período em que Brizola esteve exilado no Uruguai, no intuito de levar e trazer informações, matérias, fundos para rearticular a resistência ao regime instaurado no Brasil. Índio Vargas logo nos primeiros capítulos do seu livro de memórias vai descrever alguns pormenores dessa atividade. Ver: VARGAS, (1981).

[84] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

[85] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

> Em 1964 foi a Revolução... que prenderam os comunistas pra cá [Enfermaria]... eu tinha um amigo e colega [...] então ele falava [...] não leva o Cassiano pra... não ele é... ta sempre no PTB... mas eu morava ao lado e parava o carro ali e pensavam que eu tava no partido[86].

Em comum ambos os depoimentos apresentam o temor de serem presos e sofrerem as consequências decorrentes da detenção. Mesmo que essas consequências pudessem ter pesos e medidas diferentes, pois José Santos era membro da mesma força repressiva, podemos perceber que a raiz da atmosfera de ansiedade que circundava esses indivíduos, e toda uma sociedade, em essência é a mesma.

Destarte, o interessante nisso tudo é o que está por trás desse temor. Nenhum dos dois estava envolvido organicamente com as disputas políticas daqueles anos, se fossem presos acusados de "subversão" essa acusação se daria por associação da pessoa deles a militância exercida por membros de seu círculo pessoal: amigos, parentes, vizinhos. Esse "temor por associação" é um dos múltiplos reflexos da cultura do medo no dia a dia das pessoas daquela época. Assim, a existência da probabilidade de ser associado a "subversão" a partir do envolvimento pessoal com um "comunista" acarretava, por muitas vezes, no cerceamento de gestos de solidariedade, o que, felizmente, não se apresentou no caso do senhor José Paulo Rodrigues Nobre, que mesmo temendo por si e pelos seus não deixou de prestar assistência ao seu amigo.

A pesquisadora Ludmila Catela destaca que "dependendo do contexto, a categorização como esquerdista pode ser extremamente estigmatizante" (2010, p.316) vista como algo perigoso e que deve, por isso, ser extirpado da sociedade. Nesse sentido, o "comunista", o "subversivo" se torna uma categoria ampla acolhida dentro da lógica do inimigo interno, que, nesse momento, em Jaguarão estava diretamente associada a quadros ligados ao PTB e ao Brizolismo. Conforme recorda o senhor Cassiano Santos "aqui era PTB... naquele tempo era PTB... tudo era comunista... [...] saia umas piadas... vamos prender os comunistas... mas como é que eu vou saber? Pergunta se é PTB, [então] prende que é comunista..."[87].

Um exemplo desse tipo de detenção de indivíduos apenas por serem do PTB ou simpatizantes do PTB é levantado no processo do senhor Oribe Terra ao citar o companheiro de prisão Peri Garcia: "havia [entre os presos] um fazendeiro, já senil, de nome Peri Garcia

[86] CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011. Entrevista concedida por José Cassiano Gomes do Santos à Luciana da Silva Peixoto e Marciana Zorzi, Jaguarão, 2010.
[87] CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011. Entrevista concedida por José Cassiano Gomes do Santos à Luciana da Silva Peixoto e Marciana Zorzi, Jaguarão, 2010.

que nunca se envolvia em nada, apenas simpatizava com o PTB"[88]. O mesmo também é mencionado na entrevista do senhor Claudio Maria Ricardo "Peri Garcia era um fazendeiro que era PTB, não tinha nenhum vinculo com nada, ele era PTB e foi preso na primeira. Depois saiu fora de tudo [...]"[89].

Com base no que foi colocado pelas fontes, acreditamos que o indivíduo mencionado não possuísse uma militância orgânica nas fileiras do partido, e, tampouco, tenha assumido uma postura combativa de enfrentamento aberto à nova ordem. Nesse sentido, vale lembrarmos que dada a força e carisma de muitas das lideranças petebistas junto as massas, não foram poucas as pessoas que se filiaram ao partido por respeito e admiração a esses líderes, sobretudo Vargas e Brizola. E talvez o senhor Peri tenha sido um desses tantos brasileiros.

Ainda se tratando do senhor Peri Garcia, pelo relato do senhor Oribe à Comissão Especial de Indenizações podemos perceber a mudança de conduta do mesmo após deixar a prisão: "o senhor Peri Garcia deixou de conversar com seus antigos amigos, também trabalhistas e que não tinham sido presos"[90]. Se afastar dos velhos companheiros pode ser interpretado enquanto um mecanismo de autodefesa, no sentido de evitar novas detenções por conspiração, e, ao mesmo tempo, enquanto um meio de preservar os camaradas que poderiam ser detidos por vinculação a um elemento "fichado como comunista".

A tabela a seguir, elaborada a partir de um cruzamento de informações contidas em entrevistas realizadas pela autora e relatos provenientes da Comissão Especial de Indenização do Estado do Rio Grande do Sul, indica alguns dos presos políticos detidos na Enfermaria Militar após a Operação Limpeza na cidade. Optamos por indicar a vinculação partidária e os períodos aproximados de prisão, bem como, a profissão daqueles que nos foi possível identificar:

Nome	Filiação partidária	Data da prisão	Profissão
Oribe Sergio Terra	PTB	Detido por cinco vezes, as datas da prisão não foram precisadas. A primeira detenção ocorreu em 28/04/1964 até o dia 30 do mesmo mês.	Contador e estudante.
Carlos Leonardo Wienke	PTB	Abril de 1964	Professor e Vereador em Jaguarão pelo

[88] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.
[89] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[90] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

			mesmo partido.
Claudio Maria Ricardo	Ala Moça PTB[91]	Abril e Maio de 1964	Estudante
Oficial Martinez	Simpatizante do PTB	Abril de 1964	reformado do Exército
Verdi Faccini	Partido Libertador[92]	Abril de 1964	Estudante
Peri Garcia	PTB	Abril de 1964	Fazendeiro
Didio Bezerra	Tesoureiro do PTB	20/04/1964 até o final do corrente mês.	Funcionário do Ministério do Trabalho
Luçardo[93]	PTB	Abril de 1964	

Tabela 1: Lista de detidos na Enfermaria Militar de Jaguarão abril/maio de 1964. Elaborada pela autora.

Devemos ressaltar que as datas indicadas nos processos não coincidem uns com os outros, e que alguns deles foram presos mais de uma vez, como é o caso do senhor Claudio Maria Ricardo e de Oribe Sergio Terra, que em uma das detenções estiveram juntos naquela unidade de saúde militar transformada em prisão.

Em seu depoimento para a Comissão Especial de Indenizações o senhor Claudio relatou estarem presos naquele momento, começo de abril de 1964, cerca de vinte indivíduos. A senhora Maria Carlota Garcia Bezerra, esposa[94] do ex-tesoureiro do PTB em Jaguarão, Didio Bezerra, complementa a informação colocando que "todos os presos recolhidos a enfermaria [final de abril de 1964] pertenciam ao PTB"[95].

[91] Surgida nos anos de 1950 como "ala acadêmica trabalhista" agregava os estudantes universitários, tendo sido o seu primeiro presidente, Leonel Brizola, que naquela época era ainda acadêmico de engenharia. Posteriormente passou a chamar-se "ala moça" ou "mocidade trabalhista" agregando a juventude, principalmente os estudantes, que militavam no partido. Maiores informações podem ser apuradas em: BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992,

[92] Partido Libertador (PL) existiu durante dois períodos, de 1928 a 1937 e depois entre 1945 e 1965. Defendia o sistema parlamentarista de governo e o federalismo, podendo ser definido também como adepto de um conservadorismo liberal.

[93] Um cidadão de nome Luzardo Cesar Seron é indiciado em IPM e preso para averiguações em Jaguarão. Em fevereiro de 1967 "por terem cessado os motivos que determinam sua prisão" o referido indivíduo é posto em liberdade (Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional - BR_DFANBSB_N8, Boletim Reservado, Janeiro de 1967, p. 60). Em informe confidencial de 1981 o mesmo cidadão é descrito da seguinte forma: "Luzardo Cesar Seron, procedente do Rio Grande Do Sul e residente em Rio Verde/GO, para onde teria se mudado há cerca de 02 (dois) anos, é amigo pessoal do ex-Governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, com quem, constantemente, mantém contatos" (Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - BR_DFANBSB_V8, INFORME N° 0150/1981, p. 11). Não há indícios que comprovem tratar-se do mesmo indivíduo que fora apontado no processo de indenização que se refere às prisões no âmbito da Operação Limpeza. Entretanto, dado a reincidência das detenções sofridas pelos atingidos essa é uma possibilidade que não deve ser descartada.

[94] Didio faleceu em 1° de junho de 2000, seus direitos foram buscados junto a Comissão por sua viúva no ano de 2002.

[95] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra.

Dos nomes referenciados no quadro a cima, gostaríamos de tecer um breve comentário a respeito da prisão do vereador petebista Carlos Leonardo Wienke, mesmo que os fatos ligados a ele sejam uma zona cinzenta a ser descoberta. Primeiramente, a imprensa local embora tenha noticiado a realização de uma Operação Limpeza na cidade em nenhum momento noticiou a prisão do mesmo; em segundo lugar o legislativo só vai comentar o ocorrido em reunião de 20 de maio de 1964, dias após o episódio. De acordo com Vieira, que realizou um levantamento das atas da Câmara de Vereadores para o seu estudo, é nessa reunião que o tema da "Revolução" vai aparecer pela primeira vez:

> Washigton Izquierdo, tecendo comentários sobre os últimos acontecimentos que se desenrolaram no país, declarando-se ser plenamente favorável à revolução democrática e ao governo instalado. Comentou a prisão de diversas pessoas aqui residentes, e, muito principalmente a do vereador (Carlos Leonardo) Winkie. Julgou que talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer. Tais atos embora injustos eram necessários para resguardar os motivos altamente justos da revolução de 1º de abril, que nada mais fez de que, pelas armas, a vontade da população. Falou longamente inclusive trechos de jornais, sobre a fabulosa fortuna do ex-presidente João Goulart, conseguida em apenas 10 anos[96].

A fala de Washigton Izquierdo[97] demonstra uma postura alinhada com a nova ordem, pois o mesmo levanta que "talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer" demonstrando que na cidade não haveria elementos nocivos a serem extirpados da sociedade, e nesse sentido, coloca que a população estaria do lado da "Revolução", pois não existiriam expurgos a serem feitos.

Na mesma ata o vereador Lauro Ribeiro, também, levanta a ocorrência dos expurgos alegando que o PTB foi o partido mais atingido, porém não fora o único já que a Operação Limpeza foi realizada contra "a subversão, corrupção, e a desordem e não contra um único partido"[98]. Com base nessa colocação, e nos últimos acontecimentos na cidade, acreditávamos em um primeiro momento que o vereador Lauro Ribeiro pertencia ao PTB, e que ao se colocar de tal modo estaria fazendo uma mea-culpa, entretanto ao termos contato com a apuração das urnas do ano 1959[99], percebemos que o referido vereador fazia parte da bancada da Frente Democrática Jaguarense (FDJ), legenda que abarcava os partidos PSD, PL e UDN.

O site do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul dispõe da algumas listagens para consulta virtual das eleições municipais em Jaguarão. Das que se referem ao

[96] Câmara de Vereadores de Jaguarão: Ata n°. 260 de 20/05/64. SOCM f. 158. Apud. VIEIRA, 2018, p. 62.
[97] Não foram localizadas no curso desse estudo maiores informações a respeito dessa pessoa.
[98] Câmara Municipal de Vereadores de Jaguarão: Ata n°. 260 de 20/05/64. SOCM f. 158. Apud. VIEIRA, 2014, p. 33.
[99] Maiores informações podem ser apuradas no site do TRE https://www.tre-rs.jus.br/o-tre/memorial-da-justica-eleitoral-gaucha/acervo-do-memorial-da-je-gaucha/resultados-de-eleicoes-1/jaguarao

período compreendido por esse estudo, o site disponibiliza os resultados dos pleitos de 1968 e 1972. Ao observarmos o resultado do pleito de 1968 o vereador Lauro Ribeiro é o sexto mais votado da Arena.

Já no que diz respeito a Winkie, as informações disponíveis a seu respeito são bem escassas. Segundo Vieira, o mesmo estava presente na sessão 20 de maio de 1964 e não se manifestou, ou sua manifestação não constou na referida ata. Ainda de acordo com ela, ele voltou "às atividades na Câmara em 13 de junho do mês seguinte" (VIEIRA, 2018, p.62), vindo a se manifestar dois dias depois, passando a assumir uma postura de retratação durante a sessão do dia 15 de junho, encerrando de vez o debate levantado no mês anterior: "(...) apresentou proposição no sentido de oficiar-se ao Marechal Castelo Branco, dando um voto de confiança e apoio as mensagens enviadas ao Congresso por V. Excia. e referentes reformas"[100]. Tal posicionamento vai ao encontro do que foi mencionado no processo do senhor Oribe Terra, quando este coloca que "o professor Carlos Leonardo Wienke [...] afastou-se aos poucos de todos nós, e nunca admitiu ter sido espancado; e, no entanto, nós escutávamos e os soldadinhos da guarda nos "segredavam": - Está feio o caso de vocês"[101].

Sabemos que cada um tem sua forma de lidar com o trauma que esse tipo de experiência gerou, ao que tudo indica, para o senhor Wienke o silêncio e a negação foram as formas encontradas para ressignificar os dias que se seguiram após sua liberação. O que em certa medida explicaria o quase completo apagamento do ocorrido nas memórias daqueles que foram consultados para essa pesquisa.

Outro ponto que deve ser levantado em seu caso, é que quando da ocasião da instauração da Comissão Especial de Indenizações o mesmo já não mais residia em Jaguarão[102], assim como os demais presos políticos que aqui mencionamos. Todavia, não temos meios de precisar a data de sua partida da cidade e, tampouco, se concluiu o mandato eletivo no legislativo local. Entretanto, é de extrema importância levantarmos aqui essas questões para que outros colegas interessados em mapear a atuação do legislativo local e seus temas transversos possam se aventurar.

Diante do exposto até aqui, devemos destacar, também, que as histórias cruzadas desses senhores não podem ser tomadas enquanto as únicas manifestações dos reflexos do terror naqueles dias; são essas as que chegaram até nós graças aos fragmentos contidos nos

[100] Câmara Municipal de Vereadores de Jaguarão: Ata n° 268 de 15/07/64 SOCM f. 177. Apud. VIEIRA, 2018, p. 63-64.
[101] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.
[102] Ele é apontado entre as testemunhas mencionadas no processo de Oribe Sergio Terra, sendo indicado que em 1998 residia em São Lourenço do Sul.

processos da Comissão Especial de Indenizações, entretanto após eles vieram outros e outros que foram soterrados por espessas camadas de silêncio.

Ainda se tratando do quadro anteriormente apresentado, dentre os nomes nele relacionados devemos apontar que, com exceção do estudante Verdi Faccini, todos os indivíduos pertenciam ou tinham alguma ligação com o PTB. E mesmo que o Vereador Lauro Ribeiro tenha mencionado que os expurgos não atingiram somente o PTB, não encontramos registros expressivos do ocorrido com outros partidos e agremiações políticas no âmbito da Operação Limpeza.

O PTB fora o partido político que pautou a dinâmica da política rio-grandense de 1945-1964 (BRANDALISE; HARRES, 2017), isso quer dizer que o mesmo possuía uma expressiva aceitação no estado do Rio Grande do Sul, com uma presença significativa a nível regional em vários pontos do estado. Diante disso, é digno de nota que o Rio Grande do Sul é o berço de grandes lideranças do partido como Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Esse último era uma das figuras mais admiradas entre os membros da esquerda jaguarense, estando no centro da organização da primeira geração de redes de mobilidade responsáveis pela Travessia nessa fronteira, conforme veremos no próximo capítulo.

É também atribuída a trajetória de Leonel Brizola a convocação do povo à resistência, primeiramente na ocasião da Campanha da Legalidade em 1961, após isso, em 1963, na formação dos Comandos Nacionalistas, ou Grupo dos Onze Companheiros (G11) que seriam responsáveis por pressionar o governo Jango pelas reformas de base. Para o pesquisador Felipe Vargas da Fonseca, a organização do G11 "está diretamente ligada à conjuntura política da época, a qual era de extrema insegurança da atividade política desde a posse do vice-presidente João Goulart, em 1961" (VARGAS, 2017, p.298). A formação desses grupos não se deu de maneira homogênea, congregando desde militantes orgânicos até indivíduos que compunham as listas movidos apenas pela admiração a figura de Brizola. Diante disso, é que as pesquisadoras Carla Brandalise e Marluza Harres (2016) os classificam enquanto uma larga e difusa base popular.

Em sua tese de doutorado Marli de Almeida (2018) mapeou a configuração do G11 no estado do Rio Grande do Sul. De acordo com seu levantamento, são quatrocentos e quarenta os indivíduos apontados como pertencentes aos Comandos Nacionalistas convocados por Brizola, essas pessoas espalhavam-se por setenta e cinco municípios[103] gaúchos, sobretudo

[103] O parâmetro utilizado para essa afirmação é a configuração geográfica do estado em 1964, nesse sentido a autora destaca que muitos dos municípios apontados se desmembraram ao longo dos anos formando novas municipalidades.

nas cidades de interior. Majoritariamente esses grupos concentravam-se na metade norte do estado, sobretudo na região do Alto Uruguai, com pelo menos duzentas pessoas.

Devemos destacar que dentre os setenta e cinco municípios apontados a concentração desses grupos não fora uniforme, segundo a autora:

> Houve processos de pedido de indenização em 75 municípios do estado do Rio Grande do Sul, ou seja, 40%, o que não revela sua concentração, pois temos 24 municípios que somente uma pessoa entrou com processo para pedido de indenização por perseguição política relacionada ao Grupo de Onze, enquanto temos outros municípios que revelam grande incidência de processos, como é o caso de Nonoai, que lidera com 62 processos, abarcando 14,1%. Observamos maior concentração de processos de pedido de Indenização de Grupos de Onze no norte do Rio Grande do Sul – ou região fisiográfica Alto Uruguai, oriundos dos municípios de Nonoai, Planalto, São Valentim, Frederico Westphalen, Crissiumal, Tuparendi, ... região de minifúndios. Em contrapartida, Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul apresenta somente 12 processos, com 2,5%. Como já havia sido demonstrado na pesquisa do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (BALDISSERA, 2005), foram formados maior quantidade de grupos nos municípios do interior do estado. (ALMEIDA, 2018, p.132).

As fontes consultadas pela pesquisadora em seu estudo foram os processos de indenização da Comissão Especial de Indenizações do Estado, o que nos possibilita um caminho explicativo para a questão do G11 na região do Rio Grande do Sul. Mas que, entretanto, não quer dizer que abarque a totalidade dos indivíduos que de alguma forma ou outra estiveram vinculados a esses grupos. Pois nem todos os atingidos pela repressão tiveram meios de reivindicar seus direitos junto a referida comissão. Nesse sentido, ao agregarmos outros tipos de fontes a essa equação vão surgindo novos elementos nesse quadro.

Para a localidade que abarca o presente estudo[104], dada a força do PTB seria no mínimo curioso que não houvesse indivíduos que tenham de uma forma ou outra se vinculado a esses grupos. Depois do Golpe consolidado, os petebistas foram os primeiros alvos visados pela repressão na fronteiriça Jaguarão, mas também havia uma preocupação dos setores militares para com o G11 na cidade, vistos como um grupo de resistência capaz de prestar o apoio necessário à volta de Jango e Brizola por essa fronteira. O que instaurou um clima de apreensão na cidade, de acordo com o depoimento do senhor Oribe Sergio Terra: "nesses dias [final de abril de 1964] corriam boatos na cidade de que o deputado Leonel Brizola e o ex-

[104] Devemos frisar que as informações que aqui apresentamos a respeito do G11 são muito preliminares e que essa temática carece de um estudo de maior fôlego, visto que a ampla maioria dos estudos voltados para a questão do Grupo dos 11 no estado centra-se na metade norte. São exemplos disso as pesquisas de: Marli de Almeida Baldissera "Onde estão os Grupos de Onze?: os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS" (2005), Marli de Almeida ""Excessos de patriotismo": Terrorismo de estado e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul – 1964/1965" (2018) e Elenice Szatkoski "Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida" (2003). Nesse sentido, existe da metade Sul uma importante lacuna historiográfica a ser preenchida.

presidente João Goulart iriam tentar retornar, e de que haveria combates e fuzilamentos de lado a lado. O medo era grande entre os detidos"[105].

A imprensa local também levanta a preocupação com o G11, e cita a prisão destes indivíduos no âmbito da Operação Limpeza: "no decorrer das diligências de captura [...] foi constatada de forma evidente a existência em Jaguarão, dos chamados "Grupo dos 11", o que demonstra o adiantado grau de infiltração de espírito depredatório a serviço de políticos inescrupulosos, em que estávamos envolvidos"[106]. Tais aspectos denotam a importância estratégica desse espaço no que diz respeito a segurança nacional, tanto que uma das preocupações das forças de segurança com o G11 era a sua saída pela fronteira no intuito de rearticular a volta das lideranças petebistas exiladas (VIEIRA, 2014; GONÇALVES, 2018).

Entretanto, na prática, a formação e atuação do G11 nesse espaço se deu de forma embrionária. De acordo com nosso colaborador Claudio Maria Ricardo, esses indivíduos estavam presentes sim em Jaguarão, porém não de uma forma articulada e, ao que tudo indica, tampouco se colocaram de maneira combativa. Nesse sentido, segundo ele, muito do que sabemos da atuação desses grupos por aqui devemos ao imaginário que foi constituído ainda no período,

> isso aí de Grupo dos 11 é o imaginário, Lise, era uma coisa totalmente desordenada, totalmente desorganizada, [...] tu sabe que gaúcho é muito garganta, tu me desculpa, eu sou gaúcho, sou de Jaguarão, mas o gaúcho é muito roncador, tu sabes disso. Na hora que o troço enfeiou, tu vê aí em Jaguarão nós tinha gente, bah! [inaudível] que tinha que se reunir, tinha o comitê aqui no centro de Jaguarão com o capitão Martini (Martili) com esses dois majores aí, de pegar pra valer voluntariado para se incorporar ao quartel, que nós íamos tomar aí, nós tínhamos a maioria na realidade, sumiu! O que fugiu de gente pras fazendas, pra fora, pro Uruguai...[107]

Nosso colaborador também mencionou a organização do G11 entre os ferroviários, que foram uma das primeiras categorias a ser atingida pela Operação Limpeza,

> eram uns três ou quatro senhores que eu já não lembro mais o nome eram tudo do antigo PTB [...]. E eles eram a ligação com o Grupo de 11, [...] que não tinha, existia no papel, certo, os ferroviários faziam um Grupo de 11, mas ninguém tinha um canivete, tu tá me entendendo? Não tinham uma arma, não tinham nada aqui no Sul, era só aquela de gaúcho, tu me entendes? Chegou na hora, Jaguarão tinha dez ou doze Grupos de 11, seriam cem homens, chegou na hora e não apareceu nenhum[108].

Ainda se tratando a organização de uma possível resistência, os oficiais de baixa patente são outro setor mencionado na fala do nosso colaborador, segundo argumentou:

> sempre a gente teve a ideia de ter infiltração nas Forças Armadas, de ter gente nossa, a gurizada ir pra lá ser cadete pra nós ter oficiais no futuro que fosse para lá para

[105] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.
[106] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964/ Ed. 16 de abril de 1964.
[107] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[108] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

> construir um negócio, entende? Mas isso aí tudo se perdeu [...]. Tinha o Exército que tinha dentro do quartel algum sargento, esses grupos que eram muito preparados, tinham o sargento que era Casuriaga, conhece essa família aí? [...] Hernandorena [...] sargento Pontes, o sargento... tudo de fé, tinha um outro rapaz que era muito novo, ele era terceiro sargento, era da Escola de Sargentos das Armas, ele não era de Jaguarão, ele era do nordeste, esse mandaram também prender ele e ele sumiu de Jaguarão, tinha mais um aspirante a oficial que era do CPOR, sabe? Que não era da academia, eu lembro dele, tem o Silveira também, que andava conosco e tudo, Bah! [...], o troço era muito primitivo[109].

Nesse sentido, devemos destacar também, para além da prisão dos petebistas, estudantes e profissionais organizados, as exonerações, baixas e transferências sofridas nas Forças Armadas. Embora esses expurgos sejam mais difíceis de precisar, podemos acessar sua ocorrência a partir dos relatos coletados para essa investigação. Em sua entrevista, o senhor Claudio mencionou alguns desses nomes, como o Major Lima, que é hoje Coronel Lima, figura muito conhecida na cidade, e o Major Alcinto. Ambos, segundo ele, além de expurgados estiveram também "presos em um navio, lá no lado da Baía de Guanabara no Rio"[110]. Nosso colaborador também destacou a perseguição sofrida por alguns sargentos, "do Exército, foram pra rua muitos sargentos, o Exército mandou embora, muitos foram transferidos lá pro Amazonas, pro Acre, para o interior do Pará"[111].

Por outro lado, do ponto de vista militar, segundo o biografo do Exército jaguarense, James Bolfoni da Cunha, a narrativa é completamente distinta:

> O quartel acompanhava de longe os eventos políticos. Não havia crise aparente. Pelo menos, não era ostensiva. [...] A tropa foi surpreendida pelas notícias dos jornais. O Cel. Moraes realizou uma reunião com os oficiais e, dela, três deles foram afastados de suas funções. Segundo testemunha ocular, os eventos nesta reunião se deram sem violência ou discussões. [...] Nos meses seguintes, não há registro nos arquivos da unidade de qualquer problema. A unidade manteve sua rotina (CUNHA, 2012, p. 273- 274).

Entretanto, bem menos brandos em suas colocações foram os redatores do CIEX, em circular emitida em setembro de 1966:

> O ex-Capitão ALFREDO RIBEIRO DAUDT[112] esteve em território brasileiro, na faixa de fronteira com a ROU, tendo mantido contato com sargentos servindo em quartel em JAGUARÃO. Consta que existiria certo descontentamento em um grupo de sargentos da referida guarnição e que um sargento deverá, em futuro próximo, viajar a Montevidéu para maiores articulações[113].

[109] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[110] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[111] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[112] Coronel reformado da Força Aérea Brasileira, é natural de Porto Alegre e pode ser considerado um trabalhista histórico.
[113] Arquivo Nacional: Fundo: Centro de Informações do Exterior. ÍNDICE: Atividades de asilados na ROU. Contatos de ALFREDO RIBEIRO DAUDT com elementos militares na fronteira com o Uruguai Jaguarão. p.35. Localização: br_dfanbsb_ie_0_0_0001_d0005de0008.

O descontentamento do grupo de sargentos foi referenciado por Claudio Maria Ricardo, muito embora, o mesmo tenha definido toda e qualquer movimentação enquanto "incipiente", em sua entrevista nos relatou que se houvesse uma tentativa de resistência haveria elementos nas guarnições do lado da fronteira, inclusive na de Jaguarão, que estariam ao lado de Jango: "se saísse nos saíamos com o quartel ao nosso favor, porque se houvesse a resistência os sargentos iriam tomar com esses dois majores, Lima e Alcindo"[114]. Todavia, ao que tudo indica, tais movimentações de resistência nunca saíram do plano das ideias.

O Major Lima, citado por nosso colaborador, teve sua vida e atividades supervisionadas de perto pelos órgãos de informação da ditadura. Em documento expedido pela agência portoalegrense do SNI de 1976, seu nome aparece em extenso relatório. Sendo apontado como um dos seis oficiais afastados e posteriormente transferidos para a reserva por se negarem a aderir ao "Movimento de 31 de Março", segundo o mesmo documento:

> No início do mês de abril de 1964 o Comandante da 3° Divisão de Cavalaria determinou que o Maj. LIMA fosse recolhido preso para PORTO ALEGRE. Na sindicância procedida sobre a ocorrência, o sindicante relatou que "o Maj. LIMA recusou-se a voltar as suas funções no regimento, movido por sentimentos de ordem pessoal"[115].

Também, logo após o Golpe ocorreu a prisão de um oficial reformado do Exército de sobrenome Martinez, um senhor de aproximadamente setenta anos que já estava na reserva. Segundo nosso colaborador Claudio Maria Ricardo, este oficial teve sua casa revirada e seus livros expostos na vitrine da livraria A Miscelânea no âmbito da Operação Limpeza:

> foi a exposição de material subversivo que eles botaram [...] só palhaçada! Coisa que não tinha nada com literatura comunista. Tinha um livro lá que tinha o capitão da reserva, que era nosso companheiro, Valdemar Martinez [...] ele tinha uma enciclopédia "A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial" "A participação da Alemanha na..." e assim por diante, e tinha um que dizia "A participação da União Soviética na Segunda Guerra Mundial" [...] e cada um tinha o símbolo do Exército o nosso tinha a cobra fumando da FEB que foi lá, e [o da Rússia] tinha o símbolo da foice e o martelo. Eles não pegaram os outros livros para trazer, eles pegaram este livro para botar lá na janela[116].

Pelo processo do senhor Oribe podemos perceber que uma das motivações que pesavam contra o capitão era sua simpatia com o PTB, fator que, conforme estávamos discutindo anteriormente, já se configuraria em justificativas suficientes para que o indivíduo fosse enquadrado enquanto um "subversivo". Ao contrário do Maj. Lima, o capitão Martinez

[114] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[115] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Índice: Walter Lima Escritório Tiarajú Jaguarão RS. - Dossiê - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_82004410_d0001de0001
[116] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

foi recolhido juntamente com os demais "comunistas" ao prédio da Enfermaria Militar de Jaguarão.

A partir das fontes às quais tivemos acesso, não conseguimos apurar a sequência dos fatos ocorridos com o Major. Entretanto para os demais detidos, que aqui já foram citados podemos reconstruir minimamente os dias que se seguiram a Operação Limpeza. A começar pela devassa realizada na sede da União Jaguarense dos Estudantes Secundaristas:

> quando deu o Golpe o Exército invadiu, sabe onde é que era a sede da UJES? Sabe onde é o Círculo Operário em Jaguarão? [...] a sede da UJES ficava ali, então eles foram lá arrombaram pegaram assim quase tudo, as atas, pegaram as coisas, ai nós ficamos um período mais e ai eles fecharam a UJES, acabou a União dos Estudantes. Naquele calor da revolução a gente teve acesso para poder ir lá e rasgar os negócios, pegar uns troços de pertences da gente. E ai terminou, acabaram com tudo [...][117].

O mesmo episódio também é narrado por Oribe Terra em seu depoimento a Comissão Especial de Indenizações. Embora o mesmo não seja testemunha ocular dos fatos, é interessante apresentarmos seu relato que vai ao encontro das questões pontuadas por Claudio:

> Aqui também os invasores eram militares do Exército, dos quais recordo o nome de dois: 1° Tenente Jaime Cabral, e Sargento Benigno Seron, (ou Venigno). Os livros foram revistados um por um, e quando a pilha ficava muito alta, caiam, e eram empurrados e chutados pelo citado oficial. A partir daí, a diretoria da UJES abandonou as atividades e alienou-se, passando a ser dirigida por outros estudantes que levaram a entidade ao caos e posterior encerramento.
> Nessa mesma data ou dia seguinte, dois ou três militares efetuaram uma visita à casa onde residia o presidente da entidade, o estudante João Manoel Fernandes Garcia, mas dessa vez acompanhados do Sr. Delegado de Polícia da cidade, Sr. Luíz Evaristo Vieira Neto: enquanto eram revistados livros e cadernos do estudante, o Sr. Delegado, numa visível atitude crítica e de desgosto pelo fato, tomou nas mãos uma revista em quadrinhos da Disney e comentou: - "Aqui está uma revista comunista!" Presumo que o citado militar preferiu não tomar conhecimento da subentendida provocação[118].

A postura do "policial bonzinho", do militar que não se envolveu em uma sessão de interrogatório, do oficial que ajudou de alguma forma os detidos, do guarda que deu um "jeitinho" para quebrar a incomunicabilidade dos presos, e outros "atos de bondade", são recorrentes nos depoimentos dos atingidos pela Operação Limpeza. Podemos inferir que isso se deva aos fortes laços interioranos que compõem a comunidade em questão, como também, ao despreparo das tropas, que contavam com muitos soldados que haviam sido incorporados em fevereiro daquele ano. Elemento este que também era motivo de temor entre os detidos, conforme relatou Oribe:

> No dia 28 de abril de 1964, eu e outras pessoas, fomos recolhidos por uma equipe de militares, em uma caminhonete aberta, de propriedade, e dirigida pelo então Cabo

[117] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[118] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

> Luiz Dagoberto Balhego Silveira, o qual era filho de um fazendeiro, e que havia sido meu colega no então curso primário; sobre as ordens de um sargento que não recordo o nome; fomos conduzidos ao antigo prédio do Exército, conhecido por "Enfermaria", pois para tal fim havia sido construído e utilizado, mas há muitos anos desativado, [...]. Fomos levados em pequenos grupos e nos defrontamos com um enorme sistema de segurança. [...] O medo era grande entre os detidos [...]. Fomos entregues na Enfermaria (que está situada a uns dois quilômetros do quartel do 13° RC[119], em local suburbano, com a residência mais próxima a uns cem metros ou mais)[120] ao já citado 1° Tem Jaime Cabral. Aqui, vale citar o despreparo dos soldados -recrutas- incorporados em meados do mês de fevereiro, e que nem sabiam marchar, o que dizer de atirar, usar armas, ou ter equilíbrio emocional para controlar algum possível tumulto ou distúrbio. Isso aumentava a tensão emocional dos detidos, principalmente os mais instruídos. A partir daí o citado oficial sumiu e ficamos a mercê de uma "equipe" de três civis, que viemos a saber, eram do Departamento de Ordem e Política Social, de Porto Alegre, e que haviam recebido a incumbência de "bater" a fronteira para "caçar" subversivos. [...] A seguir começamos a ser interrogados um por um, por um tal Delegado Aragon[121].

A presença dos agentes do DOPS na condução dos interrogatórios é apontada em todos os depoimentos aos quais tivemos acesso. A rapidez com que estes foram para cá deslocados nos aponta o quão importante estrategicamente era a cidade de Jaguarão dentro da lógica da segurança nacional.

> No dia 1° de maio de 1964 o depoente foi preso por soldados do Exército armados com metralhadora, foi algemado e teve sua residência revirada. A seguir foi encaminhado para a Enfermaria que estava transformada em presídio. A partir daí instaurou-se um regime de terror, sendo que a noite chegaram três elementos do DOPS de Porto Alegre de nome ARAGON, ALBUQUERQUE e PEDRÃO, que foram encarregados dos interrogatórios. Das 20 pessoas que estavam detidas juntamente com o depoente este foi o segundo a prestar depoimento enquanto aguardava ouviu os gritos do primeiro interrogado de nome ORIBE SERGIO TERRA[122].

A mesma demonstração ostensiva de força durante o ato da prisão é narrada pela companheira do ex-tesoureiro do PTB, Didio Bezerra. Consta nos autos do processo que este:

> Foi preso pelo órgão de repressão conhecido como DOPS, na parte da tarde, por volta das 17 horas, no posto do Ministério do Trabalho, situado na própria [casa] do preso. O preso era funcionário do Ministério do Trabalho. Foi levado, não sendo comunicado a família para onde foi conduzido. [...] Ressalta- se que tinha uma filha de quatro anos, teve sua casa revirada na presença de seus familiares. A prisão deu-se na frente de sua filha, tendo sido ameaçado com armas. [...] Quem executou a prisão de Didio Bezerra foi uma pessoa de nome Albuquerque, talvez pertencente ao Exército ou ao DOPS. A escolta no momento da prisão foi feita por vários militares, dentre eles o sargento Barbieri, conhecido do preso[123].

[119] Décimo Terceiro Regimento de Cavalaria, transferido em 1970 para Porto Alegre, após mais de três décadas na fronteira (CUNHA,2012, p.274).
[120] As informações prestadas fazem referência a época da prisão. Hoje o entorno da Enfermaria é povoado.
[121] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.
[122] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 7121-1200/98-0 referente a Claudio Maria Ricardo.
[123] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra.

O sargento Hermes Barbiere também fora ouvido enquanto testemunha do processo:

> Que Didio foi preso na época da revolução, pelo DOPS, tendo ficado preso pelo máximo de trinta dias. Que após ter sido solto o depoente voltou a falar com Didio. Que nunca viu nenhuma decisão judicial ou mandato de prisão referido a Didio (...). Afirmou ainda, ao ser perguntado, que acompanhara o delegado do DOPS, cujo nome não lhe foi perguntado, até a casa de Didio, sendo então dispensado pelo delegado[124].

A dispensa do oficial militar na condução do ocorrido revela certa autonomia dos agentes do DOPS, que, ao que tudo indica, estavam utilizando as forças militares e policiais locais enquanto suporte para suas ações, conforme nos relatou Claudio Maria Ricardo em entrevista a autora:

> Mas olha o Exército eu digo sempre isso, [...], nenhum militar do Exército bateu em ninguém, as atrocidades que existiram contra nós e contra outras pessoas (que tinham lideres ferroviários na época, tinham pessoas comerciantes, tinham funcionários públicos que também foram presos, não foram só os estudantes, estudantes nós éramos pouquíssimos, nós éramos quatro) foi a polícia que veio de Porto Alegre, [...] policiais do DOPS, poh! O DOPS era o fim... Era a escória da polícia! Ficaram hospedados ai no 13° Regimento de Cavalaria no cassino dos oficiais, e foram eles que foram os nossos [verdugos? Inaudível] entende? E o Exército dava guarda lá, e eles viam o que nós passamos, eles viram inclusive na noite de dois graus, a primeira prisão nossa foi dia 1° de maio de 1964, estava um frio desgraçado que não se aguentava e os caras esses do DOPS mandaram tirar a coberta de todo mundo naquela Enfermaria, [...]. Daí tinha um rapaz que era tenente, que era do Rio, chegou tinha oficial do dia, tinha sargento... chegou lá e conhecia a gente, porque a gente frequentava os clubes e ele também e jogava, o nosso time do cientifico jogava com o time do quartel vôlei, basquete, futebol de salão, em fim... E aí chegou lá o cara e diz "poh! que isso aí com esses guris e pa, pa, pa..." aí o sargento chegou e disse "olha isso foi ordem que veio do pessoal da polícia" "não, pode dar cobertor pra eles, acolchoado, da um troço pra eles se taparem, um frio desses!" bah! Tu não imaginas! De madrugada umas seis, sete horas da manhã chegou o capitão que era deles "e quem é que mandou dar coberta para esses caras aí?" "a foi o almirante fulano" [...] mas esse cara estragou a carreira dele praticamente porque ele foi solidário. Então o pessoal do Exército nunca bateu em nós, quem estava ali, tinham aqueles que viam tudo e não faziam nada, tá certo? Inclusive soldados que quando iam servir o almoço pra gente [...] ainda debochavam da cara da gente, alguns soldados e cabos ali, mas eles nunca bateram em ninguém, [...].
>
> Depois que eu sai de Jaguarão, eu soube que existiram umas prisões algumas coisas já com o Exército, entendesse? Porque eles fizeram isso? Porque em 1964, no primeiro ano do Golpe, eles não sabiam ainda, tá me entendendo, Lise? Não sabiam como fazer, eles nunca tinham lidado com isso de preso político, entende? (RICARDO, 2018).

Essa colaboração para com os detidos por parte de alguns militares aparece também nos relatos à Comissão Especial de Indenização, enquanto elementos fundamentais para a quebra da incomunicabilidade com o mundo exterior:

> Não havia possibilidades de visitas (incomunicabilidade total), mas um soldado que estava de guarda (de nome Plinio, não recordo o sobrenome) era meu amigo, e quando da troca de guarda eu lhe pedi para levar um recado a minha família, de que tudo estava bem e que eu precisava de roupa de abrigo [roupa de frio] e de

[124] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra.

> cobertores, uma vez que nada disso havia sido providenciado por nossos carcereiros[125].

A incomunicabilidade e a falta de noção do paradeiro do ente detido, bem como, a total falta de assistência médica e material a qual estavam submetidos os presos políticos, também são levantadas no relato de Maria Carlota Bezerra, esposa de Didio Bezerra, que só tomou conhecimento do destino do marido após a interferência do senhor Antonio Salomão. Este era presidente do sindicato dos comerciários de Jaguarão, o que nos leva a crer que provavelmente Salomão tenha se utilizado de seu prestígio social para coletar informações sobre a localização de Didio. Assim que soube do paradeiro do marido, Maria Carlota se deslocou até a enfermaria:

> não sendo permitido que falasse com Didio. Alguns dias depois foi no quartel pedir que fosse mandado um médico para Didio, pois alguém que Maria Carlota não se lembra, contou-lhe que Didio estava muito rouco. Não [sabendo] se isso foi dito por um soldado, visitante ou preso liberado[126].

Ao que tudo indica, com base nos autos do processo, o ocorrido foi um dos fatores que futuramente agravaram um câncer de laringe, descoberto no ano de 1970, pelo qual Didio foi na época operado e perdeu a voz devido a extração das cordas vocais.

Sobre o teor dos interrogatórios, segundo o processo de Didio Bezerra, os inquisidores desejavam a localização das armas que seriam usadas na contra-revolução[127]. Vale lembrar que segundo relatos da época haviam rumores do retorno de Brizola e Jango por essa fronteira. Em seu depoimento a Comissão Especial de Indenizações o Sr. Oribe Terra relatou a condução de um dos interrogatórios:

> Fracos, diante da prepotência do aparato militar e policialesco, nos submetemos no dia 31/04/1964 a um humilhante e desnecessário espancamento, com o delegado Aragon (ou Aragão) e seus dois "ajudantes". Os dois ajudantes em posição de "prontidão" com cassetetes nas mãos e revolveres bem visíveis na cintura e o já citado capitão Jaime Cabral e o médico do 13° RC de pé, no corredor da Enfermaria, prontos para resolver qualquer problema. Logo após, começamos a ser liberados e nos reagrupamos [...] rimos da ignorância dos inquisidores, pois na ânsia de defesa da liberdade inventamos partidos e posições inexistentes[128].

A condução do interrogatório por uma equipe do Exército local é mencionada na entrevista do colaborador Claudio Maria Ricardo, que também destacou o despreparo destes,

[125] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.
[126] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra.
[127] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra.
[128] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

no sentido de conhecimento prévio da conjuntura local, e acrescentou uma das estratégias utilizadas pelos agentes envolvidos:

> nos interrogatórios ai do pessoal do Exército é o seguinte eles falavam pra gente, o pessoal do Exército, não os caras do DOPS que foi baixaram aí no primeiro de maio depois eles voltaram. Mas o interrogatório que era com os oficiais daqui eram despreparados nas técnicas, haviam coisas que nós sabíamos... Então eles ficaram abismados [...] No interrogatório de três de nós, porque os outros não sabiam isso dai, ficaram, como é que vou te dizer..., estupefatos com a nossa cultura, né! Então diziam, no interrogatório de madrugada, "mas vem cá oque vocês querem com isso aí? Não adianta! Vocês larguem isso, não tem futuro! Vocês são uns caras que tão estudando, vão pra frente vocês vão se dar bem, o regime é esse e ele vai ficar, vinte, trinta... anos vocês vão se ferrar! Vão perder tudo!". Isso aí eles falavam, entendesse? Eles falaram... [...], o Exército aí em Jaguarão me ofereceu [colaboração], e teve um ou dois colegas que aceitaram! [...] um está vivo, e anda aí por Jaguarão [...]. Na época era um rapaz novo e tal, eu não condeno porque era muito difícil enfrentar a situação, [...][129].

A utilização do artificio de "morder e assoprar" é uma das técnicas recorrentes na condução dos interrogatórios, sendo relatada por diversos presos políticos, consiste no fato de terem dois tipos de agentes em uma sala de tortura: o "malvado" que bate, humilha e busca arrancar a força as confissões; e o "bonzinho" que entra em cena após as severas investidas dos anteriores com o intuito de conseguir uma confissão pelo aconselhamento do preso. Sendo Jaguarão uma cidade de hábitos interioranos onde muitos dos envolvidos em ambos os lados possuíam algum laço de convivência na comunidade, não é nenhuma surpresa que o papel de "assoprar" tenha sido dos militares locais, que, ao que tudo indica, segundo os relatos da época, não se envolveram diretamente em nenhuma sessão comandada pelo DOPS.

Outro elemento interessante colocado por nosso colaborador é a oferta de "cooperação" realizada pelos militares. Essa estratégia foi recorrentemente utilizada pelos agentes da ditadura que, por vezes, acabaram conseguindo infiltrar no interior das organizações de oposição militantes que haviam sido "virados". Esses ficaram conhecidos no jargão da época como os "cachorros", sendo o caso do Cabo Anselmo um dos mais emblemáticos do período[130]. Não há indícios da ocorrência de algo tão forte, como foi o caso Anselmo, aqui em Jaguarão. Porém, afirmarmos com certeza, a existência ou não da atuação de algo como os "cachorros" aqui demandaria que esse estudo passasse a perseguir outros caminhos que fogem aos nossos objetivos centrais.

[129] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[130] José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, foi um dos líderes durante a Revolta dos Marinheiros ocorrida no pré 1964. Preso pela ditadura conseguiu fugir e exilar-se, nos anos 1970 retornou ao Brasil e passou a atuar em grupos de oposição a ditadura, foi preso e, ao que tudo indica, "virado", passando a atuar como infiltrado. Para maiores detalhes: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-anselmo-dos-santos.

Ainda se tratando dos interrogatórios ocorridos nesse período, o ex-cabo do Exército Sérgio Pacheco da Costa em depoimento à Comissão Especial de Indenizações recorda um desses coordenados pelo DOPS:

> Quando da eclosão do Golpe de 1964 o depoente era cabo do Exército e tirava guarda na Enfermaria do Exército, local afastado, para onde os agentes do DOPS levavam os presos políticos [...]. O declarante diz acreditar que havia espancamento dos presos, pois estes eram levados para um porão, e podia escutar os gritos dos presos que lá estavam sendo interrogados [...]. O depoente acrescenta que os presos, dentre eles Claudio, passavam por sua sala quando iam ou voltavam das sessões de interrogatório e sua aparência era de quem havia sido violentamente espancado, estavam muito debilitados[131].

A equipe de Aragon, não foi a única a "visitar" a fronteira, após a partida destes, esteve por aqui o inspetor Monclaro[132]. Embora não esteja precisada a data, o relato trata-se da segunda prisão sofrida por Oribe Terra:

> [...] fui preso, e como sempre incomunicável, e havia uma nova equipe de policiais de Porto Alegre que assumiram a situação, com a consequente debandada dos militares. Recordo o sobrenome de um dos "bonzinhos". Era o delegado ou inspetor Monclaro. [...] não quer dizer que era bom, ele era tão mau quanto os outros, mas havia uma filosofia de interrogatório chamada "João e Maria" onde João era mau, batia, e a Maria aconselhava, consolava e dizia "confessa... se não vão te bater mais ainda. E mais nós estamos ganhando diárias". Querendo dizer que não tinham pressa. Essa foi a pior das agressões que tive: foi bofetadas, socos e pontapés. E ameaças contra a minha família [...]. Inclusive tive um dente quebrado por um pontapé[133].

É interessante percebermos, que mesmo com todos esses relatos apontando para a existência de prisões e torturas na cidade, bem como para o uso da Enfermaria Militar enquanto um centro de detenção política esse ainda é um tema tabu dentre os jaguarenses, negado por uns ou apontado enquanto prisão militar por outros. Existe assim uma disputa de memórias em torno da narrativa de ser ou não uma das prisões políticas na fronteira.

[131] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 7121-1200/98-0 referente a Claudio Maria Ricardo.
[132] Não conseguimos apurar durante a pesquisa maiores informações sobre ele.
[133] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

Figura 2: Enfermaria Militar (1939) - Acervo do 3° RM. Apud. CUNHA, 2012, P.270

Nas narrativas ditas oficiais a existência de uma prisão política é negada. De acordo com o biógrafo do Exército na fronteira, o prédio ainda funcionava como enfermaria na década de 1950, sendo destinados para lá apenas os militares acometidos de alguma enfermidade contagiosa ou com necessidade de um longo tratamento. Assim, segundo Cunha, o prédio, construído em estilo neoclássico entre 1880 e 1883, era dividido em quatro pavilhões, genericamente destinados à: guarda e administração; refeitório; enfermarias; cozinha e depósitos. Entretanto, passou a ser dispendiosa a manutenção do prédio, que antes da década de 1960 era zelado apenas por um sargento. "O ano de 1966 marcou o fim do funcionamento da Enfermaria Militar. Antes do 13 seguir para Porto Alegre, o velho prédio já estava abandonado, sem telhas e aberturas, entrando em lento processo de deterioração" (CUNHA, 2012, p.270-271).

A memorialística oficial também nega a existência no local de uma escola primária, que teria funcionado entre o fim da década de 1960 e início dos anos 1970 quando se deu o processo de desmanche do prédio por populares (CERQUEIRA; PEIXOTO, 2011). Quanto a prisão política, os moradores do Cerro da Pólvora, local onde se encontra a Enfermaria, recordam que:

> Olha, a gente na época era menino, mas sempre se tem uma lembrança, lembro que em 1963[134] houve um grande movimento, uma grande movimentação em Jaguarão (helicóptero) e várias prisões de oficiais e sargentos do Exército [que] provavelmente eram contra movimento político das Forças Armadas, onde suas armas foram expostas na livraria, a Miscelânea, localizada na Avenida 27 de Janeiro, hoje em frente do Banrisul, onde está a farmácia Panvel. [...] a Enfermaria depois passou a ser um presídio de militares, que cumpriam pena disciplinar, então a gente acompanhava tudo, quando descíamos o Cerro e passávamos pela Enfermaria e

[134] O entrevistado se equivocou na datação, o episódio ao qual se refere ocorreu em abril de 1964 no âmbito da Operação Limpeza.

> víamos aquele movimento e também presenciamos as transferências do pessoal que estava na Enfermaria. (NUNES, 2014, Apud. ROSA, 2015, p. 51).
>
> [...] lembro que existia uma tabela no porão que dizia onde ficava os presos políticos na época da ditadura em 60 [...] Na Enfermaria, lá na frente tinha um porão que dava pro pátio. Eu lembro quando era pequena, que meu vizinho, Sr. Velasque, havia sido preso lá, mesmo não sendo militar. Ficávamos conversando com ele pelo arco do porão, pois os presos ficavam olhando para a rua [...] (GARCIA, 2014, Apud. ROSA, 2015, p. 31).
>
> No período da ditadura militar foram para lá militares afastados por terem vinculação com o Brizola. Por exemplo, o sargento Neli Otero, que era de Bagé, mas veio do Rio de Janeiro para Jaguarão, de modo a não ser preso. Outros brizolistas vieram também. Ele [Sr. Pedro Albio Otero] fala dos "onze de Brizola". Outro seria o Sargento Mário[135].

Percebemos, a partir do contato com nossas fontes, que esta foi uma realidade marcante para os que ali viveram, estando para além da existência de um hospital militar que posteriormente foi transformado em escola. Um dos moradores locais ouvidos pela arqueóloga Luciana Peixoto, além de levantar a existência da prisão política, conforme apresentado no relato acima transcrito, ainda foi capaz de precisar a localização da mesma na planta do prédio:

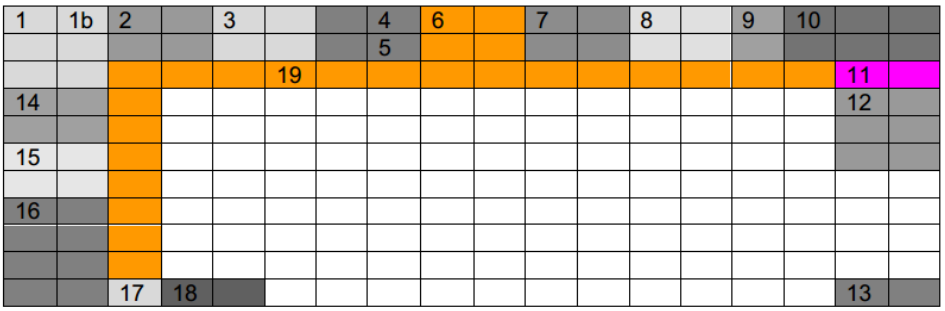


Figura 3: disposição dos cômodos da Enfermaria Militar segundo relatos do ex-enfermeiro do Exército Pedro Albino Otero. Planta confeccionada por Cerqueira e Peixoto (2010)

Segundo consta no caderno de campo dos pesquisadores Cerqueira e Peixoto (2010), o senhor Otero, teria indicado as salas de número 14 enquanto o espaço de encarceramento, primeiramente destinado apenas a militares insubordinados, mas que com o Golpe passou a ser utilizada enquanto prisão política. De acordo ainda com ele, a única entrada do prédio era pela frente (n° 6, entrada e corredores em laranja) e o entorno do prédio era todo murado. Segundo a mesma fonte, mas a partir das memórias do senhor Florêncio Hernandez, a funcionalidade do espaço enquanto uma enfermaria teria tido suas atividades reduzidas ainda

[135] Esse fragmento foi transcrito integralmente do caderno de campo utilizado por Luciana Peixoto e equipe durante os trabalhos de escavação da Enfermaria Militar, no âmbito do Projeto Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar de Jaguarão (2010-2011). O material foi gentilmente cedido pela mesma para essa pesquisa. CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011. Notas do caderno de Campo referentes a o colaborador Pedro Albio Otero. Jaguarão, 07 de janeiro de 2010.

nos anos 1940, quando foi construída a nova enfermaria dentro das dependências do Exército. Relato este que vai ao encontro dos apontamentos de Cunha (2012). Entretanto, o mesmo colaborador menciona o estabelecimento de uma escola no espaço, sendo que uma das salas de aula veio a funcionar onde antes era a prisão,

> Enfermaria até final dos 40. Não sabe dizer quando terminou a enfermaria exatamente. Depois veio a escola. Houve um primeiro abandono pelo quartel. Aí veio a depredação. Aí o quartel fez acerto com a prefeitura, na época do prefeito Ribas, e se fez o parque. Depois, nas administrações seguintes, o parque foi abandonado em definitivo. Assim, temos dois abandonos, um na década de 70, outra na década de 80[136].

Há uma inconstância nas datações referentes aos usos do espaço, de acordo com Cunha (2012) ele deixou de funcionar em 1966, o que vai ao encontro do relato da senhora Eci Duarte, que entre os anos de 1967 e 1968 realizou na escola primária que lá funcionava o seu estágio do magistério,

> Em 1961 ainda tinha a enfermaria, não sei quanto tempo ficou sem uso... Em 1967... eu acho que foi 1967, 1968 [realizou o estágio]. Eu não sei quando exatamente que começou a escolinha lá... Eu me lembro da minha turma nessa época, depois teve outra turma, depois eu não sei se teve mais alguém... Não lembro, depois só me lembro de quando desmancharam [a Enfermaria]... Aquilo foi de um dia pra outro, desmancharam e começaram a tirar coisas de lá...[137].

Como vimos no primeiro capítulo, a memória é uma seleção realizada a partir do presente, que sofre pressões orgânicas, psicológicas e sociais que acabam por explicar essas incompatibilidades nas datações das diferentes narrativas dos moradores da cidade. Entretanto, por mais que exista uma forte disputa de memória entorno dessa parcela do passado jaguarense, é irrefutável o fato de que o prédio da Enfermaria Militar de Jaguarão funcionou sim, ao menos nos primeiros momentos[138] após o Golpe, como uma prisão política e um espaço onde ocorreram torturas.

Passadas as primeiras movimentações do pós-golpe, a "pacata" Jaguarão seria sacudida por um novo feito da ditadura: ela passaria a integrar o seleto grupo de cidades sensíveis a segurança nacional brasileira. De acordo com a Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968 eram declarados enquanto de interesse da segurança nacional, no Estado do Rio Grande do Sul, os seguintes Municípios: Alecrim; Bagé; Crissiuma; Dom Pedrito; Herval;

[136] CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011. Notas do caderno de Campo referentes ao colaborador Florêncio Hernandez.

[137] CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011. Entrevista concedida por Eci Duarte à Luciana da Silva Peixoto e Marciana Zorzi, Jaguarão, 2010.

[138] É muito difícil precisar exatamente por quanto tempo o local teve essa finalidade, podem ter sido meses, todo o ano de 1964, parte de 1965 ou até pouco antes se converter em uma escola primária.

Horizontina; Itaqui; Jaguarão; Porto Lucena; Porto Xavier; Quaraí; Rio Grande; Santa Vitória do Palmar; Santana do Livramento, São Borja; São Nicolau; Tenente Portela; Três Passos; Tucunduva; Tuparendi e Uruguaiana.

Em linhas gerais, foram atingidos no estado principalmente os municípios fronteiriços e portuários por serem considerados áreas sensíveis a defesa interna e externa do País. Nesse sentido, vale destacarmos a centralidade estratégica do estado do Rio Grande do Sul que dentre os nove atingidos pela lei, foi o que maior número de cidades apontadas teve,[139] totalizando vinte e uma.

A referida lei entrou em vigor no ano de 1968, entretanto seu projeto já tramitava há algum tempo. De acordo com Zago (2007), a criação dessas áreas estava prevista desde a constituição de 1967,

> Inicialmente a lei previa que somente 68 municípios considerados estratégicos seriam enquadrados como Áreas de Interesse da Segurança Nacional. Posteriormente o governo federal resolveu enquadrar todos os municípios que ficassem na fronteira, além das estâncias hidrominerais e municípios portuários. Essa ampliação aconteceu porque o governo militar objetivava que esses municípios fossem a sustentação do regime (ZAGO, 2007, p. 55).

O mapa a seguir mostra as cidades gaúchas atingidas pela referida lei, e aquelas que foram posteriormente incorporadas em 1969 e em 1971:

[139] Foram atingidos pela referida lei os seguintes estados: (1) Acre, com cinco cidades: Brasiléia; Cruzeiro do Sul; Feijó; Serra Madureira e Xapuri; (2) no Amazonas foram nove cidades atingidas: Atalaia do Norte; Barcelos; Benjamin Constant; Ilha Grande; Ipixuna; Japurá; Santo Antônio do Içá; São Paulo de Olivença e Uaupés; (3) Bahia com apenas dois municípios: os de Paulo Afonso e São Francisco do Conde; (4)
Mato Grosso com dez cidades: Amambaí; Antônio João; Bela Vista; Cáceres; Caracol; Corumbá; Iguatemi; Mato Grosso; Ponta Porã e Porto Murtinho; (5) No Pará foram apenas três municípios: Almeirim; Óbidos e Oriximiná; (6) no Estado do Paraná foram dez cidades: Barracão; Capanema; Foz do Iguaçu; Guaíra; Medianeira; Marechal Cândido Rondon; Pérola D'oeste; Planalto; Santo Antônio do Sudoeste e São Miguel do Iguaçu; (7) No estado do Rio de Janeiro o único município atingido foi Duque de Caxias; (8) Em Santa Catarina foram quatro cidades: os de Descanso; Dionísio Cerqueira; Itapiranga; São José do Cedro e São Miguel do Oeste; e (8) no Estado de São Paulo apenas os de: Cubatão e São Sebastião. (LEI Nº 5.449, DE 4 DE JUNHO DE 1968)

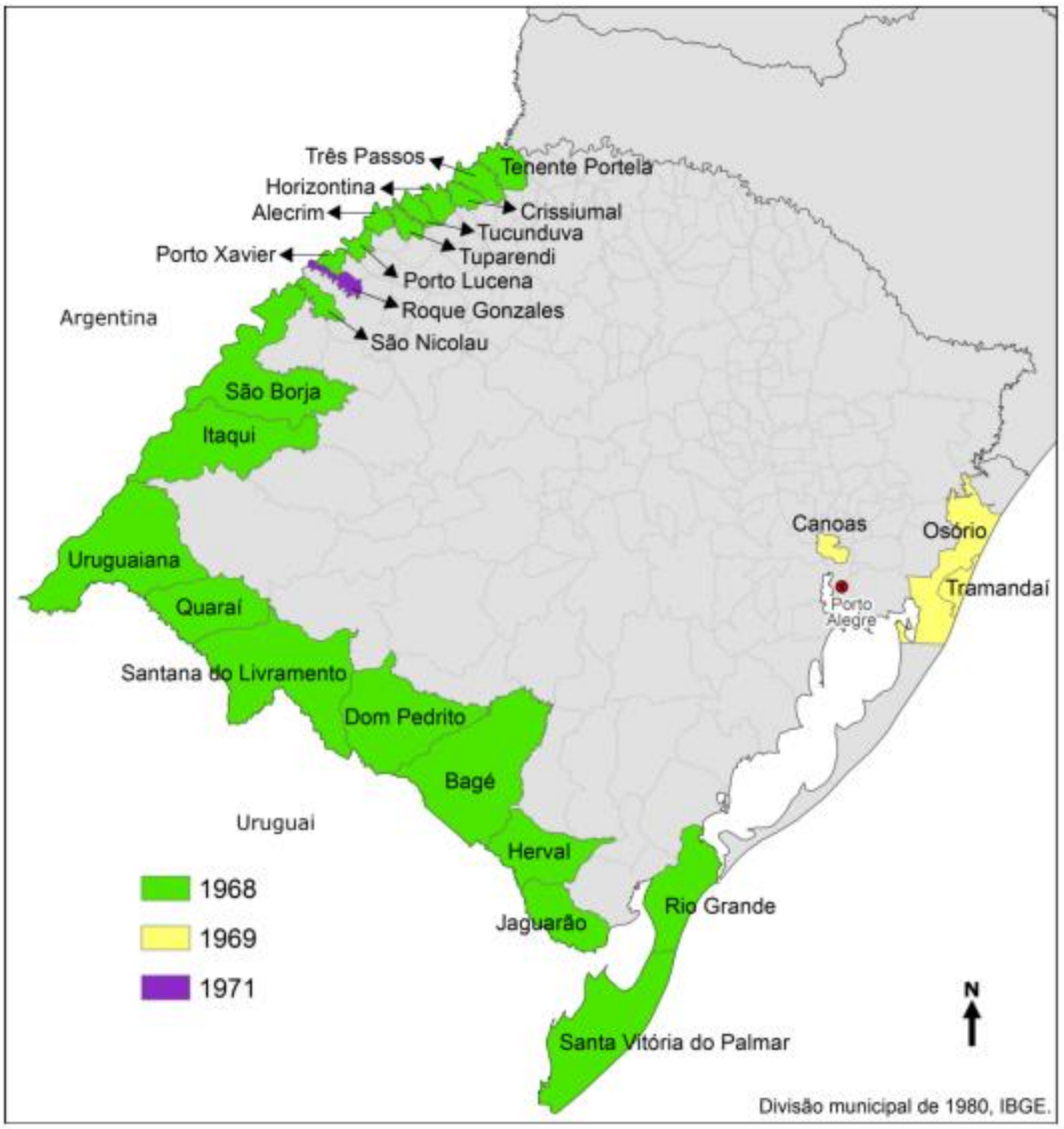


Figura 4: Mapa dos municípios declarados de interesse a segurança nacional (ASSUMPÇÃO, 2014, p. 231).

A partir de então, nesses municípios não mais aconteceriam eleições para prefeito, passando este a ser indicado pelo governador[140] do estado mediante aprovação do Presidente da República e podendo ser exonerados do cardo assim que descaíssem da confiança do Presidente da República ou do Governador do Estado. Na prática, de acordo com a pesquisadora Ana Rosa Domingues dos Santos (2006), isso significou o aumento do efetivo de servidores federais, bem como, a reestruturação dos pelotões das forças de segurança nesses espaços. Essas municipalidades eram a "vitrine da ditadura" e para isso o governo passaria a investir pesado em segurança e desenvolvimento a partir das verbas do "fundo de fronteiras" (RAUTENBERG, 2022). Isso por que:

> esses municípios eram a porta de entrada/saída para outros países, controlando-os e fortalecendo-os dificultaria a comunicação dos oposicionistas internos do regime

[140] Cargo que era preenchido por indicação do presidente da república desde 1966, a partir do AI-3.

> com grupos externos. Segundo, porque esses municípios seriam uma espécie de vitrine do regime militar, que através de verbas específicas, demonstrariam que o governo militar era melhor que um governo civil. E terceiro, com a nomeação de governadores de estado, prefeitos das capitais estaduais e dos municípios fronteiriços por parte do Presidente da República, o governo militar tinha uma base política forte, que aliada aos órgãos repressores, poderiam gerar toda a segurança necessária para que o país alcançasse o desenvolvimento econômico e social tão divulgado e desejado (ZAGO, 2007, p.55).

Assim, a imprensa local fez a cobertura da "boa nova", porém sem muita clareza do que ela passaria a significar na prática:

> Foi sancionada pelo Presidente da República, o projeto de lei que cria as zonas de segurança nacional, abrangendo 65 municípios brasileiros, sendo 21 no nosso estado, inclusive 5 na zona sul.
> Jaguarão, cidade fronteiriça, que faz parte do projeto original da presidência da república, terá prefeito nomeado pelo governo do estado, a partir de janeiro de 1969[141].

Ao acompanharmos as páginas do jornal *A Folha* nos dias que se seguem, nada mais aparece em relação a essa temática. Aparentemente essa questão passou alheia a vida dos moradores locais. Embora não disponhamos de dados mais numerosos a respeito dessa questão, é interessante de ser mencionado que de todas as pessoas consultadas para esse estudo apenas uma levantou o fato de sermos considerados área de interesse a segurança nacional. Os demais, quando questionados a respeito de como era viver em uma fronteira durante a ditadura, apresentavam outros elementos como o medo, o policiamento na ponte, a falta de liberdade, dentre outras questões que buscamos contemplar em nossa narrativa.

2.2.1 N'A Folha as cotidianidades do viver em fronteira

> *"Cabe aos jornais, principalmente aos das pequenas cidades, a tarefa de valor incalculável de, a cada edição, fazer o registro daquele "espírito do lugar" e desenhar os "mapas de vidas" que diuturnamente se entrelaçam e sobre as quais "vamos vivendo a nossa". [...] Por isso, o semanário A Folha é UM VELHO CASO DE AMOR para os jaguarenses que, por gerações, o valorizam como um espelho mágico que retém ângulos, projeções, facetas, expressões e imagens dos habitantes da cidade".*
>
> (SOARES, 2007)

No âmbito público dos usos do passado, as mídias de massa tem papel fundamental na perpetuação de discursos de rearranjos das memórias coletivas, exercendo parte de um

[141] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1968. Ed. 08 de jun. de 1968 p.2.

"trabalho especializado de enquadramento" (POLLAK, 1989, p.11). Entretanto, até a década de 1970 do século passado era relativamente pequena a produção historiográfica que tomava jornais e revistas enquanto sua matéria prima. Tal fato é decorrente de uma visão difundida durante o século XIX e primórdios do XX de que "essas 'enciclopédias do cotidiano' continham registros fragmentários do presente, realizados sobre influxo de interesses compromissos e paixões. Em vez de permitirem capitar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas." (LUCA, 2011, p.112). Essa falta de neutralidade destas publicações acabou por fazer do seu uso algo vedado ao fazer histórico. Apenas na década de 1930 essa concepção passou a sofrer críticas, porém foram somente durante os anos de 1970 que foram deixados de lado os entraves em relação à falta de neutralidade destes produtos e passou-se a analisar criticamente as tomadas de posição dos mesmos.

> A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como 'mero veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX. Apud. LUCA, 2011, p. 118).

Para além desses aspectos, até aqui levantados, outro igualmente importante deve ser considerado quando tratamos com o produto das atividades da imprensa durante períodos autoritários, a força imposta pelos mecanismos de censura da ditadura a esses veículos de informação. Em linhas gerais, pois esse debate é bem mais complexo que essa breve definição, dentre a multiplicidade de condutas assumidas pela imprensa brasileira desse período destacaremos aqui dois grupos, mesmo que essa definição dicotômica deixe de lado as muitas zonas cinzentas que rondam esse tema. Assim, temos de um lado aqueles que desenvolveram estratégias de resistência driblando a censura, e, do outro, os que difundiram os discursos do novo regime.

Se tratando da imprensa jaguarense, segundo a historiadora Renata de Paiva Tavares, que analisou a ideia de *Brasil Grande* difundida pelo periódico *A Folha* de 1970 a 1974, embora o jornal passe a partir de 1972 a tecer sutis comentários negativos ao regime, ele mantém-se a partir do seu discurso majoritariamente ao lado do governo ditatorial (TAVARES, 2016), política esta adotada desde os primeiros anos como podemos perceber nas edições analisadas para esta pesquisa.

Segundo a pesquisadora Tania Regina Luca, cabe a nós historiadores a partir de uma análise de discurso "problematizar a identificação imediata e linear entre a narração do

acontecimento e o próprio acontecimento" (LUCA, 2011, p.139) procedimento este alias, que não deve ser inferido apenas as fontes jornalísticas.

Vale destacarmos, que para o caso analisado, a imprensa local possui expressiva atuação, o que de acordo com Vieira, faz com que tenha "um papel fundamental na compreensão de um ciclo de memórias. Assim, estudar a posição da imprensa naquele período militar é imprescindível para uma melhor compreensão de seu papel como agente na construção da memória social jaguarense" (VIEIRA, 2018, p.21).

Antes de tudo é importante apresentarmos os elementos que compunham a imprensa local: Temos o periódico *A Folha*, de circulação semanal, e também a *Rádio Cul*tura Jaguarão, frequência AM. A televisão por essa região foi uma realidade na segunda metade dos anos 1970, entretanto se apresentava em um sinal extremamente precário, devemos destacar, também, que os aparelhos não eram de consumo popular devido ao seu custo, bem como, o fato de que ainda em algumas localidades rurais não havia luz elétrica. Diante disso vamos dedicar nossa atenção ao Jornal e a *Rádio Cul*tura.

O Jornal foi fundado em 1937 pelo capitão e juiz distrital Cantalício Resem, membro da elite econômica da cidade. Nos anos de 1960 o jornal estava sob os cuidados de seu filho Anysio Resem. Além do jornal Anysio possuiu a livraria A Miscelânea, onde também funcionava a tipografia e redação do referido semanário; propriedades rurais e era o responsável pela Santa Casa de Caridade, único hospital da cidade. Entretanto, é importante que compreendamos, para além do perfil social que se encontra por trás do empreendimento, a trajetória do Jornal.

Antes de ser proprietário do semanário *A Folha*, Cantalício Resem era o diretor do Jornal A Situação, que desde 1905 servia a propaganda do Partido Republicano na cidade. O referido periódico não chegou ao final de 1937. Ao silenciarem suas máquinas, em 4 de dezembro de 1937, Resem ao lado de Alfredo de Melo Tinoco e Irany Pinto Ribeiro, partilhando a direção, e acompanhados dos colegas de redação do extinto semanário, lançaram o "vespertino independente" *A Folha*. Devemos destacar que estávamos nos primórdios do Estado Novo e nesse cenário o novo jornal local se propunha a ser "um semanário isento de qualquer passionalismo partidário, capaz de noticiar com independência, sem pender para essa ou aquela facção[142]" (SOARES, 2007 p.14). Entretanto, sua primeira etapa foi breve, pois em 31 de dezembro de 1941, ainda sob o Estado Novo[143], o periódico

[142] Até então os jornais existentes na cidade serviam diretamente a abertamente aos interesses dos partidos políticos.
[143] Apurar a fundo o posicionamento do periódico durante a ditadura Vargas nos demandaria uma visita ao seu

deixou de circular, regressando somente em julho de 1947 sob a gerência de Anísio de Souza Resem.

A partir de então o jornal teve alguns gerentes, conforme Anísio necessitava se dedicar aos demais negócios da família. No começo dos anos 1960 era Miguel Angelo Sabado seu diretor, de 1963 a 1964 esteve a frente o jovem Eduardo Alvares de Souza Soares e a partir dai, ao que tudo indica Anísio regressou ao seu cargo de gerente sendo substituído, em 1976, por Luiz Augusto[144].

Já no que diz respeito a rádio local, esta é resultado de um contrato de cotas de responsabilidade entre os senhores: Marthinal J. Dias, Athaualpa Gonçalves Dias, Graciliano J. De Souza, Candido Monti, Amadeu Azevedo e o fundador do jornal *A Folha*, Sr. Cantalício Resem. As atividades da rádio tiveram início em 16 de fevereiro de 1950. Infelizmente não localizamos informações substanciais referentes à equipe que esteve à frente da emissora durante os anos de 1960/70. Mas, a partir do que apuramos, a única integrante que ainda reside na cidade é a senhora Eva Beatriz Silva e Silva, com quem podemos realizar uma entrevista oral.

Antes de nos atermos aos elementos presentes no depoimento concedido pela Dona Eva, é importante mencionarmos a matéria do jornal *A Folha* do dia 6 de agosto de 1964, onde a Rádio é duramente atacada:

> [...] A imprensa, falada e escrita, tem por obrigação de ser a porta-voz do povo, ao qual deve servir com imparcialidade acima de tudo e com respeito profundo pelos seus problemas e aspirações, ou está destituída de suas primordiais finalidades.
> A Rádio Cultura de Jaguarão, que sempre teve nessa terra um campo aberto ao desenvolvimento [...] não tem sabido corresponder, como seria de seu dever, a magnificência de nossa gente.
> A imprensa deve ser uma tribuna popular, livre e honesta e, como voz do povo engar-se-á ninguém, e muito menos, discriminar ou ter preferências. [...] parcialidade descarada dessa pseudo emissora.
> Ela vinha noticiando diariamente os trabalhos desenrolados na Câmara Municipal. Mas deixou de fazê-lo no dia que um vereador teceu comentários desabonadores que a comprometiam com a opinião pública. [...] E disse mais aquele vereador. Disse que a rádio é tão impotente que suas ondas mal alcançam os arrabaldes da nossa cidade, principalmente a noite. Quem precisar remeter notícias a uma distância maior deve recorrer à emissora vizinha de Rio Branco. [...] Mas o que o vereador não disse, e que também é uma verdade, é que essa rádio prejudicou a Frente Democrática no último pleito eleitoral do município, quando cortou as transmissões que estava fazendo no Teatro Esperança [...] **Quando a Revolução de 31 de Março, a rádio entrou em cadeia com Brizola – o político corrupto. Não transmitiu, entretanto, o comício de Meneghetti em Passo Fundo**...
> [...] Aqui iniciamos uma campanha. Campanha pelo progresso dessa terra e contra a Rádio Cultura.

---

arquivo salvaguardado no IHGJ e uma pesquisa a parte desta, sendo assim, deixamos aqui o registro de uma zona a ser ainda explorada na historiografia local.

[144] Em 2002 o Jornal foi comprado por Simone Vieira de Armas e Francisco Antunes, que permanecem a frente do periódico até hoje. O acervo de suas fases anteriores foi doado ao IHGJ e lá está disponível para consulta mediante agendamento.

> Isto é o começo do fim. O fim da rádio ou de uma série de atentados que essa rádio tem feito. [...] Se a rádio for imparcial, como deveria ser, leia em seus microfones esse artigo, divulgue-o, mas divulgue-o muitas vezes e rebata-o democraticamente[145].

O artigo é assinado por "Um Jaguarense" que, dado ao teor dos ataques, a riqueza das informações e por menores elencados na matéria, acreditamos ser alguém envolvido no universo político formal da cidade. O mesmo autor, assinando dessa forma, não volta a aparecer nas demais edições do Jornal, nos dando a entender que esta manifestação foi uma espécie de carta aberta à *Rádio Cul*tura.

Embora longo, é importante que seja apresentado quase que integralmente esse artigo, pois ele é o mais perto que temos de um indício de resistência desse setor na cidade. Não tivemos acesso às fitas da época, ou a algum outro material, tudo que a rádio dispunha referente aos seus primeiros anos foi perdido em um incêndio, e o pouquíssimo material que restou foi gentilmente cedido pela atual gerente, Silvia Cardoso, para essa pesquisa. Porém, ainda assim, não temos como precisar se de fato a rádio entrou em cadeia com uma possível reedição da Legalidade e, menos ainda, se a mesma divulgou o artigo e "rebate-o democraticamente" conforme solicitava o seu redator.

Outro ponto que merece ser mencionado, é que nas edições seguintes de *A Folha* não encontramos nenhuma réplica por parte da *Rádio Cul*tura, o que nos deixa essa questão em aberto. Nem sempre teremos meios de responder a todas nossas indagações, por vezes o que nos fica são apenas as questões e possíveis hipóteses para essas. Nesse caso, quem seria "Um Jaguarense"? Os interesses de quem ele representava? Esteve ele presente no plenário da Câmara quando o vereador teceu comentário a respeito da conduta da Rádio? Seria apenas um ouvinte, talvez partidário da Frente Democrática? Pela forma como o texto é conduzido, pelo vocabulário empregado e pela concordância gramatical adequada, arriscamos apontar ser este indivíduo membro da elite local, dado ao fato que na época poucas pessoas da comunidade tinham acesso a elevados níveis de instrução formal.

Uma questão interessante também é que, embora tenhamos suprimido da transcrição da fonte, outros pontos foram apontados pelo redator enquanto faltas graves da *Rádio Cul*tura para com a população jaguarense como: o corte do horário da Legião Assistencial Cristã[146] e a "falha" cobertura feita pela emissora a *miss* Jaguarão durante sua trajetória no *miss* Rio Grande do Sul. Reivindicações que a primeira vista parecem fugir do universo político, porém

[145] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964. Ed. 6 de agosto de 1964, matéria de capa.
[146] Instituição caritativa local.

devemos ter em mente que a maioria das entidades assistencialistas não eram formadas por populares e, tampouco, uma moça proveniente das camadas mais humildes da sociedade teria meios de arcar com as despesas desse tipo de concurso. Logo, esses pontos também nos levam ao universo das elites locais (políticos, médicos, estancieiros, outros), do qual talvez "Um Jaguarense" seja procedente.

O breve relato que apresentaremos nesse estudo a respeito da *Rádio Cul*tura se apoia nas memórias da Dona Eva Beatriz, mais conhecida pelos jaguarenses como Ellen Beatriz. Ela, que é a primeira mulher a trabalhar como locutora de rádio em Jaguarão, iniciou sua carreira em 1962 como secretária da Emissora, e aos poucos foi agregando a função de locução a sua rotina de trabalho, até se converter em uma das vozes mais conhecidas da comunicação jaguarense:

> eu atendia o escritório, eu era auxiliar de escritório, na época era assim que a gente foi registrada, então eu fazia tudo que era aviso, convite, desde convite de enterro e missa, baile, tudo, tudo! [...] E fazia a folga dos locutores [...] todos os locutores tinham o dia de folga e quem preenchia era eu [...] falando com os ouvintes. [...] eu abria a rádio as seis da manhã [...] e o que eu fazia era dar a notícia de convite, notícias em fim... E música, muita música gaúcha e mandando um alô para o pessoal da campanha [...][147].

Quando questionada a respeito das formas de interação com o público, Dona Eva coloca que estas se davam "por telefone, tinha programa telefônico de tarde, o telefone de manhã era para alguém que queria saber alguma coisa, colocar alguma nota, comunicar alguma coisa [...]"[148]. Já quanto ao tipo de programação da rádio nos contou que tocava muita "música romântica, desde o amanhecer, e gaúcha [...] noticiário tinha ao meio dia e a uma hora, ao meio dia era os avisos pra campanha"[149]. As notícias presentes nesses programas eram gerais não se restringindo apenas a informações locais. Diante disso, devemos apontar o rádio não apenas como um meio de lazer a partir da sua programação musical. Outro elemento importante, que merece ser frisado, é que os "avisos" citados pela entrevistada são as notícias locais de implicação cotidiana: missas, enterros, promoções, eventos, e demais utilidades públicas. Diante desse panorama, a rádio local se apresenta enquanto um meio rápido de transmissão de notícias, assim como, um forte formador de opinião.

Também merece destaque a abrangência do sinal da rádio, que é a primeira emissora do que posteriormente vem a ser uma rede de rádios, a Rede Meridional de Comunicação. Segundo dona Eva, o sinal da ZYU-7 alcançava até a cidade de Rio Grande, onde "se ouvia

[147] Entrevista realizada pela autora com Eva Beatriz Silva e Silva, na cidade de Jaguarão em 2001.
[148] Entrevista realizada pela autora com Eva Beatriz Silva e Silva, na cidade de Jaguarão em 2001.
[149] Entrevista realizada pela autora com Eva Beatriz Silva e Silva, na cidade de Jaguarão em 2001.

bem a rádio"[150]. Informação essa que vai de encontro aquela apresentada por "Um Jaguarense" em sua carta aberta à Radio Cultura. De toda forma, partindo do que foi colocado por nossa colaboradora, diante dessa abrangência, pessoas de outras municipalidades poderiam procurar a rádio para transmitir notícias ou se informar do que acontecia na fronteira.

Outro ponto levantado durante a entrevista foi a respeito da censura. A colaboradora respondeu: "olha tinha! Olha tu não pode dizer isso, isso e isso... [....] a direção avisava para gente, chegava direto para a direção da rádio e eles é que colocavam no quadro para gente não falar tal, tal e tal assunto [...]"[151]. Entretanto, quando questionada se recordava alguns desses assuntos nossa colaboradora nos respondeu que não se recordava. Infelizmente esse é o tipo de informação que não podemos ir além, pois o pouco acervo que a rádio possuía, como mencionamos anteriormente, fora perdido após um incêndio ocorrido há algumas décadas atrás, e nos documentos consultados na base de dados do Arquivo Nacional a Rádio não apareceu durante nossas pesquisas. Todavia, é inegável a força desse veículo de comunicação na região.

Outra trajetória que se entrelaça com a da *Rádio Cul*tura é a da União Jaguarense dos Estudantes Secundaristas, que possuía um programa dominical:

> Nós tínhamos um programa na rádio, era bom tu pesquisar isto, quem apresentava era eu e [...] o Nelson Del Pino, [...] nós tínhamos um programa todos os domingos, do meio dia às treze horas, na Rádio Cultura de Jaguarão, o nome do programa era "A UJES Tem a Palavra". Ali nós fazíamos todas aquelas coisas, trazíamos o pessoal para conversar e tal, olha era um programa de vanguarda na época. [...] Durou do início, da metade de 1963 até dia 31 de março de 1964, quer dizer até o Golpe. Ai nós [inaudível] fizemos um programa a mais, lembro como se fosse hoje... Eu lembro que quando eu encerrei eu disse "e agora mais do que nunca nós temos que permanecer unidos"[152] .

Como vimos no item anterior a UJES foi uma das primeiras entidades a sofrer com a Operação Limpeza, sendo os estudantes Nelson e Claudio proibidos de participar e/ou falar em nome da entidade. Diante disso os rapazes buscaram um rearranjo com a Rádio e com os patrocinadores do programa,

> a título só de curiosidade, quem patrocinava esse programa era [...] a Casa Elegante, acho que não tem mais, era na Rua XV de Novembro o nome do proprietário era E* E* K* [...] então [ele] era do PTB, do antigo PTB, mas era daquela linha assim moderada, tu compreendesse? Aqueles caras que eram assim, não eram da esquerda, ele patrocinava, aí a gente. Cortaram né a Rádio foi proibida, aí ele disse "não agora não da mais, não tem como", daí esse meu amigo na época, lembro como se fosse hoje, disse para ele: "Seu E*, quem sabe o senhor patrocine para nós um programa de música, só música ninguém vai falar em política, só por uns meses mais..." [e o

[150] Entrevista realizada pela autora com Eva Beatriz Silva e Silva, na cidade de Jaguarão em 2001.
[151] Entrevista realizada pela autora com Eva Beatriz Silva e Silva, na cidade de Jaguarão em 2001.
[152] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

> senhor E* teria respondido] "Não, não tem problema o meu patrocínio com a Rádio tá bem, se a Rádio aceitar!". Aí nós criamos um programa que durou um ano e pouco, o nome era "Deu a Louca na Juventude" [...] eu que dei o nome, foi quando apareceram os Beatles, os Rolling Stones, a Jovem Guarda... Então a gente fez um programa... De músicas que na época estavam recém aparecendo, a gente conseguia discos, o Uruguai sempre foi um paraíso para essas coisas, chegava tudo primeiro na época no Uruguai, [...][153].

Dois elementos devem ser destacados da fala do colaborador: a censura imposta à Emissora, que cortou o programa de sua grade, e, ao mesmo tempo, as pequenas brechas de atuação que permitiram que o mesmo fosse remodelado: "só música, ninguém vai falar em política"[154]. Garantindo assim uma nova breve vida a atração dominical.

No intuito de cruzar informações questionamos dona Eva sobre o programa: "lembro que teve, mas eu não participava cada um tinha seu horário. Sei que tinha, mas não estou lembrada"[155]. Devemos mencionar que era um espaço locado aos domingos e que como secretária da casa provavelmente dona Eva não tivesse muito contato com a equipe do programa. Outro ponto, é que juntando as duas versões a atração ficou no ar cerca de um ano e meio ou, no máximo, dois anos, o que se comparado aos demais é uma "vírgula" dentro da história da *Rádio Cul*tura.

Para nós, essa "virgula" é de suma importância! Pois ela representa uma brecha de resistência e atuação dessa juventude vinculada ao movimento estudantil em uma sociedade interditada pela ditadura. Já para dona Eva, lembrando que a memória é uma seleção, a curta vida da atração dominical não é algo digno de nota em seus quase de sessenta anos de *Rádio Cul*tura.

Em outro momento da entrevista com o senhor Claudio ele destacou os outros veículos de comunicação presentes na cidade: "nós antigamente dependíamos de que aí em Jaguarão? Do jornal que chegava um dia, dois depois o *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias*, ou então de ouvir uma rádio do Uruguai ou do Rio de Janeiro que pegava"[156]. E ao mesmo tempo, aponta para a importância e a influência de alguns veículos de comunicação externos na formação do pensamento de esquerda do grupo no qual se inseria, "o nosso movimento nasceu ouvindo a *Rádio Moscou*, a *Rádio Pequim* falando em português pro Brasil, que pegava em onda curta"[157].

Diante da "inexistência" de meios calcularmos a dimensão do que era transmitido pela

[153] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[154] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[155] Entrevista realizada pela autora com Eva Beatriz Silva e Silva, na cidade de Jaguarão em 2001.
[156] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[157] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

*Rádio Cul*tura, bem como, a abrangência do consumo dos outros meios de comunicação citados pelo nosso colaborador, nos debruçaremos no jornal local *A Folha*. E, nesse sentido, é importante que percebamos a importância da disseminação de notícias e ideias vinculadas pelo periódico, "notando-o como um dos formadores de opinião pública e agente efetivo no processo da criação da memória, ou desmemória nesse caso" (VIEIRA, 2018, p.22).

Logo após o Golpe, em matéria presente na edição de 16 de abril, o Jornal traz a seguinte manchete: "Entrevista do comando do 13° R.C. a este Jornal". A matéria versa sobre a Operação Limpeza, ocorrida na região alguns dias antes da edição do jornal, e claramente divide a sociedade em dois polos: nós "homens de bem" apoiadores da "revolução" e eles "comunistas" desordeiros que não querem ver o progresso da nação.

> O 13° Regimento de Cavalaria teve a missão de agir nesse município e no vizinho município de Pedro Osório, realizando expurgos na UJES, estabelecimentos e residências de suspeitos, devendo salientar-se que certas apreensões foram feitas graças a colaboração de pessoas convencidas de que esse ato era necessário para o País.
> Do material subversivo apreendido, parte fora exposto nas vitrines da Livraria A Miscelânea e os implicados foram presos, admoestados ou presos sob palavra.
> Acompanharam os militares nessa operação de limpeza em todos os focos comunistas, os delegados de Jaguarão e Pedro Osório [...][158].

Em claro tom colaboracionista, o Jornal deixa claro sua posição enquanto um dos tantos periódicos que "agitaram a bandeira do perigo vermelho como uma ameaça capaz de assustar a população e gerar um clima favorável a intervenção militar" (SILVA, 2014, p.13). A matéria, além de mencionar os membros da União Jaguarense dos Estudantes Secundaristas (UJES), que embora não tivesse seus nomes vinculados seriam facilmente identificados em uma cidade pequena como Jaguarão, destaca a importância da colaboração dos cidadãos jaguarenses para "livrar nosso torrão da ação nefasta dos vermelhos"[159].

O jornal prosseguiu, pois para que esse apelo a caça do inimigo ecoasse entre "os homens de bem do Brasil", o Estado ditatorial se valeu, dentre outras práticas que integram a lógica de atuação do TDE, da imprensa, tanto no que diz respeito a setores vinculados a propaganda oficial do Estado quanto aos veículos de comunicação privados que se alinhavam às ideias propostas pela ditadura. Dentre esses setores privados, no que diz respeito à cidade de Jaguarão, jornal *A Folha* vincula semanalmente após 1° de abril de 1964 notícias de exaltação ao novo regime frisando a prosperidade e os novos horizontes de liberdade e democracia do Brasil.

> Brasileiros de todas as classes sociais. Agora que o Brasil retomou com vigor e segurança o caminho da Lei, da Ordem e da Liberdade, retomemos também nossas

[158] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964. Ed. 16 de Abril, 1964, p.2
[159] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964. Ed. 16 de abril de 1964, p.2

> esperanças no futuro. Este é o País que pode ser o País da fartura e da prosperidade. E nós saberemos fazer isso, através dos incentivos e das oportunidades que a liberdade e a democracia dão ao cidadão de qualquer origem e de qualquer condição social.
> Colabore você também na consolidação e salvaguarda da democracia, anulando a ação nefasta do comunismo[160].
>
> Brasileiros. Não há nenhuma nação no mundo como o Brasil, que ofereça aos seus filhos tão formidáveis possibilidades de progredir e de melhorar de vida. Basta que mantenhamos os caminhos livres a democracia e a ordem cristã. Basta que cada cidadão procure trabalhar, estudar, progredir visando o bem da coletividade. A terra maravilhosa do Brasil, com seus imensos recursos e as fantásticas oportunidades de trabalho digno que o progresso do País já oferece, assegura a cada cidadão um horizonte permanente de constante melhoria de vida e de bem estar para a sua família.
> Colabore você também na consolidação e salvaguarda da democracia, anulando a ação nefasta do comunismo[161].
>
> Brasileiros. Prosperidade e bem estar não se fazem com falsos decretos e comícios demagógicos. A melhoria de vida dos cidadãos nasce da sabedoria e do esforço, com que cada um procura aproveitar as formidáveis oportunidades de trabalho oferecidas por um País fabuloso como o nosso. Só a democracia oferece todas as liberdades: liberdade de procurar melhorar de vida, a liberdade de progredir, a liberdade de escolher seu emprego, a liberdade de criticar o que não está certo ou de reclamar o que está faltando. O comunismo só oferece uma liberdade: A de morrer no lugar em que os comunistas escolherem.
> Colabore você também na consolidação e salvaguarda da democracia, anulando a ação nefasta do comunismo[162].

Embora haja falta de alguns exemplares do periódico no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão (IHGJ), o que impossibilita precisar quando de fato começam a circular estas mensagens não tituladas no rodapé de sua capa[163], percebemos que esses pequenos textos que alertam para o "perigo do comunismo", bem como, para a "salvação da pátria" que se anunciava com o novo governo, são recorrentes nos anos seguintes conforme os ânimos sociais se exaltam. Por exemplo, mensagens de mesmo teor voltam a aparecer durante as manifestações estudantis do final da década de 1960 ou o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, que também foi noticiado pelo jornal.

No decorrer dos volumes ao longo dos anos seguintes, também, são veiculadas matérias que abordam outros temas centrais no viés de combate pregado pela DSN. Os títulos são bem sensacionalistas, em uma clara estratégia retórica para incutir na mente da população o medo e a repulsa por toda e qualquer atividade de oposição, almejando a quebra de possíveis laços de solidariedade, reconhecimento e adesão. Quase sempre, notícias dotadas

[160] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964. Ed. 10 de Julho de 1964.
[161] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964. Ed. 17 de Julho de 1964.
[162] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964. Ed. 23 de Julho de 1964.
[163] Esse tipo de discurso quando não está em espaço próprio se apresenta mais comumente dentro da Coluna XXX, que segundo Soares (2016) era assinada por Almiro de Lia Piúma.

desse perfil aparecem na capa do periódico: "Novamente presos os supostos terroristas"[164], "Surto de terrorismo na América Central"[165], "Neutralização de ideologias extremistas"[166], "O comunismo e suas consequências"[167], outras. Manchetes estas que, para atender a lógica imposta pela ditadura, mobilizavam uma sociedade com os nervos a flor da pele diante do suposto perigo comunista.

A fartura dos termos "Terror", "Terrorista" e seus derivados, não era uma exclusividade da imprensa local. Isso porque "era preferível associar o inimigo a algo que não infundisse reverência [como guerrilha e guerrilheiro], mas medo e repulsa, incitando a delação" (CENTENO, 2014, p.140). Não se sabe ao certo quando exatamente essas nomenclaturas passaram a aparecer de forma mais recorrente na mídia em geral. De acordo com o Jornalista Ayrton Centeno, existem pelo menos duas versões para isso. Na primeira, a utilização teria sido uma imposição da ditadura após a decretação do AI-5. Na outra, o Jornal do Brasil, que supostamente teria sido um dos primeiros a empregar tais termos em suas matérias, teria por conta própria importado o termo do Oriente Médio "inspirado nas escaramuças entre árabes e israelenses" (CENTENO, 2014, p.140).

Outro elemento interessante de percebemos nas páginas do *A Folha* é que a definição de uma conduta moral exemplar a ser seguida pelos "bons brasileiros" também é temática recorrente. Bem como, valores cristãos e familiares são conteúdos frequentes nas suas matérias: "Igreja e o Comunismo"[168], "O comunismo é incompatível com a religião"[169].

No ano de 1968 foi o momento em que esses tipos de matérias mais apareceram[170], foram doze títulos com esse perfil. E, logo na sequência, com oito títulos nessa linha, está o ano de 1964. Nos anos de 1966 e 1967 não apresentam matérias que tragam em seus títulos os termos terrorismo, ideologias externas, comunismo e seus derivados.

Para Padrós esse forte investimento propagandista voltado para a "refundação institucional e a imposição de princípios [...] contribuiu na tentativa de modificar o sistema de valores e ideias vigentes" (2008, p. 175). Para sua eficácia o Estado autoritário se valeu do colaboracionismo de grandes meios de comunicação ao lado de uma ferrenha censura a

[164] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 21 de Janeiro de 1967.
[165] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1968. Ed. 10 de Fevereiro de 1968.
[166] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1968. Ed. 10 de Março de 1968.
[167] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1968. Ed. 08 de Junho de 1968.
[168]Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964. Ed. 17 de Julho de 1964.
[169] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1968. Ed. 27, Janeiro, 1968.
[170] Devido à pandemia de Covid-19 e as medidas sanitárias que resultaram no fechamento dos arquivos para pesquisa não tivemos acesso a todos os volumes do Jornal, inclusive a pesquisa no fundo de 1968 não foi concluída, indo até o mês de outubro daquele ano.

liberdade de expressão e reflexão crítica no fazer jornalístico de uma maneira geral.

No ano de 1966, após o episódio da invasão do Plenário da Câmara de deputados em 20 de outubro por forças militares, o jornal *A Folha* deixa transparecer a forte censura a qual os meios de comunicação estavam sendo submetidos, ao publicar o ofício n° 330 assinado pelo delegado de polícia Roberto Costa Cardia, por meio do qual se faz saber que:

> Recebemos de:
> 7° Região Policial
> Delegacia de Polícia de Jaguarão
> Jaguarão, 26 de outubro de 1966. Of. N° 330/66
> Senhor diretor:
> Tendo recebido ordem da Superintendência dos Serviços Policiais de executar e fiscalizar várias medidas restritivas a livre divulgação de notícias e comentários que possam gerar desordem e intranquilidade pública levamos ao seu conhecimento o que segue:
> Toda estação de rádio só poderá divulgar nos próximos sete dias, notícias referentes ao recesso do congresso em termos gerais, sem alusões a normas ou comentários. [...][171].

A suspensão dos trabalhos no Congresso durou até 22 de novembro daquele ano, quando foram eleitos os membros do Congresso Nacional. Esta foi a primeira eleição legislativa realizada pela ditadura e a única ocorrida durante o governo do ditador Castelo Branco. Em Jaguarão, de acordo com o levantamento feito por Vieira (2018), esse assunto foi tema da reunião do Legislativo Municipal apenas em dezembro daquele ano.

Embora seja impossível precisar até que ponto o jornal *A Folha* colaborou reforçando as atitudes e justificativas da ditadura através de seus discursos, gerando um quadro de alienação sobre o entorno imediato, por puro alinhamento ideológico ou se fora apenas mais uma vítima amordaçada, usada para cooptar simpatias para o regime e diminuir consideravelmente as oposições.

O fato é que nos primeiros anos que se seguem ao Golpe, narrativas alinhadas com o perfil de sociedade defendido e almejado pela ditadura eram recorrentes, contribuindo assim para a manutenção do *status quo*. Entretanto, talvez o interessante para esse caso, seja deixar de lado as categorias dicotômicas e pensar em uma terceira possibilidade de análise, destacando as múltiplas nuances desse processo. Embora, ao que tudo indique, num primeiro momento o periódico não fora apenas mais uma vítima amordaçada, no entanto, ao mesmo tempo, não podemos afirmar que este fosse um colaborador permanente da ditadura. Todavia, os elementos que compõem esse quebra-cabeças são por vezes contraditórios e dividem opiniões daqueles que se debruçaram sobre esse objeto[172].

Em artigo recente Gonçalves e Martins analisaram o periódico em questão durante os

[171] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1966. Ed. 27 de Outubro de 1966.
[172] Para mais informações consultar: Tavares (2016), Vieira (2018) e Gonçalves e Martins (2020).

anos de 1969 e 1970, apoiadas nas publicações destes anos e também na oralidade. Dentre os colaboradores dessa investigação, uma delas[173] relatou às autoras que o Sr. Anysio costumava contar que "nos anos de ditadura por diversas vezes esteve em sua redação montando o jornal sob a mira de um revolver", e complementa seu raciocínio logo em seguida afirmando que "provavelmente de um soldado no exercício da função de censor" (ENTREVISTADA, 01, 2018. Apud. GONÇALVES; MARTINS, 2020, p. 317). Nosso colaborador Carlos, também fez menção a esse episódio de "ouvir falar" a seu respeito. É sabido que a figura do censor fora presença marcante em diversas redações pelo Brasil, todavia, não foram encontrados outros indícios dessa ocorrência em Jaguarão para além do relato dos mesmos.

Por outro lado, ao analisar o perfil socioeconômico do Sr. Anysio, este poderia ser facilmente definido enquanto um tipo social de classe média alta a quem, em tese, as reformas propiciadas pela ideia de um "novo Brasil" viriam a interessar, ao menos nos primeiros anos deste. No entanto, vale destacarmos, também, que o mesmo é apontado enquanto uma das testemunhas no processo de indenização do senhor Didio Bezerra, funcionário público federal expurgado e preso em abril de 1964 na antiga Enfermaria Militar de Jaguarão. Contudo, se fora apontado por simpatias pessoais ou ideológicas não se pode afirmar.

A partir da década de 1970, o jornal começou a alterar aos poucos sua linha argumentativa, passando sutilmente a vincular notícias que demonstravam aspectos ineficazes dos governos municipal, estadual e federal. Nesse período, também passou a ser prática recorrente em algumas edições a presença de sonetos ou poesias, que esporadicamente apareciam sem manter um padrão de tempo entre as edições ou enquanto parte de uma coluna em específico, o que nos faz supor que estivessem ocupando o lugar de uma matéria censurada. Sabemos que muitos jornais adotaram esta prática durante o período, e tal hipótese acaba por ir ao encontro do relato da colaboradora 01.

Vale lembrar que em 1976, Luiz Augusto assumiu a direção do Jornal, fator que diante dos olhos da repressão faz com que a postura até então "moderada" do referido periódico se torne cada vez mais "agressiva". Como podemos acompanhar a partir da informação N° 0886 de abril de 1977 difundido pelo III Exército: "A linha moderada do jornal tornou-se mais agressiva, em virtude de haver assumido as funções de Editor-Chefe, LUIZ AUGUSTO DUTRA RESEN, filho do Diretor do jornal, após estadia na FRANÇA, onde esteve estudando, trazendo novas ideias e modificando a 1inha do citado semanário"[174]. A motivação

[173] A mesma trabalhou durante os anos 1990 diretamente com o Sr. Anysio S. Resem.

[174] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações - br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008503_d0001de0001

para tal informe foi a edição do dia 29 de janeiro de 1977 que trazia uma matéria de apresentação de alguns autores nacionais, dentre os quais estava Dom Hélder Câmara[175], fator este que desagradou a repressão.

Retomando a análise do conteúdo apresentado durante a década de 1960, outro aspecto que merece destaque são as notícias que dizem respeito diretamente à conjuntura política vigente e/ou as atividades de repressão e resistência em âmbito local como, por exemplo, prisões do outro lado da fronteira que são apresentadas como crimes comuns, por vezes aparecendo na página policial do periódico. Um exemplo disso é a matéria de capa da edição de 14 de janeiro de 1967: "Última Hora: Novas detenções em Rio Branco"[176], e na página seguinte: "Polícia Uruguaia detêm brasileiros em Rio Branco"[177]. Entretanto, sabemos devido ao cruzamento de fontes que essas ações estavam diretamente atreladas a resistência, conforme veremos no capítulo 3 da presente investigação.

Outra notícia que merece destaque, essa por sua vez silenciada na imprensa local, porém vinculada no *Diário de Notícias de Porto Alegre*, em edição de 8 de abril de 1965, foi a explosão de um bueiro nas proximidades de Jaguarão. O ato fora relacionado a uma tentativa de sabotagem definida pelo periódico enquanto "o primeiro ato de sabotagem verificado do RGS, parte do plano revanchista montado pelos asilados no Uruguai"[178]. A matéria prossegue relatando que o principal envolvido no ato era residente em Jaguarão e teria viajado no final de 1964 à capital uruguaia, para fins de tratamento de saúde, momento em que teria entrado em contato com asilados brasileiros que o cooptaram, oferecendo a soma de um milhão de cruzeiros para que desviasse 20 caixas de explosivos da EFERSA, empresa onde trabalhava, material este que teria como destino o Uruguai.

Segundo a reportagem, o último contato do acusado com o grupo fora na cidade de Rio Branco poucos dias antes do ocorrido. Da empresa onde o acusado trabalhava, foram furtadas trinta e duas bananas de dinamite sendo estas utilizadas no atentado. A matéria prossegue desmoralizando a oposição e usando a estratégia retórica do perigo comunista X os *homens de bem* do Brasil.

Entretanto, o ponto intrigante é, por que a imprensa Jaguarense (Jornal) não noticiou o atentado? Certamente tal feito correu a "boca miúda" pela cidade, a hipótese que aqui se levanta é que tal fato não fora noticiado para evitar a desmoralização das autoridades locais.

[175] Arcebispo de Olinda e Recife pertencente a ordem dos Franciscanos, foi um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), teve expressiva oposição contra a ditadura. Em 1972 foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz.
[176] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 14 de janeiro de 1967.
[177] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 17 de janeiro de 1967.
[178] Hemeroteca Digital. Fundo: Diário de Notícias, Porto Alegre, 8 de abril de 1965, p.16.

Uma vez que é fácil apontar os erros ao redor, defender o discurso de que "exterminamos as pragas em nosso jardim" após a Operação Limpeza, amplamente divulgada pelo periódico no ano anterior, e agora se está apenas combatendo a ameaça no jardim vizinho, já que as notícias a respeito de ações subversivas vinculadas, quando não tratavam de Tupamaros, se referiam a guerrilheiros e/ou asilados provenientes de outras partes do Brasil percebidos em Rio Branco. Situando assim, esse caso na tênue linha adotada pelos regimes ditatoriais entre o que divulgar para manter o controle sob a população e o que silenciar objetivando esse mesmo controle.

Para Padrós (2009), dentro da lógica de atuação do TDE a clandestinização das ações e o reconhecimento da autoria das práticas repressivas é a sua maior contradição. Pois, uma vez que, sendo o objetivo final o controle a partir da disseminação do medo, sua existência deveria ser conhecida. Assim, modalidades repressivas legais e ilegais coexistiam gerando uma dupla operacionalidade estatal situada em uma tênue fronteira entre o que revelar ou não. Podemos, também, apontar que essa contradição é um dos pontos que mostram a diferença entre o TDE e o terrorismo promovido por indivíduos ou grupos, em que suas ações necessitam ser divulgadas enquanto propaganda em prol da causa que defendem.

Contudo ao mesmo tempo em que necessitava manter o controle a partir do medo, o Estado precisou se dissociar dessas ações para evitar que sua imagem fosse manchada pelas denúncias de violação dos direitos humanos. Nesse quesito a imprensa fora por vezes sua maior aliada. Seja pela censura, impossibilidade de investigação ou pelo puro e simples alinhamento ideológico a mídia, em sua maioria, buscou passar uma imagem do governo ditatorial de respeito às normas jurídicas e morais, utilizando da religiosidade de um país majoritariamente católico para assustar a população com a ameaça de um perigo comunista que necessitava ser erradicado, dando assim a legitimidade necessária para que os militares salvassem a democracia acabando com a mesma.

No entanto, por vezes, alguma situação poderia fugir do controle, justamente por ser tênue a linha do que divulgar ou não, ameaçando assim essa imagem respeitosa. Abos pontua que "el rumor, con su liviandad irreal penetra blandamente en las conciencias. Pero siempre queda una duda. Falta la rotundidad de la letra impresa" (1979, p.14). Em matéria presente na edição de 16 de abril de 1964 intitulada "Falsos Rumores"[179], o jornal *A Folha* procurava desmentir o boato espalhado pela cidade de uma invasão ocorrida através da Ponte Internacional Barão de Mauá ao país vizinho, estes boatos, segundo a matéria, teriam sido

[179] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964. Ed. 16 de abril de 1964.

espalhados por indivíduos que, agindo de má fé, estariam interessados em subverter a boa vizinhança entre os dois países. O intrigante nisso tudo é que sendo as relações fronteiriças pautadas em significativos laços e interações entre ambas as cidades, logo os próprios moradores da fronteira dariam fim ao "tendencioso boato", e tal esforço por parte do periódico não se justificaria, a não ser que de fato algo tido enquanto fora da normalidade tivesse ocorrido.

A História Oral nos permite inferir uma possível motivação por traz dessa notícia. Em entrevista concedida à professora Beatriz Ana Loner, o militante do PCB Sr. Ápio Cláudio Lima Antunes ao narrar o momento que deixa o país dias após o Golpe, relatou uma invasão de unidades militares brasileiras ao território vizinho pela fronteira (apud. SILVEIRA, 2010, p. 46),

> nesta ocasião, 1964, criou-se um clima, em todo o Brasil, de apreensão daqueles elementos que eram tidos como subversivos, entre eles eu. Então, havia, pairava no ar, uma ameaça permanente. (...) Eu recebo um telefonema de uma conhecida: "- Olha, o Exército esteve aqui para prender o meu marido, agora vai na sua casa." [...] no dia seguinte, já previamente organizada toda a fuga, eu me evadi, também no porta mala de um carro, eu fui até a Ponte de São Gonçalo. Lá havia um barco a motor e à vela me esperando, e ali, então eu desci, entrei no barco e seguimos em direção ao Uruguai, com um avião de um amigo, fazendo a cobertura aérea. Houveram muitas aventuras nessa viagem. Afinal, eu consegui chegar no Uruguai, e lá..., e lá eu fui à cidade de..., fronteira Jaguarão, não..., fronteira Jaguarão/Rio Branco. Eu pretendia ficar por ali. Eu, por mim, ficaria na fronteira, mas nisso o Exército brasileiro invadiu Rio Branco, com jipes, armados, excitando a raiva dos uruguaios ali, ficaram indignados, e eu vi que não podia ficar ali. Então, resolvi ir até Medo[180], fui até Medo, lá fiquei uns dias, depois fui até Montevidéu, e lá, então, eu tive de pedir o asilo político[181].

Nesse caso o jornal ter vindo a público prestar uma versão oficial é fundamental para sedimentar uma visão favorável a respeito do ocorrido, uma vez que "las mentes no están habituadas a pensar por sí mismas sino a consumir las nociones pre-masticadas de los médios de comunicación" (ABOS, 1979, p.14). Nesse sentido, o papel desempenhado pela mídia durante a vigência da ditadura juntamente às diferentes motivações pessoais e coletivas que geram o silêncio são os principais fatores que fazem com que tenhamos hoje uma memória

[180] "Provavelmente refere-se à cidade de Melo, no Uruguai. É uma cidade de fronteira, utilizada por organizações na rota para o exílio do Brasil para o Uruguai." (SILVEIRA, 2010, p. 46).

[181] Uma versão um pouco distinta, e que não comenta o episódio da invasão de Rio Branco por militares brasileiros, está presente no livro de Eduardo Alvares de Souza Soares: "Levado no porta-malas de um automóvel foi conduzido até uma lancha que o aguardava sob a ponte do rio São Gonçalo. [...] após alguns dias, Ápio veio aportar em nosso conhecido Balneário da Laguna Merín. De lá, foi trazido pela professora Haydée Lavecchia, em seu carro particular, até Rio Branco. A destemida "maestra" desassombradamente colocara-se a sua disposição. No trajeto um policial uruguaio acompanhou-os. Ao chegar a Rio Branco, apresentou-se a polícia e foi-lhe recomendado, imediatamente, o pedido de asilo, para formalizar sua situação irregular. Foi ainda a professora Lavecchia que o conduziu a Melo e, da capital do Departamento de Cerro Largo, rumou para Montevideo, tendo-se hospedado no hotel Florida, onde veio a consumar os procedimentos para a sua permanência no Uruguai." (SOARES, 2007, p.113).

local que nega ou não referência esse período. Não que ninguém tenha visto, vivido ou ouvido falar, essas passagens foram silenciadas e renegadas aos subterrâneos da História local por conveniência de alguns, cumplicidade de outros e pelo medo de muitos.

***

Vimos na primeira parte desse capítulo as "raízes" da solidariedade fronteiriça, destacando a integração de fato entre os povos habitantes desse espaço desde os tempos de sua povoação. Integração essa que se configura em um dos elementos centrais para o acionar de solidariedades entre a gente do lugar durantes momentos de exceção.

Na sequência, nos deparamos com a Jaguarão dos anos 1960, abordando a força do PTB local, a Operação Limpeza e o funcionamento de uma prisão política na cidade, bem como, a caça às bruxas estabelecida aos setores descontentes com os rumos que o Brasil tomava que desembocou no estabelecimento do AI-5 e na fixação de alguns espaços, dentre eles Jaguarão, enquanto áreas de interesse da segurança nacional. Outro elemento levantado nesta unidade foi a imprensa local enquanto uma formadora de opiniões e das memórias a cerca do período ditatorial na região.

No capítulo seguinte serão tratadas as formas de resistência à ditadura desprendidas pelos agentes residentes em espaços periféricos. Centraremos nossa análise nas redes de mobilidade atuantes na fronteiriça Jaguarão, assim serão apresentadas a primeira e a segunda gerações dessas redes a partir de um trabalho de História Oral híbrido, onde buscaremos denotar a importância dessa fronteira enquanto espaço de ação política a partir de seus esquemas e rotas voltados para a mobilidade dos *passageiros da liberdade*.

CAPÍTULO 3

"LOS HERMANOS SEAN UNIDOS PORQUE ÉSA ES LA LEY PRIMERA"[182]: DAS IDAS E VINDAS PELA FRONTERA SURGE A SOLIDARIEDADE E A RESISTÊNCIA ENTRE PAISANOS

> *"Los hermanos sean unidos/ porque ésa es la ley primera/ tengan unión verdadera / en cualquier tiempo que sea,/ porque, si entre ellos pelean, los devoran los de afuera."*
>
> *(*José Hernández, 1897).

Em consonância com a historiadora Caroline Bauer (2020), acreditamos que para que seja possível avançarmos nos estudos referentes ao período ditatorial se faz necessário dedicar especial atenção à diversidade de tipos sociais que o vivenciaram, destacando as vivências de outros atores que não necessariamente tenham pegado em armas contra a ditadura, esmiuçando outras formas de resistência e levando em conta as especificidades dos diferentes setores da sociedade. Pois, as marcas do TDE e a dialética Estado e Oposição[183] se apresentaram de diferentes formas em diferentes espaços do território nacional.

Para o estudo em questão é fundamental a compreensão do conceito de Travessia, esse pequeno recorte dentro da dinâmica organizacional de algumas das redes de solidariedade estabelecidas durante o período ditatorial, é um dos objetivos centrais do esquema de fronteira de algumas organizações.

A ideia de um esquema de fronteira figura na literatura do período enquanto os planos e rotas traçados pelas organizações de enfrentamento a ditadura para retirar do país seus militantes que estavam "queimados", seja por já terem sido presos pela repressão ou por estarem em vias de ser. Essas mesmas rotas também eram empregadas na entrada de materiais no país com o intuito de continuar com a resistência, bem como, no trânsito de militantes para cursos de guerrilha ou troca de informações com setores desses grupos situados além fronteiras. Este foi o caso da Ação Popular (AP), uma das organizações trabalhadas em Gonçalves (2018); do Movimento Nacional Revolucionário (MNR), conforme veremos na sequência; e do esquema montado pela Ação Libertadora Nacional (ALN) com o auxílio dos freis dominicanos (BETTO, 1982), que também será abordado nesse capítulo.

---

[182] Fizemos uso dos versos *del gaucho* Martín Fierro estabelecendo um paralelo com a relação de dois povos distintos, mas que na fronteira se convertem em um, o fronteiriço ou indivíduo *doble chapa*, que vive em uma integração de fato com os habitantes do outro lado da linha demarcatória.

[183] Ver Maria Helena Moreira Alves (1984).

Entretanto, dado ao cenário repressivo da época e as particularidades do espaço fronteiriço, estão sendo tratados aqui dois pesos distintos, coordenados pela dinâmica própria da zona de fronteiriça. Fronteiras essas que de acordo com os autores Fabio Marçal e Enrique Serra Padrós "viraram barreiras infranqueáveis, mas somente para quem fugia; para a repressão, tornaram-se cada vez mais fluidas" (2009, p.47). Gerando nesses espaços uma espécie de "alçapão" que demandava ainda mais articulação dos *passageiros da liberdade* com as redes de mobilidade locais para conseguir transpor estes limites.

Nesse sentido, as Travessias são fruto de uma ampla rede de conexões entre diferentes setores da sociedade que vão desde a organização nacional do grupo político que organiza a rota, até simpatizantes não envolvidos diretamente com a resistência, mas que se solidarizam com a causa. Assim, estando muito além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas, trata-se de uma atividade complexa e que se configura em um importante mecanismo de resistência.

Do ponto de vista político, a atuação dessas redes na viabilização da Travessia deve sim ser encarada enquanto uma atividade de resistência contra a ditadura. Na literatura pertinente ao período em questão, embora sejam mencionadas as Travessias por essas fronteiras, as mesmas são comumente apresentadas como uma ação, uma rota de fuga ou o destino para o exílio.

Tal definição, está muito associada a chave interpretativa brasileira sobre os exílios, que de acordo com Ribeiro, "pouco se mostrou sobre o deslocamento funcional do exílio ou como ele foi encarado de maneira temporária e operacional, como um momento de reorganização e ampliação da oposição no exterior [...]" (2016 B, p. 938). Focando principalmente na experiência exilar, as redes apresentadas nesses estudos são majoritariamente as transnacionais de militância, acolhida e denúncia à ditadura, existindo ainda poucos estudos dedicados àquelas que se responsabilizaram pela acolhida e translado no país de origem do militante[184].

Embora esse não seja um trabalho que trate diretamente do exílio, é impossível pensarmos as Travessias, que podem ser ou não caminhos para o exílio, desatreladas dessa discussão mais ampla. E, é nesse sentido que essa lacuna interpretativa apontada pela autora vai ao encontro do nosso argumento de que mesmo que por vezes os atores envolvidos na atividade de passada não tomassem a dimensão política como força motriz de seus atos, o trabalho dessas redes deve sim ser encarado enquanto uma atividade de resistência contra a

[184] Destacamos aqui novamente os trabalhos de Assumpção (2011; 2014), Silveira (2014) e ASEFF (2008), bem como, a pesquisa anterior da autora (2018).

ditadura. Nesse sentido, insistimos na necessidade em se pensar esse ato de maneira mais complexa, conceitual atrelado a ideia de resistência, pois os caminhos que levaram até o exílio não se resumem apenas num ato de escapar da ditadura, ele também foi o destino escolhido por alguns para reunir forças e voltar à lutar.

Diante disso, chamaremos aqueles que por aqui passaram de *passageiros da liberdade*, liberdade essa que não é plena apenas por ser alcançado o outro lado da fronteira, mas sim uma categoria que corresponde ao horizonte de expectativas desses indivíduos que, uma vez perseguidos por motivos políticos, realizam a Travessia em busca não apenas de salvar suas vidas, mas também de rearticular a luta política a partir do exterior integrando redes de resistência e denúncia a ditadura brasileira.

O termo apareceu nas memórias de Frei Betto designando aqueles que faziam uso do esquema de fronteira montado pela ALN com o auxílio dos dominicanos. Todavia, as definições explícitas do termo param por aí, sendo este apenas um elemento genérico de identificação. Assim, apoiados nesse elemento inicial insistimos que esse pode ser um conceito empregado de forma mais pormenorizada, agregando sentidos outros, que talvez estejam presentes nas entrelinhas da obra de Frei Betto, para descrevermos esses indivíduos em trânsito.

Já argumentamos aqui que essa liberdade não é plena e que mesmo do outro lado da fronteira esses militantes não estavam completamente seguros, eram monitorados, vigiados e cerceados pela ditadura brasileira que dispunha de agentes e informantes espalhados por diversos lugares (FERNANDES, 2009).

Por outro lado, não eram todos os indivíduos que rumavam ao exterior que viam o exílio como uma forma de reorganização, para muitos era desmoralizante, o indicativo de uma luta perdida, ou no jargão da época, o "desbunde". O que não diminui o caráter de atividade de resistência exercido pelos grupos em rede que viabilizavam as Travessias.

E é diante disso que nesse estudo, associados a ideia de *passageiros da liberdade*, são elencados dois aspectos: 1) as Travessias e toda estrutura material e humana mobilizadas para o êxito delas; 2) a ideia de que esses indivíduos em trânsito sofrem um processo de mobilidade forçado devido a uma perseguição política, fazendo com que a liberdade figure num horizonte de expectativas das partes envolvidas no processo.

A ideia de uma solidariedade política surge nos séculos XIX e XX, a partir das reivindicações da classe operária, o termo passa então a ser associado a ideia de emancipação política e social, passando então a se manifestar "como identificação coletiva de doutrinas e interesses, apoiado na ideia de uma comum situação de exploração de injustiça" (RIBEIRO,

2016, p.313). No contexto ditatorial, segundo essa autora o termo pode ser definido enquanto "um gesto individual ou coletivo de transformação da sociedade, como parte de uma oposição política feita por forças revolucionárias num contexto de opressão" (RIBEIRO, 2016, p.313).

Tal definição só serve ao nosso propósito, pensar as redes de mobilidade atuantes na fronteira, se acrescentarmos a essa oposição política a dimensão humanitária dos afetos que motivaram muitos dos envolvidos nas Travessias. Nesse sentido, nossas redes não podem ser definidas de maneira unitária, dado aos níveis de atuação política e de clareza dessa atividade enquanto um ato de resistência apresentado por nossos entrevistados.

Entretanto, ao mesmo tempo, podemos dizer que existe um ponto em comum entre todos eles, a clareza de que se tratava de uma questão humanitária. Elemento que fica claro nas falas de nosso colaborador, Senhor 057:

> me comovia por exemplo ver teu pai, tua mãe, tu ter teu irmão lá, ou teu pai estar lá e tua mãe estar lá e tu estavas aqui, e tu querias ver eles e como fazias para tu conseguir ver eles? Era uma coisa que a mim me doía e [...], dava um jeito de ir passava de barco... [...] nunca me passou que podia me acontecer, que iam me agarrar, me prender, me levar, me torturar, me matar... [...] depois de muito tempo eu fui entender [...] é, são coisas da história não, não tinha horário pra sair, não tinha horário pra chegar não tinha nada, estava sempre viajando...[185]

É importante, conforme argumentamos anteriormente, pensar outras experiências de resistência para além daquelas vivenciadas em grandes centros urbanos por indivíduos que pegaram em armas. Entretanto, antes de buscarmos compreender os sentidos que o conceito de resistência adquiriu no contexto ditatorial Latino Americano, se faz necessário uma breve mirada às suas origens.

De acordo com Mateucci, "na linguagem histórico-política, se designam sob o termo Resistência, entendido em seu significado estrito, todos os movimentos ou diferentes formas de oposição ativa e passiva que se deram na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, contra a ocupação alemã e italiana" (1998, p.114). Nesse contexto, eram aglutinadas as várias resistências antifascistas, por vezes ideologicamente conflitantes, sob a mesma bandeira de defesa da dignidade humana e da liberdade. Após esse período, a palavra resistência abarcou novos significados e interpretações.

A pesquisadora Denise Rollemberg (2015), aponta para a necessidade de melhor conceituarmos esse termo, pois seu uso naturalizado tem pouco ajudado na compreensão da experiência histórica, servindo bem mais a memória. Nesse sentido, vale destacarmos que esse ainda é um debate em aberto e que de acordo com o contexto empregado o termo ganha contornos e sentidos distintos. Entretanto, podem ser apontados alguns fatores de unidade

[185] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

para o contexto europeu da primeira metade do século XX: 1) “atividade clandestina e ilegal”; 2)”o voluntarismo” e 3) “a luta multiforme, armada ou não, contra a força do inimigo (ROLLEMBERG, 2015, p.32).

Transcendendo esse espaço tempo o conceito passou a ser empregado em outras realidades, temporalidades e espacialidades, inclusive para o caso brasileiro durante a ditadura, entretanto uma definição precisa ainda não é consensual entre os historiadores. Se fala em resistência armada, resistência nas artes, resistência na imprensa, resistência estudantil, outros, como se todos os grupos sociais tivessem resistido, o termo é naturalizado como uma ação, o que segundo a autora acaba por comprometer as interpretações sobre os comportamentos ambivalentes da ampla maioria de nossa sociedade, que constituem uma zona cinzenta entre os extremos da resistência e da colaboração (ROLLEMBERG, 2015, p.91).

O historiador Marcos Napolitano chama atenção para os imperativos de justiça e dignidade subentendidos no termo, sendo estes acionados em distintos momentos enquanto uma herança ética contida no termo. Diante disso,

> nas lutas contra o colonialismo ou contra tiranias antipopulares nos anos que se seguiram ao fim da guerra, reivindica-se a herança ética que a palavra “resistência” continha, portadora de um sentido de justiça e dignidade. Era como se “resistência” fosse uma palavra mágica que se autojustificasse quando enunciada na luta contra qualquer tipo de opressão, contendo em si um imperativo ético de agir, e não uma mera escolha política entre outras (NAPOLITANO, 2017, p.28).

Nesse sentido, trata-se muito mais de uma reação do que de uma ação, reação esta que pode dar-se pela via pacífica, como é o caso da atuação das redes de mobilidade aqui tratadas. Pois, alguns dos indivíduos atuantes nesses grupos não possuíam ligações orgânicas com nenhum grupo armado ou unidades de enfrentamento direto à ditadura, estes estavam apenas exercendo um ato extremo de solidariedade ao arriscarem suas vidas para atravessar os *passageiros da liberdade*.

Ao analisar o caso brasileiro, Napolitano (2017) aponta a coexistência de muitas faces para o termo resistência, estando este para além do simples fato de resistir. Revelando “a pluralidade de opções políticas e identidades coletivas, nem sempre convergentes, que nascem sob o signo de oposição ao regime” (NAPOLITANO, 2017, p.30). Sendo assim, encarada enquanto um reflexo ao quadro político dominante se apresentando como uma movimentação espontânea que por vezes se encontra no campo das sensibilidades (solidariedades) fugindo a pura racionalidade. É nesse sentido, que ao analisar a origem do termo resistência, Mateucci coloca que esta, “nasce em toda a parte, como fenômeno espontâneo, de um ato voluntário ou da conscientização de indivíduos e pequenos grupos, dispostos a rebelar-se” (1998, p.115).

Diante dessa indefinição para o caso brasileiro, nos apoiamos nos três pontos levantados por Rollenberg (2015) em seu estudo para conceituar as Travessias enquanto uma atividade de resistência. 1) Os grupos ou indivíduos que viabilizavam a passada agiam clandestinamente, movimentando recursos de sua vida cotidiana para dar ares de normalidade as Travessias; as diferentes redes não tinham elementos de ligação entre si; e o sigilo era uma das garantias de segurança durante o processo. 2) Todos os envolvidos nas redes se voluntariavam por motivos humanitários e/ou políticos no auxílio aos *passageiros da liberdade*. 3) Mesmo que alguns deles não tivessem noção da dimensão política que envolvia viabilizar uma rota para o exílio, ao fazê-lo, encarando o exílio não apenas como um meio de salvar vidas, mas também como um momento de rearticulação da luta travada contra a ditadura, esses indivíduos em rede estavam atuando contra a força política e ideológica da ditadura.

Dentro dessa perspectiva de resistência e solidariedade surgem durante esse período diversas conexões de indivíduos em rede, espalhados pelo território nacional e também além das fronteiras do país. Essas redes são heterogêneas, tanto em sua composição quanto em finalidade. As abordadas por esse estudo, se analisadas macroestruturalmente ligam setores de comando nacional de grupos de enfrentamento a ditadura a setores exilados no Uruguai, sendo que, a principal função destes pequenos grupos que formam a rede de mobilidade atuante na fronteira é articular a Travessia dos perseguidos políticos para o país vizinho.

Podemos inferir, com base em trabalho anterior (GONÇALVES, 2018) e nos levantamentos de fontes realizados para a presente pesquisa, que tanto os indivíduos que passam por essa fronteira (majoritariamente) quanto às ligações de apoio das redes atuantes em solo brasileiro se ligam a grupos associados com essa "ideia de principal inimigo interno brasileiro". Nesse sentido, a primeira geração de redes, compreendendo geração enquanto um elemento de periodização (SIRINELLI, 2006), foi apoiada por setores trabalhistas; já a segunda vinculou-se aos esquemas de fronteira das organizações de enfrentamento armado a ditadura.

Para Denise Rollemberg (1999), a busca por refúgio em um país vizinho (ou não) se apresenta quando se esgotam as formas de resistência interna contra a ditadura, nesse sentido, reforçamos o argumento de que tanto a partida quanto o auxílio das redes de mobilidade na fronteira devem ser encaradas enquanto um ato político de resistência.

O conceito de rede possui aplicações interdisciplinares, ultrapassando os limites das ciências sociais, é abundantemente usado na linguagem corrente enquanto mecanismo explicativo para os mais distintos fenômenos e objetos. Silvia Portugal aponta que, a palavra

data do século XVII e durante seu longo percurso fora se distanciando dos seus objetivos iniciais "ganhando uma dimensão de abstração que o fez penetrar nos mais diversos domínios" (2007, p.1).

No presente estudo, para a compreensão das redes em questão lançamos mão das reflexões de autores vindos da Sociologia, Geografia e História, pois acreditamos que contribuições oriundas dessas três áreas das Ciências Humanas propiciam uma melhor compreensão do objeto em questão: que é espacialmente localizado, possui características sociais muito específicas, é um movimento historicamente datado e intrinsicamente permeado pelas circunstâncias conjunturais vivenciadas no Cone Sul naquele período. Ao mesmo tempo, a grade de leitura selecionada se complementa ao apresentar o que é a definição de uma rede.

No que diz respeito ao conceito de redes na História, Antunes (2012) aponta que este vem sendo utilizado enquanto aporte teórico a partir da primeira década dos anos dois mil. Segundo a pesquisadora o mesmo é empregado mais comumente para explicar a formação do poder centrado em determinadas famílias dentro de regimes monárquicos, ou as redes coronelistas no Brasil Império. Todavia, no que diz respeito aos estudos acerca dos regimes de Segurança Nacional no Cone Sul, muitos são os trabalhos que fazem uso do conceito de redes de solidariedade para indicar grupos que se articulavam, algumas vezes transnacionalmente, visando auxiliar exilados políticos ou a militantes perseguidos.

Em termos gerais, a partir da nossa leitura do processo, essas redes podem ser compreendidas como uma ampla linha que vai desde o comando central da organização até a acolhida no país de destino passando por diversos grupos de trabalho, entendidos enquanto micro estruturas, ou grupos em rede, responsáveis por auxiliar e salvaguardar vidas ao longo do trajeto. Nessa perspectiva, atribuímos aos microgrupos atuantes na fronteira o conceito de *redes de mobilidade*, por serem estes peças fundamentais na operacionalização das Travessias.

Para o geógrafo Milton Santos (2006), a conceituação de rede pode ser definida em duas matrizes: por um lado aquela que considera a sua realidade material, e por outro a que também leva em consideração o dado social que as formam. Entretanto, para o autor essas duas dimensões se complementam fazendo com que a rede possa ser definida enquanto uma mera abstração forjada para explicar o mundo.

Seguindo sua linha explicativa e tentando estabelecer um paralelo com a ideia de redes de mobilidade que aqui se procura demarcar, essas redes para o autor possuem caráter heterogêneo, delineado pelas particularidades do espaço em que atuam. Nesse sentido, através

das redes podemos conhecer três níveis de solidariedade: o mundial, o dos Estados e o local. Este último é o que diz respeito a esta investigação, uma vez que é no lugar que os "fragmentos da rede ganham uma dimensão única e socialmente concreta, graças à ocorrência, na contiguidade, de fenômenos sociais agregados, baseados num acontecer solidário, que é fruto da diversidade e num acontecer repetitivo, que não exclui a surpresa" (SANTOS, 2006, p.182). Nesse sentido, as redes atuam em um movimento dialético condicionado pelas demandas e particularidades do local em que estão inseridas.

A socióloga Silvia Portugal (2007), chama atenção para a ideia de que as redes possuem uma realidade própria que molda e é moldada pelo tecido social no qual se encontram. Nessa perspectiva, o desenho das redes, ou seja, o grupo de indivíduos que as compõem, condiciona o acesso a diferentes recursos, e essa forma de estruturação coordena as práticas políticas dos atores. Colocando no centro dessa discussão a ideia de capital social, compreendido pela autora, a partir dos estudos de Lin (2001), enquanto "o capital apreendido nas relações sociais" (PORTUGAL, 2007, p.16). Nessa perspectiva, para a autora "os laços sociais podem ser concebidos como credenciais, que garantem as possibilidades individuais de aceder a recursos disponíveis através das redes" (PORTUGAL, 2007, p.16). Isso ajuda a compreender a importância da atuação de alguns indivíduos socialmente influentes dentro das redes de mobilidade, como é o caso do Pároco Luiz Capone[186] que atuou nessa atividade por quase dez anos sem ser descoberto, uma vez que o prestígio social desses atores os tornava figuras "insuspeitas".

Santos em sua análise transcende o nível local de abrangência e atuação das redes demarcando que estas se tornariam "incompreensíveis se apenas as enxergássemos a partir de suas manifestações locais ou regionais. Mas estas são também indispensáveis para entender como trabalham as redes à escala do mundo" (SANTOS, 2006, p.182), e apoiando-se nos estudos de F. Braudel (1979), coloca que é "a partir do movimento privilegiado que desejamos iluminar, podemos descobrir o movimento global através de movimentos particulares" (SANTOS, 2006, p.182).

Nesse sentido, embora não seja um dos objetivos centrais do presente estudo, poderia se pensar, a partir da fronteira em questão e das Travessias possibilitadas por essas redes de mobilidade, os demais grupos em rede conectados em uma ampla rede de solidariedade que se estende pela América Latina. Pautando Jaguarão e Rio Branco como uma possibilidade refletirmos sobre território e circulação do ativismo político e da resistência à ditadura para

[186] Sua atuação e trajetória serão abordadas ainda nesse capítulo.

além das fronteiras, uma vez que no contexto ditatorial, a fronteira deixa de ser apenas um espaço de trânsito migratório e passa a ser um espaço de forte ação política.

Nesse cenário durante as Travessias realizadas no pós 1964, ganha destaque a atuação de pequenos grupos residentes na fronteira; esses grupos, como dito anteriormente, serão aqui denominados redes de mobilidade. Estes tiveram atuação local e se articularam dentro de uma rede de solidariedade e oposição a ditadura, tecendo contatos regionais, estaduais, nacionais e internacionais. Fizeram assim com que essa pequena cidade do interior se integrasse a uma agenda de resistência, sendo de vital importância para o esquema de saída para o exílio, como também, para a troca de informações entre setores da resistência situados no país vizinho, possibilitando a rearticulação entre estes.

Posteriormente, essas redes também passam a propiciar o movimento contrário, auxiliando na inserção no Brasil de militantes estrangeiros perseguidos pela escalada autoritária do Pachecato Uruguaio (1967-1972). Destarte, estas redes são aqui apresentadas enquanto duas gerações distintas, categorização essa empregada pela autora visando uma melhor apresentação da organicidade desses grupos. Dentre aquelas que tomamos conhecimento durante essa pesquisa, podemos apontar enquanto característica comum de sua composição o envolvimento de em média três a quatro pessoas, sendo que uma destas era um indivíduo socialmente influente a nível local, fator este que acreditamos ser fundamental para compreender como essas redes tiveram vida útil por um longo período cronológico em uma espacialidade tão pequena, dotada de hábitos sociais interioranos. Cabe também apontarmos que esses grupos locais estavam unidos por um acontecimento fundador, logo possuíam uma gênesis, uma existência e consequentemente um crepúsculo.

Uma vez que a participação desses expoentes sociais era o único fator de conexão entre essas redes, podemos pensar sua atuação a partir de duas gerações distintas, adotando a ideia de geração enquanto um elemento de periodização. A primeira delas foi composta por indivíduos ligados à rede de pombos-correios do ex-governador do estado do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, sua atuação deu-se do pós-golpe até meados de 1967. A segunda geração estava voltada para a acolhida de quadros oriundos da luta armada, suas atividades datam do pós AI5 até meados de 1970, quando o padre responsável pela acolhida aos perseguidos e articulação da Travessia foi transferido para outra cidade. É também essa rede a responsável pela inserção no Brasil de uruguaios perseguidos pelo governo autoritário de Pacheco Areco (1967-1972). Nos itens que seguem acompanharemos de maneira mais detalhada suas trajetórias.

3.1 "Nós, os do sul. Nós, os de abajo. Nosotros, los hermanos deste Cone Sul"[187]: O Rio Grande do Sul na rota dos Passageiros da Liberdade

> *Aquela espécie de simpatia, aquela tolerante hospitalidade, eram, aliás, naturais, e decorrentes de razões e usos históricos. De todo o sempre, na agitada história dos dois países, em caso de lutas civis em qualquer um dos dois, os vencidos costumavam encontrar seguro asilo no outro, e não raro ali tramavam e instrumentavam a sua "revanche". Sempre fora assim, mais do que isso: brasileiros do Rio Grande do Sul participaram abertamente de movimentos revolucionários no Uruguai, apoiando amigos seus, e do mesmo modo uruguaios frequentemente participavam de lutas civis no Rio Grande do Sul. Só no* ***Rio Grande do Sul, em certa forma o avesso e o espelho do próprio Uruguai****" (*Pio Correa, 1995).

O Golpe de 1964 não fora gestado e tão pouco parido entre os dias 31 de março e os primeiros dias de abril. Os antecedentes desse evento chave da História recente possuem longas raízes e representam "a expressão mais contemporânea do persistente autoritarismo brasileiro" (FICO, 2014, p.8). Entretanto, quando o presidente João Goulart foi deposto, após uma sistemática campanha midiática[188] de ataques ao seu governo e principalmente as reformas de base, onde a ampla maioria dos principais meios de comunicação do país desempenhou o papel de incentivador e árbitro (SILVA, 2014), não se tinha o conhecimento dos vinte um anos de ditadura que estavam por vir.

Como pontuamos anteriormente, os estudos sobre o período ditatorial no país voltados para os estados periféricos são recentes. Se tratando das particularidades do Rio Grande do Sul, é possível apontarmos uma forte tradição trabalhista, o que gerou significativo apoio às reformas de base do governo Goulart. O estado também foi palco da Campanha da Legalidade, movimento articulado pelo ex-governador do estado Leonel de Moura Brizola para garantir a posse de Jango em 1961. E ainda, se tratando das Reformas de Base o estado sulino foi um dos maiores polos concentradores dos Grupos dos 11, conforme visto

[187] Frase extraída da obra de PESAVENTO (2006).

[188] Para Carlos Fico (2014), no caso do apoio da sociedade ao golpe há complicadores, se o clero, o empresariado e grande parte da classe média marcharam contra o governo Goulart, os índices da pesquisa Ibope da época apontam para o razoável apoio popular ao presidente, denotando inclusive expressivas chances de reeleição no pleito de 1965. Nesse sentido, é que para Silva (2014) o papel da mídia, sobre tudo dos grandes meios de comunicação fora fundamental na criação de um imaginário e do medo de uma possível ameaça comunista representada pelo governo com suas reformas de base, em um cenário mundialmente polarizado pela Guerra Fria. Oferecendo assim a chancela para o golpe e posterior legitimação do "governo da revolução".

anteriormente. Além disso, é mister destacarmos sua vasta fronteira com os Países Platinos, fator que torna este estado peça central para o jogo repressivo dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional, pois ao mesmo tempo em que ele se configura um caminho rumo à liberdade para aqueles que aqui eram politicamente perseguidos, essas mesmas fronteiras também possibilitam o trânsito das forças repressivas do Estado ditatorial (MARÇAL, PADRÓS, 2009.).

No item II do prefácio do volume I da obra "A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória" (2009) seus organizadores destacam que por ser um espaço fronteiriço são observadas no Rio Grande do Sul cinco dinâmicas distintas, que se complementam mesmo que não necessariamente sejam simultâneas cronologicamente.

A primeira delas é o fato deste espaço poder ser encarado em termos geopolíticos enquanto "uma espécie de base de projeção da influência brasileira sobre o espaço platino", o segundo ponto configura o estado enquanto área de extremo interesse a segurança nacional visto que "a percepção política de fronteiras nacionais ameaçadas tanto pela mútua rivalidade e desconfiança da Argentina, quanto pela presença de 'ameaçadoras' forças subversivas, nacionais ou estrangeiras". O terceiro aspecto apontado é a configuração desse espaço como um "corredor" pelo qual passaram inclusive a maior parte das autoridades depostas e cassadas pela ditadura rumo ao exílio. O quarto ponto refere-se ao fato de que o Uruguai fora eleito o "santuário preferencial do exílio brasileiro" até finais da década de 1960. Por fim, dada justamente essa característica de trânsito que fora reforçada após os golpes sofridos por seus vizinhos platinos, "o Rio Grande do Sul foi o alvo especial da Operação Condor contra cidadãos uruguaios e argentinos" (PADRÓS, et.al. 2009, p. 23-24). Nesse sentido, compreender o território gaúcho como um espaço de movimentações e articulações políticas é fundamental para conceber o papel desempenhado pelo estado na organização da repressão e da resistência.

Por outra parte, para a historiografia, a noção de espacialidade foi se alargando a partir das décadas finais dos novecentos. De acordo com Barros (2005) a concepção de que a "História é o estudo dos homens no tempo e no espaço" gerada a partir da virada historiográfica ocorrida no final do século XX, contribuiu para a compreensão da importância da espacialidade nas ações humanas. Uma vez que,

> As ações e transformações que afetam aquela vida humana que pode ser historicamente considerada dão-se em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, e que, sobretudo, sempre e necessariamente constituir-se-á em espaço social. Mas com a expansão dos domínios históricos que começou a se verificar no último século, este Espaço também pode ser perfeitamente um "espaço imaginário" [...], e adivinha-se que em um momento que não deve estar muito

> distante os historiadores estarão também estudando o "espaço virtual", produzido através da comunicação virtual ou da tecnologia artificial (BARROS, 2005, p. 97-98).

Essas mudanças logo demandaram a necessidade de articulação entre as pesquisas históricas com análises, métodos e abordagens vindas de outras ciências. De acordo com esse autor, no bojo desse movimento, os historiadores foram levados a perceber que para que determinados objetos de estudo pudessem ser melhor analisados, seria necessário colocar em um mesmo nível de importância as noções de tempo e espaço. Necessitando assim, de um maior diálogo com a ciência geográfica.

Dentre os aportes teóricos pertinentes a esta área do conhecimento, destacamos aqui a ideia de uma integração regional para além das fronteiras geopolíticas. Conectada a essa, se faz necessário compreendermos primeiramente o conceito de fronteira, para o qual há muitas definições, e estas podem estar pautadas em marcos geográficos, naturais, políticos, culturais, históricos, econômicos, e outros.

No âmbito das relações internacionais, a tradição clássica desses estudos as define enquanto uma demarcação entre territórios, entre Estados Nação, que nesse sentido configuram a preocupação principal desses Estados no âmbito da segurança e defesa nacional (CLEMENTE, 2010). Entretanto, ao mesmo tempo, estas não podem ser compreendidas apenas como,

> linhas coloridas ou pontilhadas postas sobre a fria cartografia sem múltiplas escalas, insipidas e a-históricas. As fronteiras foram e serão sempre um elemento chave de diferenciação, comunhão e comunicação, interpondo-se entre a ordem e a desordem, entre o formal e o funcional, abraçando, nem sempre com equilíbrio, as regras e os ritos socioculturais conexos e desconexos (OLIVEIRA, 2015, p.253).

Uma vez que, é nesse encerramento espacial onde surgem vínculos de reconhecimento identitário, fazendo com que as fronteiras sejam também construções simbólicas e culturais que unem dois povos em um, gerando um terceiro elemento, o fronteiriço, indivíduo *doble chapa*, como são conhecidos os habitantes da fronteira Brasil e Uruguai. E é nesse sentido que Pesavento aponta que:

> Embora a dimensão geopolítica seja importante, pois trabalha com os jogos de poder, com as negociações diplomáticas e com as guerras de fronteira, importa pensar o conceito de forma mais ampla: fronteira como margem em permanente contato, como passagem a proporcionar mescla, interpenetração, troca e diálogo, [...] fronteiras culturais, onde está pressuposto que um universo simbólico de sentidos viaja no tempo e no espaço dentro de uma comunidade de agentes que são, pela sua condição fronteiriça, semelhantes e díspares, ao mesmo tempo. [...] ser fronteira é produzir algo mais, é ser um plus, é ser mais ainda do que uma soma de partes. É produzir um novo, específico, distinto das partes constitutivas. Uma nova identidade, portanto, fenômeno cultural surgido da integração entre elementos, cada qual com as suas características, dando surgimento a um outro ser, original (2006, pp.10 -11).

Nesse cenário onde o território fronteiriço é entendido como protagonista da ação e não como palco onde esta se desenrola, surgem interações entre os atores locais que imprimem fluxos distintos as dinâmicas impostas pelo Estado "legitimando mecanismos singulares de complementariedades entre culturas e condutas díspares" (OLIVEIRA, 2015, p.237).

Nesse contexto convivem duas ordens distintas, uma local e a outra global, que se correlacionam destacando-se uma mais que a outra de acordo com a conjuntura sócio histórica em questão. Ainda de acordo com o autor, sob a lógica estrutural – o Estado – sempre irá pairar outra lógica conjuntural forjada pelos agentes fronteiriços em relação as suas demandas frente às imposições desse Estado, em outras palavras, os habitantes da fronteira tendem a configurar o seu *modus vivendi* voltado para a integração, onde os acontecimentos se sucedem em uma lógica própria, fim este que nem sempre é o objetivo do Estado Nação.

Nesta linha argumentativa também caminham as ideias de Marcelino (2016), que apoiado nos estudos de Sánshez (2011), coloca que as relações fronteiriças estabelecidas na América Latina devem ser pensadas além das necessidades burocráticas e administrativas dos Estados, sendo baseadas principalmente nos contextos históricos e culturais dos habitantes fronteiriços fator este responsável por gerar, nos mais variáveis contextos, a solidariedade entre os povos de ambas os lados da linha demarcatória.

Se tratando da fronteira Brasil Uruguai temos um espaço de intensas relações transfronteiriças apoiadas em laços sociais, culturais e econômicos que foram forjados desde seu povoamento conforme destacado por Mazzei,

> Las ciudades fronterizas uruguayo-brasileñas pueden definirse como sociedades cuyos grupos sociales interactúan sostenidos por una convivencia que antepone a restricciones formales su libertad de circulación en la frontera. Serían escenarios en los cuales fluyen solidaridades, asistencias, lealtades, fraternidades, cooperaciones y negociaciones de todo tipo facilitadas por el respaldo directo o indirecto de la sociedad civil organizada a través de distintas representaciones en sus espacios públicos y privados (2012, p.35).

Diante desse perfil próprio de forte intercâmbio cultural, onde surge uma cultura regional partindo de uma abordagem pautada em uma ideia de Fronteira Zona[189], a pesquisadora Marília Silveira (2014) traz importantes contribuições para pensarmos o caráter particular que o estado do Rio Grande do Sul ganha por sua vasta fronteira, já tendo sido apontado nas memórias de diversos militantes[190] enquanto palco de tarefas específicas,

[189] Uma concepção de fronteira que vai além das cidades limítrofes, inclui também cidades próximas a estas que se inserem no caráter dinâmico de trocas comerciais, culturais e estatais entre os dois países.

[190] BETTO, Frei *Batismo de Sangue. "Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*." Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. GUTIÉRREZ, Claudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Por: Editora

sobretudo as Travessias de perseguidos políticos, circulação de pombos-correios e esquemas de fronteira para inserção de armamentos ou fundos para a luta armada. Estas características fizeram com que se constituíssem no estado estratégias próprias de resistência ao regime e rearticulação de luta.

Essa originalidade e singularidade típicas desse espaço fronteiriço também é apontada pelo relatório da Comissão Estadual da Verdade (CEV-RS) como um dos fatores que levou os grupos de resistência armada atuantes no estado a não desenvolverem, inicialmente, ações armadas expressivas como as que ocorreram em outras partes do país. De acordo com esse documento,

> Tirantes poucas ações do MR-21, realizadas entre dezembro de 1967 e dezembro de 1968, não houve outros eventos do tipo no estado [...]. Isto se explica pela necessidade de manter o território gaúcho fora do foco principal da repressão, devido à sua posição geográfica, favorável a seu uso como corredor, seja para a fuga de militantes, seja para ingresso de armas e materiais, pela extensa fronteira com a Argentina e o Uruguai. No entanto, a partir de 1969, com o recrudescimento da repressão aos seus militantes, no Rio de Janeiro e em São Paulo e Minas Gerais, os grupos clandestinos voltam os olhos para nosso estado (RELATÓRIO AZUL, 2014, p.58).

Entretanto, embora o CEV-RS aponte 1969 momento a partir do qual os grupos de oposição passam a encarar o estado do Rio Grande do Sul como um corredor (p.58), as Travessias por essa região ocorriam desde os primeiros dias após o Golpe, momento em que passaram a ser perseguidas expressivas lideranças políticas ligadas a esquerda brasileira ativas no pré-1964. Grande parte desses indivíduos se exilaram no Uruguai, país de longa tradição democrática, fazendo com que a capital desse país fosse convertida em um polo do exílio brasileiro nesse primeiro momento[191].

Nesse cenário, os olhos da repressão caem sobre o estado do Rio Grande do Sul, próximo geográfica e culturalmente ao país vizinho. Embora a pesquisa não vise discutir exaustivamente os modos de articulação da repressão e sua atuação na fronteira, partimos da ideia de que o entendimento de tal atividade se torna fundamental para a compreensão das

---

Proletra, 1999. TAVARES, Flávio. *Memórias Do Esquecimento*. São Paulo: Editora Globo, 1999. VARGAS, *Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador*. Codecri, 1981. 15.1 Resistência Neguinho, Antonio Geraldo Costa. In: FERRER, Eliete (Ed.). *68 a geração que queria mudar o mundo: relatos.* Realização: Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2011. p. 314-316.

[191] A pesquisadora Denise Rollenberg em seu livro "Exílio: entre raízes de radares" vai apontar a existência de duas gerações de exilados, a primeira delas constituiu-se logo após o golpe e foi formada, sobretudo, por indivíduos já atuantes na vida pública, como: políticos depostos, importantes líderes sindicais e estudantis, dentre outras figuras ligadas a ebulição social dos anos anteriores. Já a segunda geração formou-se logo após o AI-5 e foi composta, sobretudo, por integrantes da luta armada. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Citado. Editora Record, 1999.

estratégias de resistência dos grupos oposicionistas frente a tais práticas sistêmicas de repressão perpetradas pelo regime no pós 1964.

Sistematizadas a partir da necessidade de defesa interna, tais práticas repressivas foram pautadas segundo o conjunto de preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional[192]. Que "visando defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares" (PADRÓS, 2005, p.17) passou a implicar diretamente, dentro do contexto de bipolaridade mundial causado pela Guerra Fria, nos modos de organização da sociedade naquela época, impondo uma série de práticas autoritárias para contenção da propagação da ameaça comunista, visando à defesa da pátria do seu inimigo interno.

E no caso da fronteira, também, do inimigo externo. Uma vez que, anteriormente à ascensão do Pachecato durante os primeiros anos do Golpe no Brasil, a comunidade Uruguaia se mostra solidária à causa dos exilados. Redes de apoio se estabeleceram no outro lado da fronteira gerando preocupação nas autoridades brasileiras, atraindo até mesmo, a atenção de agentes da CIA[193], que passou a vigiar de perto a comunidade de exilados que se instaurou naquele país, sobretudo os indivíduos ligados aos políticos brasileiros depostos logo após o Golpe.

Após a chegada de Pacheco Areco ao governo, em fins de 1967, ocorreu o movimento caracterizado pela historiadora Ananda Simões Fernandes (2009) como um alinhamento repressivo entre os dois países. Enquanto no Uruguai eram plantadas as sementes do Terrorismo de Estado, que seriam colhidas durante a ditadura, no Brasil vivíamos a plenitude sistematizada de sua larga utilização durante os anos de chumbo iniciados pelo AI-5, em 1968. Nesse sentido, o Brasil, que antes interferia constantemente na política Uruguaia, exercendo sucessivas pressões na busca de um cerceamento da mobilidade dos exilados no país vizinho, passou a atuar ativamente durante o Pachecato exportando seu modelo repressivo de esquadrões da morte, e monitorando ativamente seu inimigo interno exilado, contando com amplo auxílio de órgãos uruguaios para tal fim, como também passou a se preocupar com o inimigo interno do país vizinho, conforme nos demonstra Ananda Fernandes neste trecho de sua dissertação:

[192] Para um melhor entendimento desse processo de aplicação da DSN ao caso brasileiro recomendamos a leitura de ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984*). São Paulo: Vozes, 1984.
[193] Sobre a atuação dos agentes da CIA no controle da comunidade de exilados políticos brasileiros estabelecidos no Uruguai sugerimos a leitura das memórias do agente Manoel Pio Correa. CORRÊA, M. Pio. *O mundo em que vivi.* Rio de Janeiro, 2° ed.: Expressão e Cultura, 1995.

> Enquanto o Uruguai atravessava um período de escalada autoritária- que acabaria conduzindo-o para o Terrorismo de Estado- o Brasil vivenciava os "anos de chumbo", momento no qual o Terror se fez presente na ditadura. A qualificação da repressão no plano interno, à emergência do "Brasil potência" e do "milagre econômico" e o seu projeto expansionista fizeram com que a ditadura brasileira passasse a se ocupar com maior rigor do que estava ocorrendo com seus países vizinhos. No caso do Uruguai, a colaboração e a cooperação brasileira eram bem-vindas [...]. Os "inimigos internos" que o Uruguai enfrentava durante os conturbados anos 1960 passaram a ser inimigos em potencial do governo brasileiro [...] também se tornaram alvo de vigilância dos órgãos de inteligência brasileiros (FERNANDES, 2009, p.179).

Embora a escalada autoritária no Uruguai não seja o foco da nossa pesquisa, ela é de fundamental relevância para que possamos entender algumas das estratégias utilizadas pelos esquemas de Travessia articulados pela segunda geração das redes de mobilidade atuantes na fronteira Jaguarão/ Rio Branco durante esse período de alinhamento repressivo entre os dois países, conforme será analisado na sequência desse estudo.

Devemos destacar que no que diz respeito à fronteira entre Brasil e Uruguai, esse território corresponde a cerca de 6,8% da área de fronteira do país, o que equivale a uma extensão de 1068 km do território brasileiro, onde o único estado lindeiro é o Rio Grande do Sul. Já do lado uruguaio temos os departamentos de Artigas, Rivera, Treinta y Tres, Rocha e Cerro Largo, sendo este último o segundo maior em níveis populacionais (MARCELINO, 2016) e aquele que mais interessa ao presente estudo por nele se localizar o município de Rio Branco.

Dada ao seu processo de trocas entre os dois povos e ao seu aspecto geográfico[194], esta zona de fronteira pode ser definida enquanto uma fronteira dinâmica, compreendida nos termos apresentados por Clemente (2010) como:

> La literatura sobre estudios fronterizos utiliza el concepto de fronteras dinámicas: se trata de áreas extensas, con intensa interdependencia económica y social, múltiples interacciones transfronterizas entre poblaciones establecidas en torno al eje limítrofe, movimientos migratorios de carácter laboral y asimetrías de peso diverso. En esas regiones, el movimiento de personas es constante en una y otra dirección. Las relaciones comerciales, las empresas conjuntas, las vías de comunicación, una cultura compartida, son otros tantos factores de interacción entre las comunidades fronterizas con gran potencial para el desarrollo de la integración (CLEMENTE, 2010, p.169).

Nesses espaços "cuyas interacciones, ante la inmediatez y facilidad de intercambios beneficiosos que garantizados por confianzas mutuas generalmente eluden y desafían la cargas de los controles legales" (MAZZEI, 2012, p. 36) ocorre, o que o autor chama de, "integração de fato" dado ao potencial imediatista das relações e ao intercambio estabelecido

[194] Estão ligados via terrestre ou por meio de pontes os municípios de: Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), Quaraí e Artigas, Jaguarão e Rio Branco, Barra do Quaraí e Bella Unión, Chuí e Chuy e Aceguá e Aceguá.

entre os dois povos, que na prática se configura mais efetivo que a "integração de direito" estabelecida em tratados diplomáticos.

Nesse sentido, era nas suas fronteiras que durante os anos de ditadura os conceitos de "fronteiras ideológicas" e "inimigo interno" se fizeram cotidianamente mais presentes nas preocupações das autoridades brasileiras, e posteriormente uruguaias, para com esse espaço territorial. Preocupações essas que eram fundamentadas a partir do arcabouço teórico da Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

Em síntese, a partir dessa linha teórica passa a ser nocivo a Nação "qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos" (PADRÓS, 2008, p.144). E aqueles cidadãos que fossem identificados internamente como contrários a esses princípios ideológicos, passavam a ser tratados como inimigos perigosos, "subversivos", a manutenção da unidade nacional.

Nesse contexto, o elemento "subversivo" fora associado diretamente a uma ideia vulgar e imprecisa de comunismo, o que possibilitou aumentar o número de suspeitos enquadrados enquanto inimigos internos. Assim, a ideia de inimigo interno dentro da perspectiva teórica que fundamenta a DSN, se configura em um conceito altamente maleável, uma espécie de "guarda-chuvas" a ser aberto para abarcar a toda e qualquer oposição ao *status quo* vigente.

No entanto, em linhas gerais no que diz respeito ao caso brasileiro os principais alvos de demonização foram primeiramente figuras ligadas ao trabalhismo do governo deposto, comunistas e lideranças de movimentos sociais e sindicais. Já em um segundo momento, sobretudo pós AI-5, os principais alvos passaram a ser indivíduos ligados a grupos de oposição aberta ao regime, partidários ou não da luta armada.

No Uruguai, por sua vez, a repressão contra o inimigo interno tem início ainda durante o período democrático, onde o alvo principal a ser caçado foi o MNL-Tupamaros, esse grupo guerrilheiro se lançou em 1966, porém suas ações ganham maior expressividade a partir da escalada autoritária do governo Pacheco Areco.

Para Padrós, essa perspectiva está diretamente relacionada com o contexto da Guerra Fria, período em que:

> a identificação de um "inimigo interno" que visava desestabilizar as relações do seu País com os EUA, produzindo mudanças, ratificou a necessidade de sua eliminação, enquanto foco de tensão. Tal situação implicou introjetar, nos marcos nacionais, a realidade conflitiva da Guerra Fria (2008, p.146).

Nesse sentido, diante da necessidade de defender seus interesses em sua zona de influência, que fora abalada em 1959 com a Revolução Cubana, os Estados Unidos passam a

considerar a política interna de cada país latino enquanto extensão de sua política externa, estimulando a ideia de que "havia uma guerra interna a ser enfrentada" (PADRÓS, 2008, p.147). Articulando nesses territórios, redes regionais de contra insurgência e segurança sob sua coordenação, pautadas no corpo doutrinário da DSN.

Assim, no contexto da guerra fria a soberania territorial dos países era posta de lado fazendo com que as fronteiras fossem maleáveis de acordo com as necessidades do combate a ameaça aos valores da sociedade democrática e cristã (FERNANDES, 2010. p. 158). De acordo com Bauer,

> Apesar de restringir-se ao mundo das ideias, a noção de fronteiras ideológicas está intrinsicamente ligada à noção de nação: a nação não seria apenas um território a ser defendido contra as forças armadas estrangeiras ou qualquer outra ameaça externa, mas um conjunto de crenças, instituições, religião e valores (2009, p.171. Apud. ASSUMPÇÃO, 2014, p.137).

Nesse sentido, Assumpção (2014) aponta que o desrespeito aos limites territoriais anteriormente traçados, consistia em um dos pilares de sustentação dos regimes de segurança nacional, pois se tratando de uma guerra ideológica contra um inimigo comum, os marcos territoriais não deveriam configurarem-se em entraves para as ações de vigilância, perseguição e extermínio. O que, segundo Padrós,

> À medida que cresceu o mosaico de ditaduras, foi se definindo um enorme espaço sem fronteiras e sem proteção legal para aquelas pessoas que, pensando estar protegidas da perseguição repressiva sofrida nos Países de origem, continuaram sofrendo verdadeiras "caçadas humanas". [...]. A clandestinidade dessas ações foi condição para sua eficiência, deflagrando o terror entre os coletivos atingidos e tornando muito difícil toda e qualquer denúncia, pois, a priori, a denúncia de comandos estrangeiros agindo com toda liberdade no interior de um país era peremptoriamente negada pelos governos, os quais enfatizavam que sob nenhuma hipótese permitiriam agressões à soberania nacional (2005, t.2, p.705).

Essas buscas pelo inimigo interno exilado no país vizinho, bem como o combate ao inimigo interno alheio, o que claramente viola a soberania territorial dos países em questão, foram acobertadas em alguma medida pelo seu caráter clandestino. E conforme novas ditaduras foram sendo implantadas pelo Cone Sul, o sistema repressivo desses governos foi se refinando, tendo na Condor o ápice dessa conexão repressiva, a potencialização da capacidade de terror desses Estados.

3.2. Jaguarão na rota dos *passageiros da Liberdade* e na mira dos agentes de repressão

"A vida é tênue, tênue..."
(Canção de Berço, Carlos Drummod de Andrade).

Diante dessa possibilidade de pensarmos o cotidiano em um quadro de exceção apontamos três elementos intrínsecos a essa discussão: o medo, a esperança e a solidariedade. O primeiro deles foi um dos pilares de sustentação do *status quo* do regime, onde o Estado se configurou enquanto um "macro instrumento repressivo" (PADRÓS, 2008), não bastando apenas "producir dolor sobre el cuerpo del prisionero. Es necesario, profundizarlo, multiplicarlo" (ABOS, 1979, p.9). Nesse sentido, apoiado na flexibilidade do conceito de inimigo interno a ditadura brasileira perseguiu indiscriminadamente seus alvos, aglutinando toda e qualquer postura de oposição a nova ordem sob o manto da "subversão".

Estigma que não pode ser encarado apenas como histórias individuais, pois tal visão limita a compreensão do processo e os impactos desse medo na vida cotidiana. Devemos ter em mente que essa categoria abstrata e ao mesmo tempo tão palpável, diante das violações físicas e psicológicas perpetradas pela ditadura, é condicionada por relações sociais, representações do outro, categorias acusatórias e vínculos dentro da comunidade em questão (CATELA, 2010). Esta mística por sua vez, se manifesta nas mais diversas formas do dia a dia, e em uma cidade de interior, onde "todos" se conhecem isso pode ganhar contornos que se estendem até os atos mais simples do cotidiano:

> Pessoas da minha família falam da questão de não poder ouvir Chico Buarque, Elis Regina, Caetano Veloso... Esses artistas "subversivos", "comunistas"... Não que não fizesse parte do gosto da família, mas que por ser uma família de militares isso devia ser evitado porque alguém poderia ouvir e fazer algum tipo de denúncia, e terem de se explicar...[195].

Nesse sentido, o sentimento de medo causado pela possibilidade da associação a categoria de "comunista", e as consequências desse "título" para a vida do indivíduo, funcionavam como um elemento pedagógico que era "estimulado y agudizado por la propaganda oficial, que activa el miedo [...] mostrando los éxitos de la represión, [...] denunciando la presencia de un enemigo oculto no eliminado aún y llamándola a colaborar en su destrucción" (GARRETON, 1988, p.315).

Essas questões devem ser levantadas, pois diante da atuação da cultura do medo em uma cidade pequena, como a que se centra esse estudo, se torna mais fácil mapear quem são

[195] Entrevista realizada pela autora com Carlos, na cidade de Jaguarão em 2021.

os “subversivos”. Assim, nesse período, em que o medo foi um dispositivo de controle eficiente que gerou respostas rápidas da população, no momento que o indivíduo era marcado com o estigma da subversão, ele era segregado pelos demais cidadãos, afetando a si e a suas relações pessoais e profissionais, conforme podemos observar nos relatos elencados no segundo capítulo desse estudo.

Nesse sentido, o medo se fazia um recurso didático a ponto de garantir comportamentos exemplares e atitudes desejadas pela ditadura. Entretanto, embora importante o medo não pode ser colocado enquanto a única chave interpretativa para aqueles vinte e um anos. Houve indivíduos que ousaram sonhar, que tiveram esperança em dias melhores, que lutaram, resistiram e se solidarizaram. Esses três elementos: resistência, solidariedade e esperança na fronteira em questão atenderam a algumas particularidades culturais desses espaços, nesse sentido devemos procurar enxergar que:

> procedimentos populares (também “minúsculos” e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não se conformam com ela a não ser para alterá-los; enfim, que “maneiras de fazer” formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?) dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política (CERTEAU, 1998, p. 41).

Ou seja, quais são as pequenas brechas de atuação que essa sociedade tipicamente interiorana e fronteiriça encontra para resistir? Como o conjunto de elementos que a compõem interferem nessa atividade de resistência? Nesse sentido, nos interessa para o presente estudo a atuação das redes de mobilidade locais e as singularidades presentes nessa forma de resistência.

Como visto anteriormente, a Jaguarão dos anos 1960 foi considerado área de interesse à segurança nacional (Lei n° 5.449 de 4 de junho de 1968), devido a sua localização na fronteira. Um ponto de forte conexão entre as duas municipalidades era o comércio local que atendia as flutuações cambiais, ou seja, os habitantes locais rumavam para o outro lado da fronteira conforme a valorização/ desvalorização da moeda, gerando momentos de maior ou menor fluxo de transeuntes na ponte. Circulação semelhante, era motivada pela vida cultural na fronteira, pautada nas cessões de cinema do Cine Rio Branco (Rio Branco) e do Cine Regente (Jaguarão).

Além de pensarmos as formas de chegar ao Uruguai, devemos também pensar as formas de se chegar na fronteiriça Jaguarão e os possíveis riscos que esse trajeto demandava. O trecho da rodovia que a liga à Pelotas (BR-116) ainda não era asfaltado no período em questão, fazendo com que uma viagem da capital Porto Alegre até a fronteira (mais de 400km) demandasse por volta de dez horas ou mais devido às condições de tráfego do

referido trecho. Na época a única empresa que fazia esse trajeto era a Expresso Frederes, e sendo Porto Alegre a capital do estado, um dos polos de concentração das forças repressivas, uma cidade geograficamente bem situada, e estando as fronteiras do estado sob constante vigilância da ditadura, os riscos de se embarcar em um ônibus rumo à fronteira juntamente com um agente repressivo poderiam ser maiores do que em uma viagem com destino a qualquer outra cidade do interior, como Pelotas, por exemplo. Nesse sentido, é que ganha destaque a ideia de Pelotas ser caracterizada enquanto uma segunda fronteira[196], sendo essa localidade de pausa e rearticulação da rota de Travessia.

Havia outros meios de se chegar a fronteia, por via fluvial através da hidrovia que conectava Jaguarão a Pelotas e Rio Grande trajeto esse que era feito em barcos de particulares que de alguma forma ou outra se solidarizavam com a causa, uma vez que a rota das águas entre essas cidades era utilizada apenas para fins comerciais na época. Um dos militantes entrevistados por Silveira (2014) relembra uma dessas Travessias, quando o militante Ápio Antunes precisou deixar o País:

> foi aquele que o Chico Carúscio... Foi pela lagoa, foi pra Montevidéu. Quer dizer, foi pro Uruguai. Eles entraram pela Lagoa Mirim e ele ficou escondidinho lá no porão do navio, do barco, e o Chico levou muita gente por ali, pela lagoa, por lá [...]. Não que o Chico Carúscio fosse de esquerda... (LOPES, 2009. Apud. SILVEIRA, 2014, p. 96).

Novamente, fica evidente a importância de se contar com o apoio de uma rede de acolhida bem estruturada desde a parada na segunda fronteira. A personagem Chico não era tida às vistas da sociedade pelotense como uma figura ativa na oposição a ditadura, era um indivíduo classe média ou alta, que tinha um barco e velejava. Como ele era mais reconhecido na sociedade da época, ele nunca foi parado para ter seu barco revistado, valendo-se desse prestígio conferido por sua condição social para auxiliar os "amigos dos seus amigos".

Outro tipo de transporte utilizado na época para se chegar ao interior era o trem,

> Normalmente agente fazia de ônibus, pegava ônibus [...] aonde ainda existia trem a gente mandava por trem, eu, por exemplo, viajei para o Uruguai por trem, desde Porto Alegre... Por trem não tinha muito controle [...], só controlavam quando recebiam uma denúncia aí parava o trem pra pedir documento, caso contrário, não... Tinha-se que mandar alguém de trem então, primeiramente, a gente sabia se o trem não estava sendo parado, a gente tinha informações [...]. Se tinha que mandar alguém para Bagé a gente fazia de trem, porque na época tinha o trem, ia até a fronteira, mandar alguém para o interior, para alguma cidadezinha aí [...] (COELHO, 2009, apud SILVEIRA, 2014 p.96).

[196] Assumpção (2014) reforça essa ideia em seu estudo sobre as cidades de Santana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai), afirmando que pudessem ser caracterizadas como segunda fronteira, aquelas localidades que "embora não estejam diretamente relacionadas com a linha demarcatória, se inserem na dinâmica fronteiriça" (ASSUMPÇÃO, 2014, p.21), mesmo que não seja uma tarefa fácil precisá-la com exatidão. Desta forma, é possível compreendermos a cidade de Pelotas como uma primeira parada no esquema de fronteira, na qual se decidirá qual será a rota de Travessia.

O trem de passageiros com destino a Jaguarão esteve em funcionamento até meados dos anos 1970, sendo a linha totalmente desativada por volta de 1979. O ramal de Jaguarão iniciou suas atividades em 1932, com intuito de unir a estação de Basílio (município de Herval)[197], na linha de Cacequi ao Rio Grande, e, também, ao país vizinho Uruguai, depois de cruzar a ponte Internacional Barão de Mauá.

Figura 5: mapa do ramal ferroviário gaúcho em 1940. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/index_rs.htm

No ano 1960 existiu uma litorina rápida[198] ligando Rio Grande a Jaguarão, em exatamente cinco horas, com poucas paradas nesse trajeto. Isso ocorria nas terças, quintas e sábados. Segundo relatos de moradores locais o carro motor era o meio de transporte mais

[197] Segundo informações do site Estações Ferroviárias do Brasil: "Os trens de passageiros partiam de Livramento, em outra linha, chegavam a Cacequi e dali até Bagé. Em Bagé, havia que se trocar de trem para chegar a Rio Grande. Uma série de variantes foi entregue entre 1968 e os anos 1980 - Pedras Altas, Três Estradas, Pedro Osório, Pelotas - que encurtaram e melhoraram seu traçado, eliminando diversas das estações originais. Até pelo menos 1981 as linhas ainda transportavam passageiros. Teria ele sido interrompido em 1982 devido ao desabamento de uma ponte em Pedro Osorio; jamais foi retomado, embora um desvio tenha sido construído e até hoje transporte as cargas da linha para o porto de Rio Grande". Escrito por Ralph Mennucci Giesbrecht, disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/rs_bage_riogrande/basilio.htm. Acesso em: 14/01/2022.

[198] "Também chamadas de automotrizes. As primeiras automotoras apareceram em 1877, na Bélgica, inaugurando um serviço de transporte de passageiros dividido em primeira, segunda e terceira classes e tendo como finalidade assegurar uma exploração mais rápida e econômica do que os longos comboios ferroviários, que eram formados por uma locomotiva a vapor e um conjunto de vagões, que serviam ao transporte de cargas e outros que serviam ao transporte de passageiros". Leia mais em: https://semdestur.portovelho.ro.gov.br/artigo/24857/litorinas-da-estrada-de-ferro-madeira-mamore

utilizado na época, pois era o mais rápido: "também de Pelotas vinha o carro motor, o pessoal vinha de carro motor porque o ônibus demorava uma barbaridade na estrada velha, demorava oito horas para chegar em Pelotas [...] para o Capão do Leão"[199].

A amplitude do ramal ferroviário do estado, e a existência de importantes linhas que faziam divisa com o Uruguai: nas cidades de Jaguarão, Livramento e Quaraí; e com a Argentina: em Uruguaiana, Itaquí e São Borja, são apontadas pela pesquisadora Lidiane Friderichs enquanto o ponto central para a compreensão da "importância geopolítica das ferrovias gaúchas. Visto que seu controle significaria também, o controle da entrada e saída de pessoas do país" (FRIDERICHS, 2013, p. 107).

O mapa a seguir apresenta o traçado do ramal ferroviário sul-rio-grandense:

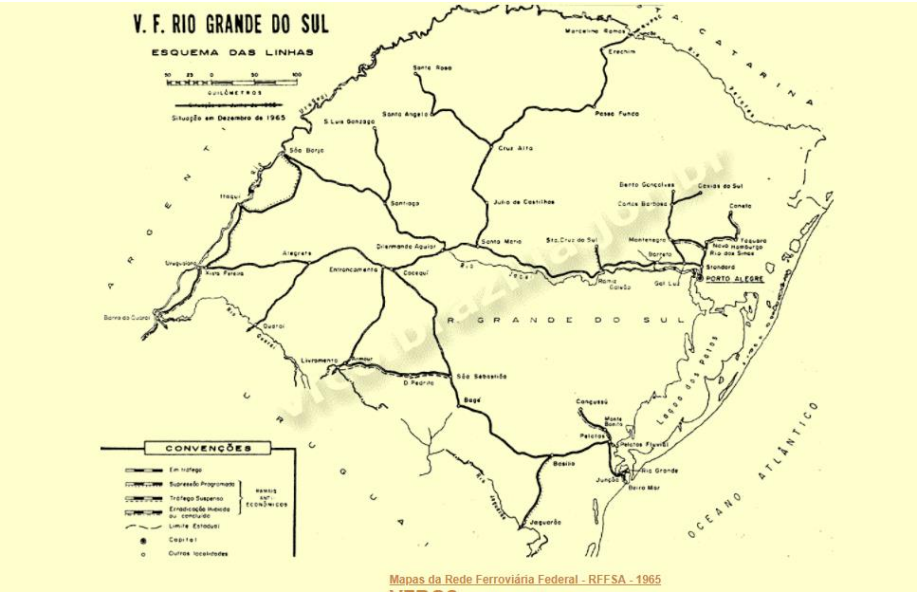


Figura 6: Mapa da rede ferroviária federal (1965) disponível em: http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/mapas/1965-Viacao-Ferrea-do-Rio-Grande-do-Sul-VFRGS.shtml

De acordo com outros entrevistados da mesma obra, "o trem vinha nas segundas, quartas e sextas"[200], transportando majoritariamente grãos e mercadorias que seriam exportadas. Já o transporte de passageiros por "carro motor" não fazia a passagem para o Uruguai, apenas os trens de carga passavam direto. Assim, o carro motor vinha até a entrada da ponte no lado brasileiro, parava em frente ao presídio, onde também funcionava a sede da brigada militar, e ali fazia o retorno. Os passageiros que quisessem seguir rumo ao Uruguai, deste ponto em diante seguiam a pé até a alfândega uruguaia onde compravam seus bilhetes e partiam no carro motor que dali saia rumo a Montevidéu passando por Vergara, Treinta y Tres e outros lugares. Esse transbordo ocorria desde 1942 quando foi construído o prolongamento

[199] ENTREVISTA 3, apud. SELBACH; BRUN, 2017, p.313.
[200] ENTREVISTA 31, apud. SELBACH; BRUN, 2017, p. 466.

da estação jaguarense ao lado da ponte, essa parada chamava-se Parada Ponte Mauá.

Alguns dos pombos-correios de Brizola se utilizaram desse meio de transporte para a Travessia por essa fronteira. Um deles foi o jornalista Flavio Tavares que em suas memórias relata que: "no vilarejo uruguaio tomava o "carro-motor", um trem pequeno, desconfortável, mas rápido na percepção de tempo daquelas bandas, que em cinco horas me deixava em Montevidéu. Ninguém pedia documentos" (TAVARES, 1999, p. 177).

Dois pontos merecem especial destaque nessa passagem: primeiramente, a Travessia ocorreu, mesmo sem contar com o apoio das redes de mobilidade, de acordo com a lógica do local, ou seja, uma viagem realizada a pé, como qualquer residente na fronteira que vai ver um familiar ou aproveitar as vantagens cambiais do país vizinho.

Vale ressaltarmos que, de acordo com os moradores locais, as viagens de carro motor faziam parte da lógica cotidiana da localidade "para quem vive na fronteira Jaguarão e Rio Branco eram, e são até hoje, como uma cidade única e o carro motor fazia parte do nosso cotidiano"[201], era também através do carro motor que muitos uruguaios vinham fazer compras no Brasil. Naquela época devido a variação cambial era realizado o chamado "comércio formiguinha" sobre a ponte gerando um grande fluxo de transeuntes próximo aos horários de chegada e partida del "ferrocarril" uruguaio.

O segundo ponto tem a ver com o fato de ser uma forma de Travessia que ocorreu nos primeiros anos após o Golpe, atividade que vai se tornando mais difícil conforme os controles repressivos foram sendo reforçados ao longo dos anos. Por outro lado, devemos notar que o Jornalista tinha a seu favor o fato ser gaúcho de Porto Alegre, logo tendo sotaque semelhante aos moradores da localidade não despertaria tantas suspeitas ao falar, o que não aconteceria com pessoas vindas de outros Estados do Brasil, por exemplo.

De acordo com as fontes consultadas por Gonçalves (2018, p. 49) no primeiro momento do pós-golpe ainda não havia uma fiscalização ostensiva no lugar, esta foi sendo organizada conforme os meses foram passando, e mesmo assim quando havia a necessidade de um maior controle os "conhecidos" nem sempre eram parados na barreira montada na aduana, tudo dependia de quem eram os responsáveis pela fiscalização no dia.

De toda forma, tendo esses elementos em vista, quem por essa fronteira desejasse passar nem sempre poderia contar com a sorte que teve Tavares: "atravessamos a ponte a pé e chegamos ao lado uruguaio sem que ninguém se inteirasse de que o nosso destino era

[201] Recurso audiovisual produzido por Jorge Passos (2018). Disponível em: Confraria dos Poetas de Jaguarão, http://confrariadospoetasdejaguarao.blogspot.com/2018/07/memoria-dos-trens-jaguarao-e-rio-branco.html. Acesso em: outubro de 2021.

Montevidéu" (TAVARES, 1999, p.183). E em muitos casos fora fundamental o suporte das redes de mobilidade locais, justamente por serem formadas por conhecedores do espaço.

Figura 7: Entrada da República Oriental do Uruguai/ aduana fiscal. Foto: Mateus Souza

A Ponte Internacional Barão de Mauá possui duas aduanas fiscais, uma brasileira e a outra uruguaia, segundo relatos da época após o Golpe "o quartel fechou a ponte [...] tinha arame de espinho, tinha um corredor que o cara vinha para passar e [apresentar] documento, [...] e não escapava ninguém, ali em cima da ponte não escapava ninguém"[202].

Em circular enviada a imprensa local no ano de 1967 o comando do 13° Regimento de Cavalaria notificava a população local que para o trânsito na ponte seriam exigidos os seguintes documentos:

> Para brasileiros: documentos hábeis: passaporte ou carteira de identidade fornecida pela polícia civil.
> Documentos aceitáveis: título eleitoral, carteira profissional ou carteira de motorista.
> Para estrangeiros: passaporte com visto, carteira de identidade ou carteira modelo 19[203].

Contudo, havia horários de maior fluxo dos habitantes locais transitando sobre a Ponte. Devemos destacar que essa fronteira nos anos 1960 possuía uma forte praça comercial em relação a uruguaia. Também havia algumas legislações que facilitavam e incentivavam o comércio local e influenciavam no fluxo de pessoas vindas de outras localidades: "naquela

[202] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.
[203] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 25 de março de 1967.

época vinha o trem e no Uruguai havia uma lei que todas as pessoas maiores de sessenta anos viajavam de graça no trem, então vinha muita gente de Montevidéu que compravam [...] e levavam para vender"[204]. Outra medida de incentivo às vendas foi o "dia do KL" onde na passagem de Jaguarão para Rio Branco não era necessário declarar na alfândega brasileira a mercadoria, entretanto de acordo com os moradores da época o comércio nunca foi livre, "em função da fiscalização que existe na nossa ponte, [...] do policiamento, eu dizia assim que nós temos um rio que nos une e uma ponte que nos separa, porque tudo era muito mais difícil que agora, na época que ainda havia problemas de relacionamento" (SELBAC; BRUM, Entrevista 11, 2017, p.351).

Muito embora alguns agentes aduaneiros poderiam fazer vistas grossas para a atividade, o que era motivo de preocupação para as autoridades militares. Em informe datado de 1970 o agente da capitania dos portos em Jaguarão classifica a alfândega enquanto,

> inoperante e conivente com o contrabando ao longo do rio Jaguarão e na Ponte Internacional Mauá. A citada ponte está em péssimas condições de conservação não possuindo uma só lâmpada. Parece que vários Ministérios têm jurisdição sobre a ponte o que torna difícil o estabelecimento de normas de controle e conservação[205].

Tais preocupações são justificáveis para além da sonegação fiscal motivada pelo contrabando, pois, ao mesmo tempo em que, mercadorias passavam, por vezes, pessoas também transitavam por aquele espaço sem grande controle de fluxo. Sobre as cotidianidades da passagem pela fronteira de Jaguarão em meados de 1969, o simpatizante da VAR-Palmares Luiz Heron Araújo destaca que:

> [...] o irmão do depoente lhe falou da possibilidade de trocar os dólares por cruzeiros; que disse ao depoente que a única possibilidade era o Uruguai, assim sendo o depoente fez sua primeira viagem ao Uruguai; que fez ao todo umas quatro viagens ao Uruguai [...] recorda-se também que fez uma viagem de ônibus; que todas foram utilizando a estrada que passa em Jaguarão, pois na referida fronteira quase inexiste policiamento e a alfândega não trabalha aos sábados e domingos [...] as viagens eram feitas sempre em fins de semana e iam sempre em carros pertencentes a Bicho [Gustavo Schuller[206]][207].

Data aproximadamente da mesma época o relato do Narrador 01, que terá sua identidade preservada. Segundo ele, as ações do Exército na Ponte eram pontuais. Ele rememora seu tempo de soldado, quando foi enviado, sem muitas instruções ou preparo tático,

[204] ENTREVISTA 16, apud. SELBACH; BRUN, 2017, p.383.
[205] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores br_dfanbsb_z4_sna_cfr_0008_d0001de0001. Ministério da Marinha, n° 0151, 1970.
[206] Carioca, foi enviado pela VAR para Porto Alegre para assumir a direção do grupo após a expropriação do cofre de Ademar de Barros. Foi preso em 1970 e severamente torturado, tanto pelo DOPS gaúcho quanto pela unidade do Rio de Janeiro, episódio que lhe causou danos psicológicos irreversíveis. Foi um dos 70 militantes banidos e enviados para o Chile em troca da liberdade do embaixador suíço. Retornou ao Brasil com a Anistia, porém viveu em "autoexílio" até a madrugada de 22 de setembro de 1985 quando cometeu suicídio.
[207] Brasil Nunca Mais Digital. Fundo: BMN 218 (1), p.1237-1238.

para à paisana vigiar a passagem para o país vizinho, pois se esperava que Carlos Lamarca[208] fosse sair do país por essa fronteira[209].

Em novembro de 1969, em radiograma urgente o DOPS alertava suas delegacias regionais a respeito do perigo que rondava suas fronteiras:

> Solicito que sejam tomadas todas as providências possíveis [para] prender o ex-capitão Lamarca que consta procura sair do país pelo nosso Estado. Idêntica medida deverá ser tomada em relação ao padre Carlos Alberto Libânio Cristo, com o nome religioso de Frei Betto[210], pertencente ao Seminário Cristo Rei de São Leopoldo e que tem sua prisão solicitada por diversos órgãos de segurança como elementos pertencente ao grupo Marighella[211].

Posteriormente, em maio de 1971, o "fantasma" de Carlos Lamarca volta a assombrar as fronteiras gaúchas colocando os agentes da ditadura em estado de alerta. De acordo com a ordem de busca n° 96/71, em maio daquele ano o Capitão deveria se deslocar pelas fronteiras do estado rumo ao Uruguai, onde estabeleceria contatos com os Tupamaros e daquele país rumaria para o Chile com o intuito de participar de um congresso com entidades terroristas[212].

Outro momento de grave tensão na fronteira ocorreu durante o período em que os Tupamaros estiveram com o cônsul brasileiro Aloysio Dias Gomide sob seu poder[213]. Segundo o ex-soldado Ernane de Oliveira, em entrevista ao jornalista José Mitchell, existiu nessa ocasião "planos do Exército, depois não concretizados, de fechar a fronteira com o Uruguai para controlar a passagem de pessoas por causa do sequestro em Montevidéu"[214]. Ao encontro da informação apresentada por Oliveira, caminham as hipóteses levantadas pelos agentes da ditadura na circular 426 daquele ano, onde consta que dever-se-ia "manter rigoroso

---

[208] Foi capitão do Exército Brasileiro, desertou em 1969, tornando-se um dos comandantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), grupo guerrilheiro de oposição à ditadura. Em 1971 desligou-se da VPR passando a integrar o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), foi uma das figuras mais caçadas pela repressão sendo assassinado em setembro de 1971. A VPR foi criada em 1968 por dissidentes da Política Operária (Polop) e ex-integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), sendo composta, em sua maioria, por estudantes e ex-militares. Já o MR-8 surgiu no Rio de Janeiro a partir de quadros do PC, seu nome faz alusão à data da morte de Ernesto "Che" Guevara.

[209] Narrador 01, notas do caderno de campo da autora. Jaguarão, 2018.

[210] O envolvimento de Frei Betto no esquema de fronteira da ALN será abordado no penúltimo item do capítulo três desse estudo.

[211] Acervo de Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Policia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS -1.2.1363.17.5. Porto Alegre. 6 de novembro de 1969. Apud. FERNANDES, 2009 p.96.

[212] Acervo de Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Policia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS 1.2.1463.19.5. Porto Alegre. 11 de maio de 1971. Apud. FERNANDES, 2009 p.188.

[213] O cônsul brasileiro foi sequestrado em Montevidéu pelos Tupamaros, que também sequestraram o agente da CIA Dan Mitrione. Ambos foram levados para o "Cárcere do Povo", onde Mitrione foi executado em 8 de agosto 1970. Já o cônsul, acusado de ser o representante da ditadura brasileira, foi libertado em fevereiro de 1971 depois de sua família pagar pelo seu resgate.

[214] Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / JORNAL DO BRASIL, Ed. 07/06/92, caderno 1, p.18. br_dfanbsb_at0_0_0_0544_d0001de0001

controle [da] fronteira [em] virtude [de] Carlos Lamarca ter se deslocado [para o] Uruguai [com a] finalidade [de] trazer [para o] Brasil como refém cônsul Gomide. Mantenha DOPS e DCI informado qualquer informe sobre o assunto"[215].

Outro horário de significativa movimentação pela ponte estava diretamente ligado ao começo e término da matiné no Cine Rio Branco, "toda Jaguarão em peso ia para a matinê no Uruguai, então quando a matinê começava às duas horas [da tarde], perto das duas horas era aquela multidão indo pra lá, assim como quando saiam [...]" (SELBAC; BRUM, Entrevista 3, 2017, p.313). De acordo com nosso colaborador Senhor 057 (2020) por vezes fora nesses momentos que ele realizava a Travessia dos *passageiros da liberdade* em seu carro de praça.

Devemos pontuar, no entanto, que nem todas as Travessias realizadas "como a gente do lugar" foram tarefas fáceis, pois conforme os anos foram passando o aparato repressivo fora se refinando e houve momentos de maior ou menor repressão política a nível local, bem como, o alinhamento do aparato repressivo entre Brasil e Uruguai.

Ainda em seu livro de memórias, Tavares relata um desses episódios de cooperação mútua entre os dois países,

> Jorge fora preso, ou sequestrado, pela polícia uruguaia em Montevidéu, a pedido do Exército brasileiro [...] foi levado à fronteira com o Brasil e oficialmente "solto" do lado uruguaio da ponte que une os dois países, junto a cidade gaúcha de Jaguarão. Cruzou a pé e ao atingir o lado brasileiro foi preso. (TAVARES, 1999. p. 112.)

O ocorrido se dá no ano de 1969, já no contexto de escalada autoritária pelo qual passa o Uruguai após a chegada de Pacheco Areco a presidência daquele país. Outra versão sobre a detenção de Jorge esta presente no relatório da CNV:

> Em agosto de 1969, o adido do Exército em Montevidéu relata, no Informe 568-Confidencial, distribuído ao Estado-Maior do III Exército e ao SNI, que "as autoridades brasileiras haviam solicitado, com especial interesse, a detenção do indivíduo Jorge Antonio Miranda Jordão", que esse pedido foi encaminhado pela chefatura de Rivera à Polícia de Montevidéu, onde Miranda Jordão foi preso no dia 15 de agosto, sendo encaminhado para a cidade de Rivera no dia 18. E conclui, dando a entender que a prática de "recambiar" detidos para o Brasil seria usual: "desconhece-se se o marginado foi recambiado para o Brasil ou ainda se encontra em Rivera". (Relatório final CNV. T. 1. p. 231)

De acordo com informe confidencial de número 568[216] à agencia central do S.N.I. o pedido de busca ao jornalista é realizado pela chefatura de policia de Rivera e em nenhum momento é mencionada a fronteira Jaguarão Rio Branco. Entretanto, em ambas as versões é interessante percebermos, os níveis de afinação das redes repressivas que se alinham em

[215] Acervo de Luta Contra a Ditadura. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Policia Civil. Departamento de Polícia do Interior. Delegacia Regional de Cachoeira do Sul. SOPS/CS 1.2.1441.18.5. Porto Alegre. 7 de dezembro de 1970. Apud. FERNANDES, 2009 p.217.

[216] Arquivo Nacional, Fundo: Serviço Nacional de Informações. Detenção de terrorista brasileiro no Uruguai Jorge Antonio Miranda Jordão. Localização: BR DFANBSB V8.MIC,GNC.AAA.69018661.

diversas instâncias do poder, bem como a prática de "recambiar" detidos como algo usual bem antes da CONDOR.

Diante do afunilamento da vigilância sobre as fronteiras, um elemento apontado por Salamoni enquanto estratégia para preservar a identidade dos *passageiros da liberdade* durante as Travessias é a necessidade de usos de disfarces para cruzar a fronteira. Outros colaboradores ligados a segunda geração também fazem referência a necessidade de, por vezes, usar tal artificio, "eles tinham uma espécie da pano assim, tipo, eles se vestiam como de mulher, assim [...]. [Se] Disfarçavam e passavam pro Uruguai"[217].

É importante termos em mente que em 1968 foi emitido o Ato Institucional número 5 (AI5), sendo este um marco de referência para o endurecimento da ditadura, acarretando posteriormente na desestruturação sistemática das organizações de esquerda, levando novamente a uma expressiva saída de brasileiros rumo ao exílio.

Entretanto tal estratégia não foi uma exclusividade dos *passageiros da liberdade* auxiliados pela segunda geração de redes de mobilidade. Nosso colaborador Senhor 057, membro da primeira geração, destacou o uso de tal artifício na Travessia de uma das figuras diretamente ligadas ao governo deposto, que necessitou entrar clandestinamente no Brasil ainda nos primeiros anos da ditadura. Segundo rememorou,

> veio de Montevidéu direto ao Hotel [hotel do cônsul] e o Rija me chamou, [...] eu passei ela vestida como mulher da rua, bem pintada, porque ela saiu toda em ouro, aqui [braços e mãos] era tudo de ouro, tudo. [...] mandei tirar todas as joias e se botar como mulher da vida, bem pintada como mulher da vida, [...]. Foi usar *una mini falda*, por aqui assim, cruzou a perna, encostou a cabeça em mim [ombro] e entramos na alfândega [...] passei ela[218].

Vale destacarmos que indivíduos ligados à comunidade de informações da ditadura estavam desde muito antes do Golpe produzindo relatórios a respeito das atividades da esquerda brasileira. Em seu livro de memórias o diplomata brasileiro Pio Correa revela que desde os anos quarenta o Itamaraty possuía um arquivo, compilado por sua chefe de departamento político no Ministério da Justiça, que indicava: "indivíduos, nacionais ou estrangeiros, envolvidos em atividades subversivas contra os interesses do Brasil, e de organizações ditas "de fachada", entidades encobrindo sob rótulos inocentes atividades inconvenientes" (CORREA, 1995, p.581). Ao deixar o departamento no fim dos anos 1950, o diplomata confiou esse arquivo, "consideravelmente aumentado" (p. 581), a um amigo que era responsável por estabelecer ligação entre o Serviço de Informação e Contra-Informação

[217] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.
[218] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

(SFICI) com o Itamaraty, e segundo complementa o mesmo fora recuperado, retornando para o Ministério após o Golpe de 1964.

Devemos destacar que embora atuações conjuntas das ditaduras em um nível mais expressivo passem a ocorrer sistematicamente após o Pachecato, relações de camaradagem e laços fronteiriços que geram alianças significativas também se deram do lado da repressão, como destacou em suas memórias Pio Correa, que após ser empossado embaixador do Brasil em Montevidéu viajou ao Uruguai com a clara missão de conseguir que o governo uruguaio passasse a cercear as atividades dos asilados políticos brasileiros: "essencialmente, a abstenção de toda e qualquer atividade política, bem como de atitudes públicas de hostilidade dirigidas contra o governo do seu próprio país" (CORREA, 1995. p. 848).

Quanto às fronteiras, o embaixador vai relatar,

> Era também claro dever daquele governo vigiar o trânsito pelas suas fronteiras, interceptando ali a passagem de elementos hostis ao governo do Brasil. [...] quase todos eles gaúchos, irmãos de sangue dos orientais, muitos deles contando com amizades pessoais no Uruguai. (CORREA, 1995, p. 855)

Tais fatos o levaram a adotar uma política de alianças regionais ao longo da fronteira, a começar pelo Rio Grande do Sul, onde segundo relata em suas memórias, fora recebido pelo próprio governador Ildo Meneghetti, num gesto de larga importância atribuída à embaixada brasileira no Uruguai pelo estado. Das alianças aqui formadas, antes mesmo da posse efetiva do cargo em Montevidéu, pontua que o comando do III Exército recebera claras instruções, vindas da presidência, para articularem-se, bem como as garantias dadas pelo governador de que a polícia civil e a brigada militar do estado ficariam a postos para resolver todas as questões relacionadas à linha de fronteira.

Uma vez em solo oriental, o diplomata narra sua estratégia de peregrinação pelo interior, apropriando-se de uma rixa histórica entre os departamentos do interior e a capital, destinando especial atenção àqueles situados próximos à fronteira com o Brasil, com quem passou a buscar apoio através de alianças econômicas, como, por exemplo, a construção de rodovias multinacionais, as quais não custariam um centavo ao governo uruguaio e fomentariam o comércio internacional. Projeto que se relaciona diretamente com a fronteiriça Jaguarão a partir da pavimentação do trecho Pelotas-Jaguarão da BR-116 (GONÇALVES, 2018).

Não menos recorrentes, foram as visitas do embaixador aos municípios brasileiros situados ao longo da fronteira, ou próximos a este, nos quais se inclui Jaguarão: "antes do fim do ano de 1965, visitei com alegria as obras que avançavam celeremente para a pavimentação

da rodovia BR-471 de Pelotas até a fronteira no Chuí. Fiz mais uma rápida revoada pela minha querida fronteira: Rio Branco, Jaguarão, Rivera, Livramento" (CORREA, 1995, p.894). As alianças aqui estabelecidas com o poder público local podem ser minimamente delineadas a partir das trocas de telegramas entre o prefeito Rubens Gonçalves Marques e o diplomata, bem como as viagens realizadas pelo chefe do executivo para o Uruguai objetivando tratar de negócios com Pio.

A imprensa local, jornal *A Folha*, no ano de 1965 e 1966 publicou algumas matérias que tratavam das beneficies que o embaixador buscava angariar junto ao governo para a região. Na edição de dois de setembro é transcrita uma extensa troca de telegramas entre o Legislativo e entidades locais com o embaixador, após a entrevista deste ao Correio do Povo de Porto Alegre onde falou sobre a necessidade imediata de construção do trecho da BR-116 que liga Pelotas a Jaguarão:

> Congratulando-me com o ilustre patrício pelo muito que está fazendo por essa fronteira apraz-me cumprimenta-lo pela alvissareira notícia transmitida Correio do Povo sobre a próxima abertura concorrência asfaltamento estrada federal Pelotas-Jaguarão cuja execução esta zona aguardada faz mais de quinze anos
> Atenciosamente, Rubens Marques, prefeito de Jaguarão.
>
> Associação Comercial de Jaguarão face sua declaração Correio do Povo 29 corrente informando que será iniciada brevemente pavimentação [...] congratula-se vossa excelência participação valiosíssima e patriótica solução problema que a muito entrava progresso da região sul [...][219] .

Além do prefeito e do senhor Anysio Resem, presidente da associação comercial, também escreveram saudando o embaixador os presidentes do Rotary Clube, das Cooperativas de Carnes, de Arroz, e da Associação Rural de Jaguarão. Na mesma ocasião também foram encaminhados pelos mesmos indivíduos telegramas ao senhor Washington Beltran, presidente do conselho de governo do país vizinho, solicitando a pavimentação do trecho Vergara- Rio Branco da Ruta 18 "completando assim a ligação dois países"[220].

Dias após o jornal local transcreve a resposta do embaixador ao presidente do Rotary Clube local, onde esse apresenta um panorama dos avanços de seu plano de integração rodoviária para as regiões de fronteira:

> Muito comovido generosas manifestações que tenho recebido Jaguarão desejo informar estou agindo junto ao governo Uruguai sentido acelerar ligação rodoviária sendo seguinte situação atual Ruta nove acha-se aberta concorrência, trecho Chafalote Castillo dentro de três meses deverão estar prontos estudos, trecho Castillo Coronilla tentarei obter estudo sejam ampliados para abranger trecho final,

[219] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta:1965. Ed.02 de setembro de 1965. p.2.
[220] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1965. Ed.02 de setembro de 1965. p.2.

> Coronilla Chui esperando talvez novembro abertura concorrência, Ruta 26 trecho Melo Rio Branco vai receber tratamento betuminoso este verão, Ruta dezoito trecho Treinta y Tres Rio Branco vai receber prioridade para estudo, existem recursos para pavimentar quarenta quilômetros plano de obras 1965 deverão incluir recursos para restante. Rogo informar demais entidades interessadas, cordeais saudações, Pio Correa[221].

O tema da RB 116 é assunto que recorrentemente figura no periódico como um dos grandes problemas da região. No ano seguinte novamente ocorrem transcrições de telegramas entre as autoridades locais e o embaixador na busca de soluções para o problema. E em 1967 o periódico realiza uma ampla cobertura da visita do diplomata a cidade, em junho daquele ano:

> Atendendo convite do prefeito Rubens Marques, o embaixador brasileiro na Argentina, Dr. Pio Correa nos deu a honra de visitar a Cidade Heroica, aqui chegando no dia 25, às 11:30 horas, em avião especial, procedente do Rio e Porto Alegre, sendo recepcionado no aeroporto local, por autoridades civis, militares, eclesiásticas, consulares, vereadores, representantes de entidades de classe e grande número de pessoas, hospedando-se na residência particular do governador do município. [...] Para tomar parte na recepção ao embaixador Pio Correa veio até esta cidade o Dr. Edmar Fetter, chefe do executivo municipal de Pelotas e presidente da associação de prefeitos da zona sul, que se fez acompanhar do diretor do Ginázio Pelotense [...] uma luzida caravana [uruguaia] de membros que constituem a Comissão Comunitária Pró Construção da Ruta 18, entre Rio Branco e Treinta y Tres [...] a fim de expressar os anseios do povo fronteiriço, na tocante continuação dos trechos rodoviários [...] usaram a palavra vários oradores [...] A tarde do mesmo dia, foi realizada uma reunião na Prefeitura Municipal, onde, nessa ocasião, foram expostos e debatidos os problemas de transportes e comunicações [...][222].

Diante do exposto, outro ponto que merece ser levantado é a expressiva relação da prefeitura com elementos ligados a burocracia nacional, não apenas a de seu país, embora não possamos confirmar que tais relações sejam parte do sistema repressivo, tais indícios nos são caros uma vez que o próprio embaixador Pio Correa deixa claro através de suas memórias e de alguns documentos oficiais quais eram as suas intenções, e as do Estado ditatorial, em relação à fronteira gaúcha. Diante disso, vale destacarmos também as viagens a trabalho do executivo municipal para Treinta y Tres, Melo e Rio Branco no país vizinho. O prefeito Rubens Marques, por exemplo, pede afastamento por duas vezes para dirigir-se a capital uruguaia (VIEIRA, 2018).

É sabido por nossa historiografia, no que diz respeito às relações entre Brasil e Uruguai, a preocupação brasileira não se voltava apenas para o monitoramento e controle de seus exilados em solo vizinho, conforme os anos passavam os inimigos internos do Estado Oriental eram também inimigos da ditadura brasileira. Diante desse cenário Vieira questiona:

[221] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1965. Ed.16 de setembro de 1965.
[222] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 29 de junho de 1967, capa e p.4.

“Se Jaguarão “não teve ditadura”, como afirma maior parte da memória local, porque a Prefeitura Municipal mantinha reiteradas relações fora da fronteira nacional?” (VIEIRA, 2018, p.74).

Assim, reiteramos que aqui, o que nos propomos a fazer vai muito além de um simples relato de como decorreram em Jaguarão os anos em que o Brasil se viu sob um regime ditatorial. Ao abordarmos as redes de mobilidade que fazem com que essa pequena cidade do interior do estado se integrasse em uma lógica mais ampla, estamos partindo do local rumo a uma compreensão mais minuciosa do todo (o nacional), uma vez que a ditadura fora sentida e experienciada de diferentes formas pelo vasto território brasileiro. Nesse sentido, esta é mais uma das tantas histórias possíveis daqueles que resistiram a tirania e lutaram por dias melhores para seu povo.

Nos subcapítulos que seguem trataremos da atuação das duas gerações de redes de mobilidade, bem como será abordada a vigilância sobre essa fronteira e as quedas que aqui ocorreram, visando demonstrar a importância desse espaço enquanto rota de militância e exílio.

3.3. O “seu Brizola” precisa de gente de confiança na Fronteira: Jaguarão na rota dos homens de confiança do Último Caudilho do Rio Grande

> *“Nossos caminhos são pacíficos, nossos métodos democráticos, mas se nos tentam impedir, só Deus sabe nossa obstinação!”*
>
> (Leonel Brizola)

A primeira rede de mobilidade atuante nessa fronteira de que temos conhecimento estava atrelada a figura do ex-governador do estado Leonel Brizola. Servindo, sobretudo, para o auxílio na passagem de seus pombos-correios e de outros partidários do PTB que necessitavam exilar-se. Entretanto devemos destacar que não é possível compreender essa rede de uma maneira uniforme, pois se tratam de múltiplos grupos de trabalho que não possuem elementos humanos de conexão entre si. Diante disso, o que aqui nos propomos a fazer é o mapeamento de uma minúscula parcela de seu grupo que possuía alguma espécie de ligação com a fronteiriça Jaguarão.

Em entrevista a sua biógrafa Dione Kuhn, Brizola explicou o motivo da necessidade de fragmentação dos trabalhos coordenados por ele. Segundo argumentou, “a inexperiência e a irresponsabilidade de um ou de outro companheiro iam aos poucos desgastando a organização. Eram milhares de pessoas envolvidas, mas tudo compartimentado, ninguém

sabia o que o outro estava fazendo" (KUHN, 2004, p.106). Nesse sentido, podemos compreender que a compartibilização das atividades fazia parte de um esquema de segurança. Tal método foi adotado por muitas organizações, pois em caso de queda de um militante quanto menos este soubesse mais seguros estariam os planos da organização e os demais companheiros.

Diante do exposto é interessante pensarmos na figura do ex-governador enquanto a gênese da primeira geração de redes de mobilidade atuantes nessa fronteira, uma vez que a grande maioria dos nomes apurados por essa pesquisa que por aqui transitaram, nesse primeiro momento, estão de uma maneira ou de outra ligados a Brizola. Nesse sentido, podemos dizer que as Travessias por essa região ocorreram desde os primeiros dias após o Golpe, momento em que passaram a ser perseguidas expressivas lideranças políticas ligadas a esquerda brasileira ativas no pré-1964, dentre as quais estavam muitos trabalhistas.

Em seu livro de memórias Índio Vargas relata as dificuldades dessa passagem: "atravessar o Rio Grande do Sul, cruzar a fronteira, penetrar em território uruguaio e chegar a Montevidéu, sempre representando o papel de paisano comum, não foi tarefa fácil [...] para nós sem experiência" (VARGAS, 1981, p.29). Assim, contar com uma base de apoio conhecedora da dinâmica cotidiana da região pela qual se deveria cruzar poderia ser o fator decisivo entre a liberdade e a prisão.

Vale destacarmos que desde os primórdios de seu exílio Brizola desenvolveu intensa atividade conspiratória para a derrubada da ditadura, recebendo em suas propriedades militantes vindos de diversas partes do Brasil, mas principalmente gaúchos que "eram pessoas ligadas à política convencional ou representantes de grupos revolucionários de todas as matizes" (VARGAS, 1981, p.17).

Tanta movimentação fez com que suas atividades fossem monitoradas de perto não só pelo governo brasileiro, que enviava em sua maioria agentes gaúchos das forças de segurança no intuito de estes melhor se misturarem a comunidade que se formava, como também pela CIA que "tinha sob controle, com fotografia e tudo, as pessoas que se aproximavam de Brizola" (VARGAS, 1981, p.17).

Ainda de acordo com Vargas (1981), só em Montevidéu no início de 1965 se encontravam exilados cerca de dois mil brasileiros "e todos os dias chegavam mais, entrando clandestinamente, pela fronteira" (p.18). Devemos pontuar, novamente, que boa parte dos indivíduos que deixaram o Brasil após o Golpe de 1964 se fixaram no Uruguai, convertendo a capital do país em um polo do exílio brasileiro nesse primeiro momento. Em um de seus estudos Enrique Serra Padrós (2014) levanta alguns pontos que levaram a

escolha pelo país vizinho, e principalmente por sua capital enquanto local de morada e rearticulação das lutas.

Primeiramente é digno de destacarmos que durante o século XX, até finais da década 1960, o Uruguai era considerado um "país de tradição democrática consolidada, plena, não reduzida a meros aspectos formais" (PADRÓS, 2014, p.95). Devido a isso, ainda de acordo com o autor, "os perseguidos políticos brasileiros, ao chegar a Montevidéu, se deparavam com uma vivência de liberdade que lhes permitia desenvolver níveis de atuação, ação e contatos" (p.97), uma vez que a sociedade uruguaia os recebera muito bem "corroborando a corriqueira tradição oriental de acolhida a quem se sentia ameaçado no seu país de origem" (p.97). E, no que diz respeito aos gaúchos, o laço de proximidade entre os países e aspectos da cultura partilhados também contribuíram para essa escolha.

Diante do exposto, é interessante compreendermos minimamente a dinâmica que esses indivíduos assumem no exílio. Embora os grupos mais visados sejam aqueles que se forjaram ao redor dos petebistas Leonel Brizola e João Goulart, existiam quatro grupos políticos que aglutinavam a massa de exilados brasileiros. Esses são minuciosamente descritos no informe 687 de dezembro de 1966, emitido pelo CIEX[223]:

1) Grupo de João Goulart: composto por Juan Alonso Mintegui[224], Amaury Silva[225], Ivo Magalhães[226], Faustino Moacir de Souza[227], Humberto Menezes Pinheiro[228] e Luiz Claudio Braga Duarte[229]. Sendo esses os principais nomes apontados no relatório, os agentes do CIEx ainda destacaram que grande parte das vinculações estabelecidas com o ex-presidente se davam por interesses financeiros, com exceção de "Amaury Silva e possivelmente de Humberto Menezes Pinheiro"[230]. O relatório ainda coloca que "Goulart conduz com descrição suas atividades políticas e seus contatos com outros asilados"[231], e que

[223] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121-137. Localização: BRDFANBSBIE.
[224] Assessor de Goulart, citado na biografia da primeira-dama como João. Alonso Mintegui, natural de Santana do Livramento, era adido comercial do Brasil no Uruguai. Foi ele o responsável por acolher Maria Thereza e os filhos no Uruguai assim que eles deixaram o Brasil.
[225] Ministro do Trabalho durante o governo João Goulart.
[226] Assessor de Goulart no exílio foi prefeito de Brasília de 1962 a 1964.
[227] Não localizamos informações a seu respeito para além do que aqui apresentamos.
[228] Bancário de expressiva atuação no movimento sindical dessa classe, sendo eleito o primeiro presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec). Teve seus direitos políticos suspensos pelo AI-1 e precisou se exilar no Uruguai.
[229] Também conhecido apenas como Claudio Braga, foi deputado estadual em Pernambuco, tendo sido cassado pela ditadura. No exílio passou a assessorar Jango e, também, era o gerente do Hotel Alhambra, onde Goulart possuía um escritório. O espaço era tido como "ninho dos Brasileiros" (WILLIAM, 2019, p.290).
[230] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121-122.
[231] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121.

Alonso Mintegui e Faustino Moacir de Souza são os responsáveis por estabelecer os contatos políticos e servem também de intermediários para os negócios dele.

Quanto aos contatos com o Brasil o relatório aponta que estes eram constantes seja por intermédio de mensageiros que chegavam à sua estância em Tacuarembó ou em Montevidéu. Já os contatos com outros grupos no exílio eram feitos por intermediários: com o grupo de Brizola o responsável era Juan Alonso Mintegui, diante da inexistência de relações entre os cunhados, e com o grupo de Aragão[232] era Amaury Silva. Já com o grupo sindical Goulart possuía estreitas ligações.

2) Grupo militar liderado por Candido Aragão: De acordo com o informe após a criação do Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN)[233], seu líder Candido Aragão buscou estreito entrosamento com o grupo de Brizola. Entretanto, dada a divergências internas foi se produzindo gradual afastamento e "os mais recentes informes indicam a existência de um total antagonismo entre os chefes do grupo "militar" e brizolista, situação esta que, na falta de algum fato novo e aglutinante, tenderá a perdurar"[234]. Entretanto, apesar do afastamento entre os líderes, os integrantes de ambos grupos ainda mantinham contato.

O mesmo documento ainda aponta as vinculações do grupo com Havana e as ligações do MRMN com o Partido Comunista Uruguaio (PCU) "o qual está fornecendo acomodações e recursos financeiros para a instalação de integrantes do grupo "militar" em Montevidéu"[235]. Também existiram pontos de ligação entre o grupo militar e João Goulart através de Amaury Silva, Braga Duarte e Humberto Pinheiro, já com o grupo sindicalista o ponto de união era Paulo Melo Bastos[236], um dos dirigentes do PCB no Rio Grande do Sul. Os contatos com o Brasil são feitos por membros da família de Aragão que constantemente viajavam entre os

[232] O Almirante Cândido Aragão era comandante dos fuzileiros navais durante o governo Jango. Favorável as reformas de base, participou de diversas atividades em defesa destas, foi preso logo após o golpe e viveu quinze anos no exílio.

[233] Enfrentamos um problema durante o decorrer desse estudo para compreender a real configuração do grupo militar ligado a Brizola. Em diversos documentos consultados durante nossa investigação percebemos que as nomenclaturas que designam esse grupo variam entre: Resistência Armada Nacionalista (RAN); Movimento Nacional Revolucionário (MNR); Movimento de Resistência Militar Nacionalista (MRMN) e Movimento Revolucionário Nacionalista (MORENA). Entretanto, para apontarmos o porquê disso, se foi devido a cisões internas ou apenas desconhecimento dos órgãos da ditadura, seria necessário um estudo mais aprofundado a respeito da trajetória desse grupo político, e isto foge aos nossos objetivos. Diante disso, embora por vezes tenhamos empregado as outras nomenclaturas, respeitando o modo como o grupo é apresentado nas fontes, optamos por nos referir a ele como MNR por ser essa a forma que recorrentemente este é apresentado na literatura referente ao período.

[234] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 124.

[235] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 124.

[236] Sua trajetória será abordada no decorrer do texto.

dois países e por militares cassados ou não, dentre os quais o informe cita: os brigadeiros Lino[237] e Francisco Teixeira[238].

Por fim o documento acusa que após a ocorrência de divergências há a mudança de nome do agrupamento para RAN (Resistência Armada Nacionalista), fazendo uso do símbolo de uma Rã.

3) Grupo de Brizola: Um dos primeiros aspectos levantados no relatório é a liberdade de movimento da qual, embora internado no Balneário de Atlântida[239], gozava o líder petebista. Seus assessores naquela localidade são: Eno Cristiano Becker[240], Átila Cavaleiro Escobar[241] e Pedro, que atua como seu motorista. Os indivíduos Francisco Lages dos Santos[242], que residia em casa alugada por Brizola, Helio Souza[243] e Brandão[244] deixaram Atlântida após desentendimentos com Brizola. Segundo o informe a preocupação de Brizola em reduzir seus gastos teria sido um dos motivos de descontentamento de seus liderados. Assim, Lages e Helio rumaram ao Brasil, já Brandão passou a residir em Montevidéu. Em Pando, na granja de propriedade do ex-governador viviam os ex-sargentos: Edgar Alves Maia e Alberto dos Santos Benevides, bem como, Isidoro Viana Gutierrez[245].

Ainda sobre as finanças de Brizola, o relatório informa que ele estaria contribuindo com o jornal comunista "Época", o que lhe permitiria influenciar as notícias publicadas a respeito do Brasil no referido periódico. Também são mencionados os recursos financeiros enviados por Cuba, bem como, as vagas existentes nas escolas de guerrilheiros criadas por aquele governo.

Os responsáveis por estabelecer contatos com a Ilha eram Neiva Moreira[246] e Aluísio Palharno Pereira[247]. Também são apontadas as ligações de Brizola com elementos oriundos de

[237] Não localizamos informações a seu respeito.
[238] Em 1962 foi nomeado comandante da III Zona Aérea (III ZA), no Rio de Janeiro. Após o golpe, Francisco, que era considerado o líder da ala militar nacionalista na Aeronáutica, foi exonerado de suas funções e preso.
[239] O internamento de Brizola no Balneário de Atlântida ocorreu em fevereiro de 1965 após inúmeras pressões da ditadura brasileira sobre o governo uruguaio. O detalhamento do caso pode ser consultado em Leite (2015).
[240] A trajetória de Becker será apresentada no tópico seguinte deste capítulo, pois ela se intercruza com o esquema montado pelo Cônsul Uruguaio na fronteira.
[241] Tem. Cel. da Brigada Militar do Rio Grande do Sul,
[242] Vereador pelo PTB em Pelotas deposto pelo golpe.
[243] Suspeitamos tratar-se de Helio Souza Minuto, Helio Minuto, figura que posteriormente viria a se conectar com os membros das Forças Armadas Revolucionárias de Pelotas (FARP).
[244] Não localizamos indícios de quem se trate.
[245] Administrador da chácara de Brizola no Pando, até 1968 quando aparentemente se desentendeu com o grupo brizolista.
[246] O ex-deputado Neiva Moreira é apontado na pesquisa realizada por Leite (2015) enquanto membro da alta cúpula do grupo brizolista, sendo um de seus principais assessores em Montevideo. Ainda segundo a autora, também assessoravam Brizola na capital uruguaia: Paulo Schilling, Dagoberto Rodrigues, Paulo Valente, Nilo Silveira e Lélio de Carvalho.
[247] Foi presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro por dois mandatos consecutivos, liderou em 1961 a greve geral de sua categoria em defesa de aumento salarial e do 13º salário. Em agosto de 1963, foi eleito

países comunistas que estavam de passagem pelo Uruguai bem como o seu "bem organizado" serviço de correio com o Brasil a partir da atuação de elementos localizados na fronteira do Rio Grande do Sul.

Entretanto, apesar da bem estruturada rede de relações, o CIEX apontou em seu relatório a deterioração a qual vinha sofrendo a liderança de Brizola durante os últimos seis meses (julho a dezembro). Segundo aponta, os principais motivos seriam:

a) O fracasso das ações subversivas planejadas e executadas pelo grupo;
b) Cisões internas envolvendo o RAN;
c) A inação de Brizola no último semestre no que diz respeito a condução das ações subversivas;
d) Escasseamento de recursos, Brizola estaria se recusando a prestar assistência financeira a vários de seus colaboradores.

4) Grupo sindical: é o que mais transita pelas outras agrupações. Seus principais nomes são: Dante Pellacani[248], Oswaldo Pacheco[249], Demistóclides Batista[250] e Djalma Maranhão[251] vinculados também ao grupo de João Goulart; Paulo Schilling[252], Maia Neto[253] e Neiva Moreira estavam entre o círculo de apoio direto de Brizola e, por fim, Paulo Melo Bastos e Osmildo Stafford da Silva[254] também se faziam presentes no grupo militar. O informe também faz referência às constantes viagens de quase todos estes indivíduos ao Brasil e a Europa.

De acordo com o documento, este grupo é o principal responsável pelo "trabalho de desinformação desenvolvido, com a cooperação de sindicalistas comunistas uruguaios, nos

presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec). Com a ditadura a Contec sofreu intervenção do Ministério do Trabalho e Aluisio foi cassado pelo AI-1. Viveu no México até final de 1964, após esse período exilou-se em Cuba retornando em 1970 ao Brasil como militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Foi preso no dia 9 de maio do ano seguinte em São Paulo.

[248] Sindicalista, foi uma das lideranças ativas durante o comício pelas reformas de base.

[249] Foi presidente do Sindicato dos Estivadores de Santos, SP, 1945-1947 e da Federação Nacional dos Estivadores, 1960; Fundador da União dos Sindicatos de Santos/SP; Secretário-geral do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 1962; foi também Primeiro-secretario do CGT, 1963, e membro do Conselho Administrativo da Cooperativa dos Trabalhadores Sindicalizados de Santos, SP. Foi, também, deputado federal constituinte, como Vice-Líder do PCB durante a Assembleia Nacional Constituinte de 1946.

[250] Foi Deputado Federal do Rio de Janeiro de 1963 a 1964 (PST). Foi, também, presidente do Sindicato dos Ferroviários, 1954; Mobilizador Sindical na Baixada Fluminense; Presidente do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina, RJ, 1959; Membro do Pacto de Unidade e Ação (PUA) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 1962.

[251] Prefeito de Natal-RN deposto pela ditadura.

[252] Escritor e jornalista, apoiador da reforma agrária no Rio Grande do Sul nos anos 1950.

[253] João Candido Maia Neto foi um jornalista gaúcho.

[254] Bancário.

círculos políticos, intelectuais e de imprensa daquele país"[255]. A partir, dentre outros meios, do uso do boletim da Associação de Bancários do Uruguai.

De uma maneira geral, ao observarmos os quatro grupos podemos perceber que alguns elementos gravitam entre um grupo e outro tecendo conexões entre eles, conforme buscamos demonstrar na análise do referido documento. Entretanto, vamos nos ater aqui aos contatos de Brizola, estabelecendo um cirúrgico recorte em sua teia de relações às bases do MNR forjadas no exílio e seus membros que transitavam por essa fronteira, bem como aos setores petebistas que aqui se localizavam e compunham a rede de mobilidade local.

Muitos foram os intentos de rearticulação dessa comunidade. Ainda nos primeiros meses de exílio se formou o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), composto principalmente por oficiais subalternos nacionalistas reunidos ao redor de Brizola. De acordo com a pesquisadora Maria Claudia Moraes Leite "Brizola preferia para o Movimento a sigla MORENA – Movimento Revolucionário Nacionalista" (2015, p.77) e nesse sentido o grupo político seria uma fusão entre os grupos militares e o de Brizola. A pesquisadora ainda destaca que desde a chegada destes no exílio estavam voltados para o "planejamento de ações contra a ditadura militar, na forma de guerrilha ou insurreição" (LEITE, 2015, p.76), entretanto o MRN na prática "foi muito mais um projeto político que uma organização efetivamente estruturada" (p.77).

Nesse sentido, devemos pontuar a diferença gritante entre os dois principais grupos atuantes no exílio, o MNR e o grupo de Goulart. Pois ao contrário dos seguidores do ex-presidente o grupo político liderado por Brizola ansiava por tomar medidas enérgicas para reverter à situação brasileira. Assim, logo surgiram os primeiros planos de resistência, para os quais era necessário manter contato com os velhos companheiros no Brasil, bem como arregimentar novos camaradas para a luta.

Diante desse cenário passaram a transitar pelas fronteiras do país, principalmente via Rio Grande do Sul, os chamados pombos-correios do Brizola, indivíduos responsáveis por fazer a conexão entre Brizola e seu grupo com os simpatizantes e membros do MNR no Brasil. De acordo com Leite, "esses emissários tinham um papel fundamental na estruturação do movimento que se pretendia armar no Brasil e a circulação pela fronteira entre os dois países era de conhecimento tanto dos órgãos de inteligência brasileiros quanto do Ministério das Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai" (2015, p.77-78)

[255] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 130.

No extenso relatório do CIEX analisado no começo dessa unidade, quando o assunto eram as atividades políticas do ex-governador no exílio, os agentes da ditadura apontaram que: "em Rivera, Santana do Livramento, Jaguarão e Chuy, Brizola mantem elementos de ligação com o Brasil, que operam ao que se sabe, um serviço bem organizado de "correio" entre os dois países"[256]. O mesmo documento também faz menção a notável "simpatia e tolerância" do governo uruguaio para com estes. Aspecto que é potencializado pela nacionalidade diluída nas suas fronteiras:

> Os asilados brasileiros no Uruguai têm contado com considerável simpatia e tolerância da parte do governo uruguaio. Além da tradição uruguaia de dispensar tratamento liberal a asilados e exilados procedentes de qualquer país do mundo e, em particular, de seus vizinhos continentais, contribui muito para a acolhida dada aos brasileiros a presença em seu meio de dois políticos do Rio Grande do Sul (Goulart e Brizola), estreitamente vinculados, por laços de amizade e negócios, a figuras influentes no Uruguai. Além disso, muitos dos elementos de menor importância entre os asilados também procedem do Rio Grande do Sul, alguns da faixa de fronteira, onde a característica da nacionalidade é diluída pelos contatos constantes, pelas ligações de família e pelos interesses comerciais[257].

Nesse sentido, devemos mencionar que durante os primeiros anos da ditadura alguns desses passageiros e/ou pombos-correios vinham por meios próprios até a fronteira e faziam a Travessia se misturando com a gente do lugar, como relembra o jornalista Flávio Tavares em suas memórias, "em avião, ia de Brasília a Porto Alegre e de lá em ônibus a Jaguarão, na fronteira com o Uruguai, e ali cruzava a ponte sobre o rio, a pé, como a gente do lugar: só com a roupa do corpo, sem nada nas mãos. No vilarejo uruguaio tomava o "carro-motor", [...]" (1999, p. 177).

Vale destacar na fala de Tavares a forma como se dava a Travessia, que mesmo sem apoio de redes de mobilidade, desenrola-se em consonância a lógica de experiências e ação cotidiana da população local, ou seja, um trajeto feito a pé, assim como o fronteiriço que vai rever familiares ou aproveitar as vantagens cambiais no país vizinho. Entretanto, nem todas as Travessias feitas como "a gente do lugar" obtiveram êxito total; ainda nos primeiros anos da ditadura o Sr. Antonio Voltan (2018), membro da Juventude Universitária Católica de Pelotas, em uma de suas idas a fronteiriça Jaguarão, enquanto pombo-correio de Brizola, acabou por se envolver em uma "saia justa"[258]:

---

[256] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 128 (grifo nosso).
[257] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 135.
[258] Nesse ponto da entrevista o narrador relembra parte do diálogo que ocorreu neste episódio, o mesmo está grifado em itálico para facilitar a leitura. Em um primeiro momento coloca em sua narrativa o diálogo mantido durante seu encontro com um emissário, logo em seguida com um companheiro de Organização de Santa Vitoria do Palmar e por fim com o Padre F* já na fronteira.

> [...] o Brizola, nosso ex-governador, estava lá [...] em Montevidéu, e aí [...].
> [emissário/ informante/ contato] *"Chegou aqui os papéis de transferência do filho dele [Brizola] pra entrar no colégio lá [...] e nós precisamos de alguém que vá, e eu não tenho dinheiro também!"* [risos]
> A.V. *"Mas para aí Paraguaçu, me consegue..."*
> [emissário/ informante/ contato] *"a não sei, vamos lá".*
> Aí tinha alguém aqui que era... De Sta. Vitória e
> [companheiro de Sta. Vitória] "*A minha mãe deve ter uns cem pila... aí deve dá pra tu chegar lá."*
> uns cem uruguaios, peso, uns cem pesos
> [Companheiro de Sta. Vitória] *"Depois, [...] resolve lá o Brizola"*
> Tá! Aí eu peguei o dinheiro e me mandei, fui por Jaguarão! Aí peguei o ônibus pra ir a Jaguarão, tô indo pra ponte passa o padre lá, como era aquele... ? F*! E o F* sabia que eu era da [JUC] e
> [P. F*] *"Ah! O que tá fazendo aqui!" [...] "o que tu vai fazer?"*
> [A.V.] *"Ah! O pessoal da JUC lá que eu conheço, e eu vou dar uma chegada lá pra conversar"*
> [P. F*] *"Ah! Da JUC?"*
> [A.V.] "É!" [risos] eu não ia dizer pra ele oque ia fazer [risos] ai ele:
> [P. F*] *"Então vem almoçar comigo, que eu te levo até a ponte depois!"* [...].
> Ai almocei com ele e toda aquela coisa, [...] ai entrei no trem e fui...[259]

A situação aconteceu em 1965, e o entrevistado só não fora "desmascarado" por ser membro da JUC e conhecido do padre em questão, figura que apoiou o regime, denotando a importância dos laços pessoalizados na dinâmica desse processo, conforme destacaram os senhores Alceu Salamoni, e Antonio Voltan em entrevista a autora (2018),

> A.V- nos éramos de família religiosa
> A.S- frequentávamos igreja e essas coisas
> A.V- Ele teve no seminário, eu [...] estudei no [Colégio] Gonzaga
> A.S- a origem era religiosa vamos dizer assim! Religiosa no sentido de serem pessoas vinculadas à Igreja Católica
> A.V- ai vai com a JEC [Juventude Estudantil Católica], a JUC [...].
> A.V- Agora no caso do que me passou lá foi... [risos] eu disse que ia encontrar uma turma da JUC que tinham vindo ano passado pra cá [Pelotas-RS] e agora eu ia lá,
> A.S- Sim, dava uma enrolada no padre...
> A.V- Sim, porque eu sabia que ele não era do lado de cá, o F*. [...] [260]

O padre em questão foi procurado para essa pesquisa no ano de 2017, até esse momento não era do conhecimento da autora, qual o pároco que havia se envolvido na rede da AP[261], pois no período indicado pelas fontes havia em Jaguarão dois padres e um diácono. Quando procurado o padre F* deixou bem claro nos primeiros cinco minutos de conversa informal que manteve seu posicionamento, ainda extremamente conservador, alinhado com as ideias defendidas pela ditadura, dando a entender que em alguns momentos chegou a servir até mesmo como delator.

[259] Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan, na cidade de Pelotas em 2018.
[260] Como mencionamos anteriormente, Seu Antonio sofre com o Alzimer e ao combinarmos essa entrevista ele solicitou que a mesma fosse feita em conjunto com o Sr. Alceu, amigo de longa data e militante da mesma célula da AP em Pelotas.
[261] A sua trajetória será abordada no último item dessa unidade.

Diante do exposto é mister frisarmos que nem todos os pombos-correios que por aqui passaram contaram com uma base de apoio na fronteira. Entretanto, dada as dimensões e objetivos desse capítulo vamos ater nossa narrativa a atuação das redes de mobilidade pertencentes a primeira geração.

Podemos observar a atuação de duas principais redes de mobilidade que compõem o que chamamos de primeira geração, seu ponto de conexão é a estreita ligação de alguns de seus membros com o antigo Partido Trabalhista Brasileiro, servindo principalmente enquanto esquema de apoio para a retirada e trânsito de figuras ligadas ao PTB bem como aos pombos-correios de Brizola; suas atividades vão do pós-golpe até aproximadamente 1967.

A primeira rede a compor essa geração é formada por três militantes estudantis e um comerciário local filiado ao PTB, esse grupo atuou por dois anos (1964-1966). Segundo um de seus envolvidos, as Travessias eram realizadas de barco pelo Rio Jaguarão, adotando uma postura semelhante aquela da gente do lugar que vai pescar por fins laborais ou por lazer.

> as pessoas vinham por Pelotas pegavam um ônibus até Jaguarão chegavam aqui à noite e nós alugávamos um barco de um senhor, seu Anselmo Amorim, era bem na ponta lá do rio sabe? Bem na ponta ali quem vai pro Uruguai [...].
> Aí nós passávamos, a gente conhecia muito o rio [Rio Jaguarão], principalmente eu, me criei nesse rio. [...] Muita gente ali gostava, gurizada o pessoal alugava o barco dele, a gente ia ali para passear, [...]. E nós chegamos diversas vezes e pegamos para outros motivos, às vezes a gente pegava o barco dele e dizia que íamos sair pra acampar, um dia bom assim, duas da tarde e simulava, entende? Só que saia dali com o barco e entrava mais lá na ponta... Nas barrancas do rio [...] Mais para frente, para lá e fazia a Travessia.
> Porque não dava pra passar pela ponte, a ponte estava [falha na ligação] qualquer pessoa que passasse caminhando tinham que se identificar [e] quem passasse de carro eles viam que era de Jaguarão, família dali e tal, entendesse? Passava né, mas sem documento ninguém passava [...] e até eles descobrirem a gente usava o rio[262].

Alguns elementos presentes na fala do colaborador são de extrema importância para a compreensão dessa atividade e merecem ser pormenorizados. O primeiro deles se refere ao amplo conhecimento do lugar, bem como, ao fato desses indivíduos se valerem de aspectos próprios do seu cotidiano para realizarem essas Travessias sem levantarem suspeitas. Em outro ponto de sua entrevista, o Sr. Claudio Maria Ricardo vai relatar que era algo natural para sua turma de amigos a locação desse barco para fins recreativos, e nesse sentido, a locação do mesmo por motivos políticos não levantaria grandes suspeitas para quem observasse de fora, pois aparentaria uma atividade cotidiana.

Vale destacarmos também que o senhor Amorim não possuía nenhum envolvimento direto com a resistência e fazia vistas grossas para o que os jovens estavam fazendo, conforme relata nosso colaborador: “Seu Anselmo era simpatizante nosso, depois era um homem

[262] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

atrasado, amigo, mas não sabia essas historias... Ele achava que estava ajudando o seu Getúlio [Getúlio Vargas] e tal [...]"[263]. A pouca clareza do que de fato estava ocorrendo, o espírito de solidariedade e os laços de relações pessoalizados que motivavam essas colaborações pontuais de terceiros, são aspectos recorrentes nas narrativas dos envolvidos nessas redes de mobilidade.

Cabe destacarmos ainda, em relação à primeira fala do senhor Claudio, a pontualidade do olhar de alguns dos agentes da repressão, que por vezes eram condicionados pelas relações pessoalizadas tecidas nesse micro espaço fronteiriço. Esse ponto aparece quando ele coloca que "quem passasse de carro eles viam que era de Jaguarão, família dali e tal, Passava né", como se a depender da guarda de serviço no dia as Travessias pela ponte pudessem ser "mais fáceis". Esse aspecto também é levantado nos relatos de um ex-soldado ouvido informalmente para essa pesquisa.[264] Ao mesmo tempo, conforme argumentamos anteriormente, os comandos das forças de segurança eram continuamente substituídos na região. O que nos faz supor que fosse uma medida tomada com intuito de evitar o estabelecimento de laços pessoalizados desses indivíduos com a gente do lugar, o que prejudicaria a imparcialidade nas ações. Por fim, um último ponto que merece destaque na fala do colaborador é a localização da cidade de Pelotas como uma segunda fronteira, elemento que recorrentemente é observado em nossas fontes.

No decorrer das mais de quatro horas de gravação a autora, seu Claudio foi revelando detalhes mais precisos de como decorreram essas passagens e quem eram os elementos envolvidos na rede de mobilidade:

> e nós à noite, eu algumas vezes, era um grupo grande[265] ai já entrou outros que não eram os estudantes, ai já tinha um outro grupo que passava o pessoal [...] era o Nelson del Pino, o Oribe Terra e eu [estudantes]. Tinha o castelhano[266] Paloma, um rapaz ali de Rio Branco de nome Carlos que era de Arroio Grande e dois caras ali que eram filho de pescador, ali do..., o Gito era um [...], já faleceu era um cara mais velho, ele ganhava uns troquinhos. Ele remava muito bem, o cara era forte. E ele não sabia bem o que era, ele ganhava dinheiro [inaudível], ele fazia o negócio com a gente, fez algumas vezes, ganhando o dinheirinho dele, nunca entregou ninguém, nunca, nem pegaram ele.
>
> A gente tinha o ponto onde se encontrar com as pessoas que passavam [...] e tinha certas ocasiões em que a gente, eu, por exemplo, não ia, que eram missões mais, eu era muito novo, eram missões mais arriscadas assim... Aí já tinha um grupo em Jaguarão, [inaudível] se instalaram uns dois caras em Jaguarão, que eram nossos que vieram por uma transportadora que tinha Rio Grande e São Paulo, era um elefante assim o símbolo... E os caras vieram de São Paulo trabalhar nessa transportadora lá,

[263] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[264] Narrador 01, notas do caderno de campo da autora. Jaguarão, 2018.
[265] No decorrer da entrevista o Sr. Claudio nos esclareceu que após a primeira detenção, episódio narrado no capítulo 2 desse estudo, alguns membros do PTB passaram a desenvolver essa atividade, dentre eles estava Oribe Sergio Terra que relatou à Comissão de Indenizações do estado seu envolvimento nas Travessias.
[266] Forma como os fronteiriços brasileiros se referem aos seus vizinhos uruguaios.

> mas eles eram infiltrados, [...] aí já estava, diretamente ligado ao Brizola, o Brizola era a organização, o Brizola[267].

A referida transportadora é a Expresso Rio Grande São Paulo S/A, que era chamada popularmente de Elefantinho, sua sede ficava situada em frente a uma das laterais do quartel do Exército em Jaguarão. Infelizmente não conseguimos obter maiores dados sobre a transportadora[268], e, tampouco, a respeito da identidade desses dois indivíduos mencionados por nosso colaborador, que se limitou apenas a complementar que um deles era de Guaíba-RS. Entretanto é digno de nota o refinamento da estruturação da rede de apoio local do grupo Brizola, pois sendo indivíduos autorizados por sua profissão a estarem em movimento poderiam servir de emissários sem despertar grandes suspeitas.

Conforme os dias avançavam e os quadros ligados à resistência começavam a ficar "queimados", fora necessário contar cada vez mais com a gente do lugar para o êxito dessas Travessias, uma vez que quanto mais visado fosse o militante, maiores seriam os riscos de queda. Nesse sentido, contar com a solidariedade de figuras socialmente influentes na cidade passou a ser cada vez mais essencial, pois em tese esses elementos não despertariam grandes suspeitas. Dentre essas figuras estavam os empresário Dalmasso Baptista Dibi e José Adão Barbosa, proprietários da Mobiliar Jaguarense:

> Então nós tínhamos uma loja aí em Jaguarão, chamada Mobiliar Jaguarense, que o proprietário era um cidadão de Camaquã que também foi cassado, foi preso e tudo... Era de um Senhor de nome Dalmasso Baptista Dibi, inclusive eu trabalhava com ele lá. Uma vez eles foram lá... Prenderam ele, prenderam eu, prenderam o outro que era carpinteiro... Era uma casa de móveis [...]
> Através dessa loja nós fazíamos pra passar o pessoal, exilados que estavam fugindo lá de cima [...] então ali chegava o troço do que a gente ia ter que se mexer para fazer alguma coisa. Davam o sinal e o seu Dalmasso Dibi dizia pra nós "olha se preparem que é hoje". Aí de repente a gente fazia o esquema, então vamos lá pegar o barco tudo, e tal, tal, pegava o barco aquele negócio e eles "não, não vai ser hoje, vai ser depois de amanhã," entendesse? O troço era meio hierarquizado também, não era assim... O troço tinha uma certa [organização]....
> [Passava] um sempre, [...] sempre um quando se passava, não tinha um e agora vai lá e volta, entende? E pega [mais] um não, era um só! Não tinha um casal, não tinham dois, não! Era um![269].

Nosso colaborador não entrou em detalhes a respeito do histórico político do empresário Dalmasso Batista Dibi, tampouco a respeito dessa detenção narrada por ele, se

[267] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[268] O único documento localizado a respeito dessa transportadora no Arquivo Nacional data de 1980, entretanto embora tenham se passado quinze anos, é interessante apontarmos alguns dados: fundada ainda nos anos 1950, fazia parte da empresa Transportadora Primorosa S/A, que se destinava ao transporte nacional e internacional (Argentina e Uruguai). Seu parceiro responsável pelos negócios no país oriental era a Expresso Rio Grande São Paulo S/A, com sede em Novo Hamburgo/RS, tendo como procurador o uruguaio Omar Minicelli Salla. Além de uma suposta irregularidade nos tributos e lucros da empresa, nada que vincule essa a "atividades subversivas" foi apurado. Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores - BR DFANBSB Z4. p. 194-196.
[269] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

restringindo apenas a um breve comentário: "seu Dalmasso não era de Jaguarão, era filho de turco, árabe, ele era de Camaquã. Militava, ele foi preso muito tempo, era um senhor já... Ah, ele era do PTB, [...], mas era vermelhinho né [risos] porque todo mundo na época quem era um pouquinho intelectualizado a esquerda, tinha muita influência comunista"[270]. Já a respeito do senhor José Adão Barbosa nos informou ser este natural de Camaquã, onde foi vereador pelo PTB e exercia a profissão de professor. Entretanto, ao analisarmos seu depoimento a Comissão Especial de Indenizações podemos agregar outras informações a respeito desses indivíduos:

> No início de abril de 1965 o depoente estava trabalhando em uma empresa moveleira de propriedade do vereador de Camaquã e petebista José Adão Barbosa, e militava na contra-revolução, por vezes auxiliando refugiados políticos do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre para cruzar a fronteira pelo Rio Jaguarão. Nessa ocasião quando estava em Camaquã a serviço da empresa foi detido por agentes da delegacia de Camaquã, solto e logo em seguida preso por agentes do DOPS e trazido para Porto Alegre. [...] onde também já estavam detidos Adão Barbosa, Dalmasso Dibi (proprietário da movelaria em Jaguarão), Danilo Centeno Crespo (deputado constituinte de 47). Lá permaneceu por dois dias, veio a saber depois que o local era conhecido por Dopinha[271].

Procurando maiores informações sobre os nomes citados no processo, encontramos na base do Arquivo Nacional apenas referências das atividades políticas do senhor Adão Barbosa, descrito em um dos documentos encontrados como:

> Reeleito vereador pelo MDB, nas eleições de 15 de novembro de 1968, em CAMAQUÃ/RS. [mandato cassado em 1969][272]
> - Presidente do MDB em CAMAQUÃ/RS.
> - Agitador com liderança entre os operários;
> - Comunista e subversivo. Pertenceu ao ex-PCB;
> - Anti-revolucionário atuante;
> - **Organizador de Grupos de Onze [em Camaquã];**
> - Foi indiciado em IPM realizado em Set 64; por atividades subversivas, no Banhado do Colégio e arredores;
> - Foi indiciado em IPM realizado em Ago. 64; por atividades subversivas na área de CAMAQUÃ/RS;
> - **Brizolista ferrenho.** [273]

É interessante observarmos que embora envolvido em intensa atividade oposicionista, sendo indicado em dois IPMs por "subversão", o senhor Adão continuou na vida política exercendo oposição dentro da bancada do MDB até ter finalmente seus direitos políticos suspensos após o AI-5; entretanto sua trajetória demandaria uma investigação a parte e foge

[270] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[271] Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Processo administrativo de indenização número 7121-1200/98-0 referente a Claudio Maria Ricardo.
[272] Arquivo Nacional: FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Ralação dos deputados estaduais e vereadores do Rio Grande do Sul, cuja a cassação de mandatos e suspensão dos diretos políticos se recomenda. p. 69. Localização: BR DFANBSB N8.0.PSN, AAI.83
[273] Arquivo Nacional. FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Processo de José Adão Barbosa. p.19. Localização: BR DFANBSB N8. Grifos nossos.

aos objetivos desse estudo. Todavia, devemos destacar os elementos que o vinculam a figura do líder político Leonel Brizola, o colocando, ao que tudo indica, enquanto uma das múltiplas peças na extensa teia de contatos do ex-governador do estado.

Retomando a descrição do senhor Claudio a respeito das Travessias, este também nos informou as formas de chegada dos emissários e *passageiros da liberdade* até a fronteira,

> A essa informação vinha de Porto Alegre, [...] vinha de ônibus alguém. E eles vinham também de ônibus, sabe como é que eles faziam?... Pegavam um ônibus, um carro às vezes, em Porto Alegre até Pelotas. De Pelotas eles desciam em Arroio Grande. Então em Arroio Grande eles pegavam outro ônibus e vinham pra Jaguarão, chegavam às oito horas da noite por aí, [...] era uma tal de empresa na época Delgado, depois ficou Princesa, então era uma das maneiras deles chegarem... Outra maneira era, na época tinha trem para Jaguarão, eles vinham de trem, muitas vezes de carro, mas normalmente eles faziam assim a viagem de Porto Alegre a Jaguarão em três tipos, trocando...[274].

No começo desse capítulo nós argumentamos a respeito das vantagens existentes em realizar essa viagem de forma "pingada", de transporte em transporte, enquanto uma medida de segurança. A narrativa do senhor Claudio vai ao encontro dos argumentos apresentados anteriormente e ele ainda a complementa acrescentando mais alguns aspectos a respeito da fiscalização exercida pelos órgãos de segurança "não tinha ninguém, depois que descobriram aí começaram, mas assim mesmo não era fixo, [...], eles esperavam e davam uma incerta, e todo mundo era revistado, todo mundo apresentava documento, aí passava dez, quinze, vinte dias... e de novo"[275].

Outro elemento levantado durante sua narrativa é a existência de uma rede de apoio que esperava o passageiro da liberdade do lado oriental. Convidado a refazer seus passos, nosso colaborador narrou que:

> Vem com ponto marcado que passa diretamente lá para loja, aí alguns momentos antes, algum tempo antes nós os recebemos ou eles vão direto lá, [...] se vê a pessoa por identificação, por combinação prévia, vai em tal lugar, fica parado em tal lugar, a tal hora e tal... E dali toca-lhe embora pra beira do rio. [...] eu cheguei a ir uma vez com um Senhor que era de Pelotas, eu não me lembro o nome dele. Eu peguei o cara, atravessamos a praça, caminhando normalmente os dois, descemos ali pelo lado [...] do casarão, do velho, falecido Mario Bretanha [hoje Banco do Brasil], [...] a gente passou ali pela frente, e foi descendo aquela ruazinha ali que é a Marechal Deodoro, lá em baixo, onde tem os prédios antigos, velhos... ali tinha cabaré e aquela coisa, a gente dobrou por ali, foi caminhando... caminhando... caminhando... O cara só com a roupinha dele no corpo, não tinha nada de mala e coisas e troços, [....] Na época vinha de noite, pela noite, caminhando por ali, tinha muito caixeiro viajante, tinha muita coisa, entendesse? E eles também não vinham desamparados assim, se pegassem eles diziam que estavam vindo em uma missão... O negócio era isso aí, e eles iam embora direto. Aí passou, e do outro lado tinha apoio lá também. [...][276].

[274] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[275] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[276] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

Como podemos observar, ao que tudo indica esses indivíduos já vinham com o esquema montado, sendo de responsabilidade da rede de mobilidade apenas viabilizar a Travessia,

> [...] ele veio no caminhão da empresa, aquela que tinha o elefante, [...], o esquema era, eles vinham de caminhão pra cá, [...]. Os caras soltavam ela [a pessoa que faria a Travessia] na cidade, ali em um determinado ponto e aí o cara vinha já sabendo onde é que ele ia. [...] isso aí foi pouco, não foi muito. E depois que eu sai daí parece que isso daí continuou com outra gente[277].

Seu Claudio também nos deu mais alguns detalhes da rede de apoio que estava do outro lado da fronteira, entretanto tratam-se de informações bem superficiais, pois a rede de mobilidade a qual fez parte possuía conhecimento fragmentado das atividades, conforme já havíamos mencionado anteriormente,

> O lado do Uruguai tinha um cara que era professor de Montevidéu, [...], já morreu acho que a muito tempo, que era uma ligação ali em Rio Branco. Ele tinha uma casa muito boa, na beira do rio na ponta ali, que era uma prainha [...] muito bonita. E ele não era suspeito de nada. E a pessoa às vezes ficava na casa dele e no outro dia vinha sozinha e pegava o trem, pois já estava no Uruguai não tinha problemas, [...] podia pegar o ônibus para Melo e ir de Melo para lá... Depois que estava no Uruguai, no auge da democracia, não tinha problema[278].

Entretanto, essa relativa paz durou pouco tempo, e logo começaram a ocorrer "quedas" na fronteira:

> Idis de Lyra Tosca de Freitas e Ermelindo Dias Paixão haviam sido detidos em 9/jan./67, na estação ferroviária de Vargas, próxima a cidade fronteiriça de Rio Branco.
> Foram liberados em 10/jan., em Montevidéu.
> Ao que foi possível apurar, eram "pombos-correios" a serviço de Cândido Aragão[279].

Lembrando que o grupo militar de Cândido Aragão possuía elementos de ligação com o Grupo de Leonel Brizola, o episódio narrado no informe do CIEX repercutiu também na imprensa local, o que nos permite atribuir mais algumas informações sobre o caso:

> Foram detidos pela polícia uruguaia, quando desembarcavam em um trem procedente de Montevidéu, numa parada próxima a Coxilha, os brasileiros Ermelino Dias, de 21 anos, asilado politico residente em Montevidéu e Edí Dalma de Freitas, também brasileira, de 39 anos de idade.
> O casal detido procedia de Montevidéu e, ao que parece, dirigia-se a Rio Branco.
> Os detidos foram recambiados para Montevidéu para averiguações.
> A polícia uruguaia vem guardando sigilo em torno do assunto[280].

[277] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[278] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[279] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior: Índice: Detenção de cidadãos brasileiros no Uruguai. Terrorismo. Asilados p.57. Localização: BRDEFANBSIE 0.0.2.
[280] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed. 14 de Janeiro de 1967.

Embora os nomes da mulher tenham diferença de uma informação para a outra, é bastante improvável que se tratem de pessoas distintas envolvidas em um episódio tão semelhante. Buscamos por ambos os nomes na base de dados do Arquivo Nacional e não localizamos nada a respeito da mesma, já no que diz respeito a Ermelino Dias Paixão foram encontrados dois documentos, sendo que um deles está ilegível. Já o outro se trata de um dossiê da Primeira Auditoria da Marinha que versa sobre o pedido de prisão de Darcy Ribeiro (dez/1968), onde em uma das falas da acusação consta que:

> sendo digno de transcrição este trecho de fls. 9 (Prisão Preventiva Emmanoel Nicoll): "que deseja, neste instante, fazer a seguinte declaração: que o verdadeiro nome do declarante é ACIMAR FERNANDES e não ERMELINO DIAS PAIXÃO" É fato sabido que os agentes comunistas, para dificultar a sua identificação, usam o chamado "nome de guerra", ACIMAR FERNANDES, realmente, usou um nome falso. Tudo isso para escapar à ação policial. Porém, com tal nome foi eleito VICE-PRESIDENTE DA RESISTÊNCIA ARMADA NACIONALISTA (RAN), cujas finalidades era a luta armada no Brasil[281].

Como vimos na abertura dessa unidade, a RAN seria uma organização formada no exílio a partir de uma cisão do grupo militar. Entretanto o dossiê sobre a organização, que tivemos contato, não menciona dentre seus líderes Acimar Fernandes, e ao procurarmos seu nome no Arquivo Nacional a única informação localizada foi que este foi detido na Ilha Grande no começo dos anos 1970, sem menções a sua atuação no exílio.

Regressando aos idos de 1964, a segunda rede de mobilidade pertencente a primeira geração, se articulou ao redor da figura do cônsul uruguaio Jorge Bittar em Jaguarão. Amigo pessoal de Brizola, o mesmo dispunha de sua imunidade diplomática e dos recursos materiais de sua família para a realização dessas Travessias. Essa rede era composta por ele e mais dois funcionários, seu motorista particular e o recepcionista do Hotel Italiano, de propriedade dos pais de Jorge. Sendo esta a rede de mobilidade que em termos cronológicos atuou por mais tempo durante essa primeira geração, ficando ativa até 1967.

O ano de 1967 é emblemático para compreendermos a atuação do grupo de Brizola no exílio, pois após as sucessivas derrotas do projeto insurrecional de seu grupo (Operação Pintassilgo (1964)[282], Guerrilha de Três Passos (1965)[283] e Caparaó (1967)[284]), ficou clara a

[281] Arquivo Nacional. Fundo: FUNDO: Conselho de Segurança Nacional. Localização: BR DFANBSB N8.0.PRO, CSS.253. p. 46.

[282] Tentativa de reedição do Movimento da Legalidade (1961). Presumindo apoio popular-militar, Brizola planejava a tomada do Palácio Piratini, contando com a simpatia da Brigada Militar gaúcha, e a tomada do Quartel da Polícia do Exército. Devido as sólidas bases de apoio trabalhista o levante deveria começar pelo Rio Grande do Sul. Entretanto a missão fora abortada antes de nascer, pois muitos dos emissários destinados a fazer contatos com as bases no Brasil foram pegos pela repressão. Para maiores detalhes ver Leite (2015), cap. 2.

[283] Tida como a primeira movimentação guerrilheira do Rio Grande do Sul, nasceu dos anseios do grupo dissidente do MNR, foi comandado pelo coronel reformado Jefferson Cardim de Alencar Osório e pelos Sargentos Alberi Vieira dos Santos e Firmo Chaves. Entrando pela fronteira em Santana do Livramento o grupo

impossibilidade de estabelecer resistência através das armas. Assim, foram desativados após a derrota do Caparaó os demais focos guerrilheiros do MNR, ocorrendo uma "sensível alteração de ritmo e da natureza das atividades que Brizola vinha desenvolvendo desde sua chegada ao Uruguai" (LEITE, 2015, p.105). Diante da nova conjuntura, Brizola reformulou o seu estado maior e diminuiu o ritmo de emissários que encontrava, reuniões que travava e viagens que realizava. Tal posicionamento desencadeou uma onda de insatisfação entre muitos de seus seguidores, o que não deixou de ser notado e anotado pelos agentes da repressão:

> 1 – LEONEL BRIZOLA está efetuando alterações no grupo de seus seguidores no Uruguai, visando a depurá-lo de elementos que se tem mostrado incapazes para atividades subversivas e clandestinas. Além disso, pretende BRIZOLA dar a impressão ostensiva de que está reduzindo o número de seus asseclas, como demonstração do seu propósito, que anunciou às autoridades uruguaias, de não se envolver em atividades subversivas.
> 2 – Ainda como parte desse (sic) esquema de "bom comportamento" ostensivo, BRIZOLA se transferirá para estância recém-adquirida (sic) (e que ainda não está em seu nome registrada), onde empregará "gente nova", não identificada pela polícia uruguaia com o grupo de elementos subversivos que o cercava até agora. Dentro desse (sic) programa de desvinculação de elementos "antigos" e de pouca valia, BRIZOLA já fez saber a alguns deles (sic) que não mais tem condições financeiras de prestar-lhes assistência.[285]

Todavia, em nada a nova postura de Brizola tinha a ver com "bom comportamento", tratava-se de uma guinada para a linha política de ação, motivada não só pelo fracasso das tentativas insurrecionais, como também, pela conjuntura vivenciada no Brasil e no Uruguai de severa escalada autoritária, bem como, pela vigilância cada vez maior sobre seus passos. Esse conjunto de fatores, ao que tudo indica, levaram o ex-governador a adotar a partir de então, enquanto sua linha de ação, encontros para discussões políticas, sobre tudo após 1968. Em 1969, Brizola esteve com um grupo de políticos gaúchos debatendo a reorganização do MDB no estado, e, ao que parece, a partir de então suas atividades seguiram nessa linha. O último caudilho do Rio Grande voltava a dedicar-se exclusivamente a política partidária (LEITE, 2015).

Embora seja mister mencionarmos a existência desses dois momentos que orientam a ação do grupo político de Brizola no exílio, vamos nos dedicar nesse estudo ao primeiro momento. E, mesmo que tenhamos voltado nossa narrativa inicialmente a esses dois grupos de redes de mobilidade atuantes durante a primeira geração, é de suma importância

---

conseguiu chegar até Foz do Iguaçu, no Paraná, onde foi preso. Para maiores detalhes ver Leite (2015), cap. 2.

[284] O projeto guerrilheiro apoiado por Cuba contava inicialmente com a preparação de três focos comandados pelo MNR: Caparaó, Imperatriz/Marabá e Mato Grosso. O projeto de debilitou rapidamente; faltou armamento, questões logísticas de abastecimento, bem como, dificuldade de estreitamento de laços com os camponeses da região do Caparaó. Assim, envolto em seus próprios erros, no dia 1° de Abril de 1967 os últimos combatentes eram presos pela ditadura. Para maiores detalhes ver Leite (2015), cap. 2.

[285] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior, BR_AN_BSB_IE_002_011 p. 14.

apontarmos que também existem indícios, ainda que muito fragmentados, de outros elementos que compõem uma base de apoio local ao grupo de Brizola durante sua fase insurrecional.

Em julho de 1966 Brizola reuniu-se em Atlântida com um grupo de exilados, dentre os quais estavam presentes: "Paulo Romeu Shilling Schirmer, Atila Cavalheiro Escobar, Lelio de Souza, Neder (possivelmente Ned Neves), um estudante que atende pelo nome de Seron e mais dois cidadãos, e uma mulher não identificados"[286]. Nessa reunião uma das principais pautas teria sido a organização de um levante armado no Rio Grande do Sul, situação sobre a qual Brizola teria dito a Seron e Neder que:

> levassem ao conhecimento do "pessoal do sul", que ele, BRIZOLA, iria encabeçar o movimento armado e pedia a todos que não cometessem loucuras e aguardassem com calma o início da operação. BRIZOLA, disse ainda, que a movimentação de pessoal deveria ser centralizado por Jaguarão-RS, por oferecer maior faixa de segurança[287].

Embora a informação colocada pelo CIEx seja extremamente relevante, uma ressalva deve ser feita a respeito desta. Todos os documentos consultados para esse estudo são classificados quanto A-1, A-2 ou B-1. Esse por sua vez foi avaliado pelo seu produtor enquanto uma informação de categoria C-2, ou seja, sua confiabilidade e fidedignidade eram questionadas pelos próprios agentes que difundiam essa informação. Carlos Fico, em sua obra "Como eles agiam", nos explica melhor o funcionamento desse método classificatório:

> Cada informação recebia uma classificação que distinguia sua confiabilidade. A fonte da informação era classificada com letras que variavam da "A" a "F", de acordo com sua fidedignidade. Do mesmo modo, a veracidade do conteúdo da informação era classificada com notas de 1 a 6. Portanto, uma informação tida como verdadeira e oriunda de fonte altamente confiável recebia a classificação "A-1" (FICO, 2001, p.95).

Diante disso, devemos ter em mente que para a ditadura a informação adquirida sobre o inimigo era fundamental para coordenar a execução de suas operações e estratégias de combate à "subversão", e mesmo que esses regimes tenham sido amplamente pautados na clandestinidade, era característico que a produção de informações e circulação destas se desse dentro de sua lógica burocrático-militar, ou seja, obedecendo a uma cadeia hierárquica (BAUER, 2012).

De toda forma, é inegável o envolvimento de Nede Ribeiro Neves com o grupo Brizola, pois este é apontado em outros documentos produzidos pelo CIEx como "contato de

[286] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. Título – Dossiê. Índice: LEONEL BRIZOLA reúne asilados em Atlântida. P.14. Localização: B R DFANBSB IE.0.0.1
[287] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. Título – Dossiê. Índice: LEONEL BRIZOLA reúne asilados em Atlântida. P.14.Localização: B R DFANBSB IE.0.0.1

Leonel Brizola na área de Jaguarão"[288]. Assim como, é inegável o temor que a ditadura nutria de um retorno de Brizola ao Brasil, diante do qual toda e qualquer movimentação dos exilados que gravitavam ao seu entorno, por mais simples que fosse, era o suficiente para "soarem os alarmes".

A partir dos demais documentos analisados, assim como, tendo em conta a estruturação escalonada do grupo de Brizola, podemos inferir que Nede estava ligado não diretamente ao governador, mas sim através de Eno Cristiano Becker, membro da cúpula do grupo brizolista que mediava a relação entre os dois. O que não quer dizer que Nede não possa ter estado de fato reunido com o grupo que supostamente esteve em Atlântida em julho de 1966. Mas sim que dadas as evidências, acreditamos não ser o contato direto o padrão das relações. Por fim, um informe datado de fevereiro de 1967 aponta que Nede teria se refugiado no Uruguai após a detenção de Becker pelas autoridades daquele país, o que nos leva a inferir uma possível "reação em cadeia" após a primeira queda.

De toda forma, vale pontuarmos que tal importância a ele atribuída pela repressão fez com que não só seus passos como também os de sua esposa fossem vigiados de perto pelos agentes da ditadura. Em informe datado de julho do mesmo ano, o CIEx expõe que: "Zélia Neves, [...] esteve no Rio de Janeiro durante a primeira quinzena de Jun./67. Um filho menor do casal foi deixado por Zélia em Jaguarão (RS) na casa do pai de Nede Neves durante os primeiros dias de Jun./67"[289].

Diante da informação fica evidente a existência de uma base de apoio familiar na fronteira. Entretanto, se o pai de Nede também esteve envolvido em atividades políticas não foi possível apurar com precisão. Muito embora nas declarações prestadas por Severino Beatriz da Silva[290] conste o nome de Nade Lander Ribeiro Neves, indivíduo baseado em Jaguarão e ligado a rede de mobilidade da qual fazia parte Nede Neves. Entretanto, não nos é possível afirmar que se trate de pai e filho[291].

Em sua declaração Severino coloca que:

> Foi convidado pelo Cel. Dagoberto, através de NEDY RIBEIRO NEVES, para ir até o Uruguai, [...] que segundo orientação de RIBEIRO NEVES, o depoente deveria seguir sozinho até PORTO ALEGRE-RGS onde iria descansar da viagem num hotel

[288] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. Dossiê/ Índice: Atividades de asilados brasileiros no Uruguai. Leonel Brizola. Nede Neves. p.17. Localização: BRDFANBSBIE.
[289] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. Dossiê/ índice: Asilados e refugiados Brasileiros no Uruguai. Zélia Neves. Nede Neves. p.3. Localização: BRDFANBSBIE.
[290] Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Fundo: BIB3 201 A 300 BNM. Processo: BNM_233 (59). p. 328- 342.
[291] Um dos colaboradores ouvidos por essa pesquisa, senhor JP, chegou a conhecer Nede, entretanto alegou não ter ciência das atividades políticas outrora desenvolvidas por ele, embora tenha conhecimento de que ele esteve muitos anos vivendo no Uruguai. O mesmo nos disse ainda que Nede pertence a uma das tradicionais famílias da cidade e faleceu há alguns anos. Quando ao parentesco com Nade Lander não soube precisar.

> existente na rodoviária desta capital, que no dia seguinte pela manhã, deslocou-se para o município de PELOTAS-RGS, onde apanhou uma outra condução e deslocou-se para o município de JAGUARÃO-RGS, residência de NADE LANDER RIBEIRO NEVES, que dessa residência partiu para uma granja a margem do Rio Jaguarão, situada no município de mesmo nome e pertencente à família RIBEIRO NEVES, que nessa granja ficou esperando pelo Nedy que lá chegaria com um elemento que também atravessaria a fronteira para o Uruguai; que no final do 3° dia, um carro de passeio foi a tal granja para apanhar o depoente; que então voltou a tal residência no município de JAGUARÃO-RGS; que encontrou com NEDY e que este lhe apresentou um elemento, não sabendo qual o seu nome, que nesta mesma noite foram para o Uruguai [...] que ao chegar em MONTEVIDÉU hospedaram-se num hotel que era custeado pelo ex-deputado Leonel Brizola [...] retornaram ao Brasil fazendo o itinerário inverso[292].

Além da apresentação de outra rede de mobilidade ligada ao grupo de Brizola, é digno de destaque o papel do município de Pelotas nessa rota, pois conforme mencionamos anteriormente a localização dessa cidade enquanto segunda fronteira é uma das chaves que garantem a articulação de uma Travessia de maneira mais segura pela fronteira sul. Também devemos pontuar que outros elementos ligados ao grupo de Brizola se utilizaram desse itinerário para entradas e saídas do país.

É digno de nota as vinculações do grupo de Brizola com a Forças Armadas Revolucionárias de Pelotas (FARP) e também com setores comunistas baseados em Pelotas. Embora se tratem de grupos distintos, ao que tudo indica, a FARP funcionou em algum momento enquanto esquema de apoio às ações do PC no estado. De acordo com Wilson Silva, um dos homens de confiança de Brizola, o esquema de trânsito de pombos-correios foi inaugurado por ele que "havia deixado um entendimento em Rio Branco, na fronteira, e em Pelotas" (SILVA, 1981, p.145). Assim, dois dias depois a uma das primeiras reuniões com Brizola, o Tenente Vermelho rumava para a fronteira: "mandei recado para Porto Alegre e em seguida o companheiro Paulo Melo[293] estava em Montevidéu. Foi nosso primeiro de uma série muito grande de "pombos-correios" com o Rio Grande do Sul" (p.145). Por intermédio de Paulo Melo foram somando outros elementos ligados a ele ou arregimentados pelos seus dentre estes "representantes de um grupo muito aguerrido de Pelotas onde estavam os irmãos Carlos e Paulo Franck – FARP (Forças Armadas Revolucionárias)" (SILVA, 1981, p.148).

A partir desse "entendimento" na fronteira e da atuação da base de apoio em Pelotas,

[292] Projeto Brasil Nunca Mais Digital. Fundo: BIB3 201 A 300 BNM. Processo: BNM_233 (59). p. 328- 329.

[293] Almir Olimpio Melo, entretanto até mesmo nos IPMs aos quais foi indicado figura seu nome de guerra "Paulo Melo". Foi um líder operário atuante na construção civil da zona metropolitana de Porto Alegre. Descontente com os posicionamentos do PC, contrários a luta armada, fez parte de uma das primeiras dissidências passando a integrar o grupo 26 de Março que "ao longo de quase sete anos, teria encaminhado mais de 200 militantes, que atuaram principalmente em organizações armadas em outros estados" (MITCHELL, 2007, p.58). A atividade do grupo foi intensa até 1971, período em que a repressão começou a desmantelar a luta armada, o 26 de Março a partir de 1969 começou a recuar, medida que salvou muita gente. Paulo Melo foi preso em 1973, com o movimento já desativado, enquanto trabalhava como pintor de paredes em Xangri-lá (SILVA, 1981, p.236).

Jaguarão passou a ser ponto na rota de rearticulação do grupo, como podemos observar a partir da análise de alguns documentos produzidos pela repressão:

> [Luiz Carlos Carboni] afirma que logo após a revolução de 1964, passou a fazer parte do grupo ao qual também pertenciam os irmãos Franck, [...]; juntamente com os FRANCK, esteve na Lagoa Mirim para receber armamento que viria do Uruguai, mas não veio; em Jan. 66 foi ao Uruguai, juntando-se ao ex-Ten. JOSÉ WILSON DA SIILVA; realizou duas viagens ao Rio de Janeiro, levando uma mala com panfletos; [...] indo Uruguai, com FRANCK, tomou conhecimento de que iria fazer um curso no estrangeiro, por isso retornou ao Brasil para preparar sua documentação; após retornou a Montevidéu, acompanhado de PAULO, tendo passado por Rio Branco, [...][294].

Em seu prontuário constam outras movimentações do grupo nessa fronteira:

> Pertence a organização subversiva conhecida pro "FARP" [...]; agia como pombo-correio [...] facilitou a transposição da fronteira, em Jaguarão, a elemento subversivo encaminhado pelo seu grupo. Passou na fronteira, em Jaguarão, a mando da organização material pertencente a elemento subversivo [...][295].

E em declaração a 6° delegacia de polícia do Exército, teria afirmado que: "Tenente Wilson teria montado, em conjunto com Paulo Melo, um esquema do qual faziam parte ele (nominado, Lages, irmãos Franck, Hélio Minuto, Lanas e Noeli)"[296]. Realizando uma busca nominal a partir do depoimento de Carboni, encontramos o IPM, datado de 1969, que apura as atividades da FARP no estado. No referido documento, podemos observar outras ações do grupo na fronteira: contra Hélio Minuto, por exemplo, pesam as acusações de "ter ido a Jaguarão buscar armamento, a mando da organização subversiva a que pertencia"[297]. Já contra o ex-vereador (PTB) de Pelotas Francisco Lajes dos Santos consta que: "emissário de Brizola, com quem esteve em vários dias de outubro de 1965, teve grande atuação no sul do Brasil, notadamente em Pelotas e Porto Alegre, visando o preparo da contra revolução"[298].

Como podemos perceber a partir desses fragmentos, haviam ligações bem consistentes entre o grupo de Brizola no exílio e seus companheiros no Brasil, ligações essas que eram facilitadas pelos "entendimentos" deixados pelo Tenente Wilson durante a sua passagem pela fronteira. Entretanto, não foram localizados estudos que se debrucem sobre esses grupos, e o que fizemos aqui foi um breve apanhado dos elementos que os vinculam ao grupo de Brizola, dada a importância pensarmos Pelotas enquanto uma segunda fronteira no contexto das

[294] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações/ Ficha informativa n 11609. p.13. Localização: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_81002735_d0001de0001.
[295] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações/ Dossiê: Luiz Carlos Carboni. p. 4. Localização: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_81002735_d0001de0001.
[296] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações/ Ficha informativa n 11609. p.14. Localização: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_81002735_d0001de0001.
[297] Arquivo Nacional: Fundo/ Comissão Geral de Inquérito Policial Militar/ BR DFANBSB AAJ0.IPM.952. p. 93.
[298] Arquivo Nacional: Fundo/ Comissão Geral de Inquérito Policial Militar/ BRDFANBSB AAJ 0.IPM.952. p. 97.

Travessias. No entanto, frisamos a necessidade de investigações mais aprofundadas que possam preencher essa lacuna na historiografia da ditadura no Sul do Brasil.

Por fim, cabe ainda apontar dois pontos importantes ligados ao esquema de Brizola: O primeiro diz respeito diretamente ao papel dos cônsules na fronteira. Estas figuras foram constantemente vigiadas pela ditadura, sendo apontadas nos relatórios da inteligência como facilitadores da passagem de "elementos subversivos". Seja por simpatias e/ou amizade com Brizola, como foi o caso de Jorge, ou por fortes convicções políticas, como podemos perceber na atuação do cônsul brasileiro José Nogueira Pinto Machado, que na ocasião do Golpe se dirigiu a sede do PTB e "incitou a resistência através de alto falantes"[299]. Machado e Bittar foram afastados de seus postos em 1965; no item que se segue abordaremos suas trajetórias enquanto representantes diplomáticos nessa fronteira.

3.3.1. "Desejo manifestar a Vossa senhoria que estarei sempre a vosso dispor para todo e qualquer assunto": A atuação dos cônsules da fronteira na rede de Leonel Brizola

> *"Por aquellos que cayeron/ No digo nombre ni seña/ Sólo digo compañeros/ […] Papel contra balas/ No puede servir,/ Canción desarmada/ No enfrenta a un fusil./ [...] Libérate, hermano."*
>
> (Daniel Viglietti, 1997)

A posição estratégica do estado do Rio Grande do Sul dentro da lógica da defesa nacional despertou a preocupação dos setores militares diante das constantes movimentações dos exilados no Uruguai. Isso demandou da equipe diplomática situada na zona de fronteira uma severa adaptação à nova conjuntura. Para tanto, em meados de 1964, o ministro João Navarro, diante dos constantes protestos do III Exército, determinou que fosse realizada uma inspeção consular nas repartições situadas na fronteira com a República Oriental do Uruguai e a Argentina. Além de inspecionar os consulados privativos[300] de Rivera, Artigas, Paso de Los Libres, Bella Unión, Salto, Paysandú, Santo Tomé, Melo, Rio Branco e Rocha, a Missão Diplomática também se encarregou de vistoriar os consulados gerais de Montevidéu e Buenos Aires.

[299] Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional/ BR DFANBSB N8. O. PRO, p.2.

[300] Hoje, pelo o que podemos observar, essa nomenclatura está em desuso. Assim as funções consulares se dividem em: 1) Cônsul-geral: o mais alto cargo consular, geralmente residente nas grandes metrópoles; 2) Cônsul (cônsul privativo); 3) Vice-cônsul; e 4) Agente consular. Os vice-cônsules e os agentes consulares exercem suas funções em cidades menores, por vezes sob a jurisdição de um cônsul-geral. Por Jaguarão estar situada em uma fronteira para cá fora designado um cônsul.

Para que possamos entender a gravidade da situação a partir da ótica da segurança nacional, se faz necessário apontarmos de maneira pormenorizada as motivações que levaram a efeito a concretização da Missão. Em 5 de junho de 1964 o Comandante do III Exército, general de divisão Mario Poppe de Figueiredo, encaminhou o oficio 100-E2 ao gabinete do Ministro das Relações Exteriores. No referido documento o general apontava a necessidade de retirada de alguns asilados políticos do Uruguai, bem como, para a urgente substituição de alguns representantes diplomáticos do Brasil em território uruguaio e argentino:

> 1- Constitui motivo de preocupação para o comando do III Exército a atual situação reinante na região fronteiriça e, em particular, na República Oriental do Uruguai, onde os comunistas e refugiados brasileiros gozam da mais ampla liberdade e proteção.
> Frequentemente informes dizem que tais elementos estariam reunidos livremente, em plena atividade conspiratória, visando a uma rearticulação contra-revolucionária, aí incluindo a organização de guerrilha, que se processaria na região lindeira do Rio Grande do Sul. Consta, mesmo, que teriam estabelecido a sua base de operações em Rivera, cidade germinada com Livramento, o que permite o livre trânsito entre os dois países.
> 2- Por tais razões julga o Comando do III Exército, como de toda a conveniência para a segurança nacional, que o governo brasileiro, através do ITAMARATY, atue junto ao governo uruguaio, no sentido de que o senhor João Belchior Goulart e Leonel de Moura Brizola, que se constituem, inegavelmente, nos principais focos de atração de todos os elementos subversivos e agentes do comunismo internacional, deixem aquele país.
> 3- **Julga ainda, o comando do III Exército, necessária a substituição imediata dos representantes diplomáticos brasileiros não identificados com a Revolução ou que tenham demonstrado conduta incompatível com as funções que exercem.** Aí devem ser incluídos os elementos do Consulado Geral de Montevidéu, e mais, pelo menos, **os cônsules destacados em Rio Branco** e nas cidades argentinas de Corrientes e Avelar [...] .[301]

Nesse cenário, a fronteira Jaguarão Rio Branco exercia uma posição bastante peculiar, já que ambas as representações diplomáticas, a seu modo, se colocavam contrárias à nova política brasileira desenvolvendo diferentes formas de oposição. No que diz respeito ao cônsul privativo José Nogueira Pinto Machado[302], citado no oficio do III Exército, esse aparece em outros documentos como: "caudilho do P.J.B[303]. em Jaguarão, grupo brizolista. Por ocasião de Revolução, apesar de cônsul, incitou a resistência através de alto falantes, da sede do P.T.B. Participa ativamente de atividades políticas apesar de sua condição"[304] . Tal posicionamento por si só já justificaria as preocupações do III Exército, tanto que paralelamente aos trabalhos

[301] Ministério das Relações Exteriores, Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano:1964, caixa 35. Grifos nossos.
[302] Natural de Niterói foi eleito vereador em Jaguarão no ano de 1959 pelo PTB, partido do qual era presidente local. Nomeado cônsul privativo em Rio Branco pelo presidente João Goulart, assumiu suas funções em 7 de outubro de 1963.
[303] Não localizamos nenhum indício do referido grupo, e dado ao fato do referido cônsul ser vereador pelo PTB acreditamos que tenha ocorrido um erro de datilografia na fonte.
[304] Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional/ BRDFANBSBN8.O.PRO. Dossiê, p.2.

da Missão o Conselho de Segurança Nacional já estava investigando sua atuação, bem como a dos outros dois cônsules indicados pelo III Exército.

Em ofício expedido em 15 de julho de 1964, o coronel chefe do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional informava o chefe de gabinete do Ministério das Relações Exteriores a respeito das medidas a serem tomadas em relação aos senhores José Nogueira Pinto Machado (Rio Branco), Orlando Jorge de Grazzia (Avelar) e Oly Vargas Fontes (Corrientes):

> [...] pedido feito por aquele Exército, para que essa secretaria geral realizasse gestões junto a este ministério, a fim de conseguir que os cônsules de Avelar, Corrientes e Rio Branco fossem afastados imediatamente suas funções e substituídos pelos Srs. Alcino Brasil Guedes, Ruy Antonio da Silva Costa e Manoel Jose Silveira Nunes, respectivamente.
> Dos entendimentos então mantidos com esse ministério resultou:
> - chamada ao Rio de Janeiro dos Cônsules Jorge de Grazzia, Oly Vargas Fortes e José Pinto Machado.
> - esclarecimentos sobre a atual impossibilidade das nomeações solicitadas, e sugestões a respeito das soluções que poderão ser adotadas. Tendo em vista a solicitação feita pelo Cmt. do III Ex. [...] conclui-se que o Cmt. do III Ex. Ainda tem interesse na transferência dos cônsules Oly Vargas Fortes e José Pinto Machado [...][305]

Infelizmente não conseguimos apurar por que as nomeações solicitadas não poderiam ser realizadas, e, tampouco, localizamos os anexos que são mencionados na sequência do oficio, dos quais muito nos interessava a carta do comandante do 13° Regimento de Jaguarão a respeito da conduta do senhor José Pinto Machado. Entretanto, a partir de outros documentos do SNI novos elementos podem ser elencados. A respeito da sua atuação política na cidade, consta no informe n° 440 de 06 de novembro de 1964 a seguinte informação:

> [...] Em todas as crises político-militares por que passou o país, assumiu atitude de proeminência no município, sempre se revelando atuante e ativo, verdadeiro agitador. [...] Por ocasião da crise politico-militar de 31 de março último, em território brasileiro desenvolveu atividade de resistência, liderando a agitação no município em favor do Sr. João Goulart. Tal fato, mereceu da parte do Cmt. do 13° RC providências visando a sua prisão, fato esse que foi alvo de comentários nos jornais do país (suposta invasão do território uruguaio por tropas brasileiras)[306]. Esteve até o momento foragido, tendo, inclusive, abandonado seu posto como cônsul. [...]
> Sempre alardeou seu prestígio junto a João Goulart e Leonel Brizola, não escondendo suas relações mais íntimas com aquelas duas personalidades. [...] A sua permanência no Uruguai, é considerada como uma afronta pelos revolucionários daquela região fronteiriça do Rio Grande do Sul, sendo temerário em face de suas ligações com os políticos que se acham atualmente asilados em Montevidéu. [...][307]

[305] Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. BR DFANBSBN.8.0.AGB. Dossiê. p. 14-15.
[306] Mencionamos anteriormente uma invasão a cidade de Rio Branco logo nos primeiros dias de abril, esse episódio foi "desmentido" pelo periódico local sob a manchete de "falsos rumores". Não temos como afirmar com total certeza que uma ocorrência tenha ligação com a outra, mas as chances de que se trate do mesmo episódio são bem significativas.
[307] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Dossiê: Jose Nogueira Pinto Machado. p.11-12. Localização: BR DFANBSB. R8.

É mister pontuarmos que muito do prestígio do cônsul em relação aos líderes petebistas se deve a sua extensa trajetória política no PTB. O mesmo informe indica ainda que Machado atuou enquanto cabo eleitoral durante a campanha de Jango à vice-presidência na década anterior. O que fez com que ele fosse nomeado para cargo no Ministério das Relações Exteriores. Quando, posteriormente, assumiu o consulado de Rio Branco escreveu a Leonel Brizola pondo-se à disposição deste:

> [...] desejo manifestar a Vossa Senhoria que estarei sempre ao vosso dispor para todo e qualquer assunto que se relacione direta ou indiretamente com o nosso país ou com Vossa Senhoria pessoalmente. [...]
> Com um cordial abraço ao prezado amigo Dr. Leonel Brizola, com votos de saúde aos familiares, tenho a grata satisfação de enviar-lhe minha comunicação de assunção de cargo no consulado de Rio Branco. De qualquer maneira aqui estou para servir aos amigos. Disponha sempre. Renovo agradecimentos pela valiosa cooperação que emprestou-me[308].

Diante dos laços de proximidade com as referidas lideranças, sua atuação contundente dentro do PTB e sua ferrenha oposição a ditadura, o cônsul foi chamado ao Rio de Janeiro para prestar esclarecimentos. Entretanto, após as acareações o inquérito administrativo foi conclusivo no sentido da não culpabilidade do acusado[309].

Quanto à Missão Diplomática que objetivava apurar *in loco* a responsabilidade dos representantes consulares diante da segurança nacional, essa se deu entre os dias 2 e 21 de julho de 1964. Após o desembarque em Porto Alegre, a comitiva se reuniu com o chefe do estado-maior do III Exército; na oportunidade além de ouvir os militares presentes foi examinada a documentação ali existente. Após esse primeiro contato a Missão seguiu o roteiro: 1) visita ao comando de 7 RCI e inspeção no consulado de Rivera; 2) visita ao comando da guarnição militar em Quaraí e inspeção no consulado de Artigas; 3) visita ao chefe do estado-maior do comando de Uruguaiana e inspeção consular em Passo de Los Libres; 4) inspeção no consulado de Bella Unión; 5) consulado em Salto; 6) Paysandú; 7) São Tomé; 8) visita ao comandante da guarnição de Bagé e inspeção consular em Melo; 9) visita ao comando militar da guarnição em Jaguarão e inspeção no consulado de Rio Branco, visita esta que coincidiu com a ida do cônsul ao Rio de Janeiro; e, por fim, 10) inspeção do Consulado em Rocha.[310]

---

[308] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Informação n°22-2406/76. p. 2-3. Localização: BR DFANBSBNr8.

[309] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p.9.

[310] Ministério das Relações Exteriores, Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

É interessante notarmos que fora descartada a inspeção *in loco* dos consulados de Corrientes e Alvear, mesmo que estes tenham sido apontados enquanto falhos em suas atividades pelo comando do III Exército. A justificativa apresentada no relatório da Missão foi a de que a visita não foi realizada pois os cônsules dessas repartições se encontravam no Rio de Janeiro, assim como o cônsul de Rio Branco, para prestarem esclarecimentos ao Conselho de Segurança Nacional. Entretanto, a visita a Rio Branco foi mantida, o que demonstrara não só a forte preocupação com a atuação de Pinto Machado, como também, a efervescência desta fronteira e o ponto sensível que essa apresentava dentro da lógica da segurança nacional dada a proximidade/ facilidade de acesso ao Uruguai, conforme consta no relatório:

> Embora sabendo que o cônsul privativo em Rio Branco se achava no Rio para ser ouvido pelo Conselho de Segurança Nacional, a Missão Especial fez questão de passar por Jaguarão, a fim de sentir concretamente as condições reais da fronteira, e entrar em contato com o comandante da guarnição local. Na estrada que leva de Melo a Jaguarão pode a Missão Especial constatar grande número de carros brasileiros em trânsito. A maioria apresentava chapas do Rio, São Paulo, Campinas o que leva as autoridades a suspeitarem da ação dos contatos dos asilados. A passagem na fronteira entre Rio Branco e Jaguarão é feita por uma ponte, que facilitaria o controle, mas o aparente pouco caso com que é realizada a fiscalização levanta sérias dúvidas sobre sua eficácia. [311]

O argumento de que faltava esclarecimento aos soldados que realizavam essa tarefa de fiscalizar o trânsito entre os dois países foi uma constante em praticamente todas as cidades visitadas pela Missão. No caso jaguarense, como argumentamos anteriormente, não era apenas a "falta de esclarecimento" dos militares que esbarrava nas necessidades de defesa nacional, os laços extremamente pessoalizados faziam com que nem todos que por aqui passassem fossem parados gerando momentos de maior ou menor controle.

Também foi ouvido durante a visita da comissão a Jaguarão o comandante do 13 RC, coronel Moraes, que revelou:

> Acusações levantadas contra o cônsul em Rio Branco, senhor Pinto Machado. Quanto a vigilância da fronteira, declarou que as operações de contrabando são frequentes, de vez que as autoridades brasileiras não tem condições para exercer a repressão, por falta de equipamento adequado[312].

Mesmo com todas as acusações que pesavam contra a sua pessoa, Pinto Machado foi absolvido do processo administrativo, e ao não ser cassado pelo AI-1, "retornou ao seu posto

[311] Ministério das Relações Exteriores. Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.
[312] Ministério das Relações Exteriores. Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

onde continuou a agir de pleno acordo com os asilados brasileiros em Montevidéu".[313] O que motivou com que fosse "nomeado oficial de chancelaria, nível 18, por decreto de 29 de outubro, encontrando-se atualmente no Rio de Janeiro, aguardando designação para exercer funções subalternas em repartição consular de carreira no exterior"[314], conforme destacou o informe do Ministério da Guerra de n° 11, datado de 14 de janeiro de 1965. Posteriormente a essa data, em 26 de janeiro, a posição do Ministério das Relações Exteriores, atendendo aos insistentes pedidos do III Exército, era de que Machado seria transferido para exercer funções no consulado geral de Val Paraíso[315].

O que, de acordo com informe do ano de 1976, não ocorreu. Nesse documento do SNI são elencadas algumas informações a respeito das atividades de Pinto Machado, majoritariamente voltado para os anos de 1965 e 1966. O documento revela uma estreita ligação e atuação, do então ex-cônsul privativo de Rio Branco, na fronteira:

> Jan. 65- o ex-cônsul José Nogueira Pinto Machado, manteve conversação com o ex-capitão Alfredo Ribeiro Daut em Jaguarão.
> 11 de mar. 65- o nominado, ex-cônsul de Rio Branco, é vereador pelo PTB. Exerce muita atividade nas ligações entre Jaguarão/RS e Rio Branco/ROU.
> Jul. 65- é conhecido em Jaguarão pelo apoio dado aos elementos que mantinham ligações com os asilados. Parece ter prestado homenagem a Daut, quando esse esteve em Rio Branco e Pinto Machado ainda era cônsul [...].
> Set. 65- [...] é muito conhecido em Jaguarão/ RS por suas ligações com asilados na ROU.
> Exerce atividades de ligação entre Jaguarão/RS e Rio Branco/ROU
> Manteve contato com João Candido Maia Neto e Alfredo Ribeiro Daut.
> 20 abr. 66- desde 23 dez. 65 encontra-se em Rio Branco/ROU, apesar de reiterados pedidos ao Ministério para que não mais permitisse a sua saída do Rio de Janeiro[316].

Dois elementos merecem destaque, primeiro Pinto Machado nunca cumpriu de fato o isolamento que lhe foi imposto pelo MRE, no mesmo documento são apontadas frequentes visitas a Bagé, Rio Branco e Jaguarão. Diante disso, ressaltamos que Bagé se destaca por sua proximidade com Melo (ROU), sendo classificada no âmbito da Missão Diplomática pelo então general Garrastazu, comandante da guarnição de Bagé, enquanto um dos "mais ativos centros na fronteira de atividade subversiva"[317], foi também rota utilizada por diversos pombos-correios, conforme podemos observar durante essa pesquisa. O segundo elemento

[313] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p.4.
[314] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p.10.
[315] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p.8.
[316] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_76095648_d0001de0001. p.4-5.
[317] Ministério das Relações Exteriores, Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano: 1964, caixa 35.

que merece ser frisado são os possíveis frequentes contatos entre o ex-cônsul e elementos ligados aos exilados, dentre eles devemos apontar que João Candido Maia Neto e Alfredo Ribeiro Daut pertencem ao grupo brizolista. O primeiro gravita no âmbito dos assessores/ seguidores de Jango em Montevidéu e o segundo é uma das lideranças do grupo militar, estando ligado à Brizola através do MNR.

Não foram encontrados durante essa pesquisa maiores indícios, para além desses apresentados, do envolvimento do cônsul Jose Nogueira Pinto Machado nas Travessias, tal possibilidade não deve ser descartada diante das evidências levantadas a seu respeito. No entanto, não podemos afirmar que tenha pertencido ou auxiliado alguma rede de mobilidade atuante no referido espaço. Por outro lado, o mesmo não pode ser dito a respeito do cônsul uruguaio Jorge Bittar.[318]

> Conheci o Bittar, ele nos dava muito apoio! Era uma família ali de Rio Branco, eles tinham na época um hotel [inaudível] Hotel Italiano. O Bittar, se eu não me engano o nome dele era Jorge Bittar, ele era o cônsul do Uruguai aqui em Jaguarão. Ele tinha um irmão que tinha uma farmácia, que nós chamávamos ele de Nanito. O cônsul este.... Meu Deus!! Deu uma mão muito grande para todos nós! Ele era um dos caras que dava um apoio de estrutura para gente que passava ali em Rio Branco, inclusive de dinheiro para mandar... Na época tinha um trem, carro a motor, que sai aí da Ponte, certo? E que ia pra Montevidéu. Muitas vezes tinha gente que não tinha condições financeiras, essas coisas e ele dava um jeito, e em muitas coisas. Inclusive, eu fiquei sabendo que depois que eu sai daí ele continuou atuando muito[319].

Embora pertencentes a redes de mobilidade distintas, o cônsul Bittar devido ao seu prestígio social e imunidade diplomática se configurava enquanto uma figura "insuspeita" ao menos em um primeiro momento. Isso fez com que pudesse auxiliar outras redes para além do esquema que mantinha para a Travessia dos indivíduos do grupo Brizola.

> Esse cara era um fenômeno, mas o trabalho dele de maneira alguma era vinculado conosco, era outra esfera, [...] Esse cônsul aí fez proezas, inclusive esconder gente no consulado [...] muita gente inclusive dormiu ali dentro do consulado, pessoas que estavam fugindo, que estavam passando para o Uruguai, algumas pessoas eu sei que dormiram lá, que ele escondia. [...] Mas o cônsul Jorge Bittar tu podes escrever em teu trabalho, eu vi eu estava lá, ele foi um baluarte quem sabe o maior baluarte que teve aí, assim, estratégico, com dinheiro com tudo... Ele era na realidade amicíssimo do Jango[320].

[318] Não conseguimos apurar muitas informações a respeito da trajetória pessoal e profissional do Sr. Jorge Bittar. Ao contrário do ocorrido com o cônsul José Nogueira Pinto Machado não constam muitos informes e relatórios a respeito da atuação de Bittar. O que podemos apurar a partir da oralidade dos moradores locais é que o mesmo descendia de uma família de libaneses e que seus pais já possuíam o Hotel Italiano há algum tempo, o que fez com que a família gozasse de estreitos laços com a comunidade local.
[319] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.
[320] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

Embora, eles não atuassem dentro do mesmo grupo, como deixou claro o Sr. Claudio. Existem elementos de conexão esporádicos que unem o trabalho dessas duas redes, conforme recordou nosso colaborador:

> Eu me lembrei de um que foi pombo-correio nosso, ele ajudava conosco, só que eu não sei o nome, era um uruguaio, ele já morreu, o apelido dele era Chanchito, [...] ele era uma figura sensacional [...]. Era empregado do cônsul, trabalhava com o cônsul. Prenderam ele aqui em Camaquã, ele veio trazer um negócio aqui para o seu Adão Barbosa, líder politico da época, veio do Uruguai pra trazer um troço que tinha pra ele lá, [...] e a polícia seguiu e prenderam ele aqui em Camaquã. [...] Quem prendeu ele foi a polícia, pois em Camaquã não tem Exército, foi a polícia civil. [...] Deram um surra no pobre do Chanchito, depois ele contou para nós. Então, depois ele não pode mais entrar em Jaguarão, o cônsul podia por conta da imunidade diplomática. O Chanchito era, como é que se diz..., um pau mandado dele [do cônsul], ele não era funcionário do quadro, ele ganhava um dinheirinho ali de expediente, [...]. Ele era companheiro, era de esquerda, podia confiar nele.
> E tinha um outro também, um castelhano que era chegado até o cônsul, tratava nós muito bem, era o castelhano Paloma [...] morava lá na coxilha, o Paloma era bom de barco e ele nos ajudou algumas vezes a passar o pessoal de noite, ele conhecia um ponto do rio lá, que tinha uma entradinha por dentro, do lado do Uruguai, [...] era um cara mais velho do que nós. Mas o cônsul esse, com certeza foi importantíssimo!! Já na nossa época ele era atuante, depois que eu sai dai, [...], eu sabia do papel dele que ele continuava junto trabalhando, até que estouraram ele também, né, pegaram lá e deram queixa para o governo do Uruguai, mas eu não sei direito como é que foi o negócio [...][321].

Quanto ao episodio da prisão de Chanchito, o senhor com que ele foi a Camaquã levar uma encomenda era um dos donos da Mobiliar Jaguarão, uma expressiva liderança petebista conectada a Brizola. Possivelmente o episódio narrado aconteceu depois da prisão dos funcionários da loja em Jaguarão, que já foi abordado no item anterior do capítulo, isso explicaria porque a mensagem vinda do Uruguai chegou por intermédio da rede ao redor do cônsul e não diretamente pela loja.

Outro ponto que merece ser frisado é a importância de se conhecer os pormenores da região, fator que facilitava consideravelmente a realização das Travessias. Vale lembrar, também, que as formas de atuação desses grupos não eram estáticas, eles agiam de acordo com a demanda. E que dado aos fatores de conexão entre eles como, por exemplo, vínculos com o PTB com trabalhistas locais e no exílio, conexões com o grupo Brizola, entre outros, o trabalho em conjunto por vezes fora inevitável e fundamental para a realização do objetivo final. Essa ligação entre eles se configura enquanto mais um dos elementos de separação entre a primeira e a segunda geração de redes de mobilidade. Pois nesse cenário, pelo que podemos observar no curso dessa pesquisa, a segunda geração não se conecta a nenhuma outra rede local.

[321] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

Mesmo que houvesse alguns momentos de relativa calma à medida que as forças de segurança relaxavam os controles, essas Travessias estavam longe de serem simples, e ao longo dos anos elas se tornaram cada vez mais perigosas e arriscadas, fazendo com que as redes locais necessitassem ir aperfeiçoando seus métodos. Nesse cenário, o governo ditatorial estava em alerta, seus olhos voltados principalmente para Montevidéu, Atlântida e para as fronteiras gaúchas. Índio Vargas, um dos muitos pombos-correios de Brizola, relata em suas memórias esses momentos de tensão:

> Os companheiros que necessitavam entrar no Uruguai tinham que valer-se de todos os artifícios possíveis e imagináveis, além de uma boa dose de coragem e desprendimento. Barreiras em todas as estradas que davam acesso ao território uruguaio. Só pessoas muito experientes, munidas de senhas e dentro de esquemas existentes nas cidades de fronteira, conseguiam chegar a Montevidéu, onde estava o grosso dos exilados. Para atingir Atlântida, a coisa era ainda mais complicada (VARGAS, 1981, p.36).

O episódio narrado por Vargas se refere a atmosfera do ano de 1967, após o fracasso do Caparaó, entretanto desde os primeiros dias após o Golpe as redes de mobilidade atuantes em Jaguarão/ Rio Branco desempenharam, por vezes, Travessias tão elaboradas que seriam dignas de roteiros cinematográficos.

Em entrevista a Ruschel (2011), Índio Vargas se referiu a essas dificuldades de realizar a Travessia e as estratégias empregadas pelos atores locais para a garantia do êxito da passagem,

> Esse contato é, e era muito difícil fazer porque, chegava a um ponto de eu ir até Jaguarão, em Jaguarão o Brizola tinha um esquema com o Cônsul do Uruguai em Jaguarão, e eu entrava na mala do carro do cônsul que atravessava a ponte, isso eu me lembro [...] era muito amigo do Brizola, que tinha todos os esquemas, né? (VARGAS, apud. RUSCHEL, 2011, p. 239).

Também faz menção ao "esquema do cônsul" o sargento Amadeu da Luz Ferreira, um dos comandantes militares da Guerrilha do Caparaó. Segundo relatou em entrevista a imprensa paranaense, os sargentos que estavam envolvidos nos preparativos para o levante estiveram em contato com Brizola durante todo o tempo, primeiramente em Montevidéu, e, também, após seu confinamento em Atlântida,

> [...] Para chegar ao Uruguai, Brizola tinha um esquema de fronteira que utilizava o cônsul uruguaio em Jaguarão (RGS). Conta Amadeu Felipe que nesse consulado o viajante que, ao invés de pedir visto de entrada no Uruguai apresentasse uma senha, era imediatamente conduzido a uma porta secreta a uma garagem totalmente fechada. Dali, no porta-malas acolchoado do carro americano do cônsul, o clandestino entrava no Uruguai, sem revista na ponte. No outro lado o carro entrava em outra garagem fechada de um hotel do esquema e o viajante ficava em um apartamento, já como hóspede. O ex-sargento Amadeu Felipe viajou assim diversas vezes[322].

[322] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento da polícia federal. BRDFANBSBZD. p.5.

Infelizmente por motivos de saúde[323] não foi possível apurar maiores detalhes desse esquema de saída a partir da percepção do militante Índio Vargas e do ex-sargento Amadeu Felipe. Cabe aqui ressaltarmos, o quão relevante seriam suas narrativas para delinearmos alguns pormenores dessa rede, pois são poucos os *passageiros da liberdade* a fazer uso da mesma de que, até o presente momento, temos conhecimento da verdadeira identidade. Já que devido ao clima da época e a própria dinâmica da clandestinidade essas informações eram preservadas no contato entre os passageiros e a rede.

Podemos dizer que um dos primeiros a inaugurar essa rota, ou quem sabe seja ele um dos articuladores do esquema com o cônsul Jorge, foi o tenente Wilson[324]. Em seu livro de memórias o "Tenente Vermelho", relata sua partida para o Uruguai se aproveitando de um relativo "afrouxamento" da fiscalização lá pelos idos de vinte de abril. Entretanto, mesmo com a aparente "calmaria" fora de suma relevância a atuação das redes locais para a Travessia na região,

> Em Pelotas, estudamos as opções: Chuí, Livramento ou Jaguarão. A melhor solução foi a última, apesar dos muitos postos de controle das forças de segurança, que já estavam relaxando, até mesmo porque muitos de seus integrantes não tinham grande convicção do que faziam. Fui conduzido às proximidades da fronteira pelo meu cunhado e amigo Giazone, conhecedor da região. (SILVA, 1987, p.130).

Uma vez em território uruguaio, Wilson Silva ficou hospedado no Hotel do Cônsul[325], onde segundo ele já havia outros brasileiros. Esse episódio aconteceu no final de abril de 1964. Nesse curto período em que esteve na região, o militante aproveitou para fazer contatos em Pelotas e Rio Branco, com o intuito de possibilitar intercâmbios entre a comunidade de

[323] Como discutimos anteriormente, esse pode ser apontado como um dos percalços que devem enfrentar os historiadores orais, uma vez que a dimensão orgânica da vida humana por vezes interfere de maneira significativa no processo de construção das fontes, silenciando vozes e obscurecendo passagens que não podem ser recuperadas de outras formas. Amadeu Felipe faleceu em junho de 2021 e Índio Vargas em junho de 2022, durante as correções finais dessa dissertação. No link a seguir é possível acompanhar o retrospecto da trajetória política de Amadeu Felipe: https://www.folhadelondrina.com.br/politica/morre-em-londrina-o-ex-militante-amadeu-felipe-3085205e.html. E na matéria que segue, as homenagens prestadas pelos colegas trabalhistas à Índio Vargas: https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/morre-%C3%ADndio-vargas-um-dos-fundadores-do-pdt-1.836867. Indio, chegou a ser procurado para essa pesquisa, porém já se encontrava com a saúde debilitada.

[324] Gostaríamos muito de ter ouvido o Sr. Wilson da Silva para essa pesquisa, já que dado a sua posição de destaque dentro do estado maior do grupo de Brizola o Tenente Vermelho fez inúmeras viagens pelas fronteiras do estado. Seria enriquecedor ter ouvido suas memórias, inclusive os por menores dessa passagem relatada em seu livro. Entretanto no projeto inicial dessa dissertação não pensávamos em mergulhar tão fundo na primeira geração de redes de mobilidade, tampouco, na atuação do grupo Brizola. Wilson da Silva foi assassinado em sua residência em dezembro de 2021 devido, ao que tudo indica, a uma tentativa de assalto a qual o mesmo reagiu. A matéria completa pode ser acessada em https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/capitao-que-tentou-reagir-ao-golpe-de-64-e-assassinado-em-porto-alegre-pc-do-b-lamenta-368557/. José Wilson da Silva presente!

[325] Nesse ponto há uma incompatibilidade de informações nos relatos, sabemos pela oralidade dos Jaguarenses que o Hotel de propriedade da família do Cônsul Jorge Bittar era o Hotel Italiano, quando ao Hotel Arequita apontado por Silva como sendo o "Hotel do Cônsul" não foram encontrados outros registros.

exilados em Montevidéu e as forças de apoio no Brasil. O cruzamento de fontes nos permite inferir que um dos "entendimentos" deixados por Silva em Rio Branco foi o Cônsul uruguaio.

Aproximadamente no mesmo período em que Silva esteve hospedado no Hotel Italiano um fato curioso sacudiu os ânimos na fronteira. Conforme mencionamos no capítulo 2.2.1 desse estudo, ocorreu em abril de 1964 uma suposta invasão de setores militares brasileiros a Rio Branco. Tamanha foi a proporção do murmúrio local que foi preciso o jornal *A Folha* vir a público no intento de desfazer os "falsos rumores". O curioso nisso tudo é que motivos para tal invasão existiram; como podemos observar nessa unidade foi dada voz de prisão ao cônsul brasileiro no Uruguai. Entretanto, segundo José Wilson Silva alguns brasileiros já se encontravam do lado de lá da fronteira, e possivelmente alguns destes já figuravam nas listas da repressão, o que só solidifica a tese da invasão.

Ao mesmo tempo, o mais interessante nisso tudo, é que em outubro do mesmo ano o cônsul Jorge Bittar resolveu denunciar ao chanceler uruguaio as "frequentes violações do território uruguaio por soldados brasileiros"[326]. Entretanto, com base no mesmo documento, o embaixador brasileiro no Uruguai, Pio Correa, conseguiu reverter à situação gerada pelo cônsul, passando assim de acusado a acusador diante do chanceler:

> A entrevista realizada a 15 do corrente, visava a permitir ao chanceler uruguaio mostrar ao embaixador do Brasil telegrama recebido do cônsul daquele país em Jaguarão denunciando incursões de elementos do Exército e da Brigada Militar brasileiros sobre território uruguaio.
> Ao embaixador do Brasil pareceu estranho que infração tão grave partisse do representante consular instalado em território brasileiro e não de autoridades uruguaias em Rio Branco, foco das alegadas violações, e que poderiam com facilidade controlar o movimento de tais incursores. Solicitado a pormenorizar a informação para que se procedesse a uma rigorosa apuração do fato no Brasil, o chancelar uruguaio acabou por recusar e taxou o cônsul em Jaguarão, textualmente, de louco e com respeito a sua acusação disse "provavelmente tratar-se de fantasia".
> Ainda nessas circunstâncias, o embaixador Pio Correa insistiu no sentido de lhe serem prestados esclarecimentos completos, "pois o Brasil não pode deixar pairar uma acusação tão grave sobre suas tropas policiais". Outrossim, cumpriria responsabilizar a quem de direito se a acusação é verdadeira, ou seu autor, se falsa[327].

Como um castelo de cartas a aparente blindagem ao redor de sua figura durou pouco tempo, e logo o cônsul uruguaio passou a ser vigiado de perto pelos setores militares destacados para a fronteira. Conforme nos relatou seu motorista, Senhor 057:

> eu vinha com a guriazinha de sete, oito anos [dele], o cônsul mandou comer sorvete aqui em Jaguarão, e trazia no carro a cuidadora. Quando chego na alfândega tinha um sargento, Coto, "boa noite, sargento!" E ele não me deu muita bola me tratou

[326] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. p.25.
[327] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. BR DFANBSB Z4. p.26-27.

> como cachorro, pegou a cruzeta e rebentou a cruzeta contra a calçada. E o meu ver. O meu sistema de ser achei um troço meio desagradável a reação de um sargento militar fazer isso diante de um carro oficial, como tu vai fazer isso diante de um carro oficial, arrebentar a cruzeta contra a calçada! Achei o caso meio estúpido, aí eu passei, passei e olhei pro espelho e ele ficou conversando com um soldado ali.
> Eu dei o sorvete pra guria, aí eu voltei pra trás e ia entrar na ponte, e digo *no!* Eu não vou entrar na ponte. [...]. Eu cheguei no consulado, na *Baron* do Rio Branco ali, desci do carro, entrei pra dentro, peguei o telefone e conversei com o cônsul no Uruguai, chamei no telefone "*Jorge, hay uno soldado arriba de puente llamado Coto*," e houve isso, isso e isso... "*Jorge, dejo revisar el auto o no dejo revisar el auto*?" O cônsul tinha uma chave e eu tinha outra, se furava um pneu eu tinha como me defender e abrir a mala do carro. Só ele que podia abrir a mala do carro ou eu.
> DGG- e o que mais tinha na mala do carro?
> 057- [...] não tinha nada. "Jorge, *va a* passar isso e isso *arriba del puente. Me van a querer revisar el auto, dejo revisar o no dejo revisar?*" [ao que o cônsul respondeu:] *"No deja revisar!"* Disse "*me van a llevar preso, Yo estoy com su hija"* "*No importa! Yo te saco! […] No deje revisar*!" [...].
> Entrei na ponte, quando chego na alfândega o homem esta me esperando, o mesmo, me pego o grito, e assim como encostei na cruzeta [inaudível] mal educado "o senhor tem que abrir a mala do carro" [e eu disse para ele] "eu não vou abrir mala do carro, porque eu não tenho a chave do carro [...] quem tem a chave do carro é o cônsul. Se o senhor quer abrir a mala do carro vamos a Rio Branco falar com ele, e ele te abre a mala do carro, mas eu abrir a mala do carro não abro! E eu perco meu serviço?" Expliquei bem pra ele, já meio brabo com ele [...] [ao que o sargento ordenou:] "Cabo, recolhe para o quartel!" Me fizeram dar ré encima da ponte e ir para o quartel. [...] Tivesse abrido a mala pra não me incomodar! [...]
> [quando chegou o Cônsul] "vocês querem ver a mala do carro? Ele não pode abrir a mala do carro, se ele abrir a mala do carro eu corro com ele, ele não pode tocar essa mala, o único que pode abrir essa mala sou eu, se ele fura um pneu tem que me chamar que eu vou lá onde esta ele pra abrir a mala do carro, ele não tem direito nenhum de abrir essa mala." Meteu a mão no bolso, mas primeiro me perguntou se não tinha nada, e eu não tinha nada, meteu a mão na chave abriu assim. Pra tu ver o grande que era que dava quatro pessoa deitada. [...] E ai foi que não deu mais! [...] Foi só dessa vez que quiseram abrir a mala do carro, eu não deixei e se formou o bochincho[328].

Embora extensa, é importante que transcrevamos essa passagem de forma quase integral, primeiro pela riqueza de detalhes com que o episódio foi narrado, e segundo porque é justamente nesses mínimos detalhes que se encontram as peças chave para a nossa análise. Os cônsules gozam de imunidade diplomática, logo o carro oficial devidamente registrado tem livre circulação mesmo que o diplomata não se encontre em seu interior. Assim, a postura do sargento em se aproveitar da ausência de Jorge no veículo e exigir ao seu funcionário a revista do automóvel demonstra que um certo nível de desconfiança já havia se instalado entre os setores militares locais, que aparentemente só estavam esperando uma oportunidade de fazer isso de uma forma que trouxesse menos prejuízo as relações entre os dois países, ou seja, em um momento que o cônsul não estivesse presente.

Outro elemento interessante de ser analisado é a indicação de que no porta-malas do carro caberia até quatro pessoas, frase essa que pareceu estar solta no relato de nosso

[328] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

colaborador, mas que muito nos diz sobre o tipo de atividade a qual o carro oficial também se prestava, pois vai ao encontro das informações postas pelo sargento Amadeu Felipe sobre o esquema do cônsul.

Ao mesmo tempo, as suspeitas por Bittar despertadas não afetavam apenas setores militares locais, os órgãos de informação da ditadura também estavam com seus olhos voltados para a pessoa do cônsul uruguaio. Em telegrama datado de abril de 1965 o embaixador brasileiro no Uruguai, Pio Correa, assinala a necessidade de substituí-lo devido a sua atuação nas Travessias, "documentos em meu poder, inclusive depoimento escrito de testemunhas direto, provam a cumplicidade do então cônsul uruguaio em Jaguarão, no trânsito clandestino de asilados brasileiros pela fronteira"[329].

Ao encontro da informação levantada pelo embaixador, vai o relato do sargento Amadeu Felipe: "o esquema foi descoberto pelas Forças Armadas do Brasil, mas jamais tornado público. Numa das prisões de alguns que haviam conhecido o sistema, houve delação e o cônsul foi removido pelas autoridades de seu país para a fronteira com a Argentina"[330].

Assim, em junho do mesmo ano Jorge Bittar Abdala deixava de vez o Brasil, o mesmo usou o jornal local para se despedir:

> Al ausentarme de esta hospitalaria ciudad para desempeñar las funciones de mi cargo en la ciudad de Concepción del Uruguay. Provincia de Entre Rios (Rep. Argentina) y en la imposibilidad de hacerlo personalmente, quiero por intermedio de esta prestigiosa hoja "A Folha" saludar muy cordialmente a autoridades y pueblo yaguarenses, así como las autoridades y el pueblo de Arroyo Grande y Herval do Sul; y muy especialmente a todos aquellos que me honraran con su amistad, quedando a sus gratas ordenes en el consulado de Uruguay en la ciudad argentina[331].

Com a partida do Cônsul as Travessias continuaram a serem feitas pelo seu motorista, que sendo um dos taxistas da praça central de Jaguarão, tornou-se o contato direto de Brizola na fronteira,

> Por intermédio do cônsul uruguaio conheci o Brizola, sem saber quem era, porque o cônsul me levou para Montevidéu e me disse: "eu vou me embora de *Yaguarón* para o Líbano e vou te deixar com *una* pessoa, de motorista dessa pessoa". E eu não sabia quem era. [...] Ai conheci o Brizola e ele disse: "Eu quero que o senhor seja meu motorista na fronteira, porque não tenho alguém de confiança como o senhor que conhece todas as passagens dessa fronteira. Eu preciso do senhor para me fazer as compra de comestível, para passar alguma pessoa conhecida como táxi..." E foi e me comprou um carro, Brizola me comprou um DeSoto, marca DeSoto americano. E eu trabalhava como taxista com um carro de praça e fiz a minha vida com esse carro, me casei tive má sorte, *no!* não deu certo [...][332].

[329] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de Segurança de informações do Ministério das Relações Exteriores. Dossiê: Asilados Brasil/ Uruguai. p. 157. Localização: BR DFANBSB Z4.rex. adp.60.
[330] Arquivo Nacional. Fundo: Divisão de inteligência do departamento de policia federal. p.5. Localização: BRDFANBSBZD.
[331] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1965. Ed.10 de Junho de 1965.
[332] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

Assim, nosso colaborador, Senhor 057, foi um dos responsáveis por manter o restante do esquema ativo. Segundo nos relatou, ao partir o cônsul deixou a disposição de Brizola o esquema por ele montado, o qual era executado na fronteira por nosso entrevistado e um senhor de nome Rija[333], que era recepcionista do Hotel Italiano:

> O cônsul mandava falar com o secretário dele [...] Rija foi secretário do Hotel Italiano, ele que recebia as pessoas... [elas] tinham meu endereço, vinham direitinho onde eu morava [risos] [...] já tinham um esquema. Tu sabes como se chamava o Brizola para mim? Tem código isso. [...] se chamava Jenevino, Feverino, Marcelino e todos os nomes dos meses que ele mandava a pessoa indicada pra mim. Se tu vem de parte do Brizola: "venho de parte de seu Feverino e eu quero que o senhor me passe", ou Marcelino...
> DGG- Conforme o mês que a pessoa chegava?
> 057- Que chegava a mim o nome da pessoa que trazia na [boca?] pra me dizer que era ele que me mandava [...]. Sabiam que no Hotel Italiano me chamavam [...] telefonavam pro Rija no Hotel Italiano e ele me chamava por telefone.
> DGG- E se precisasse se hospedar? Se hospedava no hotel, se não desse pra passar?
> 057- Claro, claro, passava a noite no hotel, ou o que fosse pra poder passar.
> DGG- E o Rija era o único que sabia?
> 057- O único que sabia era o Rija [...][334].

Sobre as múltiplas formas de fazer a Travessia nosso colaborador recorda que, por vezes, essa foi realizada fazendo uso da lógica cotidiana do lugar através do rio, "era embaixo da alfândega ali, [...] descia com um chapéu de palha, uns caniços, ia recolhendo a linha, levantava a linha.... e ia indo, [...] até chegar lá"[335]. Outras vezes quando as condições fluviais não eram favoráveis, se fazia necessário usar a criatividade e contar com uma boa dose de sorte:

> Chegaram três caras e não tinha como passar, o rio estava cheio, por isso não dava pra passar. Estudei, estudei, estudei... "vocês sabem andar de bicicleta?" [ao que esses teriam respondido afirmativamente:] "Sim, sabemos andar de bicicleta". Muito bem aluguei três bicicletas: "prestem atenção no que vou dizer para vocês, a alfândega é assim e tem uma escada que sobe assim debaixo pra cima da ponte. Quando vocês chegarem na escada, bem pertinho da escada, eu vou chegar atrás de vocês, aí eu vou pegar umas freada forte, vou arrastar a roda do carro, e vocês se mandem" Porque quando eu arrastasse a roda do carro todo mundo ia olhar para o carro, o que aconteceu com o carro, alguma pechada? E os três passavam. Eles iam daqui pra lá, e eles passaram. Não tinha jeito e eu fiz eles passarem, todo mundo olhou para o carro, porque eu dei umas freadas fortes, arrastou as rodas, alguma coisa aconteceu [...] aí cheguei na alfândega e tinha um capitão ali: "Aqui encima da ponte tem que andar devagar!", "É, o tarado aqui se atirou pra cima de mim", era mentira [risos][336].

Outras vezes fora necessário muito sangue frio e nervos de aço para transportar o alto escalão do Grupo Brizola:

[333] Mesmo com todas as indicações fornecidas pelo nosso colaborador, não conseguimos localizar esse senhor.
[334] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.
[335] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.
[336] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

> veio um coronel e um major, lá de cima, [...]. Eles passaram por lá, Bagé, Aceguá, Melo, Montevidéu e porque que não voltaram por lá? *No*, voltaram por aqui, chegando no hotel me chamaram que vinham dois homens querendo voltar comigo. Eu fui lá, "seu Jose, nós viemos da parte de Leonel Brizola, nós temos que passar hoje pro Brasil, agora" [diante da solicitação nosso colaborador respondeu:] "não, não pode, hoje não dá, não tem jeito, de que maneira vou passar vocês?" [mesmo assim, os passageiros insistiram:] "não, nós temos que passar de qualquer jeito!" [inaudível] [...] sentei um aqui e o outro assim num wiki 8 cilindros, um wiki
> DGG- Isso no carro de praça?
> 057- *si, si* era de praça sim, um Wiki, sentei um assim outro assim, fechei a mala e passei chave na mala. [...] não pensei em nada, seja o que deus quiser. Ali bem na esquina da ponte, o carro faz assim [curva] e entrava na ponte, digo "vamos entrando na ponte", conversava com eles dentro do carro porque eles estavam na mala, digo "estamos chegando na alfândega brasileira", "estamos na metade da ponte", e eles estão dentro do carro, "por favor, não vão tossir e espirrar". Parei o carro abri o capo, ali na cruzeta e "hei, psiu, documento!" abria o carro, dava arranque e xingava o carro, dava arranque e xingava o carro, dos nervos que tinha xingava o carro, e não ligava a chave, não ligava a chave, e digo "bah, sargento! Me da um empurrãozinho, *no más,* que ele se afogou, assim pega rápido [inaudível]" eu não sei, eu fiz tanta coisa... a metralhadora batia no porta-malas, pá, pá, pá! [enquanto o sargento empurrava o carro] soltei a embreagem e sai. Ai por essa estrada velha que ia a Pelotas, lá no local [Carlos Marques?] desci eles, ai abri a mala, abri a mala olhei para eles, eles estavam brancos, digo "hei companheiro! tão muito assustado?", eles desceram do carro se limparam a roupa "Seu [057], não tem na face da Terra um homem como você, você é frio, você é uma pessoa fria [...] já tinha me dito o Brizola quem era você e eu não acreditava, agora acreditei"[337].

Segundo o sargento Amadeu muitos dos militares pertencentes ao grupo de Brizola e que estavam envolvidos nas tentativas de insurreição aqui no Brasil se utilizaram do esquema do cônsul para transitar entre os dois países durante as tratativas para o levante.

Outra passagem que merece destaque, dentre as muitas histórias do Senhor 057, é a Travessia da primeira-dama Maria Thereza Goulart numa de suas muitas vindas clandestinas ao Brasil:

> ela veio de Montevidéu direto ao Hotel e o Rija me chamou, [...], eu passei ela vestida como mulher da rua, bem pintada, porque ela saiu toda em ouro, aqui [braços e mãos] era tudo de ouro, tudo. [...], mandei tirar todas as joias e se botar como mulher da vida, bem pintada como mulher da vida, que botasse num saquinho de náilon dentro da *cartera* [bolsa] [...]. Fui usar *una mini falda*, por aqui assim, cruzou a perna, encostou a cabeça em mim [ombro] e entramos na alfândega [...]. E lá estavam uns conhecidos "[nome dele] tudo bom?" "tudo bom?" "E [nome dele], quem é?" "Ah, que tu quer com meu peixe, tchê?!" [...] "pomba, tchê! Não posso mais contigo, bah!" [risos] passei ela.
> DGG- e levou ela até onde?
> JF- Até o mesmo lugar que passei os dois, coronel e major, deixei ali porque ali passava o ônibus da Rainha [...] tá aí ela subiu no ônibus e se foi "tchau! Felicidades", nunca mais vi ela[338].

Como é próprio do oficio do historiador, buscamos na biografia da primeira-dama (WILLIAM, 2019) algum indício a respeito desse episódio, entretanto das inúmeras viagens clandestinas que ela fez essa em específico não foi mencionada no livro. Por outro lado, em

[337] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.
[338] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

conversa informal com seu biógrafo, este nos revelou ser bem possível que ela tenha feito uso dessa rota, o que nos leva a questionar como uma das mulheres mais conhecidas do Brasil passou despercebida? Uma possível explicação para isso pode estar na distância de Jaguarão dos grandes centros urbanos, o que fazia com que a variedade de produtos de imprensa fosse bem limitada. Outro elemento que pode ter contribuído para isso é a baixa qualidade das imagens de impressos na época. Estas, eram imagens muito granuladas que distorciam a imagem das pessoas. Ao mesmo tempo, diante dessa conjunção de fatores, uma pessoa afirmar com toda certeza que passou a primeira-dama é um relato muito forte, dado ao fato de que Brizola e Jango são os nomes do ideal de resistência daquela época, o que pode fazer com que essa narrativa esteja permeada de ucronismos. De toda forma, não estamos aqui para julgar tal Travessia como "verdadeira" ou não, mas sim para questionar todos os ângulos dessa memória.

Outro aspecto interessante apontado nesse relato é o fato de que por estar acompanhada de um taxista conhecido na cidade, e que era "amigo" dos guardas na alfândega a passageira não precisou mostrar seus documentos quando eles foram parados na barreira. Mais uma vez, a lógica do viver no interior, das relações pessoalizadas se sobressai à frieza da letra impressa dos decretos que ordenavam uma estreita vigilância sobre nossas fronteiras.

Questionamos também nosso colaborador até onde eram levados esses *passageiros da liberdade* quando rumavam para o Uruguai e a frequência com que ele era procurado:

> muitas vezes levava a Melo, aí agarravam a Onda[339] e se iam embora [...]
> DGG- e com que frequência o senhor era procurado?
> 057- Assim dois, três meses... Não era muito seguido, *no* [...] na madrugada que se passava o pessoal, pois não havia nada na alfândega[340].

Novamente aparece outro dos motivos de preocupação para as forças da repressão. Pela falta de pessoal, a alfândega, que em tese deveria ser a força responsável em controlar a passagem pela fronteira, deixava de funcionar em momentos estratégicos para essas redes. Diariamente durante noite, na madrugada, momento em que a cidade inteira dormia, lembrando que para além dos poucos "meretrícios" existentes na época a cidade não dispunha de uma vida noturna, o que fazia da noite um momento oportuno para quem não poderia ser visto. Como também a alfândega não funcionava aos finais de semana, conforme destacou Luiz Heron Araújo, simpatizante da VAR-Palmares anteriormente mencionado nesse estudo. O que facilitava que os *passageiros da liberdade* se misturassem com maior facilidade ao vai e vem da ponte, este motivado pela vida cultural dos cinemas, teatros e reuniões dominicais.

[339] Empresa de transportes uruguaia responsável por fazer a ligação entre a fronteira e Montevideo.
[340] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

Esses dois momentos se configuravam em oportunidades possíveis de Travessia, entretanto essa cotidianidade era do conhecimento de quem aqui já estava, as redes de mobilidade, ou daqueles que se aventuraram a sós nessa empreitada e contaram com a sorte para passar para o Uruguai.

As atividades dessa rede foram mantidas até o ano de 1967, quando nosso colaborador foi dispensado por Brizola, no bojo das desarticulações do esquema de fronteira mantido por ele. O Senhor 057 não soube precisar a data exata do encontro de ambos, mas provavelmente se deu após a queda de Eno Cristiano Becker e outros membros do MNR na fronteira.

Outro fator que pode ter contribuído para tal decisão, foi que pouco tempo antes desse encontro o nosso colaborador se envolveu em um estranho incidente com a polícia uruguaia. O episódio foi narrado nas páginas do periódico jaguarense *A Folha* nos seguintes termos:

> Notícias Policiais
> Pessoa Ferida
> Domingo, 31 de julho do corrente ano, deu entrada no Hospital Carlos Barbosa [Jaguarão] [...][341], a qual apresentava um ferimento a bala no rosto.
> O delegado Lacyr Dias de Oliveira iniciou investigação a respeito do fato, tendo logo no inicio descoberto que tinha sido trazida do Uruguai, em automóvel, por [...], motorista de praça.
> Na manhã de segunda-feira [...] foi detido quando se encontrava na estação rodoviária. O carro estava abandonado sendo que o vidro traseiro estava completamente quebrado.
> Foi instaurado inquérito, apurou-se que o fato ocorreu na cidade de Rio Branco, Cochilla, e que os tiros foram disparados por policiais uruguaios[342].

O ocorrido foi narrado enquanto um crime comum, entretanto sabemos que essa era uma estratégia utilizada pela imprensa para driblar a censura, cabendo ao historiador a sensibilidade de perceber as entrelinhas desta fonte. Questionando algumas pessoas da comunidade sobre o ocorrido, entramos em contato com uma das sobrinhas da vítima, que informalmente nos revelou ser sua tia a companheira de nosso colaborador. A mesma apresenta sequelas do episódio até hoje e esse assunto, assim como o fadado casamento é um tema silenciado pela família[343].

Nosso colaborador mencionou um matrimônio no qual "teve *mala suerte*", que cronologicamente bate com o relato da sobrinha da mulher que fora baleada. No entanto o mesmo não entrou em detalhes. Por outro lado, a sobrinha disse que a tia estava grávida na época e que o bebê resistiu, entretanto, quando nosso colaborador foi entrevistado, o mesmo disse não ter filhos. Outro aspecto que não encaixa é que em um único ponto da entrevista, o que dado ao conjunto acreditamos ter sido um lapso temporal na narrativa, nosso colaborador

[341] Em respeito ao nosso colaborador optamos por suprimir da transcrição da fonte o nome completo dos indivíduos.
[342] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1966. Ed. 04 de agosto de 1966.
[343] Notas do caderno de campo da autora. Jaguarão, 2018.

coloca que teria casado após se desvincular de Brizola, e entregue o carro de praça para os correligionários de Brizola na fronteira, conforme discutiremos na sequencia.

Assim, o que nos interessa são as questões em aberto que rondam esse caso: Estaria ela envolvida no esquema de Travessias? Estaria ele ainda a serviço de Brizola quando isso ocorreu? Foi mesmo uma perseguição policial? As motivações foram políticas? Ou eles só foram as pessoas erradas na hora errada? O fato é que, sendo uma trama envolta em questões políticas ou não, após esse incidente não temos mais informações da continuidade dos trabalhos da rede de mobilidade a que pertencia o Senhor 057, o que nos leva a crer que para além das desarticulações ocorridas após o desgaste ocasionado por Caparaó esse tenha sido um dos fatores que levou a suspensão dos trabalhos.

Segundo nos relatou nosso entrevistado, o carro de praça adquirido por Brizola, que era utilizado para as Travessias, foi entregue logo após ele ser dispensado das atividades dentro do esquema,

> ele me deu de presente o carro, mas eu não queria o carro dele, eu entreguei o carro para o seu Antunico Neves, que era do clube político do Brizola, para o pai e para o filho Neves. Agarrei e entreguei o carro pra ele e fui embora pro Uruguai, me casei e fui embora pro Uruguai, e tive lá por um tempo depois vim pro Brasil. Em seguidinha parou, parou tudo já não houve mais, ninguém me procurou mais[344]

Padrós (2009) nos chama atenção para a presença de "filtros" nas narrativas envolvendo questões traumáticas, e esse episódio está a nosso ver com alguns filtros. A mudança dele para o Uruguai teria sido motivada por alguma espécie de necessidade de "dar um tempo" por pairar sobre ele alguma suspeita? Se o episódio com a esposa baleada ocorreu posteriormente, teria ele sido descoberto? Se ocorreu antes foi um dos motivos para a mudança? São questões que, assim como as anteriormente elencadas, ficam em aberto.

Outro ponto que merece ser observado nesse trecho da narrativa é o surgimento da personagem Antunico Neves. Nós não conseguimos apurar com certeza que Antunico Neves pertença a mesma família de Nedi Neves, figura de apoio de Brizola na fronteira, entretanto essa é uma hipótese que não deve ser descartada afinal duas famílias Neves vinculadas ao PTB em uma cidade com treze mil habitantes seria um grande acaso do destino.

Também é digno de nota que a partir do ocorrido com nosso Colaborador, percebemos, ao acompanhar a imprensa local, que a polícia uruguaia passou a olhar mais de perto o fluxo de brasileiros em Rio Branco, e em janeiro do ano seguinte começam a ocorrer algumas detenções do outro lado da fronteira. Teria a polícia descoberto que havia alguma espécie de resistência política na fronteira que merecia ser observada de perto? Essa

[344] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

investigação teria ligação direta com a perseguição que feriu a jovem no rosto? Pairava sobre eles a suspeita de ligação com os Tupamaros que estavam ganhando cada vez mais força? Ou a polícia uruguaia estava apenas preocupada com o inimigo interno brasileiro, dadas as constantes pressões que o Brasil fazia sob o Uruguai? O fato é que algumas destas detenções que passam a ocorrer em 1967 são de pessoas ligadas diretamente ao esquema de Travessia montado pelo cônsul uruguaio, que embora já não estivesse na região seu hotel ainda servia de refúgio para aqueles que necessitassem realizar a passagem. E o interessante nisso tudo é que desde 1965 o esquema do cônsul já era de conhecimento da repressão, tanto que esse foi um dos motivos para a sua transferência. Sendo assim, como em uma cidade tão pequena ele conseguiu se reconfigurar e manter-se por aproximadamente mais dois anos? Talvez essas pessoas já estivessem sendo observadas, e a queda foi um efeito dominó que por uma infelicidade acabou apontando novamente esse esquema. Ou o simples fato de termos figuras autorizadas a nível local, um hotel e um carro de praça, espaços com fluxo de pessoas fez com que o esquema de Travessia fosse camuflado pela lógica cotidiana.

Das detenções ocorridas nesse período vamos destacar apenas uma. O curioso nesse episódio é que ele é narrado por pessoas distintas com elementos diferentes, porém o núcleo do fato em si permanece inalterável. Começamos pela narrativa do ex-marinheiro Antonio Geraldo Costa, o Neguinho, que está presente no projeto "68 a geração que queria mudar o mundo":

> Quando eu era militante do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), cujo principal líder era Leonel Brizola, viajei várias vezes entre Rio de Janeiro, São Paulo e Uruguai. Fazia contatos, participava de reuniões e tinha intensa atividade política. [...] Certa vez, em 1967, como representante do MNR paulista, viajei a Montevidéu para encontrar-me com Leonel Brizola e outros líderes da organização com o intuito de traçar um imediato plano de ação. Eu tinha 43 anos e estava na plenitude de meu vigor físico e intelectual. Chegando ao Uruguai, reuni-me com outros integrantes e líderes do MNR: primeiro um grupo de seis pessoas, que depois foi reduzido para três, comigo quatro. Eu tinha que voltar dentro de duas semanas e ficou resolvido que eu e outro militante iríamos transportar armas para São Paulo. Levamos eu e um ex-fuzileiro, em duas malas, quatro carabinas de repetição e munição para 400 tiros. Viajamos de trem de Montevidéu até a fronteira do Brasil: Rio Branco do lado do Uruguai e Jaguarão do lado do Brasil. Em Rio Branco, fomos com as malas – a minha com a munição e a do meu companheiro com as carabinas – para o hotel indicado. **Segundo o combinado, viriam camaradas de Jaguarão a fim de pegar as malas e passá-las para o Brasil. Eles chegariam de manhã cedo**. Entretanto, à noite, enquanto estávamos dormindo, a polícia uruguaia invadiu o hotel. Quando esses policiais irromperam em nossos quartos, pensavam que éramos contrabandistas e ficaram surpresos com o conteúdo das malas [...] (Neguinho, in: Ferrer, 2011, p. 314, grifos nossos).

Vejamos como se deu esse "mesmo episódio" envolvendo outras pessoas, a partir da manchete estampada no periódico local *A Folha*: "Polícia Uruguai Detém Brasileiros em Rio Branco":

> A polícia uruguaia deteve, sábado próximo passado, na cidade de Rio Branco (ROU) os brasileiros José Carlos Oliveira, estudante, 25 anos residente em Recife; Jose Camargo de Oliveira, comerciante, 29 anos, também residente em Recife; Enio Cristiano Becker, exilado político do Brasil Residente no Uruguai e a estudante uruguaia Susana Inés Paiva Pereyra, de 22 anos.
> O grupo detido ocupava o quarto 21 do Hotel Italiano, na vizinha cidade uruguaia e em seu quarto foram encontrados duas carabinas winchester cal. 44, grande quantidade de munições cal. 44 e 38, livros e folhetos de material de extrema esquerda, 40 dólares, 7 mil pesos uruguaios e 489 mil cruzeiros.
> A uruguaia Susana Pereyra foi presa quando retornava de um passeio a Jaguarão[345].

Vejamos as aproximações e os distanciamentos dos episódios. No primeiro, haviam duas pessoas hospedadas no hotel e o conteúdo de suas bagagens se resumia a quatro carabinas e munição para quatrocentos tiros. No segundo relato, se tratavam de quatro pessoas, também vinculadas ao MNR, duas carabinas, munição, dinheiro e material de propaganda e nenhum dos envolvidos tinha quarenta e três anos, idade do Neguinho, o que nos faz supor, para além dos outros elementos levantados, que ele não estivesse presente entre os quatro ocupantes do quarto vinte e um.

Nós procuramos apurar quem são essas cinco pessoas. Quanto a Antonio Geraldo Costa, não foram encontrados registros outros a respeito desse episódio além do que foi narrado por ele ao projeto Marcas da Memória. Já no que diz respeito aos quatro indivíduos ocupantes do quarto vinte um, o CIEX produziu extenso material sobre eles. Sobre o momento da detenção, além das informações presentes no jornal *A Folha,* podemos agregar também:

> Foram detidos pelas autoridades policiais uruguaias, na manhã de 7/JAN/67, na cidade fronteiriça de Rio Branco, sob suspeita de vinculação com a organização terrorista Tupamaros, três cidadãos brasileiros e uma jovem uruguaia que os acompanhava. [...] a jovem uruguaia [...] residente em Montevidéu. [...] [foi] presa ao regressar ao hotel após ter **ido a Jaguarão, em território brasileiro, onde se demorara cerca de duas horas**. A detenção foi motivada pelo comportamento suspeito dos integrantes do grupo e se efetivou pouco depois de sua chegada a Rio Branco.
> Os brasileiros não ofereceram qualquer resistência à polícia uruguaia, embora um dos brasileiros tenha tentado engolir um pedaço de papel que continha **instruções para o estabelecimento de contato com o elemento desconhecido na cidade de Jaguarão**.
> Em poder do grupo foram encontrados dois rifles winchester, calibre 44 e 38; 45 balas calibre 44 e 60 balas calibre 38; quatrocentos e oitenta e nove dólares e sete mil pesos uruguaios; três listas contendo endereços e telefones de asilados brasileiros no Uruguai, inclusive João Goulart e Leonel Brizola [...][346].

É importante destacarmos que em ambos os casos havia elementos em Jaguarão que faziam parte do esquema, embora não se saiba se a pessoa que Susana encontrou, se é que ela foi cobrir um ponto em Jaguarão, é a mesma que consta no papel que um dos pernambucanos

[345] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed.14 de janeiro 1967.
[346] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. BRDFANBSBIE0.0.2. p.41-42. Grifos nossos.

tentou engolir. E menos ainda sabemos se esse indivíduo é o mesmo que iria apanhar as armas trazidas por Neguinho.

A documentação do CIEX não faz maior menção aos contatos do grupo em Jaguarão. Entretanto o jornal local menciona que:

> Informações de fontes oficiais dão a entender a existência nessa cidade de elementos de ligação que mantiveram contato com o grupo detido em Rio Branco. A mesma fonte informa também que as autoridades jaguarenses estão investigando o assunto procurando determinar o possível campo de ação do grupo detido do outro lado da fronteira e sua conexão com outros possíveis agrupamentos extremistas.
> A reportagem foi informada pelas mesmas fontes, que dois elementos considerados como de ligação encontram-se em lugar não sabido[347].

Dado ao fato de Becker possuir uma acusação por contrabando de armas conjuntamente com Nede Neves, que veio a se refugiar no Uruguai após o episodio ocorrido em Rio Branco[348], acreditamos ser Nede Neves e Nade Lander Ribeiro Neves os contatos do grupo em Jaguarão. O trânsito de armamento pelas fronteiras do estado foi uma constante durante as articulações para o Caparaó (LEITE, 2015). Nesse sentido, poderia ter sido esse episódio um dos últimos suspiros de uma tentativa de resistência armada por parte do grupo de Brizola, já que segundo o CIEX "havia vinculação da viagem de Eno Cristiano Becker à fronteira uruguaio-brasileira e a ida de Dagoberto Rodrigues ao Paraguai para a compra de armamentos"[349]. Dagoberto, era um dos responsáveis pela compra de armamentos durante a articulação da guerrilha do Caparaó (LEITE, 2015, p. 96) e, aos olhos da repressão, era esse o ponto que o conectava a Becker, tido como contrabandista de armas na fronteira entre o Brasil e o Uruguai.

Outro ponto que merece destaque, é que em ambos os episódios o desfecho é o mesmo. As personagens das duas ocorrências são detidas por vinculação com os Tupamaros. Entretanto para o caso dos três brasileiros presos em 7 de janeiro de 1967, a polícia uruguaia considerou estes "simpatizantes brizolistas ligados a algum movimento esquerdista brasileiro com ramificações no Uruguai"[350]. Fora isso, após serem detidos, tanto Neguinho quanto essas quatro pessoas que ocupavam o quarto vinte e um do Hotel Italiano, foram encaminhados para Melo e posteriormente para Montevidéu, onde ficaram sob custódia do serviço de inteligência uruguaio, sendo liberados após alguns dias.

Entretanto, no caso de Neguinho sua liberação se deu devido a uma forte

[347] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed.14 de janeiro de 1967.
[348] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. Índice: Atividades de asilados brasileiros no Uruguai. Leonel Brizola. Nede Neves. p.17. Localização: BRDFANBSBIE.
[349] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. Índice: Atividades de asilados brasileiros na ROU. Eno Becker, Contrabando de armas, p.62. Localização: BRDFANBSBIE.
[350] Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão. Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967. Ed.14 de janeiro de 1967.

movimentação da esquerda uruguaia,

> Fomos presos e espalhou-se a notícia de que polícia havia capturado "guerrilheiros brasileiros". A notícia correu rápido e chegou em Montevidéu. Alertada pelo MNR, a esquerda do Uruguai se mobilizou e nos colocou sob sua proteção. Fomos levados de Rio Branco para Melo. Dormimos uma noite na delegacia de Melo e, no dia seguinte, fomos transferidos, presos, para a capital. Lembro-me de que os jornais uruguaios noticiaram fartamente nossa prisão naquele país. Em Montevidéu, fomos entregues à Intendência de Polícia. Ficamos presos quatro dias. Perguntavam pela origem das armas e munições e, todo o tempo, negamos que as malas fossem nossas. Alegamos que elas tinham sido trocadas. A esquerda uruguaia, junto com o MNR, constituiu um advogado e, no quinto dia, fomos libertados. Ficamos na casa de alguns companheiros uruguaios ligados à organização enquanto esperávamos por uma possibilidade de retornar com alguma segurança. Aguardávamos por orientação de como voltar ao Brasil e, passados uns quinze dias, recebemos instruções para regressar [...] (NEGUINHO, in: Ferri, 2011, p. 315-316)

Quanto ao interrogatório de José Carlos Oliveira, Jose Camargo de Oliveira, Eno Cristiano Becker e Susana Inés Paiva Pereyra, alguns elementos a mais podem ser levantados a partir de um informe do CIEX datado do dia 12 de janeiro daquele ano:

> [...] no início dos interrogatórios policiais os brasileiros negaram conhecer a procedência das armas; José Carlos Negou que houvessem tentado engolir um pedaço de papel com anotações [...] ; Becker declarou que viajava a Rio Branco para avistar-se com sua mãe e que desconhecia a regra de asilo [...] os quatro afirmaram que se haviam conhecido na viagem de Montevidéu para Rio Branco e negaram qualquer vinculação com os terroristas uruguaios.
> Ao que tudo indica, o grupo não tem vinculação direta com os terroristas uruguaios e sim ao grupo de Leonel Brizola; é de se supor que estivessem em missão por este determinada, visando a efetuar contrabando de armas e transmitir mensagens subversivas.
> Os antecedentes de Becker são bastante conhecidos e tem ele sido objeto de numerosos informes do CIEX. Não dispomos de registro sobre José Camargo de Oliveira. Quanto a Jose Carlos de Oliveira, consta que é ex-marinheiro e que serve ao grupo de Brizola como "pombo-correio". A jovem uruguaia, Suzana Ignez Paiva Pereyra, está vinculada a organizações de esquerda uruguaias; [...][351].

O que podemos concluir com todas essas evidências é que não se trata da narrativa de um mesmo fato, mas sim da forma como aos poucos o esquema de fronteira do grupo Brizola estava sendo completamente minado, ao ponto de ocorrerem duas detenções por motivos extremamente semelhantes. Em conversa informal com a autora durante uma atividade do coletivo Aqui y Allá no ano de 2020, Neuza Penalvo[352] nos relatou ter ouvido de Becker que seu grupo foi denunciado por uma das camareiras do Hotel Italiano.

O que não temos como afirmar é se essa moça se assustou ao encontrar as armas ou se era uma infiltrada a mando da ditadura, ou até mesmo que nenhuma dessas hipóteses pode ter de fato acontecido, pois ela pode simplesmente ter suspeitado e chamado à polícia. Nesse

[351] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior, BRDFANBSBIE.0.0.2. p.58-59.
[352] O pai de Neuza, Sr. Percy Penalvo, foi um dos homens de confiança de Jango. Um pouco da trajetória dos Penalvo pode ser conferida na atividade "Rotas e redes de solidariedade na época da Ditadura Civil-Militar" disponível em: https://www.facebook.com/aquiealla/videos/816084992470810

caso, devemos levar em conta também a lógica da delação, típica do TDE. Ao mesmo tempo, por fazer parte do estado maior de Brizola, Becker já poderia estar sendo observado de perto, o que ocasionou a queda. O fato é que após o ocorrido, ao que tudo indica, o esquema foi desarticulado. Entretanto, o CIEx ainda temia uma rearticulação do grupo Brizola, como foi apontado no informe de 27 de janeiro de 1967:

> 1. Em consequência das recentes detenções de diversos brasileiros no Uruguai, ficou bastante prejudicado o dispositivo do "grupo-Brizola" para comunicação e deslocamentos entre o Brasil e aquele País.
> 2. Apesar dos contratempos sofridos em um esquema que teria funcionado bem durante dois anos. Leonel Brizola está montando novo dispositivo e desde a prisão de Eno Cristiano Becker, nos primeiros dias de jan/67, já teria escoado nove (9) elementos para o Brasil. [...][353]

Embora tal hipótese seja levantada pelos agentes da repressão, essa pesquisa não localizou indícios que vinculem atividades do grupo Brizola a essa fronteira após as sucessivas quedas ligadas ao seu esquema. Por outro lado, conforme consta na literatura voltada para a atuação do líder petebista, após o fracasso no Caparaó se tornou inviável para esse grupo o enfrentamento armado contra a ditadura. Ao mesmo tempo, parece esse ter sido um dos últimos intentos de uma possível rearticulação armada. Assim, a partir de então Brizola passou a se dedicar a formação de alianças políticas, no sentido tradicional do termo, não só no Uruguai, como também, no Brasil.

Quanto a atuação dos cônsules, embora não tenhamos encontrado outros estudos que sistematizem a atuação desses indivíduos enquanto membros de redes de resistência à ditadura, acreditamos que o ocorrido em Jaguarão não tenha sido um caso a parte. Um dos indícios para essa suspeita é o fato de outros cônsules terem sido igualmente investigados pela missão diplomática ocorrida em 1964. Assim, deixamos aqui o registro dessa lacuna que demanda que novas investigações sejam realizadas.

[353] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. BRDFANBSBIE0.0.2. p.102.

3.3.2“Agora ninguém nos pega mais, doutor Brizola”: a Travessia de Brizola por Jaguarão

> *““Leonel Brizola era homem como poucos, gaúcho dos bons, daqueles de segurar touro pelos chifres...” Dizia meu pai, representante de uma geração na qual nove em cada dez cidadãos comuns admiravam Brizola.”*
>
> (Nara Roxo, 2014)

Sem muitas chances de resistência ou de reedição da cadeia da Legalidade, Brizola ainda ficou pouco mais de um mês vivendo clandestinamente no Rio Grande do Sul antes de rumar ao exílio. A história de sua saída gerou múltiplas outras histórias que se espalharam pelo estado, inclusive uma delas se passa na fronteiriça Jaguarão.

Acreditamos que isso se deu primeiramente pela força do PTB na região, e principalmente pela influência e o prestígio do “doutor Brizola” entre a gente do lugar. Nesse sentido, ao encararmos o testemunho “como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permita recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história” (PORTELLI, 1993, p.41), ganha significado historiográfico as múltiplas narrativas a respeito da partida de Brizola rumo ao exílio em 1964. Pois esses depoimentos “errados ou equivocados” são “a forma narrativa do sonho de uma vida pessoal e de uma diferente história coletiva” (p.44).

Assim, mesmo que seja sabido que a rota de saída do Brasil utilizada pelo ex-governador foi o litoral norte do estado, por via aérea, acompanhado por Maneco, piloto particular do cunhado João Goulart, que já se encontrava no exílio, algumas pessoas reivindicam para si participação, ou até mesmo protagonismo nesse episódio, como é o caso do nosso entrevistado Senhor 057:

> Ele [Brizola] chegou de noite, aí quem trouxe ele foi o cunhado dele [do cônsul] o Batoque[354], quem trouxe o Brizola foi o Batoque, chefe da mesa de rendas de Pelotas ou algo *así*, “entonces” ele veio direto ao consulado, porque chegando ao consulado ninguém pode tocar porque é imunidade oficial, “entonces” foi ele [cônsul] que me encarrego de passar ele [Brizola] para lá [Uruguai]. [...] quem passou o Brizola fui eu e o cônsul, eu era motorista do cônsul, morava no consulado, era solteiro morava no consulado [...]. Sem saber quem era [...] eu passei [ele] para Rio Branco, e aí de Rio Branco levei ele a Melo no carro do cônsul, aí de Melo ele embarcou nos ônibus de Onda, Onda uma cooperativa de ônibus grande daqueles de motor atrás, e aí ele foi para Montevidéu. [...] foi depois, foi por aí pelo negócio do Golpe. Foi de noite, e

[354] Nosso colaborador não estava certo de que seria esse o nome, e a fonte processual onde a referencia a esse indivíduo aparece não apresenta seu nome.

> tinha os militares, quando voltei para [Jaguarão] a ponte já estava [fechada] [...] o quartel fechou a ponte[355].

Embora enquanto fonte historiográfica do episódio em si o relato possua uma grande incoerência de datação, ele ao mesmo tempo contêm elementos que condizem com aspectos conectados à rede de Brizola. Como, por exemplo, o envolvimento do senhor Batoque que é mencionado nas declarações do ex-vereador pelotense Francisco Lages dos Santos ao DOPS-RS. Segundo argumentou, teria conhecimento de vários indivíduos que estavam de uma forma ou de outra ligados a Brizola durante o período que "ele conspirava contra o governo Brasileiro [...]. Em Pelotas, um funcionário da mesa de renda que é cunhado do Sr. Bittar que era cônsul uruguaio em Jaguarão de 64 a 65."[356] Lages fez diversas viagens ao Uruguai enquanto pombo-correio, e por algumas vezes esteve na fronteira, logo não seria espantoso se em algum momento tivesse tomado conhecimento ou feito uso do esquema do cônsul.

Outro elemento que merece ser problematizado é o fato de que era noite, o indivíduo que faria a Travessia chegou incógnito e foi transladado sem que nosso colaborador tivesse conhecimento de sua identidade. Logo, esse fato narrado pode estar para além da imaginação criativa do nosso colaborador e ter ocorrido tal qual ele nos relata, porém tendo como protagonista não o próprio Brizola, mas algum membro do seu estado maior, alguém que estivesse sendo tão procurado quanto ele.

De toda forma, a narrativa em si se torna uma "verdade" pela força, proporção e significado que ela ganha, virando uma história alternativa que é rememorada e reproduzida entre as esquerdas locais. Tamanha é sua importância que ela ganha outra versão que também é amplamente difundida. Carlos, que ao contrário do Senhor 057, nos narra a memória herdada desse episódio:

> Eu conheci uma figura aqui em Jaguarão [Seu Ladir], que a gente desconfia que seja um dos "chofer do diabo"[357], eu não sei onde anda tua pesquisa nesse ponto, mas acredito que não tenha sido só um, pois é uma figura tão emblemática que talvez não tenha sido uma pessoa só... Mas ele reivindicava pra ele a situação [Travessia do Brizola]. Eu era criança quando convivi com esse senhor, era amigo de um tio meu, e essa pessoa ele era um brizolista que tinha pôster quase que em tamanho real do Brizola escondido atrás de uma parede do escritório dele, [...] então se tu fechasse a porta na posição dele ou na posição de convidado tu via, era um retrato de quase tamanho real do Brizola posterizado atrás da porta. [...] várias vezes eu acompanhei ele contando as histórias de como teria sido passar o Brizola no porta-malas de um galaxy, era um galaxy azul, que ele tinha tido esse carro por muito tempo, que era um carro dele que ele tinha guardado como relíquia. Era uma história muito coesa para não ser verdadeira, era muito coesa a história dele. E era uma figura bastante conhecida em Jaguarão, um empresário bastante conhecido em Jaguarão e que tinha, a gente sabe, posicionamentos brizolistas que era também muito identificado com

[355] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.
[356] Arquivo Nacional: Fundo: Centro de Informações do Exterior: BRDFANBSBV8. p.42.
[357] Nosso entrevistado tece referencias a uma das personagens mais conhecidas envolvidas nas Travessias, a mesma é abordada em Gonçalves (2018).

> aquele ideal de esquerda que se tinha na época. Muito diferente do que é ser esquerda hoje, aquele ideal que levava o PTB e também o PDT do Brizola, que é diferente do PDT/PTB que a gente conhece hoje. Mas ele era muito fiel a uma amizade, uma memória... E ele tinha num álbum, e isso eu me lembro de ver essa foto, não sei o que a família fez com isso [...], ele tinha fotos com o Brizola[358].

Assim como na história do Senhor 057, é perceptível o enorme carinho e admiração nutridos pelo líder petebista, o que por si já geraria um desejo de se colocar de alguma forma no centro do processo, fazendo com que essas memórias coincidam com o ponto alto da vida dos seus narradores (PORTELLI, 1993).

No intuito de definição desse movimento narrativo Alessandro Portelli emprega o conceito de memórias ucrônicas. Um empréstimo da teoria literária que muito nos serve para pensarmos "a representação de um presente alternativo, uma espécie de universo paralelo no qual se cogita sobre o desdobramento de um evento histórico que não se efetuou" (PORTELLI, 1993,p.50), ou que nesse caso, não se efetuou como o narrado.

Nesse sentido, não se trata de narrar a forma como a história aconteceu, mas sim como ela poderia ter acontecido em um cenário ideal para o narrador, pois "as hipóteses ucrônicas permitem ao narrador "transcender" a realidade como dada e recusar a se identificar e se satisfazer com a ordem existente" (PORTELLI, 1993, p. 50). O que faz com que, de certo modo exista uma disputa entre os detentores dessa narrativa:

> DGG [entrevistadora]- O senhor sabe que eu ouvi uma história uma vez, que tinha o seu Ladir do ferro velho...
> 057- Conheço, conheço....
> DGG- Tá, diz que ele era conhecido assim do Brizola, e o Brizola precisou passar, só que o Brizola não conseguiu passar e foi esse senhor que passou
> 057- Tá, mas não foi assim...
> DGG- Foi o que me contaram...
> 057- Tá, mas foi assim ele era amigo do Brizola lá encima, fez umas c* grande pro Brizola lá encima e o Brizola correu com ele de lá...
> DGG- Essa parte não contaram...
> 057- Lógico! Correu com ele, [inaudível] mas quem passou o Brizola fui eu e o cônsul[359].

O fato é que, a ideia de que Brizola teria por aqui passado ganhou força, vindo de algum modo a reforçar um sentido grupal. E, por fim, no contar e recontar ao longo dos anos, por vezes, ambas se misturam como foi possível perceber nas muitas conversações da autora com diferentes personagens ouvidos para essa pesquisa.

Outro elemento importante que deve ser mencionado, é que esse episódio se desdobra para outras localidades. Corroborando com a classificação de ucronia apresentada por Portelli.

[358] Entrevista realizada pela autora com Carlos, na cidade de Jaguarão em 2021.
[359] Entrevista realizada pela autora com Senhor 057, na cidade de Jaguarão em 2020.

> [...] eu acabo relembrando uma situação importante que bate com o relato que a gente tem aqui em Jaguarão, porque um senhor que eu convivi, fez parte da minha família transitória, digamos assim, por um período, e era um senhor que se identificava como admirador do Brizola ele conta a história que o Brizola teria passado num fusca verde vestido de padre pelas praias de [inaudível] e Mar Grosso em São José do Norte[360].

Algumas conclusões de ordem mais prática podem ser tiradas dessas múltiplas narrativas. Como, por exemplo, uma narrativa política que na época fora muito útil para tentar acobertar o real esquema de passagem utilizado pelo líder petebista. Mesmo porque dada a conjuntura era impossível precisar se algo semelhante precisaria ser realizado novamente ou não. Assim, a rota e os envolvidos necessitavam ser preservados.

Por outro lado, ao mesmo tempo, essa narrativa política acionada em seu sentido de unidade acabou por construir um elemento folclórico para a região. A partir da ideia de um líder que se multiplicou em vários e que esteve presente em múltiplos lugares sendo protegido e auxiliado por várias pessoas, não apenas por devoção ao líder popular que ele era, mas, também por defender uma ideia de que o povo estava do lado da democracia e não da ditadura, como esses desejavam aparentar.

É interessante pensar, também, que essas narrativas são permeadas por elementos que condizem com a "versão oficial", estabelecendo entre todas elas algum ponto de encontro que da unidade ao fato, que faz com que ao circularem não se pareçam com meros devaneios. De acordo com a biografia de Brizola (KUHN, 2004, p.100), para a realização da fuga um forte esquema de segurança foi montado, o que talvez em certa medida tenha colaborado para o surgimento dessas muitas Travessias. Uma vez que várias dessas versões já começaram a circular propositalmente, com o intuito de confundir os agentes da repressão.

Vejamos esse movimento a partir da história de que Brizola teria passado num fusca verde vestido de padre pelas praias da região de São José do Norte; nesse ponto seria mais lógico que sua saída se desse por Santa Vitória do Palmar. Entretanto é muito interessante perceber que os relatos também dizem que ele chegou a Jaguarão disfarçado, porém existe uma distância razoável entre uma localidade e outra, que pode ser percorrida de diferentes formas. Ao mesmo tempo, de São José do Norte para Rio Grande é uma distância pequena, e a partir daí poderia ser tomado um trem, inclusive uma das muitas versões fala que Brizola estaria disfarçado de ferroviário (KUHN, 2004). Então, ao pegar um trem em Rio Grande esse percorreria Pelotas, Pedro Osório, Jaguarão, Pinheiro Machado, Bagé, Lavras do Sul, São Gabriel, até chegar em Cacequi. Ou seja, somente nesse pequeno roteiro alternativo inúmeras

[360] Entrevista realizada pela autora com Carlos, na cidade de Jaguarão em 2021.

já seriam as possibilidades de saída do líder petebista, assim, em tese, diante dessa circulação de pistas falsas seriam estas que os agentes da repressão estariam atentos, preservando então de algum modo a real rota de Brizola durante a ocorrência dos fatos.

O destino de Brizola só foi decidido três dias antes da partida, e entre as suas opções disponíveis o destino escolhido foi o Litoral Norte. O ex-governador deixou o país no dia 4 de maio de 1964. Trajando farda e capacetes da Brigada Militar, e a bordo de um Aero Willys rumou de Porto Alegre para Cidreira, onde Maneco, piloto de Jango, o apanharia. O carro que levava Brizola foi escoltado por um fusca vermelho que ostentava varas de pesca e aparentava levar uma família rumo a um agradável dia de lazer no litoral.

No caminho passaram por uma barreira do Exército e por um posto da Brigada, não foram parados em nenhum. Ao mesmo tempo, "os amigos mais próximos de Brizola passaram a promover ações paralelas para despistar a polícia. Nas horas que antecederam a fuga, era comum ver trabalhistas chegando ao centro de um município dirigindo um carro embarrado" (KUHN, 2004, p.100).

É bem possível que algo semelhante a essa movimentação de setores trabalhistas tenha ocorrido em Jaguarão, inclusive essa é a nossa principal hipótese para o surgimento da versão defendida pelo seu Ladir. Como não tivemos contato diretamente com a narrativa dele, mas sim com uma memória herdada, fica difícil estabelecer a distância entre a ucronia que fundamenta o relato ou o esquema de segurança empreendido por esses setores.

Assim, o que nos resta apontar a partir desse panorama são nossas hipóteses para possíveis elementos que originaram essas duas versões da Travessia de Brizola por Jaguarão: 1) Para o caso de seu Ladir, podemos levantar a tese de que petebistas realizaram aqui ações para despistar as autoridades militares, como consta na biografia do ex-governador. Já para o relato do Senhor 057, acreditamos que ele de fato tenha passado alguém naquelas exatas circunstâncias, porém não o Brizola, conforme havíamos argumentado anteriormente; 2) Brizola de fato passou por aqui clandestinamente em algum outro momento[361], e esse reajuste da temporalidade da narrativa pode ser explicado facilmente pela dinâmica orgânica do lembrar e esquecer; 3) E por fim nossa terceira hipótese é a de que essas histórias são

[361] Carlos também recorda que: "ele contava histórias sobre o tal comício do Brizola que ia acontecer entre 1979/1980 na divisa entre Jaguarão e Herval e que foi combatido pelas forças da repressão. Esse comício não aconteceu, e por sorte a inteligência do movimento de esquerda, movimento de resistência, conseguiu identificar isso a tempo do Brizola não chegar a Jaguarão. Porque em fim se temia uma nova prisão ou uma situação assim... Era num campo, eu não saberia te dizer se era em território de Jaguarão ou no território do Herval, mas que era naquela região da divisa que aconteceria esse comício, não sei exatamente se 1979 ou 1980, mas foi em seguida da anistia [...]. Era uma região que na época não se tinha acesso asfaltado para Herval então se as pessoas transitassem por aquela estrada talvez não chamasse atenção do pessoal da repressão aquele movimento rodoviário [...]".

ucronias, geradas pelo respeito e admiração por Brizola que as pessoas da época nutriam. E, sendo assim, essa foi uma maneira encontrada por eles de se perceber/narrar no centro do processo. O que faz com que essa hipótese se conecte a anterior e gere também o deslocamento temporal do fato caso ele tenha ocorrido.

Chegando a Cidreira, após inúmeros imprevistos que revelaram a falha no esquema, Brizola acenou com o capacete para o bimotor pilotado por Maneco, que sobrevoava baixinho na esperança de encontra-lo. Embarcou no avião e seguiu rumo ao sul, durante o voo trocou o disfarce por roupas esportivas, diante da afirmativa de Maneco que o pior já havia passado: "Agora ninguém nos pega mais, doutor Brizola" (KUHN, 2004, p.103).

3.4. Acolher aos perseguidos é um dever pastoral por esses pagos! O apoio da Igreja Católica aos passageiros da liberdade

> *"Jesus assume a identidade dos oprimidos e neles quer ser amado e servido: "tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me acolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e vieste ver-me" (Mateus 25, 35-36). Servir a causa da libertação dos pobres é servir a Cristo."*
>
> (Frei Betto, 1982, p.61)

A postura adotada pela Igreja Católica durante os momentos de autoritarismos e repressão sempre foi variável ao longo de sua larga trajetória. Com o período ditatorial de segurança nacional brasileiro não fora diferente. Se a princípio seu alto clero apoiou abertamente os golpistas, endossando o apoio popular a partir das Marchas da Família com Deus pela Liberdade durante o pré-golpe, com o decorrer dos anos esse apoio tendeu a se minimizar, e em alguns casos a se converter em oposição aberta às práticas repressivas da ditadura. Tal mudança de postura, no entanto, não se deu de maneira automática e tão pouco fora unânime (GOMES, 2014).

Havia entre setores católicos uma forte onda anticomunista nos idos de 1960. O anticomunismo católico era voltado para "um combate mais amplo da igreja frente aos processos de modernização, laicização e secularização" (RODEGHERO, 2017, p.21) agravados ao longo do século XX. Assim, era demarcado, a partir da construção de um imaginário, o inimigo a ser combatido. E nesse sentido, "de certa forma, o comunismo como ideia-força, parecia mais perigoso que os próprios comunistas. Paradoxalmente, ele se oferecia, no discurso de seus detratores, como algo difuso mais pouco preciso" (ELMIR, in:

RODEGHERO, 2017, p.16).

Em linhas gerais o Brasil vivenciou duas grandes ondas anticomunistas no século passado. A primeira teria ocorrido entre os anos de 1935 e 1937, às vésperas do Estado Novo de Vargas, já a segunda deu-se as vésperas do Golpe de 1964 durante o governo de João Goulart (MOTTA, 2000). O que teriam em comum é o fato de que em ambas oportunidades "a intensidade da atuação comunista e as campanhas anticomunistas teriam servido de justificativa para medidas governamentais de repressão e para o posterior fechamento político" (RODEGHERO, 2017, p.30). Basta mencionarmos o episódio do Levante Comunista entre novembro de 1935 até a imposição da constituição do Estado Novo, em novembro de 1937. E a movimentação das *reformas de base* vivenciadas durante o período Goulart episódios em que a "movimentação comunista" foi manipulada por setores conservadores e usado politicamente para justificar o fechamento político diante do risco de uma revolução comunista.

Entretanto, Rodeghero aponta uma significativa diferença da primeira para a segunda onda. Devemos destacar que no período de 1961-1964 o mundo vivia sobre os impactos da Guerra Fria, assim a onda comunista não teve como alvo apenas os comunistas ligados ao PC, e, também, não se manifestou unicamente como uma imposição da força estatal. A atuação de diferentes instituições, como imprensa, empresariado e igreja fora muito mais expressiva que no período anterior. Nesse sentido, a autora define o anticomunismo daquele momento como:

> O fenômeno do anticomunismo diz respeito a uma postura de oposição sistêmica ao comunismo ou àquilo que é a ele identificado, uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação nos legislativos, etc. (RODEGHERO, 2002, p. 464).

De todas essas formas de expressão nos é caro ao presente estudo pensarmos a disseminação do perigo comunista a partir da imprensa local, tendo como principal veículo a coluna semanal de um dos párocos na cidade. Isso porque é de extrema importância compreendermos o cenário encontrado nessa fronteira, onde a mesma igreja que defende os perseguidos é um dos instrumento da repressão, a partir da atuação de seus representantes. Isso porque a Igreja atua diretamente na sociedade em que está inserida, seja como religião, e como espaço de sociabilidade. Característica que se torna ainda mais latente em micro espaços, onde a escassez de informações vindas de fora do núcleo populacional, bem como, a pouca oferta de espaços de socialização conferem uma maior autoridade aos pregadores da

palavra.

Nesse cenário o Padre F* foi uma das vozes que travou uma "cruzada" contra o comunismo a partir das páginas do Jornal local *A Folha*[362]. É muito interessante observarmos conjuntamente a coluna do padre e os editoriais assinados por R.A.[363] durante o ano de 1968, pois ambos se complementam em seus discursos. Enquanto o Padre fala da importância do sagrado matrimônio, da família como alicerce social, da educação dos filhos na cristandade, sem no entanto nomear o inimigo. Algumas páginas depois o editorial assinado por R.A. fomenta o mesmo discurso dando cara ao inimigo comum. Mesmo que apresentando uma imagem difusa, o comunismo é colocado por ele enquanto o antagonismo dos bons preceitos cristãos, sendo um destruidor de lares, ateu, anticlerical e que por isso deve ser combatido. Essa dobradinha se tornou mais aparente a partir da inclusão da cidade enquanto área de segurança nacional.

A falta de referências concretas a respeito do comunismo tornou esse referencial elástico o suficiente para abarcar toda e qualquer contestação que saísse do padrão vigente e que ameaçasse a manutenção do *status quo*. Assim, o perigo vermelho era sempre apresentado a partir de dicotomias: o bem – o mal, a religião – o ateísmo, nós – o estrangeiro; o céu – o inferno. Sempre colocado como algo de fora da sociedade e que vem para contaminá-la. Nesse sentido, de acordo com Rodeghero, o imaginário anticomunista fomentado pela igreja católica pode ser entendido como "um conjunto de representações que, situadas historicamente, serviram para explicar e para dar sentido a práticas diversas de combate. Serviram, também, para suscitar tais práticas" (RODEGHERO, 2017, p.37).

Todavia, a igreja no Brasil não pode ser definida apenas por suas manifestações anticomunistas. Segundo Gaspari (2014), de todas as instituições de forte tradição política existentes no Brasil, apenas a Igreja não coubera perfeitamente no acerto dos militares: "tornara-se a única instituição nacional a preservar dentro do seu organismo, na plenitude de seus direitos, personalidades publicamente adversas à nova ordem. Havia um clero de esquerda antes de abril de 1964 e continuava havendo depois" (GASPARI, 2014, p.249).

Em linhas gerais, o rompimento "definitivo" entre setores da igreja e estado ditatorial

[362] Infelizmente, não tivemos acesso a atmosfera de suas pregações na época. Tal levantamento demandaria um minucioso trabalho de história oral entre os fieis que frequentavam as missas naquele período. Nesse sentido, fica aqui demarcada tal necessidade de se levantar a conjugação entre a representação do comunismo nos sermões, a ressignificação e formas de apreensão desses pelos fieis, bem como, os desdobramentos deste nas formas de combatê-lo.

[363] Não podemos afirmar com total certeza a identidade desse colunista, porém, tomando por base a lista elaborada por Eduardo Alvares de Souza Soares em seu "N'A Folha", podemos inferir tratar-se de Antônio Carlos Rodrigues Marques, figura muito conhecida na cidade por sua atuação política junto ao PP, tendo sido inclusive o segundo candidato a prefeito mais votado nas eleições municipais do ano de 2008.

se deu após o Ato Institucional n° 5 (AI-5). Foi a partir desse período que membros do alto escalão passaram a denunciar, tanto em âmbito nacional quanto internacionalmente, os "abusos" cometidos pela ditadura. De toda forma, cada trajetória deve ser tratada como única, pois dentro dos eventos coletivos os significados individuais são escolhas, "isto é, dentro do evento coletivo as pessoas chegam com uma multiplicidade vivida de Histórias pessoais" (PORTELLI, 2011, p.14). Entretanto, em sua maioria, as comunidades eclesiais de bases e seus clérigos já atuavam enquanto oposição desde os primeiros anos do regime, inclusive, muitos desses grupos alinharam-se ao projeto reformista, dentro da ideia de uma aproximação com as massas que vinha correndo desde o começo dos anos 1950 no país (PADRÓS, 2015).

Um dos casos mais emblemáticos de religiosos que se envolveram diretamente nas atividades de resistência, foi o dos freis dominicanos Betto, Tito, Ivo e Fernando, ligados ao setor de apoio da Ação Libertadora Nacional – ALN[364]. Esses religiosos colaboraram com a realização de encontros secretos de setores ligados a resistência, bem como a articulação de esquemas de fronteira para a retirada do país de militantes de maneira clandestina. Em suas memórias, ao se referir ao esquema de Travessia auxiliado por ele, Frei Betto relata que essa "seria uma ajuda a todos que precisassem deixar o País, independente de siglas políticas, e não um serviço exclusivo à ALN. Aceitei o pedido [feito por Carlos Marighella], ciente de que ele se adequava a tradição da Igreja de auxílio a refugiados políticos" (BETTO, 1982, p.57).

É consensual, na literatura referente ao Rio Grande do Sul no período, que nessa parcela do país, dada a sua vasta fronteira propícia a ser uma rota de fuga e/ou reinserção, as ações armadas de grupos de oposição foram menos expressivas, se comparadas àquelas desenvolvidas no eixo Rio de Janeiro e São Paulo, visando à preservação desse corredor rumo à "liberdade". Essas ações de fuga foram promovidas por entidades religiosas, pessoas comuns que se solidarizavam com a causa dos perseguidos, bem como, organizações de oposição aberta ao regime (AP, VAR, VPR, MNL, PCB, outros).

O esquema dos dominicanos fora desmantelado pela repressão no ano de 1969, levando Frei Betto e outros religiosos a prisão. Antes disso, ele auxiliou na fuga de importantes lideranças do grupo de Marighella dentre as quais estava seu braço direito, Joaquim Câmara Ferreira. Também aplicou seus conhecimentos adquiridos junto a religiosos locais em outro esquema de saída por Uruguaiana, no entanto não teve tempo de tomar

[364] A ALN foi um dos mais expressivos grupos de oposição armada à ditadura de 1964. Fundado a partir de uma dissidência do Partido Comunista Brasileiro, durante a segunda metade da década de 1960, seu principal líder era o baiano Carlos Marighella, indivíduo que viria a ser considerado o "inimigo número um da ditadura".

ciência da eficácia do mesmo.

Em suas memórias, Frei Betto aponta o frenesi das forças de segurança gaúchas naquele novembro de 1969:

> Dizia-se que Leonel Brizola entraria clandestinamente no Rio Grande do Sul para organizar grupos de guerrilha, que Lamarca atravessaria a fronteira, que os tupamaros uruguaios estabeleciam em terras gaúchas contatos com os revolucionários brasileiros – e, no entanto, os órgãos de segurança do Sul não tinham como comprovar ou desmentir. Sem condições de apurar a veracidade dessas informações, eles se esforçavam para salvar sua imagem perante o SNI em Brasília [...] (BETTO, 1982, p.90).

Nas páginas seguintes o Frei Dominicano complementa essa informação, alegando que para os agentes da ditadura atuantes no Rio Grande do Sul capturá-lo se tornou uma "questão de honra":

> [...] o "homem da fronteira" tinha a cabeça a prêmio e os aeroportos, estações ferroviárias e rodoviárias estavam sob severo controle do DOPS, da Polícia Federal e da Brigada Militar. Barreiras erguiam-se nas estradas rumo a Argentina e ao Uruguai e todos os veículos eram revistados. Simultaneamente, a polícia de Artigas informava que um bando (de guerrilheiros? De ladroes de gado?) tentara invadir o Uruguai pela fronteira com Quaraí. Dizia-se que Lamarca poderia estar em território gaúcho e o braço direito de Marighella, Câmara Ferreira, seria encontrado através de mim. Enfim, a repressão do Rio Grande do Sul atribuía-me uma importância muito especial. Mais tarde eu compreenderia que, assim, ela se esforçava por recuperar o prestígio frente ao SNI (BETTO, 1982, p.95).

E conclui apontando a tentativa da repressão gaúcha em vincular a atuação dele às atividades de resistência que vinham sendo protagonizadas por grupos do país vizinho:

> No Sul a repressão já conhecia todo o esquema de fronteira, inclusive como as pessoas saíam do país [...] Entre as especulações, dizia-se que um religioso uruguaio me ajudara a fugir – na certa, uma tentativa de vincular a Igreja do país vizinho com os Tupamaros e os guerrilheiros do Brasil [...] (BETTO, 1982, p. 99-100).

Embora muitos desses pontos levantados por Frei Betto já tenham sido apontados durante o texto, é importante que se frise a importância estratégica do estado do Rio Grande do Sul dado as suas conexões com seus vizinhos Platinos. Mesmo que muitos desses elementos não passassem de especulações fantasiosas dos órgãos de segurança do estado. Outro elemento que merece destaque é a ausência de referências a toda essa movimentação em torno da captura do dominicano nas páginas do periódico local, que mesmo sendo uma fronteira e área de segurança nacional, ao que tudo indica nada em seu cotidiano se alterou. A única referência a uma operação militar nesse espaço diz respeito a captura de Lamarca, entretanto nosso colaborador não vinculou um episódio ao outro, o que dada a projeção da história dos dominicanos, nos leva a crer que estas operações não tenham acontecido simultaneamente.

Em seu depoimento ao DOPS gaúcho, Frei Betto revela outros pormenores do

esquema vislumbrado por Marighella:

> [...] foi então que ele [Marighella] pediu-me para montar um esquema de fronteira. Adiantou-me que havia em Rivera, na aduana, um tal senhor Bras que costumava dar permissão de entrada no Uruguai mediante a senha "sou amigo do Miguel". Que era costume dar ao Bras 30 contos de gorjeta. Queria que eu recebesse em Porto Alegre elementos que deveriam ir até Montevidéu para de lá embarcar para a Europa e depois Cuba. Que eu descobrisse outros meios de passar a fronteira, tendo sugerido viagem de trem via Jaguarão[365].

Ao que tudo indica a ALN não teve tempo de testar a rota por Jaguarão, ao menos não encontramos durante o curso dessa pesquisa indícios que apontem as Travessias de seus militantes por aqui. Em tese o que temos nessa fronteira é a estruturação de uma rota da AP, conforme veremos na sequência, e um esquema ligado ao PC.

Segundo levantamento realizado pelo III Exército em 1965, o comitê estadual do Partido Comunista teria dividido o estado em cinco regiões: 1) Região Sul; 2) Fronteira; 3) Central; 4) Missioneira; E 5) Norte-Nordeste. A partir dessa divisão cada uma das regiões estaria sobre responsabilidade de um militante do partido que estaria incumbido de "tomar informações em lugares públicos [...] sobre atos do atual governo, ouvir reinvindicações, comentários sobre o custo de vida, problema agrário, condições de trabalho [...] tudo para futuro estudo do comitê estadual do PC"[366]. Assim, ficou a frente da região sul o militante João Pedro dos Santos, tendo como principais municípios Pelotas e Rio Grande; e a frente da região da fronteira estava Pedro Rodrigues, responsável por Uruguaiana, Bagé, Livramento e Jaguarão.

É importante que se pense a posição estratégica e a relevância dada ao comitê estadual do PC a Zona Sul, pois isso vai ao encontro da informação prestada por Walter Valadares de Castro em seu depoimento: "conheceu inúmeros aparelhos aos quais foi levado de olhos vendados, conhecendo-os apenas internamente. Além disso, conheceu três "aparelhos de fronteira" do partido (Jaguarão, Uruguaiana e Porto Xavier), além de um sítio em Porto Alegre"[367]. Sabemos que as informações apresentadas na queda de um militante devem ser tomadas com cautela, devido às pressões sofridas durante os interrogatórios. No entanto, é interessante colocarmos que Jaguarão e Uruguaiana já haviam sido apontadas enquanto zonas importantes para as estratégias do partido. Inclusive sendo usada como rota de trânsito de suas lideranças, como foi o caso do líder da comissão executiva do comitê central do PC, Salomão

[365] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Depoimento de frei Carlos Alberto Libanio Chisto O.P. p.20. Localização: BRDFANBSBV8.
[366] Brasil Nunca Mais Digital. BNM 279 (1). Informação n° 14-E2/65. fls. 4, p.11147.
[367] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Prisão de líderes e militantes – 3.6.1.5. p.7. Localização: BRDFANBSBV8.

Malina, que em 1967 teria contratado um táxi no estado de São Paulo para viagem até a fronteiriça Jaguarão[368].

Após a queda do esquema dos dominicanos, novas preocupações assolavam as autoridades repressivas do estado. A repercussão que tivera o esquema nos editoriais Brasil afora afetou diretamente o moral da estrutura repressiva na região. Era preciso entender como tantos "perigos" rondavam essas fronteiras, e a imprensa não perdoava! No que diz respeito ao problema das Travessias, o jornal *Estado de São Paulo* publicou:

> Os órgãos de segurança querem saber [...] como [...] muitos terroristas tem caminhos para entrar e sair do Brasil. Uma coisa é certa: Eles viajam com documentos falsos. Com a prisão de membros da ALN – Aliança [Ação] Libertadora Nacional – as autoridades de segurança ficaram sabendo que era muito fácil, para os terroristas, sair do Brasil através do Uruguai: bastava conseguir uma carteira de identidade falsificada. [...]
> Em vários aparelhos localizados em São Paulo, Guanabara e Porto Alegre, a ALN mantinha os setores de documentação, que tinham a incumbência de falsificar documentos para os terroristas que precisavam entrar ou sair do país [...][369].

O que o editorial do *Estado de São Paulo* não publicou, mas que os órgãos de segurança do Sul a muito já sabiam era que como tudo na fronteira é "fluido", a documentação também se encontrava entre as peças do bom e velho "jeitinho fronteiriço". Em 1966, muito antes do envolvimento dos Dominicanos no esquema de Marighella, já era pauta dos informes do CIEx as formas de ingresso clandestino dos brasileiros no Uruguai:

> Um número considerável de brasileiros está entrando clandestinamente no Uruguai, mediante a utilização de cartões de turista legítimos fornecidos em branco por um elemento baseado em Jaguarão.
> Os interessados ingressam no Uruguai por um período de três meses, e ao fim desse prazo trocam seus cartões originais por outros que preenchem de acordo com suas conveniências, prolongando assim indefinidamente, sua permanência no país[370].

Embora não se saiba a identidade do "elemento baseado em Jaguarão" é digno de nota que pouco tempo depois o cônsul uruguaio em Jaguarão é apontado enquanto um dos envolvidos no esquema:

> [...] O cônsul uruguaio em Jaguarão está facilitando ao máximo a transposição da fronteira.
> A cúpula da organização dos exilados já possui os cartões de entrada para turistas, com a assinatura e carimbo do referido cônsul, basta apenas preenchê-los com os dados de cada elemento[371].

---

[368] Brasil Nunca Mais Digital. Fundo: Ministério Público Federal. BNM 643. Ação penal 41/75, apelação STM 41.239. p. 416.
[369] Arquivo Nacional. Fundo: Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. Índice: Dossiê. p.143. Localização: BRDFANBSBATO.0.0.9.
[370] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior. Índice: Dossiê p.35. Localização: BRDFANBSBIE.
[371] Arquivo Nacional. Fundo: Conselho de Segurança Nacional. Índice: Dossiê. p.101. Localização: BRDFANBSBN8.0.PROCSS.

O informe data de julho de 1968, o cônsul Jorge Bittar deixou a cidade em 1965 sendo substituído por Beraldo L. Nicola em abril daquele mesmo ano. Entretanto não obtivemos informações a respeito de quanto tempo Beraldo ficou no cargo e se em 1968 ele ainda estava à frente do consulado.

A informação a respeito dos cartões de entrada foi dada por Izidoro Viana Gutierrez, indivíduo que foi membro do grupo Brizola e que posteriormente veio a se ligar com o PC. Ao acompanhar as informações do CIEx sobre ele, podemos inferir que em julho de 1968 Gutierrez já havia rompido com Brizola há algum tempo.

Como vimos ao longo do texto, as Travessias pelo Rio Grande do Sul foram uma constante. Em se tratando da Igreja Católica, ainda em suas memórias Frei Betto aponta que "desde 1964 o clero de Porto Alegre [...] via-se frequentemente às voltas com o problema dos refugiados. Facilitar a fuga de perseguidos políticos tornara-se mesmo, naquela região fronteiriça, uma espécie de atividade pastoral extraordinária" (1982, p.73).

Vale mencionarmos que, em linhas gerais, nos anos 1960 o clero gaúcho ainda mantinha certo diálogo com o governo do estado, e fora essa "boa relação"[372] que fez com que, uma vez detido, o Frei Dominicano não fosse torturado fisicamente, mesmo que a repressão estivesse ansiosa "para botar as mãos na ponta do esquema que não tinha o manto protetor da Cúria Metropolitana" (GUTIÉRREZ, 1999, p.94).

No outro extremo do estado, ao sul, um pároco de fronteira se destacava pelo auxílio prestado a AP, no âmbito da sua Operação Fronteira. Dedicado à causa dos mais necessitados, com expressiva atuação junto às comunidades rurais e a frente do orfanato de meninos da cidade, o padre Caponi chamava atenção das equipes de segurança devido aos seus sermões carregados de um discurso humanitário.

> Padre Caponi, lembro dele como se fosse hoje, Padre Armindo Luiz Caponi, ele na época já era perseguido, tinha assim a gente se dava com ele e tal, e ele se dedicava a uma atividade filantrópica de crianças, O Lar do Meninos... Mas a nossa ligação era de se dar, de conversar uma vez ou outra, mas não chegou nunca assim a ter [...]. Antes mesmo da revolução eles já tinham algumas coisas contra ele, a freguesia local aí e parte da Igreja também, entendesse? Porque ele não era um padre de... ele era um padre que trabalhava [...] ele tinha o Lar dos Meninos [...][373].
>
> Aos domingos era costume das famílias católicas assistir a missa, pela manhã iam a Igreja Matriz do Divino Espírito Santo, e igreja Imaculada Conceição, já que a tarde a missa era realizada pelo Padre Luis Armindo Caponi no Cerro da Pólvora, próximo ao Cristo, em que as famílias compareciam e o padre já mencionado levava os meninos que viviam no "Lar de Meninos", localizado ano atual prédio da CEE,

[372] O cardeal do Rio Grande do Sul Dom Vicente Scherer, foi um ávido combatente do comunismo, promoveu severo combate a Teologia da Libertação no seio da Igreja e foi apoiador do golpe de 1964, entretanto, também era responsável por salvaguardar a vida de diversos perseguidos devido ao respeito e até certo temor que os setores do alto escalão militar nutriam por sua figura (MITCHELL, 2007, p. 208).
[373] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

para participar da missa[374].

Embora lembrado na comunidade local pela sua atuação junto aos órfãos, o Padre Caponi foi a peça central da segunda geração de redes de mobilidade atuantes na fronteira. Tendo feito mais de vinte Travessias movido unicamente pelo seu "dever de caridade"[375], foi o responsável por salvaguardar diversas vidas, tanto de brasileiros quando de uruguaios, que sofriam perseguição política.

A entrevista com o Padre Luiz Caponi foi realizada no ano de 2017, durante as celebrações da Festa do Divino Espírito Santo. É a entrevista mais curta do projeto e certamente aquela que "atropelou" todo o "manual de etiqueta" da História Oral, pois a pesquisadora teve de "disputar" a atenção do Padre com a massa de fieis que queriam um minuto de seu tempo. Caponi é ainda hoje uma figura muito querida da comunidade jaguarense e uma figura muito atuante na Colônia Maciel, no 7.º Distrito de Pelotas/RS. Seus posicionamentos e visões de mundo não diferem muito daquelas do "padre socialista"[376] dos anos 1960, Caponi continua pregando a essência do Evangelho de Cristo:

> Quando bem jovem testemunhaste os efeitos do cerceamento de nossa jovem Democracia com o Golpe Militar de 1964. Sonhaste com a gente e o clero da tua querida hoje Arquidiocese de Pelotas pelos tempos de renovação e chegada do Brasil Nunca Mais... Recentemente, já com a construção da tua/nossa Rádio Comunitária Padre Reynaldo na Colônia Maciel no 7.º Distrito de Pelotas/RS informaste ao povo de Deus acerca dos Impeachments Presidenciais... Tua resistência pródiga com saúde alternativa, com escolas públicas de qualidade - fundamental e médio-, junto com a organização da produção/comercialização agrícola do trabalho da agricultura familiar são marcas de teu abnegado esforço em nunca separar Evangelho do dia a dia e vida do sofrido povo da Região Colonial de Pelotas... (KOLLING, 2020)[377].

Em nosso breve contato, travado pouco tempo antes da missa, optamos por introduzir o assunto a partir da seguinte passagem da dissertação de mestrado da pesquisadora Marília Brandão Amaro da Silveira:

> Jaguarão também tinha um esquema que foi uma época ajudado pela... Por um padre que, né, era o responsável lá em Jaguarão. Não que ele fosse também tão assim, mas ele era alguém que eu te diria assim, muito humanitário, dava essas coisas, né. Ele de vez em quando... Às vezes ele também ajudava a fazer a passagem (SILVEIRA, 2014, p.98).

A partir da leitura desse fragmento, perguntamos ao Padre o que ele sabia sobre o fato narrado, e então se deu sua narrativa, de maneira livre, pela qual ele foi nos contando sua

[374] Entrevista 1, in: SELBACH; BRUM. 2017. p.306.
[375] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.
[376] Narrador 01, notas do caderno de campo da autora. Jaguarão, 2018.
[377] Esse trecho foi extraído de uma publicação realizada por um fiel na página da Rádio Comunitária Padre Reynaldo no ano de 2020 pela passagem do aniversário do Padre Caponi. Disponível em: https://www.facebook.com/radiocmunitariapadrereinaldo/posts/2687760134776386 acesso em 12/03/2022.

atuação junto às comunidades carentes da cidade, os mecanismos de censura utilizados sobre seus sermões, chegando finalmente ao ponto de confirmação das nossas hipóteses, revelando detalhes do processo de Travessia no qual que ele atuou durante os anos em que foi pároco na fronteira.

> Havia pessoas que chegavam mais ou menos de tardezinha, quase à noite, então a gente atendia as pessoas. Não diziam muitas vezes o nome, não é, mas eles diziam assim, não diziam que eram perseguidos, mas se via que eram fugitivos. Eles queriam pousada e um alimento, queriam para passar pro Uruguai. Então a gente dava isso né. [....] E assim outros vieram assim, e vinham assim, à noite vinham pedir pousada[378].

Para fins metodológicos, estávamos até esse momento considerando a existência de Travessias articuladas a partir da segunda fronteira, Pelotas, pela AP, com destino a Jaguarão. Partindo da ideia de que certos contatos dotados de influência local tornavam mais seguro tal processo de Travessia, e que cada vez mais diante do aumento da repressão esses indivíduos se tornam peças vitais para o êxito dessa atividade, o Padre seria a peça central do esquema de fronteira da AP na região.

Entretanto, ao tomarmos o seu relato um amplo universo de possíveis foi aberto. Pois, a partir do cruzamento das falas do Padre Caponi com as falas dos dirigentes da célula Pelotas da Ação Popular, descobrimos que a sua participação foi muito maior do que esperávamos. Pois, ao questionarmos os dirigentes da AP Pelotas a respeito do fluxo de passageiros com destino à Jaguarão**,** fomos informados da realização de sete Travessias por essa fronteira. Entretanto, ao lançarmos semelhante questionamento ao Padre, este nos relatou ter acolhido em sua paróquia cerca de pouco mais de quinze pessoas, se referindo apenas aos brasileiros auxiliados até 1977**.**

Podemos perceber que assim como a rede dos dominicanos, a atuação do Padre Caponi não se restringiu a uma única bandeira ou sigla partidária. Como essas identidades não eram reveladas por motivos de segurança**,** nos é impossível precisar por qual rota, ou de qual organização esses quinze indivíduos eram oriundos. Entretanto, não é esse aspecto quantitativo o ponto mais relevante desse cruzamento de informações, mas sim o fato de que a participação de figuras influentes da cidade de Jaguarão fora fundamental para que tudo desse certo durante o processo de Travessia, fazendo com que algumas redes de mobilidade se mantivessem atuantes por tanto tempo em uma cidade tão pequena.

"Eu passava com liberdade ali na faixa [Ponte]"[379], coloca o padre Caponi, e logo podemos inferir que quem ao seu lado estivesse também passaria blindado pelo prestígio e

[378] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.
[379] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.

autoridade do Padre junto a comunidade. Diante dessa informação, perguntamos ao Padre como era feita a passagem, que informações esses indivíduos traziam e para onde iam:

> Mas muitos que iam pro Uruguai passavam por aqui a gente dava atendimento, alguns deles não podiam dizer quem eram, também não me diziam muito bem ou não [inaudível], mas eu por dever de caridade eu tinha que atender, não é, mas como eram passageiros, passagem de dois dias [nem tanto/ um dia e tanto] eu aceitava, dava comida pra eles e iam embora. Não sabia quem eram, mas sabia que eles eram meio perseguidos, isso eu sabia.
> DGG- Essas pessoas elas vinham por conta própria ou alguém trazia elas e ia embora?
> LC- Eu até nem sei como vinham, sei que eles vinham para cá...
> DGG- Simplesmente batiam na sua porta?
> LC- Batiam a porta, como era de igreja, padre eles vinham aí e a gente atendia eles.
> DGG- E o senhor chegou a ajudar alguém a atravessar? Levar até o Uruguai?
> LC- [inaudível] Uruguai olha duas pessoas é possível que eu tenha feito isso...
> DGG- Porque um dos relatos fala que pernoitou na paróquia e o Senhor atravessou de braços dados com a pessoa como se fosse um parente seu do interior, ou alguma coisa assim....
> LC- É isso, duas pessoas eu tenho assim feito isso... Mas naquela confusão toda pode ser que tenha sido mais. Isso faz quarenta anos atrás, porque eu passava com liberdade ali na faixa, mas eles tinham uma espécie da pano assim, tipo, eles se vestiam como de mulher, assim. Aí passavam... Disfarçavam e passavam pro Uruguai
> DGG- E lá onde o Senhor deixava essas pessoas?
> LC- Bom eu deixava eles perto do Rio Branco[380] mais adiante um pouquinho, mas eles tinham dinheiro, eles tinham dinheiro então eles sobreviveram a isso aí, depois eles pegavam um ônibus ou qualquer coisa.
> DGG- Sim, o Senhor não entregava para ninguém específico lá?
> LC- Não, não entregava só auxiliava a passar e havia a própria [inaudível] porque aqui Rio Branco e depois tinha mais a diante não? Eu levava mais pra lá. Como de vez em quando eu ia lá cuidar das irmãs, que tinha lá as irmãs que eu rezava missa, deixava lá e ia embora.
> DGG- O senhor tem ideia de quantas pessoas ajudou?
> LC- Olha assim, o que posso te dizer, devia ter, era esporádico, mas umas dezoito a vinte pessoas vindas de fora...
> DGG- E isso foi no primeiro momento quando deu a ditadura, ou depois do arrocho do regime, depois do AI-5 em 68?
> LC- É no AI-5 por aí, Antes... Antes... Um pouquinho antes, no meio da turbulência maior, quando eles perseguiam os chamados comunistas[381].

Embora extenso e por vezes truncado, é importante a apresentação da íntegra desse momento do diálogo por diferentes questões. Primeiramente porque um dos elementos que o Padre mais frisou durante toda a entrevista foi a sua motivação para tanto. Ele fala muito em dever de caridade, e da postura que a Igreja como um todo deveria ter assumido diante desse episódio. E isso faz com que voltemos à discussão inicial desse capítulo, pois sabemos da existência de outros religiosos com uma postura extremamente conservadora na cidade, e que por vezes acabaram sendo um divisor de águas na sorte desses *passageiros da liberdade*.

[380] Popularmente há uma distinção entre a Cochilha e Rio Branco, mesmo que a primeira seja um bairro da cidade de Rio Branco. Entretanto para os moradores do lado brasileiro da fronteira, Rio Branco diz respeito ao que hoje é a zona comercial, já o restante da cidade que foi povoado posteriormente é todo entendido localmente como Cochilha.
[381] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.

Sabemos que as pessoas vindas no âmbito da operação fronteira da AP vinham instruídas a quem procurar e onde procurar, entretanto no seu discurso o Padre levanta uma questão importante: a de que esses perseguidos "batiam a porta, como era de igreja, padre, eles vinham aí e a gente atendia eles"[382]. No entanto, não eram todos os padres que assim agiam.

Outro elemento importante, que também aparece em outras entrevistas, é o fato de que ele se valia da lógica de seu cotidiano para passar essas pessoas. "Como de vez em quando eu ia lá cuidar das irmãs, que tinha lá as irmãs que eu rezava missa, deixava lá e ia embora"[383]. Ou seja, já existia uma desculpa ou razão prévia para sua ida ao Uruguai, e como o fato de estar acompanhado era algo esporádico, e ele passava com liberdade na ponte, tal atividade cotidiana era insuspeita aos olhos do posto de controle na aduana.

Outro elemento que apareceu durante as entrevistas, e que embora fuja um pouco às delimitações propostas pela presente pesquisa merece ser mencionado, é a entrada de Tupamaros por essa fronteira. Entretanto antes de abordarmos diretamente a fala do Padre, cabe um parêntese. No entendimento das pessoas comuns que vivenciaram aquele período, sem uma bagagem teórica a respeito das diferentes orientações das esquerdas da época, por Tupamaro se entende todo uruguaio com algum grau de militância política e de oposição ao governo da ocasião. Portanto, é um conceito extremamente elástico entre as pessoas do lado de cá da fronteira.

> DGG- E após o Golpe uruguaio, em 1973, o senhor ainda estava aqui, como ficou a situação da passagem pela fronteira? O senhor ajudou mais alguém?
> LC- Alguns que vieram do Uruguai para cá, eram os chamados Tupamaros. Eles assim, às vezes, só dava comida para eles não pernoitavam, dava comida para eles irem embora, porque a gente não sabia, porque havia indícios de que pessoas do Uruguai, militares, vinham para saber como é que estavam esses Tupamaros aqui. Aí então eu deixava eles irem embora o quanto antes, mas alguns pernoitaram uma noite. [...] Eles tinham que atravessar a fronteira muitas vezes não pela fronteira aqui [ponte], mas de barco. [...] eu tinha um lar de meninos aqui, mas tinha outro lar de meninos lá embaixo perto da ponte, perto do rio bem embaixo, e lá que eles passavam [...] Mas esses Tupamaros sim foram, como eram pessoas assim que tinham conhecimento, alguns eram, que sabiam bem falar, direitinho, porque a cultura deles era superior, a gente atendia né. Como não tinham armas, então a gente atendia, que quando se apresentavam com alguma arma a gente não deixava. Ate pela própria segurança, como era um dever de caridade nossa a gente fazia, não perguntava se tinha documento ou não tinha documento, acolhia porque é um dever![384]

É interessante pensarmos que sendo uma Travessia feita por via fluvial, ela demandava que alguém trouxesse esses indivíduos, o que já nos demonstra indícios da existência de uma

[382] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.
[383] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.
[384] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.

rede de mobilidade atuante em Rio Branco servindo a esse novo contexto. Entretanto, a confirmação dessa atuação demandaria uma pesquisa detalhada que foge a nossa proposta.

Se tratando da trajetória do Padre Caponi não podemos esquecer de mencionar o trabalho social efetuado por ele e as animosidades que esta tarefa despertava em alguns latifundiários da região. Uma vez que o mesmo atuava contra as práticas de vinculação de trabalhadores às propriedades rurais por meio de dívidas.

> Aqui no São Luiz havia uma Comunidade São Luiz na Charqueada por lá... havia uma granja ali que haviam uns 50/60 agricultores que tudo que trabalhavam [inaudível] tinham que comprar comida da própria granja que tinha uma venda e sempre viviam com dívidas, então eu fui lá, fui lá para poder ajudá-los e etc... [inaudível] só também porque eu era padre eles me atenderam, mas na volta quando eu vinha aqui perto da Santa Casa houve alguém que me disse que iam me matar [...][385].

Tais características de sua atuação, voltadas para um trabalho social, em uma época onde a defesa do básico a existência humana poderia ser facilmente enquadrada enquanto atividade comunista, fizeram com que pairassem sobre o Padre olhares extremamente antagônicos. Pois, ao mesmo tempo que era visado, era respeitado e admirado por ampla parcela da população.

> Claro a elite de Jaguarão me odiava, né! Tanto é verdade que um militar que era oficial de justiça me escutava aqui os sermões que eu fazia, mas não cheguei a ser preso porque o coronel sabia quem eu era e me colocou isso em Brasília dizendo 'Não! Olha, esse padre está fazendo [falando] a verdade ele está procurando a justiça!'[386].

Este prestígio social era um dos principais fatores que garantia relativa segurança para sua atuação no processo de Travessia, tanto de saídas quanto de entradas no Brasil, pois, acabava sendo "alguém de quem não se esperava que estivesse atuando contra o regime"[387]. De todas as formas, isso não quer dizer que tenha cessado a atenção do aparato repressivo sobre a sua pessoa, conforme nos relatou durante a entrevista:

> Eu sabia que tinha um oficial de justiça aqui, um oficial militar que ele gravava os meus sermões aqui. Havia censura [....] como eu era, tinha assim, nos meus sermões eu fazia, procurava fazer a colocação da justiça, que tinha que se tratar as pessoas não pelo ideal, pela ideologia política, mas pela pessoa humana, que todo mundo tinha direito, né, e como eu fazia um trabalho social com essas crianças, e alguns jovens eram um pouco, tinham assim uma experiência meio revolucionários no sentido de mudança, e eles achavam que eu era comunista. Inclusive eu fui aqui, muitas vezes, na câmara porque era tido como comunista, em Pelotas a mesma coisa[388].

[385] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.
[386] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.
[387] Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.
[388] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.

Vale destacarmos que há uma significativa diferença entre um sermão voltado para questões sociais, que pode ser interpretado como um alinhamento para com a ideologia comunista, para uma simples ida a Rio Branco com o pretexto de comprar gêneros alimentícios, por exemplo. O primeiro parece, aos olhos da repressão, muito mais perigoso e logo merecia ser acompanhados de perto. Conforme orientava o departamento de Polícia Federal de Rio Grande: "A subversão não é somente o emprego de bombas, os sequestros, etc.. é também o emprego da palavra, a propaganda visando a conquista da mente humana [...]"[389]. Nesse sentido, no entendimento dos agentes da ditadura, se os sermões eram uma arma de anticomunismo, também poderiam ser facilmente empregados a favor do comunismo e por isso deveriam ser observados de perto.

Ao que tudo indica, como podemos perceber através das narrativas do Padre, seu envolvimento na atividade de Travessia nunca foi descoberto, era sua atuação junto a comunidade campesina que despertava a atenção da repressão. Outro ponto que merece ser destacado é o fato de que, enquanto residia na cidade de Jaguarão, as denúncias elaboradas contra ele não eram apuradas com maior atenção pelos militares, graças ao cultivo de algumas amizades importantes no meio, realidade essa que vai mudar significativamente quando ele é transferido para Pelotas, uma cidade consideravelmente maior em termos populacionais se comparada a Jaguarão.

> Em Pelotas tive de ir na câmara, fui duas vezes chamado lá porque me acusaram de comunista, então houve um problema lá, porque lá eu continuei trabalhando com o meio rural né, fazia reuniões com o 5°, 7° distrito de Pelotas ai fui chamado muitas vezes na câmara porque achavam que eu era comunista, e fazia guetos no meio rural. Mas eu me defendi porque havia gente que me defendia, e que me acusava, [...][390].

Caponi foi transferido para Pelotas no ano de 1977 e lá passou a desenvolver forte atividade junto as comunidades rurais. Em pouco tempo virou alvo dos informes da Secretaria de Segurança Publica do Rio Grande do Sul:

> Dia 27 de julho, tendo por local o salão da comunidade de Santa Rita de Cássia - distante 30 quilômetros de PELOTAS/RS, realizou-se o protesto dos agricultores e produtores rurais da região, reunindo cerca de quinhentas pessoas, consistindo num ato político-religioso, onde os oradores preocuparam-se mais em criticar o Governo, do que apresentar sugestões.
> O evento foi iniciado com a leitura da "Carta Aberta" e, a seguir, o padre LUIZ ARMINDO CAPONI, pároco da localidade, pediu para que todos os presentes cantassem, juntamente com a sua equipe, os cantos contidos num panfleto (em anexo), contestatórios ao regime vigente.
> O padre CAPONI, que integra a Frente Agrária Gaúcha - FAG, e a Comissão Pastoral da Terra - CPT/RS, também procedeu a distribuição entre os presentes, de uma cartilha, intitulada "O Dia do Agricultor", (difundida pelo documento da

[389] Arquivo Público do Rio Grande do Sul. Fundo: Secretaria de Segurança Pública. Subfundo: Policia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 7° Região Policial/ Delegacia Regional de Rio Grande/ SOPS-RG
[390] Entrevista realizada pela autora com Armindo Luiz Caponi, na cidade de Jaguarão em 2017.

> referência), sendo que durante o seu pronunciamento, o padre CAPONI fez críticas acirradas ao Governo, [...].
> Em todos os pronunciamentos dos demais oradores, quando ocorriam críticas ao Governo e sua política, o padre CAPONI gritava "bravo", "apoiado", batia palmas entusiasticamente, incitando para que todos o imitassem, o que sempre conseguia. [...]
> Outro fato que chamou a atenção é a influência exercida pelo padre LUIZ ARMINDO CAPONI sobre os agricultores da região. 'Sem sua presença, o evento, não se revestiria das características que teve, pois o padre CAPONI foi o "grande incitador" do encontro. As ordens do padre CAPONI são cumpridas cegamente pelos agricultores e, prova disto, ocorreu durante os debates, quando o padre mandou os agricultores baterem palmas para todos os oradores que criticavam o governo, no que foi prontamente atendido, sendo que a ovação só parou, quando ele assim determinou[391].

Mesmo que o documento transcrito acima fuja por completo do período de abrangência desse estudo, é importante termos ele em vista, pois podemos, a partir do cruzamento dele com a narrativa do Padre, estabelecer um contraponto entre as suas vivências em Jaguarão e as mudanças que ocorrem na sua aparente blindagem quando ele foi transferido para Pelotas. Assim, podemos perceber uma das formas como a dinâmica entre repressão e resistência nesse micro espaço esteve significativamente condicionada pelas particularidades locais, no que diz respeito às relações estritamente personalizadas que se podem estabelecer com maior facilidade nas pequenas cidades. Todavia, se faz necessário reforçar que apontar atos de repressão pontuais não torna inexistentes ações de resistência na cidade, tampouco, minimizam os impactos da repressão nesse território.

Entretanto, diante do exposto, podemos concluir serem essas sutilezas e particularidades presentes nas relações pessoais, sociais e culturais estabelecidas nesse espaço fronteiriço, o ponto nevrálgico para a compreensão do êxito que estas redes de mobilidade obtiveram no auxílio a Travessia para o Uruguai daqueles que no Brasil eram perseguidos por motivos políticos.

3.4.1. Da cruz à Operação Fronteira: a curta trajetória da Célula Pelotas da Ação Popular

"Todos esses que aí estão/ Atravancando o meu caminho,/ Eles passarão.../ Eu passarinho!"
(Mario Quintana)

Nascida em 1962 a partir do trabalho de quadros ligados a movimentos leigos da Igreja Católica (Juventude Agrária Católica - JAC, Juventude Estudantil Católica - JEC, Juventude Independente Católica - JIC, Juventude Operária Católica - JOC, Juventude

[391] Arquivo Nacional. Fundo: Serviço Nacional de Informações. Dossiê: movimento dos produtores rurais do estado do Rio Grande do Sul. p.8-13. Localização: BRDFANBSBR8.

Universitária Católica - JUC), a AP adotou o referencial teórico apoiado no "socialismo humanista", postura que foi sofrendo algumas alterações ao longo de sua trajetória. Entretanto, nunca houve uma completa desvinculação de suas origens cristãs, que continuou pautando suas atividades.

Ainda durante o governo Goulart, a AP apoiou o projeto de reformas de base, mesmo que tecendo severas críticas a sua condução. Seus quadros também exerceram atividades voltadas para o campo educacional, como o Movimento de Educação de Base, que foi uma parceria entre a AP e o Ministério da Educação voltada para a alfabetização de comunidades campesinas. O grupo também participou do projeto de alfabetização denominado Pedagogia do Oprimido, que era desenvolvido por Paulo Freire. E, ainda durante o breve governo de Jango, os representantes dessa entidade ocuparam por três anos consecutivos a presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE). Para Dias (2011), a vinculação dos representantes da AP a projetos que almejavam profundas transformações no país "foi uma tentativa de formação de um incipiente grupo de intelectuais orgânicos que poderiam, em certo prazo, terem se tornado os representantes da classe trabalhadora no país" (DIAS, 2011, p.34).

Ainda segundo a autora, embora a AP Nacional[392] tenha passado por uma série de rupturas e cisões durante sua existência, dois momentos podem ser apontados enquanto chaves para a compreensão de sua trajetória. O primeiro deles foi o Golpe de 1964, que fez com que o grupo elegesse a via de enfrentamento não armado à ditadura militar. O segundo ponto de clivagem para a organização foi a decretação do AI-5 em 1968; a partir daí, diante do fechamento de toda e qualquer via de contestação legal a ditadura, a AP passou a adotar enquanto referencial teórico, de maneira definitiva, o marxismo-leninismo a partir da vertente maoísta, o que fez com que mesmo diante deste fechamento a AP mantivesse sua posição de enfrentamento não armado. Nesse período, a organização optou por intensificar seu movimento de integração na produção[393], que havia sido iniciado em 1967 e massificado a

[392] Para uma melhor compreensão da trajetória da AP recomendamos a leitura da obra do jornalista Otto Filgueiras "Revolucionários sem rosto: uma história da Ação Popular" publicada pelo Instituto Caio Prado Jr. no ano de 2014.

[393] De acordo com Santana (2009), que pesquisou a trajetória da AP na Bahia, o processo de integração na produção se deu: "Com a escolha do maoísmo como estratégia revolucionária, os militantes da AP começaram a preparação da guerra popular no Brasil através da integração dos seus quadros à produção. A influência maoísta pode ser observada através da semelhança entre o processo de integração e o processo de "reeducação ideológica" que era colocado em prática naquele período na China, durante o auge da Revolução Cultural. O ideal de reeducação baseava-se no envio dos quadros do Partido Comunista Chinês periodicamente ao campo ou as fábricas para que estes não perdessem o contato com as massas e o trabalho produtivo. Inspirada nessa experiência, a AP colocou em prática a integração que inicialmente tinha como objetivo único a transformação ideológica dos seus quadros oriundos da pequena burguesia, os quais deveriam superar os seus limites de classe através do trabalho produtivo no campo e nas fábricas e por meio do contato com as massas." (SANTANA, 2009, p.161).

partir de 1969 (OLIVEIRA, 2016). Tal medida fez com que aumentasse a rotatividade de seus membros pelo país; assim diante das sucessivas transferências se tornaria mais difícil o mapeamento dos órgãos repressivos (DIAS, 2011).

A AP gaúcha[394] teve por sua base de formação militantes ligados ao meio estudantil, sobretudo aqueles que estavam na JEC e na JUC. Suas atividades de 1962 até o Golpe de 1964 se desenvolviam conjuntamente com outros dois grupos de esquerda (os comunistas e os independentes) que formavam a Frente Única, responsável por dirigir o movimento estudantil no estado durante aquele período. Majoritariamente as atividades da AP estavam concentradas na capital do estado, entretanto houve ações organizadas pelo interior. Fator esse que fez com que a AP estadual se diferenciasse da conduta de atuação da AP Nacional.

A segunda fase de atuação da AP gaúcha teve início com o Golpe de 1964, quando a organização foi varrida da vida estudantil do estado, o que fez com que diante das constantes perseguições muitos militantes se afastassem da AP logo após o Golpe. Outra parte de seus integrantes continuou, de maneira clandestina, buscando alcançar novas formas de oposição diante do cenário que se apresentava. Nesse período foram organizadas campanhas do voto nulo e a AP passou a desenvolver ações políticas junto ao operariado em Porto Alegre.

A terceira fase da AP gaúcha tem início em meados de 1969, logo após o AI-5 causar inúmeras baixas nos quadros da AP estadual. Nesse período, vieram para o Rio Grande do Sul militantes do estado de São Paulo, com o objetivo reestruturar a organização por essas bandas. Nesse ano, também foi intensificado o movimento de integração na produção[395] alinhando os trabalhos da unidade estadual com as diretrizes do comando nacional para as muitas "APs" espalhadas pelo país. Entretanto, as bases de formação da AP continuavam as mesmas. Segundo Dias, durante essa terceira fase "a maior parte dos militantes, cerca de 50% do total, atuava no movimento estudantil universitário e secundarista, enquanto o restante dos integrantes realizava atividades no setor de coordenação de operários, da pequena burguesia ou na operação fronteira" (2011, p.185-186).

A AP teve significativa atuação no Rio Grande do Sul até o começo dos anos 1970, quando passou a sofrer sucessivas baixas e logo foi desmantelada pela repressão, em 1972. Nos anos finais de sua existência, 1968 a 1970, a AP organizou uma "Operação Fronteira"

[394] Sobre a trajetória da AP no estado do Rio Grande do Sul recomendamos a leitura das dissertações da pesquisadora Cristiane Medianeira Ávila Dias "A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972" (2011), e do pesquisador Thiago Vieira Pires "Fazendo a revolução a vida inteira: memória e resistência entre os militantes da Ação Popular do Rio Grande do Sul" (2015).

[395] A respeito desse aspecto recomendamos a leitura da dissertação "A Ação Popular e suas estratégias de integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972)" de autoria de Cleverton Luis Freitas de Oliveira (2016).

para a retirada do país de seus quadros "queimados", que denota a importância da AP gaúcha para a manutenção da nacional, que nesse contexto "estruturou um esquema que foi responsável pela passagem, em segurança, de vários militantes da organização para fora do país através da região de fronteira" (DIAS, 2011, p.187). Em um primeiro momento, a principal rota da AP era Livramento no Brasil e Rivera no Uruguai, entretanto com as sucessivas quedas na referida fronteira, e com a atenção que esta ganhou após ser descoberto o esquema dos dominicanos, foi necessário que se buscassem novas rotas. Foi nesse cenário que a célula Pelotas da organização começou a ampliar o seu protagonismo, conforme aponta Alceu Salamoni, um de seus dirigentes na região.

> DGG- E Santana do Livramento estava visada já?
> A.S- Claro, já vinha tudo para cá, o sul do estado e outras áreas do estado [...] mas é aqui a fronteira, então vinham uns caras de São Paulo, vinham caras que a gente nem conhecia! Mas a gente fazia assim, a gente era um elo e tinha um esquema de confiança no elo, no articulador esse de Porto Alegre, ele vinha com tudo certo e tinha certas missões: "olha, nós vamos ter que passar alguém, não sei quando é que vem, mas ele vai vir por tal senha, vocês vão ter que dar um jeito aqui, nem que armazene, segure ele sete, oito dias aqui, quinze dias escondido, e vê o momento para poder passar"... Esse era o momento complicado![396].

A AP era um dos grupos mais bem preparados em termos técnicos de segurança, em função da fragmentação dos trabalhos, e logo o conhecimento limitado que cada um tinha a respeito das atividades do grupo: "a gente era um elo e tinha um esquema de confiança no elo, no articulador esse de Porto Alegre, ele vinha com tudo certo"[397]. Nenhum militante sabia mais que o essencial. E isso era de conhecimento dos órgãos de segurança, que desde 1966 vinham estudando minuciosamente a AP no estado, produzindo inclusive relatórios que instruíam seus agentes em relação ao alto nível intelectual e organizacional dos membros da AP, orientando-os a adotar determinados critérios durante a condução de interrogatórios com membros desse grupo:

> É evidente a atuação dos órgãos de repressão sobre a AP, no Rio Grande do Sul, através do relatório produzido pela Secretaria de Segurança Pública, que orientava os delegados regionais a adotarem determinados critérios de interrogação dos militantes do grupo. O documento informava que os dados a que um militante tinha acesso estavam restritos à função que ele desempenhava na AP e, em virtude disso, tornava-se necessário conhecer o setor de atuação de determinada pessoa para depois interrogá-la sobre suas ações políticas. Os setores em que a AP se dividia nesse período eram: Célula, Núcleo de Base, Comando Seccional, Comando de Zona e Comando Nacional (DIAS, 2011, p.129-130).

O estado do Rio Grande do Sul fazia parte do Comitê Seccional R2, do qual também pertenciam os estados de Santa Cataria e Paraná. Era o estado com maior número de

[396] Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.
[397] Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

militantes da R2, e uma das hipóteses para esse elevado número de indivíduos é a posição geográfica do estado que viabilizou o funcionamento da Operação Fronteira na região. No que diz respeito às medidas de segurança tomadas pela AP, a militante Nilce Azevedo Cardoso, responsável pelo setor de serviços da organização, relembra que:

> A dirigente nacional responsável pela segurança me informou o seguinte: "você tem que agir dessa forma e não pode falar nada a respeito das suas atividades! Você irá aos lugares e depois vai apagar o endereço da memória e também esquecer as pessoas com quem teve contato"! Então, se você encontrar com alguém não vai dizer quem você é, nem o que está fazendo! No início do treinamento, ela também falava: "você não pode chegar atrasada a um local, isso não é admissível! Nunca se chega atrasada num ponto e, no máximo, forneça três minutos de tolerância para o outro militante". Então, eu tinha que entrar no primeiro minuto, esperar mais dois e depois ir embora [...] (CARDOSO, 2010. Apud. Dias, 2011, p. 43).

O setor ocupado por Nilce era um dos mais importantes da organização, dependia dela todo o funcionamento da rede, pois era ela a responsável por estabelecer contato com o comando Nacional da organização, possuía todo o esquema de codificação da AP, a localização dos aparelhos e ela era a responsável por estabelecer os pontos de contato entre os membros, além disso era ela a responsável por dirigir os trabalhos junto ao setor operário. Outros, igualmente chaves para a continuidade dos trabalhos da AP, foram: Antonio Ramos Gomes, responsável pela direção estadual e pelo setor de pequena burguesia, e Paulo Loguercio, coordenador do setor estudantil. Também era sua tarefa a responsabilidade de estabelecer contato entre a direção estadual e o núcleo em Pelotas.

Pelotas[398] e Santa Maria eram as principais bases da organização no interior do estado; segundo Gomes, juntos somavam cerca de trinta pessoas. O coordenador do núcleo em Pelotas era Alceu Salamoni[399], que nos concedeu a entrevista juntamente com seu antigo companheiro, Antonio Voltan:

> A.S- Em 1967 eu cheguei em Pelotas, eu estava em Porto Alegre, nós nem estávamos ainda organizados. Foi em 1968 que o núcleo se organizou mesmo! Aqui, era política estudantil e até 1967 não estava...
> A.V- Sim! Dentro do ginásio já tinha a JUC...
> A.S- É porque quando é que endureceu? Endureceu com a saída do Costa e Silva e a entrada do Médici [...] que foi o movimento de meia oito.
> A.V- Aí sim! Aí começou!
> A.S- Aí foi que o troço pegou, aí a gente teve que se organizar, porque até ali a gente fazia coisas, a esquerda estava até com um pouco de espaço pra fazer alguma coisa aí que endureceu [...][400].

[398] A trajetória da AP Pelotas faz parte das pesquisas desenvolvidas por Marilia Brandão Amaro da Silveira (2010; 2014).

[399] Como mencionamos anteriormente havia uma estratificação setorial na AP. Diante disso o próprio Alceu em entrevista a autora relatou ser Voltan o chefe da Célula Pelotas e em nenhum momento chamou para si o protagonismo da direção do Núcleo regional. Diante disso, o fato de Antonio Ramos Gomes ter o apontado como o dirigente pode ter sido um lapso de memória durante sua narrativa.

[400] Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

Durante nossa entrevista não buscamos aprofundar as atividades da AP na região, mesmo porque nosso foco era a Operação Fronteira e as ligações da AP com a rede de mobilidade em Jaguarão, entretanto se faz importante trazermos para a discussão alguns desses outros aspectos para que possamos entender a dimensão do trabalho da organização na região.

> A.S- Não dá pra dizer que tinha relação com as cidades vizinhas integrada a AP?
> A.V- A gente conhecia gente que era oposição e que às vezes topavam...
> A.S- eu lembro que teve o desafio de tentar botar cara no interior, agente nunca conseguiu, era difícil. [...] a célula era um núcleo básico de reunir quatro ou cinco pessoas responsáveis por uma zona. Mas aí depende se era para uma zona, se era pra uma cidade ou se era pra uma região [...] depende de gente que tu conseguisse reunir. Nós aqui, por exemplo, tínhamos o nosso grupo que eram quatro ou cinco pessoas responsáveis pela atividade aqui na região e a ideia era reproduzir as células, mas esse era um desafio, e tu tinha o comando regional de Porto Alegre, estadual!
> A.V- Aqui tinha alguns que são simpatizantes, pedia pra fazer alguma coisa, faziam! Que não fosse uma coisa muito aah! E, às vezes, dinheiro nos davam...
> A.S- Ah sim! Porque tu tinhas um sistema de arrecadar algum fundo porque as atividades tinham um custo [...] o que a gente chama de simpatizantes, os caras sabiam que tu tava em alguma atividade clandestina, mas nem sabiam que era a AP...
> A.V- alguns até sabiam[401].

Tomando o levantamento feito pela Secretaria de Segurança Pública sobre as atividades da APMLdoB no estado do Rio Grande do Sul no ano de 1972[402] podemos visualizar melhor esse cenário descrito por nossos entrevistados[403].

Lista de militantes da AP ligados a Célula Pelotas	
Alceu Salamoni	1970: passou a militar na Célula Pelotas 1971: fez a campanha do voto nulo; estava encarregado pelo coordenador da célula para discutir com os profissionais liberais, principalmente professores da Universidade Católica; ajudou a fabricar e distribuir panfletos contrários a ditadura; e contribuía com cinquenta cruzeiros mensais para a AP. Detido em 04/05/1972 e liberado em 07/06/1972.
Amilcar Gigante	Simpatizante, contribuía com cem cruzeiros para a AP Pelotas.
Antonio Camelato Voltan	1970: passou a militar na Célula Pelotas; fez a campanha do Voto Nulo.

[401] Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.
[402] No referido documento são relacionados indivíduos que possuem alguma espécie de relação com a organização. São listados mais de sessenta nomes entre militantes pertencentes ao quadro orgânico da AP no Rio Grande do Sul, simpatizantes e militantes de outros estados que usufruíram da Operação Fronteira. Além de seus nomes o relatório apresenta um breve histórico a respeito de cada um dos indivíduos mencionados.
[403] Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo: Secretaria da Segurança Pública/Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

	1971: substituiu José Antonio Fonseca (Tomaz) na coordenação da célula Pelotas; contribuía com 40 cruzeiros mensais para a AP. Detido em 25/04/1972 e liberado em 14/06/1972.
Egon Krakhecke	1966: pertencia ao diretório acadêmico da Faculdade de Agronomia de Pelotas, e participou, em virtude disso, da campanha do "Voto Nulo"; 1969: entrou para a AP; contribuía com 100 cruzeiros para a organização. Detido em 25/04/1972 e liberado em 02/06/1972.
Gildásio Westin ConsenzaCosenza	Em 1972 veio de São Paulo para o Rio Grande do Sul a fim de se encarregar do trabalho de fronteira, fixando-se em Pelotas.
José Antonio Fonseca	1969: foi indicado para a organização por Irajá Souza Lopes (natural de Pelotas) membro do Comando Regional 1. 1970: passou a militar na AP, realizou panfletagens e pichamentos contrários a ditadura. 1971: era coordenador da Célula Pelotas, foi para Porto Alegre no final do ano; contribuía com 40 cruzeiros para a AP. Detido em 17/04/1972 e liberado em 02/06/1972.
José Augusto Fidelis Sarno	1969: membro do comando Região 2. 1971: foi a Pelotas a fim de levar informe político da situação nacional e internacional. Detido em 14/04/1972 e liberado em 21/07/1972.
Paulo de Tarso Loguércio Vieira	Com a vinda de Rubem Leal (Ivam), dirigente da R2, para o Rio Grande do Sul, Loguércio ficou encarregado do Setor Estudantil e do Trabalho de fronteira; era assistente da Célula Pelotas. Detido em 12/04/1972 e liberado em 29/06/1972.
Terezinha de Jesus Pereira Burmeister	1968: militou na Célula Pelotas.

Tabela 2: Elaborada pela autora a partir do documento intitulado "Atividades da APMLdoB no Rio Grande do Sul"

Como podemos perceber a partir do cruzamento das falas dos nossos colaboradores com o documento produzido pela inteligência da Secretaria de Segurança Pública, o grupo atuante em Pelotas era extremamente pequeno. Algumas informações presentes no documento não condizem com aquilo colocado pelos colaboradores, como, por exemplo, o princípio da organização da célula que teria sido em 1968 e não em 1970, como aponta o relatório. É interessante observarmos, também, a existência de simpatizantes, como é o caso do senhor Amilcar Gigante. Outro indivíduo que vai aparecer no decorrer do relatório é Maneco, natural de Pelotas e vinculado ao esquema de fronteira da AP em Livramento. Entretanto ao que tudo indica, com base nos estudos de Silveira (2010; 2014), Maneco era militante do PC e não da AP, e esteve sim envolvido nas Travessias por essas fronteiras. Isso vai ao encontro do relato dos nossos colaboradores, Antonio e Alceu, a respeito da existência de ações conjuntas com o PC na região:

> A.S- porque uns caras vinham assim e passavam, tem uns que dizem "Olha o Serra passou por aqui", dizem! Dizem! [...] porque não era só nós, tinha muita gente fazendo isso, porque as organizações [...] cada um tinha o seu esquema!
> DGG- Vocês trabalhavam em conjunto com alguma outra organização?
> A.V- Às vezes, com pessoas...
> A.S- Às vezes, com alguém do Partidão [...] tinha alguns caras, mas também não conseguia porque um não abria pro outro! Também era muito difícil... Porque nos trabalhávamos com codinome, ninguém se conhecia pelo nome, nessas relações. [...] era muito primária a coisa, primário no sentido assim, não tinha estrutura, pessoal... Era de quatro ou cinco pessoas, só que incomodava tanto a ditadura [risos] [...][404].

Diante disso, mesmo que essas parcerias se dessem de maneira esporádica, podem ter levado os órgãos de informação a cometerem equívocos. Por outro lado, em 1973 a AP rachou por completo e boa parte de seus membros se integraram ao PCdoB, movimentação essa que já vinha sendo experienciada há algum tempo, e que faz com que Maneco possa ter sido não parte de um setor de apoio da AP, mas sim um de seus militantes orgânicos que durante as constantes redefinições da linha doutrinária da AP acabou migrando para a corrente pecedebista.

Outro ponto que chama atenção é a existência apenas de uma mulher indicada no documento e a total falta de maiores dados a respeito da mesma. Devemos destacar também que uma das formas encontradas pela AP para preservar seus membros era a rotatividade destes, assim José Antonio Fonseca é enviado para Porto Alegre em 1971 e assume seu lugar na coordenação dos trabalhos da AP Pelotas Antonio Voltan. Após esse momento ambos só se reencontram no DOPS, quando são colocados frente a frente para averiguações.

> A.V- Aí me levaram para Porto Alegre, no meio da estrada paravam: "caminha aí que agora nós vamos atirar", não sei oque e tal [...]. Aí, no outro dia começaram o interrogatório. E eu vi que já estavam todos que a gente tinha contato, já estavam quase todos presos lá. Aí me botaram com dois, um que vinha aqui fazer passagem e outro que tinha estado aqui, o Fonseca, ele era padre, mas não era da igreja católica, como é que é...
> A.S- Era da igreja evangélica, o reverendo da igreja evangélica.
> A.V- [...] e eles começaram a apertar com o Fonseca, [...]
> A.V- o contato era, como que era?
> A.S- o Paulinho [Paulo Loguércio]
> A.V- Ele botou os três ali e daí começaram, [...]
> A.V- E aí chegou o ponto que davam choque e davam choque, e aí ele me disse, o Paulo Guedes[405], "eu não aguento mais vou ter que abrir" e eu disse te acalma, até que gritei "PARA COM ESSAS PORCARIAS, OH FILHO DA P*t@!" [...] "bota nele lá" aí botaram o negócio que era pra três em um, e começamos a cair no chão que nem os outros. [...]

[404] Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.
[405] Em outro ponto da entrevista nossos colaboradores identificam o contato como Paulo Louguercio, o mesmo indivíduo consta na lista de membros da AP elaborada pela SSP.

É interessante perceber como as quedas na AP aconteceram como em um jogo de dominós, foi preciso o DOPS prender sua coordenação em Porto Alegre: Nilce e Antonio foram presos em 11 de abril de 1972; Loguércio que também era responsável pelo contato com Pelotas foi detido em 12 de abril de 1972; o militante José Augusto, que havia coberto um ponto em Pelotas no ano anterior, foi detido em 14 de abril; e Fonseca, que fora enviado para Porto Alegre após a vinda de Jose Augusto, caiu em 17 de abril. Todos eles possuíam algum conhecimento a respeito da região de fronteira, não levou muito tempo e os homens de Ervelha[406] estariam com Antonio e Alceu, detidos em 25 de abril e 4 de maio respectivamente.

Ao narrarem suas quedas, nossos colaboradores destacam a importância do esquema de segurança e as falhas presentes nele:

> O que valia era a confiança das senhas, a gente nem conhecia o cara, claro que a gente sabia que esse processo poderia ser rompido pelo esquema da repressão [...] no momento que eles conseguissem pegar um dos nossos e forçar a barra para que o cara dissesse a senha vinha outro no lugar dele e descobria o esquema. Por que qual era o desafio deles? Era saber quem é que estava envolvido aqui [...] fundamentalmente era isso, né Voltan? O que que faziam? Como faziam? E quem eram? Pra poder prender, quando eles nos prenderam eles estavam com quase tudo mapeado. [...] porque a gente não tinha, os movimentos da época um dos grandes problemas era a comunicação, porque tu tinhas que ter pombo-correio e tinha que ser gente da organização, não podia ser alguém de fora porque se não entregava todo grupo [...] porque nos quando nós fomos presos, já tinham prendido toda a nossa organização, a cúpula toda já estava presa em Porto Alegre [...] e o alto escalão dela em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, já estavam presos, mas nós não sabíamos, entende? Por isso que veio esse cara, eles sabiam que tinha um esquema em Pelotas, mas não sabiam onde é que estava o esquema[407].

Voltan foi preso ao cobrir um ponto falso armado pelo DOPS, onde o agente apresentou a senha utilizada para as Travessias. Após o completo desmantelamento da AP em 1972 ainda houve uma modesta tentativa de rearticulação da mesma. Entretanto, tudo se tornara mais difícil, especialmente para os rapazes que ficaram marcados enquanto "comunistas":

> Cada um de nós sabia que podia perder tudo o que tinha, podia perder o emprego, como de fato eu perdi e tu [Antonio] também perdeu, fui demitido e a motivação foi uma motivação política [...]. Tudo com muita dificuldade, tu queria fazer uma reunião com o grupo e era uma briga, tinha que fazer um dia num lugar, um dia no outro, porque se os caras chegassem prendiam todo mundo [...] a gente era marcado, "olha aí o comuna", "o comuna!" [...][408].

Apesar do efeito dominó que sofreu a organização, devemos destacar que devido a sua estruturação compartimentada, muito de seu esquema foi preservado. Isso porque somente o

[406] Inspetor de polícia do DOPS no Rio Grande do Sul de 1970 e 1972.
[407] Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.
[408] Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

setor de Serviços sabia das rotas exatas utilizadas para a Operação Fronteira. Em entrevista a Dias (2011), Nilce Cardoso, responsável pelo setor de serviços e logo pela estruturação das rotas, fez um balanço da atividade:

> Todos os militantes que chegaram até nossas mãos conseguiram passar pela fronteira. . O fato de nenhum deles ter "caído" durante a Travessia, pois se caísse teria dito de onde veio, mas como eram sempre pessoas importantes para a organização, nós sabíamos que devíamos ter uma extrema segurança com eles. Então, a gente não colocava o pessoal em risco, pois eles iam com algum simpatizante, que não sabia muita coisa sobre suas atividades políticas. Então, se o simpatizante caísse ao passar pela fronteira, não saberia informar aos policiais quem era o militante que estava saindo do país, de onde ele vinha, nem para onde ele ia! Enfim, se caísse ele não diria nada. (...)! Mais tarde, quando os policiais do DOPS me perguntaram sobre o trabalho de fronteira, eu desconversei, eu disse não sei o que {sic} e depois "ah um ou outro" (CARDOSO, apud. Dias, 2011, p.176).

A tabela a seguir, também elaborada com base no estudo realizado pela Secretaria de Segurança Publica do Estado, apresenta os elementos vinculados à Operação Fronteira da AP. Devemos frisar que tal documento foi produzido após as sucessivas quedas sofridas pela organização, e também que em nenhum momento ele especifica qual a fronteira utilizada tanto para as entradas quanto para as saídas do país.

Operação Fronteira		
Nome	Suposta posição na organização	Ano da Travessia
Alduízio Moreira de Souza	Membro do comando regional R1. Natural de Minas Gerais	1970 (foragido)
Arnoud de Holanda Cavalcante	Membro da seção denominada Canudos. Natural de Fortaleza	1971 (foragido)
Maria Lucia Jaime	Natural de Goiás.	Primeiro semestre de 1971 (foragida)
Rui Lemos Schmidt		Primeiro semestre de 1971
Ernesto de Melo Levi	Viajou para o Uruguai com a finalidade de articular a Operação Fronteira.	1969 (foragido)
Gildásio Westin Cosenza	Em 1972 veio de São Paulo para o Rio Grande do Sul a fim de se encarregar do trabalho de fronteira, fixando-se em Pelotas. (foragido)	1971 passou pela fronteira e foi a Montevidéu falar com Levi (Garcia)
Hélio Corbeline (Cabral)	1970 passou a ser simpatizante da AP	"ainda quando vivia na clandestinidade, Hélio Corbeline foi o

		responsável por trazer de volta ao Brasil, através da cidade gaúcha de Jaguarão, na fronteira, o líder Nacional da AP, Herbert de Souza, o Betinho" que estava no Uruguai (MITCHELL, 2007, p.2010)[409].
José Carlos Novaes da Mata Machado	Em 1970 foi quem fez contato entre Paulo de Tarso Loguercio Vieira com Ernesto de Melo Levi, a fim que fosse organizado o esquema de fronteira.	
Manoel Luiz Vieira de Souza Coelho (Maneco)	Natural de Pelotas, foi apontado por Ernesto de Melo Levi em 1971 para fazer parte do esquema de fronteira.	Seria o contato em Rivera (foragido)
Paulo de Tarso Loguércio Vieira	Com a vinda de Rubem Leal (Ivam) para o Rio Grande do Sul, Loguércio ficou encarregado do Setor Estudantil e do Trabalho de fronteira; era assistente da Célula Pelotas.	
Sérgius Gonzaga	Simpatizante: Recebia a correspondência de Maneco, oriundas do Uruguai, destinadas a Loguércio (Eduardo).	
Jair Ferreira de Sá	Membro fundador da AP, fazia parte do comitê central da organização	Em 1970 passou pela esquema de fronteira com destino ao centro do país após realizar estudos marxistas na China
Manoel da Conceição Santos		Em 1970 passou pela esquema de fronteira com destino ao centro do país após realizar estudos marxistas na China
Paulo Stuart Wright	Natural de Santa Catarina, esteve no Rio Grande do Sul em 1970 a fim de orientar a campanha do	Em 1970 passou pela esquema de fronteira com destino ao centro do

[409] Essa é a única informação que não foi extraia do dossiê sobre a APMLdoB.

	Voto Nulo	país após realizar estudos marxistas na China
Rui Razão Soares		Em 1970 passou pela esquema de fronteira com destino ao centro do país após realizar estudos marxistas na China
Luiz Carlos Paz Santana	Natural de Livramento, local para o qual retornou no início de 1972	

Tabela 3: Tabela elaborada pela autora. Os elementos em amarelo pertencem a Operação Fronteira, os em branco deixaram o país utilizando-a e os em lilás fizeram uso desta para regressar ao Brasil. Já o elemento em azul são aqueles residentes na fronteira que puderam ou não ter tido participação na referida operação.

Devemos destacar que em nenhum momento Antonio e Alceu são vinculados ao esquema de fronteira da AP, embora a SSP possuísse indicativos da tentativa de rearticulação da rota após as prisões da Célula Pelotas. Na visão dos órgãos da repressão, a Operação Fronteira foi articulada da seguinte maneira: Ernesto de Melo Levi teria viajado para o Uruguai em 1969, e lá teria se fixado com a finalidade de articular a Operação Fronteira. O passo seguinte foi a visita de Gildásio Westin Cosenza em 1971 a Montevidéu, onde teria estabelecido contato com Levi. E em 1972, após a queda da Célula Pelotas, Gildásio foi enviado de São Paulo para o Rio Grande do Sul a fim de se encarregar do trabalho de fronteira, fixando-se em Pelotas. Entretanto, todos os mapeados pela SSP que passaram pelo esquema de fronteira da AP o fizeram antes de 1972.

Questionamos nossos colaboradores sobre a recorrência das Travessias a partir da cidade de Pelotas e o período que teriam desenvolvido tal atividade. Eles nos disseram ter atuado nas Travessias de 1968 até 1972 quando foram presos, e completaram:

> Mas é que as vezes fica meio por traz assim, aquela imagem que era uma rota que passava um atrás do outro, não. Não, era! Também era muito raro! Porque quem é que passava? Quem tava ameaçado de ser preso e, porque já tinham descoberto o cara lá por São Paulo ou Porto Alegre e tinha que "se arrancar"! Porque ia ser preso de uma hora pra outra, então esses vinham... Como do outro lado, no Uruguai, não tava numa ditadura ainda dava, ne... Então como que era a passagem? Ou ali [Jaguarão] ou Santa Vitória, mas Santa Vitória era muito arriscado ir até lá, aqui [Jaguarão] era mais próximo. Tu percorrias muito tempo dentro do BR até Santa Vitoria, embora Santa. Vitória a passagem era até melhor porque não tem rio, não tem nada que aqui [Jaguarão] tinha o rio né, tinha a ponte, e a passagem era na ponte, porque era a ponte só![410].

Algumas questões mencionadas pelo colaborador são de extrema importância e merecem ser pontuadas: a primeira delas é a posição geográfica de região. Diante disso,

[410] Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan, na cidade de Pelotas em 2018.

devemos levar em consideração quais são as vias de acesso ao Uruguai pela fronteira sul do Brasil: Chuí, Santa Vitória do Palmar e Jaguarão, que se tratam de três municípios pequenos, dotados de hábitos interioranos e que por sua localização demandariam uma viagem mais longa, processo que poderia ser facilitado com o auxílio de uma rede local conhecedora da região. Ao mesmo tempo, deviam ser levados em conta os prós e contras de cada rota, as condições de passagem e os postos de controle, se o caminho até Santa Vitória era longo por passar muito tempo pela BR, ao mesmo tempo, em Jaguarão se tinha que obrigatoriamente passar pela aduana, o que, por sua vez, aumentava os riscos.

Em outro ponto da entrevista, eles também destacam que por se tratarem de um grupo pequeno e que não residia diretamente na fronteira se tornava mais difícil montar o esquema de segurança para as Travessias, que foram se tornando cada vez mais perigosas conforme o cerco se fechava em torno da AP. Também mencionam a importância de se contar com a solidariedade de amigos e conhecidos que residiam nas fronteiras:

> A.S- Com algum esquema chegava lá, alguém lá que ajeitava pra passar junto, alguém meio conhecido, ou arriscava num horário meio assim...
> DGG- E as pessoas iam sempre com essa orientação, quem procurar? Onde procurar?
> A.S- Não, porque depende quem vinha, por exemplo, vinha gente que era militante da AP, então vamos botar, quem é que vinha? Os militantes da AP tinham que fazer contato conosco por senha, porque a gente tinha o sistema de senha, o cara chegava e pra tu atender só por senha. E aqui ficava, eu lembro que um cara ficou um tempo aqui em Pelotas, ficou uma semana por ali o cara [...] ficou por ali porque não tinha chance de passar, antes inclusive, um pouco antes, da nossa prisão. [...] é porque tava muito perigoso lá, porque tava muito cercado, a gente sabia, olha, os cara tão em cima, tão cuidando! Então tu não ias arriscar, ficava aqui e ficava escondido também, não podia aparecer em Pelotas.
> DGG- E de lá alguém avisava vocês, olha a barra tá pesada aqui, não dá pra mandar ninguém?
> A.S- É, é tinha sempre gente, alguém de lá ou informantes, pessoas que faziam alguma comunicação. [...] mas o problema era que tu tinhas que dar um jeito do cara chegar até Santa Vitória que era um percurso complicado. Arriscava ir de ônibus? Vamos arriscar ir de ônibus, porque também não tinha, tu tem que te dar conta assim, nós não tínhamos telefone, isso não existia, contato...[411].

Nilce Cardoso, em entrevista da Dias (2011), destacou que a região de Pelotas não fora a base fundamental para a articulação da Operação Fronteira. Frisou, também, que não existiu no estado uma única rota, e que o caminho seguido dependia exclusivamente da disponibilidade de pessoal para receber e orientar o passageiro: "[...] em muitas ocasiões, a travessia pela fronteira não era acompanhada por militantes da organização, mas por alguém que fazia parte da rede de simpatizantes da AP e o nosso trabalho nessas circunstâncias, era delegar a tarefa para essas pessoas e elas faziam a passagem [...]" (CARDOSO, apud. DIAS, 2011, p.173). Já Antonia Mara Vieira Loguércio, em entrevista a mesma autora, aponta que a

[411] Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

região de Pelotas poderia ter sido melhor utilizada pela AP, pois a "cidade oferecia uma série de possibilidades não verificadas" (DIAS, 2011, p. 173).

Uma dessas "possibilidades não verificadas" é a existência de rotas ativas e muito utilizadas desde os tempos em que os pombos-correios de Brizola circulavam por essas bandas. Velhos contatos entre membros da JUC e setores exilados no pós Golpe que facilitavam o trânsito por essas fronteiras. Uma dessas rotas passa por Jaguarão e é mencionada por nossos colaboradores:

> a gente tinha uma função aqui pela posição geográfica, [...]. O Voltan teve outras funções (...) teve que ir lá, encontrar o Brizola em Montevidéu, para levar uns papéis (...) ele |o Sr. Voltan| passou em Jaguarão, um padre ajudou ele a passar em Jaguarão, ele disfarçado [...] Tínhamos gente lá do outro lado, isso já estava articulado, tu já encaminhava certo, já sabia onde ir lá do outro lado. Às vezes eles vinham já com o esquema montado, outras vezes a gente se encarregava de ter que montar o esquema aqui (SALAMONI, 2009, apud. SILVEIRA, 2014 p. 21).

E nessas vezes quando se precisava montar o próprio esquema é que se fazia necessário acionar os velhos conhecidos. Questionamos nossos colaboradores especificamente a respeito da rota que passava por Jaguarão, quais as condições que favoreceram o funcionamento da mesma, e se, assim como no caso dos Dominicanos, fora uma imposição de cima ou "artimanhas" de um povo de fronteira:

> A.V- O caso foi o seguinte, o Brizola fugiu pra lá e tinha sempre gente de Porto Alegre que faziam, aí começaram [...] tinham contatos da JUC no Uruguai
> A.S- Mas na realidade havia uma rota antes de endurecer, já quando o Brizola foi pra lá [...] até porque facilitava era um dos poucos lugares que tu atravessavas a fronteira e tinha trem direto a Montevidéu, que qualquer outro lugar, no Chuí tu não tinha esse trem, aqui não tinha outra passagem que te possibilitasse chegar na capital.
> DGG- E tinha policiamento na ponte?
> A.V- Às vezes tinha, então a gente tinha que saber com o pessoal de Jaguarão, ou então chega lá e ver, e olha não, não dá, volta!
> A.S- A gente ia e tinha que voltar [...][412].

Embora a rota estivesse ativa a muito tempo, o fato de os militantes da AP não cruzarem sozinhos a fronteira, ou de não existirem simpatizantes disponíveis para a realização do trajeto, complicava o desenvolvimento do trabalho dos militantes de Pelotas, e implicava diretamente na segurança dos envolvidos, em um tempo de precárias comunicações. Diante desses empecilhos, contar com a solidariedade de "figuras autorizadas" por vezes fora vital:

> A.S. Eu me lembro de um caso que o cara ficou lá na igreja, ficou uns dias lá com o padre, não me lembro qual o padre, [...] acho que foi o Caponi e depois teria atravessado com o Caponi [...] porque era quem podia ter confiabilidade de não estar fazendo aquilo que estava fazendo [risos] [...]
> A.S- E o Caponi se manteve numa posição, ele sempre foi [...] outro cara que tava

[412] Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

> assim era o Pe. Claudio [inaudível] só que ele não tava ligado à zona de fronteira, ele às vezes protegia aqui [...] era professor da Universidade Católica.
> DGG- E se vocês levassem vocês mesmos atravessavam essa pessoa?
> A.S- Sim, aí a gente atravessava o cara junto! Se não arriscava o horário e ele ia sozinho. Era mais garantido, [...] quando o Padre se dispunha a travessar, era uma boa! O que que nós dizíamos: "nós precisamos que esse cara atravesse, se não ele vai ser preso, se não ele vai pra cadeia, se não ele vai pra tortura!"
> A.V- Ele era um padre que assumia!
> A.S- Não fazia interrogatório...[413].

Outro elemento de extrema importância levantado por nossos colaboradores foi que a atuação deles no âmbito das Travessias não se restringiu apenas a AP. Embora de maneira esporádica, seu conhecimento e seus contatos foram acionados para auxiliar outros militantes de esquerda que necessitassem deixar o país:

> A.V- É, dependia das circunstâncias...
> A.S- Então tu arriscavas, dependia de onde é que vinham, estava sendo perseguidos porque já tinham sido presos? [...] a maioria que vinha pra nós era da AP.
> A.V- Vinham outros também...
> A.S- Esporadicamente vinham outros caras, mas eram de grupos de esquerda, também [...] aí era tarefa para um e para outro... Quem é que pode levar? Tem que ir acompanhado? Tem! Vai de carro, não vai de carro? Vai de carro! Tem que arrumar um carro, porque a gente não tinha, ou vai arriscar ir de ônibus? Vai arriscar ir de ônibus! Então não vai junto, vai separado! Vai tu aqui e eu vou aqui...[414].

A importância estratégica da região de Pelotas enquanto segunda fronteira pode ser percebida ao longo da análise de diferentes fontes que compõem esse estudo. A complexidade do processo de Travessia, tanto para quem deixa o país quando para quem a ele regressa, não se encontra especificamente no momento em que se cruza a fronteira. É necessário que todas as engrenagens que compõem esse processo trabalhem em conjunto. Quando se tem uma organização, um setor de apoio ou apenas "gente comum" disposta a ajudar tudo se torna mais "simples". Conforme buscamos demonstrar ao longo dessas páginas, conhecer bem a região ou contar com o auxílio de quem a conhecesse garantia maior segurança ao processo.

***

Neste capítulo vimos as implicações das dinâmicas socioculturais e espaciais próprias das cidades de interior e fronteira a partir dos relatos trazidos por diferentes personagens envolvidos direta ou indiretamente nas redes de mobilidade, tanto da primeira como da segunda geração, que atuaram no processo de Travessia. Vimos como alguns desses indivíduos ganhavam, a partir da posição social que ocupam, legitimidade para não serem ostensivamente vigiados em suas atividades, possibilitando que, a partir da capitalização desse

[413] Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.
[414] Entrevista realizada pela autora com Antonio Camelato Voltan e Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

reconhecimento social, pudessem integrar as redes e serem peças chave para a segurança destas.

A partir desses relatos, procuramos traçar um panorama dos anos iniciais de regime, relacionando a fronteiriça Jaguarão a um processo de integração da resistência estadual, nacional e internacional. Seus modos de atuação que se desenrolam a partir das dinâmicas das redes que sustentaram a atividade de Travessia dos perseguidos politicamente no Brasil para o Uruguai, estas redes extremamente móveis em sua organização e operacionalidade, sustentadas pelos mais diferentes atores sociais que se ligavam entre si apenas pelo desejo de salvaguardar vidas daqueles que eram perseguidos políticos. Foram capazes de integrar essa pacata cidadezinha de interior a uma agenda nacional e internacional, fazendo não só com que sua gente fosse protagonista deste episódio de resistência, como também esse espaço não fosse um mero coadjuvante, dadas às suas condições particulares no que tange sua geografia, cultura e relações de sociabilidade entre a gente da fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no decorrer do texto, já se faz mais do que necessário descentralizar nossos estudos sobre o período ditatorial vivenciado pelo Brasil durante a última metade do século passado, dos grandes centros urbanos. É chegada a hora de pautarmos nossas análises no caráter particular das cidades de interior e pequeno porte dos diferentes estados do território nacional, deixando de lado generalizações e procurando desvelar até que ponto as características particulares destas afetam diretamente os modos de vivência a partir da dialética entre repressão e resistências.

Partindo dessa perspectiva, procuramos contribuir para o preenchimento dessa lacuna percebida na historiografia a respeito dessa temática, direcionando nosso foco de análise para o estado do Rio Grande do Sul, mais precisamente para a fronteiriça cidade de Jaguarão. Um município de pequeno porte situado na fronteira entre Brasil e Uruguai que só recentemente passou a ter sua história sistematicamente contada, a partir da chegada do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa à cidade.

Diversas são as produções de Trabalhos de Conclusão de Curso, ensaios e artigos que versam sobre as mais distintas passagens do passado da região produzidas pelos(as) acadêmicos(as) da UNIPAMPA. No que tange o período ditatorial os trabalhos dos historiadores Elena Vieira e Raniere Dourado merecem especial destaque, pois ambos tecem importantes apontamentos a cerca das sutilezas e particulares presentes nas relações pessoais, sociais e culturais que são estabelecidas nesse espaço fronteiriço, sendo estas de vital importância para a compreensão da dialética entre estado e oposição na cidade Jaguarão, ponto nevrálgico para a compreensão das redes de mobilidade que auxiliavam na Travessia para o Uruguai daqueles que no Brasil eram perseguidos por motivos políticos. Temática essa a qual venho me dedicando desde a graduação com a pesquisa “Travessia: O Protagonismo da Fronteiriça Jaguarão da Rota dos Passageiros da Liberdade Durante a Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1973)”, onde, respeitando as limitações de um trabalho de conclusão de curso, são apresentadas discussões que aqui foram amadurecidas, ampliadas e revisadas.

O objeto de pesquisa aqui analisado pode ser enquadrado dentro da perspectiva da História do Tempo Presente, campo de estudos que vem ganhando espaço na produção historiográfica a partir das décadas finais do século XX. Por se tratar de um evento traumático que deixou sérias sequelas no tecido social, a ditadura de segurança nacional é definida enquanto um passado que não passa, estando sujeito a constantes reelaborações a partir das disputas de memória em torno das narrativas oficiais e subterrâneas sobre o período. Nesse

sentido, nos pareceu pertinente adotar uma abordagem que congregasse as relações entre a metodologia de História Oral, o Tempo Presente e suas relações com a memória.

Dividido em três momentos, esse estudo apresentou em seu primeiro capítulo alguns dos principais debates sobre a questão das memórias difíceis, dos passados que não passam e das implicações do Tempo Presente no fazer historiográfico. Discutimos também, a problemática dos arquivos referentes ao período ditatorial brasileiro e a importância da metodologia da história oral para acessarmos aqueles pontos da sensibilidade humana que as fontes escritas não conseguem atingir, principalmente quando tratam de temas sensíveis.

Feito esse sobrevoo teórico, nos debruçamos no caso jaguarense, seus silêncios referentes ao período ditatorial, as formas como o medo vivenciado naqueles anos impacta as narrativas dessas pessoas ainda hoje. Nesse capítulo fomos também apresentados a algumas das personagens dessa história e buscamos discutir em seus relatos onde estavam sendo empregados filtros em suas narrativas. Diante disso, algumas questões nortearam nossa análise: Por que lembrar do modo como se lembra? Por que determinados pontos são silenciados e outros foram narrados? Por que desse modo, e não daquele? Para isso, entender o contexto das falas e realizar um cruzamento de fontes foi de vital importância, por isso buscamos construir um arcabouço metodológico híbrido que combinou as entrevistas com outras fontes: documentos do Estado, livros de memória, imprensa.

De acordo com o que foi mencionado, os enquadramentos de memória estão intrinsicamente atrelados a questões de ordem subjetiva, em que o silêncio dos sobreviventes pode estar ligado à busca de um modus de vida pós-experiência traumática. Tal silêncio pode ocorrer pela falta de uma escuta, por vergonha, pelos reflexos da cultura do medo, por culpa e/ou outras razões pessoais. Mas também é fortemente condicionado por fatores de ordem política, ligados às práticas repressivas de esquecimento/ apagamento/ silenciamento/ desmemória, que forjaram na sociedade uma espécie de “amnésia coletiva”.

Na prática, no que diz respeito ao objeto de estudo aqui abordado, uma vez combinados esses elementos geram entre a população Jaguarense afirmativas como: “Ditadura foi coisa de cidade grande, aqui ninguém foi preso” ou “Ditadura só prendeu vagabundo, aqui todo mundo se conhecia eles não tinham como se criar”. Distorções da realidade que repetidas de geração em geração se configuraram em “verdades” entre os habitantes desta fronteira.

Por outro lado, há também, por parte de alguns atores sociais envolvidos diretamente nesses processos traumáticos, uma vontade de lembrar, e nesse sentido, as “memórias subterrâneas” emergem a fim de eliminar os silêncios, vergonha, as distorções; assumindo a

posição de um mecanismo de denúncia. Mesmo que no caso em questão, essas ainda não tenham adquirido o espaço merecido, e o qual tem direito, no âmbito da "História oficial" jaguarense, não chegando à maioria da população.

Nesse sentido, ao abordarmos as narrativas sobre o processo de Travessia por essa fronteira, ao tomarmos enquanto fonte histórica as memórias, acreditamos estar realizando, para além de um trabalho historiográfico, um significativo trabalho de memória, que cumpre uma função social fundamental diante do silêncio/negação existente nas narrativas populares sobre os referidos anos em Jaguarão.

Realizamos ao todo seis entrevistas temáticas com pessoas que se envolveram de diferentes formas nas Travessias, mas, também, com membros da comunidade jaguarense que não tiveram nenhum envolvimento nesses episódios e partilharam conosco suas memórias vivenciadas e herdadas. Sem tais falas esse estudo não teria adquirido os contornos que adquiriu. São essas narrativas que, apresentadas ao longo do texto, serviram como a "linha de costura" que nos possibilitou construir essa desafiadora colcha de retalhos.

Inicialmente esse estudo objetivava discutir apenas a operacionalização das Travessias e as redes de mobilidade que as articulavam pela referida fronteira. Entretanto, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, em contato com nossas fontes, percebemos que para atender a tal fim se fazia necessário responder antes uma série de questões que direta ou indiretamente estavam atreladas a tal atividade de resistência a ditadura.

Assim, se a História é a ciência que estuda os homens e mulheres no tempo e no espaço, buscamos entender como se articulam as pessoas que habitam esse espaço. Para isso, durante o segundo capítulo desse estudo, percorremos seus passos desde a formação desse território, buscando compreender onde estão aqueles elementos intrínsecos ao ser fronteiriço/*fronterizo;* quem são esses indivíduos *doble chapa?* Como interagem com ambos os lados da fronteira? Quais elementos da sua dinâmica cotidiana do viver culturalmente partilhado os fazem ser como são?

Uma das possíveis respostas a essas questões é a solidariedade, sentimento basilar que norteia o viver por essas costas do Jaguarão *muy* antes de sermos Brasil e Uruguai. Solidariedade esta que é acionada a todo instante, seja nos pequenos movimentos diários que fazem com que essa gente vá "*contra el bando*" ao burlar o fisco do seu país, ou até mesmo quando se fez necessário hominizar-se do outro lado da fronteira após mais uma "peleia". Foi assim, desde os tempos das "correrias de gados", das "escaramuças" por terras, das partidas por derrotas políticas durante as "peleias" de artiguistas e monarquistas. Até chegarmos nas Travessias contemporâneas, ocorridas durante o Estado Novo e também após aquela noite de

31 de março de 1964 que duraria 21 anos.

Outro elemento constantemente presente na trajetória dessa gente é a esperança. Esperança no futuro, esperança em dias melhores, esperança de encontrar do outro lado do Rio Jaguarão um "solo de liberdade"! Mesmo que essa liberdade nunca seja plena, mesmo que os anseios por essa liberdade tenham sido múltiplos ao longo dos mais de dois séculos de ocupação desse espaço, mesmo que estar do outro lado da fronteira nunca tenha significado estar seguro de fato. Principalmente em tempos sombrios como os que aqui abordamos. Quando os olhos e os ouvidos da repressão estavam presentes no encalço do "inimigo interno" brasileiro exilado no estrangeiro, em um contexto onde as fronteiras não mais eram marcos da soberania nacional. Eram ideológicas, sendo alargadas e encurtadas conforme os anseios dos regimes de TDE que se instalavam pelo Cone Sul.

Ainda nesse capítulo, discorremos a respeito dos primeiros dias após o Golpe. Tomando por base os processos de Indenização do estado do Rio Grande do Sul, podemos observar a estruturação do aparato repressivo em nível local, e o clima de terror e medo que se instaurou a partir de então. Acompanhamos as cassações, os expurgos, as prisões, a conversão da unidade de saúde do Exército local em prisão política, assim como, o posterior isolamento social que se abateu sob aqueles "fichados" como "comunistas".

Nesse momento, podemos perceber que o inimigo interno da ditadura por essas bandas tinha um rosto. Assim, acompanhamos a perseguição a setores petebistas locais e buscamos demonstrar a força do Partido Trabalhista na região, elemento esse que fora fundamental para que Brizola mantivesse "elementos de ligação com o Brasil, que operam ao que se sabe, um serviço bem organizado de "correio" entre os dois países"[415].

Também, nesse capítulo, vimos a integração da cidade de Jaguarão aos municípios regidos pela Lei de Segurança Nacional e o que isso acarretou. Outro elemento abordado foi a atuação da imprensa local como um importante instrumento de formação e difusão de memórias acerca desse período. Formada basicamente por uma rádio AM e um semanário impresso, a imprensa não teve uma postura unitária diante dos acontecimentos ocorridos após aquele abril de 1964. Enquanto a *Rádio Cultura* desligava seus transmissores para não transmitir o discurso de Meneghetti, o Jornal *A Folha* destacava em sua capa a "revolução gloriosa". Postura que manteve por mais alguns anos, travando exaustiva batalha contra o "perigo do comunismo" em suas páginas. Entretanto, se tratando principalmente do Jornal, ficam pontos soltos no que diz respeito ao discurso anticomunista propagandeado pelo *A*

[415] Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 128 (grifo nosso).

Folha. Temática essa, que como podemos observar, está permeada de zonas cinzentas já que claramente aquela simples equação dicotômica (apoio X oposição) não nos cabe para definir sua postura por duas décadas.

O terceiro capítulo é o mais extenso, ele trouxe sistematicamente as discussões que se voltam para o nosso problema de pesquisa. É nele que apresentamos de maneira mais detalhada a complexidade da teia de relações que sustentam a operacionalidade do que aqui chamamos de Travessia. Ato de resistência política que está muito além de um simples transpor de fronteiras geopolíticas.

As Travessias que aqui abordamos foram apoiadas e operacionalizadas pelas redes de mobilidade locais, pequenos grupos atuantes na fronteira que estavam de alguma forma interconectados com uma rede de solidariedade mais ampla, possuindo por vezes ramificações estaduais, nacionais e internacionais. Essas redes tinham alguns elementos de aproximação em sua composição, porém sem vinculação material ou humana entre seus quadros. As mapeadas para esse estudo compõem duas diferentes gerações, sendo a geração uma categoria analítica de periodização empregada por nós para facilitar a compreensão desses grupos.

A primeira geração (1964 - 1967) esteve vinculada ao trabalhismo e principalmente a figura do líder petebista Leonel Brizola. Nesses primeiros anos de ditadura, "o Brizola era a organização"[416] responsável por muitas estratégias de resistência que tinham como palco essa fronteira. Podemos mapear a existência de duas redes de mobilidade a ele vinculadas, a primeira delas era composta por estudantes secundaristas e empresários locais, as Travessias por eles realizadas eram feitas de barco se valendo da lógica cotidiana de quem vai pescar, seja por labor ou lazer. Já a segunda rede, ou esquema do cônsul, era formada por três elementos: o cônsul uruguaio Jorge Bitar Abdala; seu motorista, Senhor 057; e Rija, o recepcionista do Hotel Italiano, que era um dos empreendimentos da família do cônsul. Juntos, esses três senhores foram os responsáveis pelas Travessias de setores ligados ao alto escalão do grupo brizolista no exílio. Até que em 1965 o esquema foi descoberto, Jorge foi transferido para a Argentina, o que demandou que a rede precisasse se refazer, pois não mais podiam contar com a imunidade diplomática do cônsul. Assim, em um carro de praça, o Senhor 057, auxiliado por Rija, continuou desenvolvendo as Travessias até 1967. Ano em que se envolveu em um incidente com a polícia uruguaia, um episódio que possui muitas zonas cinzentas.

Também podemos observar a existência de outros núcleos de apoio ao grupo Brizola

[416] Entrevista realizada pela autora com Claudio Maria Ricardo, contato telefônico ocorrido em 2018.

na fronteira. Embora essa seja uma questão repleta de lacunas, dada a amplitude de núcleos de apoio e de indivíduos ligados de uma maneira ou de outra ao líder petebista, é inevitável o papel da família Neves dentro desse "serviço bem organizado de "correio" entre os dois países". Assim como a atuação da FARP, grupo existente na cidade de Pelotas e que ainda é pouco abordado por nossa historiografia, e do PC a partir do grupo vinculado a Paulo Melo.

Outro ponto de extrema relevância dentro da rede de mobilidade vinculada ao grupo Brizola é a atuação dos Cônsules privativos na fronteira. Figuras que como vimos foram fundamentais para exercer pressão, oposição e resguardar a vida de inúmeras pessoas que pelos seus esquemas passaram. Embora, essa questão seja ainda pouco estudada, acreditamos, devido às evidências levantadas, que a atuação de Jorge Bitar Abdala e José Nogueira Pinto Machado, cônsules uruguaio e brasileiro, mesmo que não fosse a regra, não era uma exceção. Tanto que, como visto, em 1964 o Itamaraty organizou uma missão especial para inspecionar o trabalho consular nas fronteiras do Rio Grande do Sul e nos consulados gerais dos seus vizinhos platinos.

Já a segunda geração articulou-se ao redor do protagonismo do pároco Luiz Caponi. Embora em um primeiro momento acreditássemos que essa rede estivesse conectada diretamente a um núcleo de apoio à Operação Fronteira da AP, vimos durante o trabalho com as fontes que esse era um serviço motivado por "dever de caridade" que não se limitava a siglas políticas. Assim, essa rede foi a que por mais tempo atuou, aproximadamente por uma década. Sendo responsável não apenas por acolher brasileiros que necessitavam deixar o país, o Padre Caponi também estendeu sua mão para muitos "Tupamaros" perseguidos pela escalada autoritária do Pachecato.

Ao compararmos as duas gerações, embora estas não se conectem, elas apresentam um elemento em comum: a presença e atuação de figuras socialmente influentes na comunidade local. Um empresário bem sucedido do ramo moveleiro, um cônsul, um padre. Figuras que souberam muito bem capitalizar seu prestígio social, sua imunidade diplomática e as cotidianidades de seu trabalho caritativo em prol do apoio aos perseguidos. Assim, passaram a ser indivíduos "de quem não se esperava que estivesse atuando contra o regime"[417]. É mister destacarmos, por fim, que se valer das atividades mais simples do cotidiano foi central na atuação dessas redes. Principalmente quando se tratam das Travessias feitas a barco pela primeira geração ou da utilização de momentos de maior fluxo na Ponte Internacional Barão de Mauá.

[417] Entrevista realizada pela autora com Alceu Salamoni, na cidade de Pelotas em 2018.

Finalizando nosso capítulo 3, dada a importância de Pelotas como segunda fronteira, e as conexões da célula Pelotas da Ação Popular com Jaguarão, dedicamos atenção especial a Operação Fronteira, esquema desenvolvido pela AP para a retirada do país de seus quadros ameaçados. A célula Pelotas dessa organização teve vida curta, porém intensa. E durante sua breve existência foi a responsável por coordenar a Operação Fronteira na zona sul do estado, sendo Jaguarão uma das rotas adotadas por seus militantes.

Por fim, devemos mencionar também, enquanto indicativos de nossas fontes para pesquisas futuras questões que não couberam de maneira aprofundada nos limites dessa dissertação, como é o caso da relação apontada pelo Sr. Claudio com a comunidade grega residente em Jaguarão, esta largamente perseguida pelos órgãos de segurança, sendo alguns de seus membros banidos do país. E, ainda a partir dos elementos levantados por ele, ficam questionamentos em torno da condução dos interrogatórios ocorridos na Enfermaria Militar e, principalmente, sobre a prática de cooptação. Essa tentativa de "virar" o militante oferecendo alguma espécie de colaboração levou a ruína muitos grupos e células de oposição. Todavia, não sabemos até que ponto a atuação dos "cachorros" foi algo presente na cidade.

As Travessias realizadas durante o Estado Novo também são um elemento ainda não explorado e que merece atenção especial. Nesse sentido, se houve, quais as estratégias empregadas? Quem eram os *passageiros da liberdade* que se utilizaram dessa fronteira? Haviam redes de mobilidade? Em caso afirmativo, como essas se configuravam? Questões que ficam em aberto até que novos estudos sejam realizados.

Merece atenção ainda a presença do Grupo dos 11 e demais comandos Brizolistas na região. Nesse quesito, devemos apontar a escassez de estudos voltados para o G-11 na zona sul do estado, assim como para a força do PTB na referida localidade e a possibilidade, principalmente para os historiadores orais, dos mais diversos estudos que envolvam essas temáticas.

Outro elemento que deve ser apontado diz respeito à atuação da Igreja Católica local. Nesse quesito, merece ser observada de maneira mais detalhada, no intuito de se tentar buscar compreender as apresentações do discurso anticomunista, a difusão e recepção desse a partir dos sermões presentes nas missas dos anos de ditadura. Para isso, em uma localidade onde a presença da Igreja é um dos mais fortes espaços de sociabilidade, um trabalho em história oral junto aos fieis seria de grande valia.

E, se tratando especificamente do Padre Caponi, restam ainda algumas questões sem respostas: Quais os motivos levaram a sua transferência nos anos 1970? Teria sido essa mudança motivada pelas denúncias que vinham sendo apresentadas contra ele? Não

localizamos indícios de que as Travessias por ele auxiliadas tenham sido descobertas. Entretanto, assim como o esquema do cônsul foi descoberto e nunca tornado público, não podemos descartar a possibilidade que o mesmo tenha ocorrido com o padre.

Já especificamente a respeito das Travessias, um detalhamento aprofundado das redes de acolhida e mobilidade existentes do lado de lá da fronteira, tanto no que diz respeito a recepção de setores oposicionistas brasileiros quanto na mobilidade dos "Tupamaros", fugiu completamente aos limites desse estudo. Estas, assim como, as redes atuantes em solo brasileiro demandam um levantamento minucioso dado a sua complexidade e a amplitude da teia de relações que são acionadas na sociedade na qual atuam. Assim, deixamos aqui o registro da necessidade e urgência da realização desse estudo, não só pelo seu peso historiográfico, mas principalmente pela importância social que pesquisas como essas carregam.

E finalizando, a grande questão que constava nos objetivos iniciais dessa dissertação, mas que foi se tornando uma pergunta cada vez mais difícil de responder é: onde estavam as mulheres nesses esquemas de Travessia? Uma vez pensada a combinação mulheres e ditaduras, a primeira imagem que vem a mente é a da luta das *Madres de la Plaza da Mayo*, se for dada continuidade a esse exercício, vasculhando a memória podemos chegar a figura de Zuzu Angel e sua interminável peregrinação na busca do filho desaparecido. São sempre elas, mães, irmãs, filhas, cunhadas, avós; e no outro oposto os seus esposos, pais, filhos, enteados, sobrinhos, e outros homens. O contraste de gênero é claro, às mulheres, esses seres responsáveis por gerar a vida, compete o cuidado. Entretanto a presença feminina fora central para a resistência atuando ativamente em três níveis, que embora distintos se complementam: 1) elas empunharam armas; 2) denunciaram os crimes da ditadura e 3) supriram seus lares, e por vezes os lares de outras.

No entanto, seu protagonismo e a importância dessas guerreiras de batom raramente são mencionados para além do desempenho das responsabilidades socialmente delegadas a elas. Sabemos de mulheres que tiveram significativa participação em esquemas de fronteira, como é o caso da militante Dedé da ALN, e outras que tiveram importantes cargos dentro dos grupos de oposição e organizações de esquerda como Ignez Ramminger da VAR-Palmares e Nilce Cardozo da AP, para citar somente algumas que atuaram no Rio Grande do Sul. Diante do exposto ainda temos algumas questões em aberto: Qual é o lugar da mulher nas redes de mobilidade nessa fronteira? Onde estavam esses atores "insuspeitos" aos olhos da repressão? Estariam fazendo suas travessias diárias ao Uruguai para aproveitar a variação cambial dos gêneros indispensáveis para manter seu lar? Ou estariam atravessando para fazer política?

Estas e outras questões não puderam ser apuradas na dissertação, porém deixamos aqui o indicativo da necessidade da realização de novos estudos com o intuito de suprir essa lacuna.

Por fim, talvez, o elemento mais forte nesse texto seja a fronteira, o ser fronteiriço. Elemento fluido, uma marca que nos difere dos demais brasileiros e uruguaios. Assim, tratamos de desvelar um dos múltiplos modos de como essa fluidez se chocava, se lapidava e se fundia às cotidianidades e particularidades da vida interiorana. Particularidades estas que as redes de mobilidade souberam se valer, e que, como podemos observar, foram fundamentais para o êxito na acolhida e translado dos *passageiros da liberdade* que por essas terras passaram.

Diante disso, desde que "o mundo é mundo", o fronteiriço estende a mão ao seu hermano, ao paisano do outro lado. Vivendo suas vidas em uma constante e basilar integração de fato. Pois, afinal, como já diziam aqueles versos del gaucho Martín Fierro: "Los hermanos sean unidos/ porque ésa es la ley primera/ tengan unión verdadera / en cualquier tiempo que sea,/ porque, si entre ellos pelean, los devoran los de afuera". Assim, mesmo que tenhamos toda a carga de controles e demandas legais que condicionam a vida desses dois países, a fronteira é o lugar onde essas são recorrentemente manejadas em prol das necessidades diárias daqueles que nela vivem.

Referências Bibliográficas:

ABÓS, Alvaro. La racionalidad del terror. In: El Viejo topo, Nº. 39, 1979, p. 9-15.

ALBERTI, Verena. Fontes orais- Histórias dentro da História. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010. Capítulo 5, p. 155-202.

ANTUNES, Catia. A História da análise de redes e a análise de redes em História. **História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Portugal, v. 2, n.1, 2012, p. 11-22.

ALMEIDA, Marli de. "**Excessos de patriotismo":** Terrorismo de Estado e os Grupos de Onze Companheiros no Rio Grande do Sul–1964/1965. 2018. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em História)–Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 79, dezembro de 2007, p. 95-111.

ASEFF, Marlon Gonzales. **Retratos do exílio: experiências, solidariedade e militância política de esquerda na fronteira Livramento/Rivera (1964-1974).** 2008. 203f. Dissertação (mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

ASSAD, Carlos Martínez. Los Desafíos da Historia Regional. **TZINTZUN, Revista de Estudios Históricos**, N° 43, p. 213-230, enero-junio de 2006.

ASSUMPÇÃO, Marla. Barbosa. **A fronteira gaúcha como espaço crítico de defesa da Segurança Nacional: repressão e resistência nas cidades geminadas de Santana do Livramento-Rivera (1964-1968)**. 2011. 95f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

_____. A noção de fronteiras ideológicas e a dimensão internacional da ditadura civil militar brasileira. In. GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Orgs.). **ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO estudos sobre os 50 anos do Golpe civil-militar no Brasil.** Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

_____. **A fronteira geminada de Santana do Livramento-Rivera como marco das conexões políticas regionais e internacionais: repressão e resistência em áreas de interesse da segurança nacional (1964-1973).** 2014. 265f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

BALDISSERA, Marli de Almeida. **Onde estão os Grupos de Onze?**: Os comandos nacionalistas na região Alto Uruguai – RS. Passo Fundo: UPF, 2005.

BARROS, José D'Assunção. _____. História, região e espacialidade. **Revista de**

História Regional, v. 10, n. 1, p. 95-129, 2005.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. Arquivos de regimes repressivos fontes sensíveis da História recente. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCCA, Tania Regina de (org.) **O historiador e suas fontes**. V. São Paulo: Contexto, 2009. p. 173-194.

BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**: Ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: ANPUH, 2012.

BAUER, Caroline Silveira; FERREIRA, Andréa Valentim Alves. O acesso à informação e os direitos à memória, à verdade e à justiça: uma análise através do desaparecimento do ex-deputado Rubens Beirodt Paiva. Im: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **Cone Sul em tempos de ditadura**: reflexões e debates sobre história recente. Porto Alegre: Evangraf, 2013. p.251-263.

BRANDALISE, Carla; HARRES, Marluza Marques (org.). **O PTB do Rio Grande do Sul e a experiência democrática (1945-1964)**. São Leopoldo: OIKOS, 2017.

BRICEÑO, Diana Rengifo de. Los problemas que plantea la escritura de textos de Historia regional. **Revista Iberoamericana de Educación**. n.º 41/2 – 10 de enero de 2007.

CALDAS, Alberto Lins. **Para ler a História Oral**. Edições Loyola, 1999.

CARATTI, Jônatas Marques. **O solo da liberdade**: As trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). São Leopoldo: OIKOS Editora, 2013.

CASTRO, Ana Lúcia Siaires de. **Memórias clandestinas e sua museificação**. Rio de Janeiro: Reivon, 2007.

CATELA, Ludmila da Silva. "The stigma of memory in Tumbaya-Jujuy". **Laboratoriun** v.3, n°2, p: 305-326. 2010.

CENTENO, Ayrton. **Os vencedores:** A volta por cima da geração esmagada pela ditadura de 1964. São Paulo: Geração,2014.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **A invenção do cotidiano**. Artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLEMENTE, Isabel. La región de frontera Uruguay-Brasil y la región binacional: pasado y perspectivas. In: **Revista Uruguaya de Ciencia Politica**, v. 19, n° 1, 2010.

COELHO, Fabiano; LEITE, Eudes. Visitar os mortos, compreender a vida. Para que serve a História. In: COELHO, Fabiano; LEITE, Eudes; PERLI, Fernando. **História o que é, quanto vale, para que serve?** São Paulo: Letra e Voz, 2021. p.35-62.

COLLINGWOOD, R. G. **A ideia de História.** Lisboa: Editorial Presença, 1989.

CUNHA, James Bolfoni. **Jaguarão e os militares**: Dois séculos na fronteira. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila Dias. **A Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul: 1962-1972.** 2011. 194f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa De Pós-graduação Em História, Universidade de Passo Fundo.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: **Tempo e Argumento.** Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012.

DOURADO, Raniere de Oliveira Santos**. A ditadura civil-militar e o movimento estudantil em Jaguarão**. 2017. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973).** 2009. 275f. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

_____. A política externa da ditadura brasileira durante os "anos de chumbo" (1968-1974): as intervenções do "Brasil Potência" na América Latina. In: **História Social**, n. 18, segundo semestre de 2010. p. 157-176.

_____. Atuação da ditadura brasileira no Uruguai pré-golpe (1964-1973) e o papel do Estado do Rio Grande do Sul In. GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Orgs.). **ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil.** Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

FERNAMDEZ, Jorge Cristian. O exílio argentino no sul do Brasil e a conexão binacional repressiva entre Argentina e Brasil. Im: PADRÓS, Enrique Serra (org.). **Cone Sul em tempos de Ditadura reflexões e debates sobre a História Recente.** Porto Alegre: Evangraf-UFRGS, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a História do Tempo Presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**. Florianópolis: UDESC, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

_____. História Oral. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap. IX. p. 169-184.

_____. **História do Tempo Presente: desafios**. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, nº 3, p. 111, maio/jun., 2000.

FICO, Carlos. **Ditadura militar: prefácios, palestras e posts**. Ebook Amazon, 2020.

_____. **O golpe de 1964 momentos decisivos.** Rio de Janeiro: FGV, 2014.

_____. Ditadura Militar: mais do que algozes e vítimas. A perspectiva de Carlos Fico. In: **Tempo e Argumento.** V.5, n.10, jul/dez 2013.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**. Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p. 43-59, jan/jun. 2012.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, vol. 24, nº47, 2004.

FIORE, Sedenir. História regional: interdisciplinaridade e identidade regional. **Revista Semina**. V. 12, n.1, 20013.

FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. El pasado cercano en clave historiográfica. In: _____. (comps.). **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción.** Buenos Aires: Paidós, 2007.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Origens de Jaguarão (1790-1833)**. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul em convênio com o Instituto Estadual do Livro/RS, 1980.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. **Saindo dos trilhos: os ferroviários riograndinos durante a ditadura civil-militar (1960-1970).** 2013. 188f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

GARCIA, Marco Aurélio. O gênero da militância notas sobre as possibilidades de uma outra História da ação política. In: **Cadernos Pagu**. N° 8/9, 1997, p. 319-342.

GASPARI, Elio. As ilusões armadas. Livro 2, coleção: **A ditadura escancarada**. Rio de Janeiro: Intrínsica, 2014.

GASPAROTTO, Alessandra; PADRÓS, Enrique Serra. A Ditadura Civil-Militar Em Sala De Aula: Desafios e Compromissos com o Resgate da História Recente e da Memória In: **Ensino de História**: **desafios contemporâneos**. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel [et al.] (org.). – Porto Alegre: ANPUH/RS, 2010.

GASPAROTTO, Alessandra; [et al.]. "Ninguém foi preso pelo fato de ser agricultor sem-terra e sim por ser agitador": A repressão ao movimento dos agricultores sem-terra do Rio Grande do Sul no início dos anos 1960. In: SAUER, Sérgio (org.). **Lutas, memórias e violações no campo brasileiro:** Conflitos, repressão e resistências no passado e presente. São Paulo: Outras Expressões, 2020.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**. São Paulo: Record, 2014.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de; MARTINS, Larissa Pinto. O imaginário de "Brasil grande" na fronteira: uma proposta pedagógica para o ensino de passados sensíveis a partir do acervo do jornal A Folha de Jaguarão-RS. In: **Sillogés** - Dossiê Ditaduras de Segurança Nacional: Arquivos, Fontes e Lugares de Memória. V. 3, n° 1, 2020, p. 301-327.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Travessia: O protagonismo da fronteiriça Jaguarão na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973).** 2018. 62f. Trabalho de conclusão de curso - (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa -UNIPAMPA.

_____. Travessia- O Protagonismo Da Fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai Na Rota Dos Passageiros Da Liberdade Durante A Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1973). In: COLVERO, Ronaldo Bernardino; LEAL, Elisabete da Costa; MACHADO, Juliana Porto; SANTOS, Amanda Basilio (Organizadores). **Pesquisa em Ciências Humanas: caminhos trabalhados na graduação**. 1° ed. Pelotas, BasiBooks, 2019.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 4 ed. São Paulo: Ática,1990.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: **Evidência da História**. O que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, pp. 203-228.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Compainha das Letras, 1998.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Dossiê de Candidatura Patrimônio Cultural do MERCOSUL/ **Ponte Internacional Barão de Mauá**. Brasília- DF, maio de 2015.

JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JELIN, Elisabeth; VINYES, Ricard. **Como será el pasado**. Una conversación sobre el giro memorial. Ebook Kindle. Barcelona: Ned Ediciones, 2021.

LEITE, Maria Claudia Moraes. 2015. 149f. **A trajetória política de Leonel de Moura Brizola no exílio uruguaio (1964-1977)**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

LOWENTAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História**. São Paulo, 17, 1998.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas.** PINSKY, Carla Bassanezi (org.) 3. Ed.- São Paulo: Contexto, 2011.

MARCELINO, Bruno César Alves. Fronteira sul Brasil-Uruguai: a interação cultural em cidades de fronteira. **RELACUT – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura e Sociedade.** V.2, ed. Especial, dezembro, 2016, p. 54-63.

MATEUCCI, Nicola. Resistência. In: BOBBIO, Norberto (org.). **Dicionário de política**. Brasília: Editora UnB, p. 1114- 1116, 1998.

MAZZEI, Enrique. **Fronteras que nos unen, límites que nos separan**. Montevideo: Imprenta CBA, 2012.

MENESES, Sônia. Negacionismos à brasileira: Os desafios de pensar História em tempos de pós-verdade. In: COELHO, Fabiano; LEITE, Eudes; PERLI, Fernando. **História o que é, quanto vale, para que serve?** São Paulo: Letra e Voz, 2021. p.63-78.

MITCHELL, José. **Segredos à direita e à esquerda na ditadura militar**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

MOTTA, Marcia. História, memória e Tempo Presente. In CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. Cap. I, p. 20-35.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. 2000. **Em guarda contra o 'perigo vermelho'**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.

NAPOLITANO, Marcos. **O Coração Civil**: A vida cultural brasileira sob o regime militar (1964-1985) –ensaio histórico- São Paulo: Entremeios, 2017.

NORA, Pierre. Entre a memória e a História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Cleverton Luis Freitas de. **A ação popular e suas estratégias de integração na classe trabalhadora do Rio Grande do Sul (1962-1972).** 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou pontilhadas – reflexões para uma tipologia das relações fronteiriças. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em geografia**. V. 11, n. 15, 2015, p. 233-256.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. O Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.) **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 -1985): História e memória.** - Porto Alegre: Corag, 2009. v. 3.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay-: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar**. 2005, 2t. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas / Organizadores Carlos Fico... [et al.]. —Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 396p.

_____. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e Arquivos Repressivos. **Tempo e Argumento.** Revista do programa de pós-graduação em História. Florianópolis: UDESC, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009.

_____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas** / Organizadores Carlos Fico... [et al.]. —Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. 396p.

_____. Usos da Memória e do Esquecimento na História. **Letras**. Revista do programa de pós-graduação em Letras. Santa Maria: UFSM, v. 1, n. 22, p. 79 – 95, jan/ jun. 2001.

_____. Memória e esquecimento das ditaduras de segurança nacional: Os desaparecidos políticos. **História em Revista**. N °10, 2004.

_____. Terrorismo de Estado: reflexões a partir da experiência das ditaduras de segurança nacional. In. GALLO, Carlos Artur; RUBERT, Silvania (Orgs.). **ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO estudos sobre os 50 anos do golpe civil-militar no Brasil.** Porto Alegre: Editora Deriva, 2014.

_____. O Uruguai como alvo da ditadura brasileira de segurança nacional. **Revista Maracanan**. n.11, Dezembro 2014, p. 91-110.

_____. A Igreja Católica e as Ditaduras do Cone Sul (1960-1980). **Outros Tempos**, vol. 12, n. 20, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras culturais em um mundo planetário - paradoxos da(s) identidade(s) sul-latino-americana(s). in: **Revista del CESLA**, n. 8, 2006, p. 9-19.

PIRES, Thiago Vieira. 2015. 341f. **Fazendo revolução a vida inteira: memória e resistência entre os militantes da ação popular do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISSINOS.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p.03-15, 1989.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.5, n.10, 1992, p. 200-212.

_____. A gestão do indizível. **WebMosaica Revista do Instituto Cultural Judaico Marc Chagall**. V.2, n.1, 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte de escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: **Projeto História**, nº 15. São Paulo, PUC, 1997, p. 13-50. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11215.

_____. Entrevista com Alessandro Portelli. **Revista Historiar -Universidade Estadual Vale do Acaraú** – v.4. n. 4 (jan./jun. 2011). Sobral-CE: UVA, 2011.

_____. História Oral e Poder. In: **Mnemosine**. Rio de Janeiro, v.6, n° 2, 2010, p.2-13.

_____. Sonhos ucrónicos: memórias e possíveis mundos do trabalho. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, São Paulo, n. 10, 1993, p.41-58.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. In. **Oficina do CES**. n° 271, março de 2017.

RAMMINER, Ignez Maria Serpa. Na guerra com batom. In: PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.) **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 -1985): História e memória.** - Porto Alegre: Corag, 2009. v. 2.

ROSA, Alzemiro. **A Voz Popular**: O Cerro da Pólvora nas décadas de 1960-1970 em Jaguarão-RS. 2014. 51f. Monografia ao Curso de História- Licenciatura Plena, Integral- Universidade Federal do Pampa.

RAUTENBERG, Edina. "**Na minha cidade também teve ditadura":** Reflexões sobre Marechal Cândido Rondon – PR (1960-1979). 2022. 513f. Tese (Doutorado em História) UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: Ridenti, Marcelo; REIS FILHO, Daniel Aarão; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 53-65.

RIBEIRO, Maria Claudia Bandan. As redes políticas de solidariedade na América Latina. **Tempo e Argumento**. v.8, n°17, 2016. p.311-342.

_____. Militância e exílio político: as trincheiras subterrâneas de luta. **I Colóquio**

Internacional Movimentos Trânsitos e Memórias. Niterói, 4 a 6 de outubro. 2016 B.

RODEGHERO, Carla Simone. **Memórias e combates:** uma História Oral do anticomunismo católico no Rio Grande do Sul. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

_____. Reflexões sobre a História e a historiografia da ditadura militar: o caso do Rio Grande do Sul. In: **Vestígios do Passado a História e suas fontes**. Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS. Porto Alegre, 2008.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Definir o conceito de resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. Im: QUADRAT, Samanta Vinz; ROLLEMBER, Denise (orgs.). **História e memória das ditaduras no século XX**. V.1. Rio de Janeiro: FGV, 2015. p. 77-93.

ROSENCOF, Mauricio; HUIDOBRO, Eleuterio Ferdández. **Memorias del calabozo**. Montevidéu: La Banda Oriental, 2018.

RUBERT, Silvana. A ditadura de segurança nacional no Brasil e os seus silêncios. In: **Espaço Plural.** Ano XIII, N° 27, 2012. p. 96-110.

SANTOS, Ana Rosa Domingues dos. 2006. 179f. **A organização social das fronteiras: etnografia do cotidiano fronteiriço Chuí/Chuy**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Pesquisas e Pós-Graduação sobre Américas, Universidade de Brasília.

SANTOS, Milton. Por uma geografia das redes. In. _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Juremir Machado. **1964 golpe midiático-civil-militar**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2014.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro Da. 2010. **A resistência ao golpe e ditadura militar em Pelotas.** Trabalho de conclusão do curso Universidade Federal De Pelotas Instituto de Ciências Humanas Departamento de História e Antropologia Faculdade de Licenciatura em História.

_____. 2014. **Ditadura civil militar na região sul gaúcha: Militâncias e rotas de exílio**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal De Pelotas- Instituto De Ciências Humanas Programa De Pós- Graduação Em História.

SIRINELLI, Jean-François. A Geração. Im: FERREIRA, Marieta de Morais; AMADO, Janaina (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 8°Ed, 2006.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza. **N'A Folha**. Pelotas: Edicat, 2007

SOSA GONZÁLEZ, Ana María. Memoria y Testimonios: uso de testimonios orales en los Museos de la Memoria del Cono Sur Americano. **Revista Norus**, v. 8, n. 13, 2020, pp. 28-54. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/18918.

SZATKOSKI, Elenice. **Os Grupos dos Onze: uma insurreição reprimida**. Passo Fundo:

UPF, 2003.

TAVARES, Renata de Paiva. "**Aí Vem Estes Verdinhos Incomodar!": A Censura no Jornal A Fôlha de Jaguarão no Período da Ditadura Civil-Militar Brasileira.** 2016. 37f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

TELES, Edson. Políticas do silêncio: a memória no Brasil pós-ditatorial. In: XXVIII International congress of te Latin American Studies Asssociation. 2009.

THOMPSON, Paul. História Oral e contemporaneidade. **História Oral**. Rio de Janeiro: ABHO, v.5, p.09-28, 2002.

VIEIRA, Elena Teixeira Porto**. Em Busca Das Fontes Perdidas: Um Estudo Sobre A Ditadura Civil-Militar Em Jaguarão- RS A Partir Das Atas Da Câmara De Vereadores E Do Jornal "A Folha" (1964).** 2014. 63f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa -UNIPAMPA.

_____. **O golpe de 64 silenciado: a memória e o esquecimento do período da ditadura no município de Jaguarão-RS.** 2018. 113 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pelotas. UFPel.

VIEIRA, Hamilton E. Santos; PADILHA, Felipe André; SANTOS, Fabiane Luzia Menezes. ZILLI, Amanda Larissa. **História regional do Brasil.** Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2017.

VERISSIMO, Luiz Fernando. Como na Argentina. In: **Jornal Zero** Hora ed. 4 nov, 1982, p.6.

WASSERMAN, Claudia. "O golpe de 1964: Rio Grande do Sul o celeiro do Brasil" in: PADRÓS, Enrique Serra [et.al.] (org.); **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória.** Porto Alegre: Corag, 2009. V.1. Capítulo. 2, p.51-70.

Webinar História em Quarentena Semana 2: **Violência de Estado e autoritarismo - 56 anos do golpe**. Webinar apresentado por Caroline Silveira Bauer "Rememorar a ditadura 56 anos após o golpe". [S. l.: s. n.], transmitido no dia 30/03/2020. 1 vídeo (1h 6min 47seg) Disponível em: https://www.facebook.com/events/1296020240599268/?active_tab=discussion. Acesso em: 30/08/2020.

ZAGO, Luciana Grespan. **Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Passo Fundo.

Fontes

1) Entrevistas

CAPONI, Armindo Luiz. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

CARLOS. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteiriça Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, dezembro de 2021. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

NARRADOR 1. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 2017. Notas de campo feitas pela autora.

SENHOR ZERO CINQUENTA E SETE. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteiriça Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, dezembro de 2020. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

SENHOR JP. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteiriça Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, dezembro de 2021. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

SALAMONI, Alceu; VOLTAN, Antonio Camelato. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Pelotas, setembro de 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

SILVA, Eva Beatriz. Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteiriça Jaguarão (1964-1975). Jaguarão, dezembro de 2021. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

RICARDO, Claudio Maria. Travessia- o protagonismo da fronteira Jaguarão- Brasil/ Rio Branco- Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973). Jaguarão, 21/09/ 2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

2) Relatos impressos

15.1 Resistência Neguinho, Antonio Geraldo Costa. In: FERRER, Eliete (Ed.). **68 a geração que queria mudar o mundo: relatos**. Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, 2011. p. 314-316.

Entrevistas:1; 3; 11;16; 26 e 31. In: SELBACH, Jeferson Francisco; BRUN, Rosimary Fritsch. **Ruralização e Viver em Fronteira**: Jaguarão/RS. Porto Alegre: Editora Animal, 2017.

VARGAS, Índio. Entrevista feita por Davi Arenhart Ruschel. In: Anexos, RUSCHEL, Davi Arenhart. . **Entre risos e prantos: as memórias acerca da luta armada contra a ditadura**

no Rio Grande do Sul. 2011. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS.

3) Livros de memórias

BETTO, Frei, **Batismo de Sangue.** Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

CORRÊA, M. Pio. **O mundo em que vivi**. Rio de Janeiro, 2° edição, Expressão e Cultura, 1995.

FICSCHER, Jorge. **O riso dos torturados.** Porto Alegre: Proletra, 1982.

KUHN, Dione. **Brizola da Legalidade ao exílio**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

SILVA, José Wilson da. **O tenente vermelho**. Porto Alegre: editora Tche, 1987.

TAVARES, Flávio. **Memórias Do Esquecimento**. São Paulo: Editora Globo, 1999.

VARGAS, Índio. **Guerra é guerra, dizia o torturador**. Rio de Janeiro: 3° edição, Codecri, 1981.

WILLIAM, Wagner. **Uma mulher vestida de silêncio**: A biografia de Maria Tereza Goulart. Rio de Janeiro: Record, 2019.

3) Jornais

Instituto Histórico e Geográfico de Jaguarão.

a) Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1964
Ed. 16 de abril de 1964. p.2.
Ed. 10 de Julho de 1964.
Ed. 17 de Julho de 1964.
Ed. 23 de Julho de 1964
Ed. 6 de agosto de 1964, matéria de capa.

b) Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1965.
Ed.10 de Junho de 1965.
Ed.02 de setembro de 1965. p.2.
Ed.16 de setembro de 1965

c) Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1966.
Ed. 04 de agosto de 1966.
Ed. 27 de Outubro de 1966.

d) Fundo: Jornal A Folha. Pasta: 1967.
Ed. 14 de janeiro de 1967.
Ed. 17 de janeiro de 1967
Ed. 21 de Janeiro de 1967.
Ed. 25 de março de 1967.

Ed. 29 de junho de 1967, capa e p.4.

e) Fundo: Jornal a Folha. Pasta: 1968.
Ed. 27, Janeiro, 1968.
Ed. 10 de Fevereiro de 1968.
Ed. 10 de Março de 1968.
Ed. 08 de Junho de 1968.

Hemeroteca Digital.

Fundo: Diário de Notícias, Porto Alegre, 8 de abril de 1965, p.16.

Arquivo Nacional.

Fundo: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / JORNAL DO BRASIL, Ed. 07/06/92, caderno 1, p.18. Localização: br_dfanbsb_at0_0_0_0544_d0001de0001

4) Documentos

Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul:

Resultado da eleição municipal de 1972/ Jaguarão. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1972-jaguarao/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais1972-jaguarao/at_download/file
Resultado da eleição municipal de 1976/ Jaguarão. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-jaguarao/rybena_pdf?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-rs-municipais-1976-jaguarao/at_download/file

Arquivo Nacional

a) Fundo: Apolônio de Carvalho
Carta de Delcy Silveira a Apolônio encaminhando seu depoimento (duas versões). - Dossiê - Depoimento de Delcy Silveira. Localização: BR_RJANRIO_GK BR_RJANRIO_GK_0_TXT_0289_d0001de0001.pdf

b) Fundo: Serviço Nacional de Informações
Dossiê: movimento dos produtores rurais do estado do Rio Grande do Sul. p.8-13. Localização: BRDFANBSBR8.
Prisão de líderes e militantes – 3.6.1.5. p.7. Localização: BRDFANBSBV8.
Depoimento de frei Carlos Alberto Libanio Chisto O.P. p.20. Localização: BRDFANBSBV8.
Informação n°22-2406/76. p. 2-3. Localização: BR DFANBSBNr8.
Dossiê: Jose Nogueira Pinto Machado. p.11-12. Localização: BR DFANBSB. R8.
Informe N° 0150/1981, p. 11. Localização: BR_DFANBSB_V8
Jornal a Folha Localização: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84008503_d0001de0001
Índice: Walter Lima Escritório Tiarajú Jaguarão RS. - Dossiê - Localização: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_82004410_d0001de0001
Detenção de terrorista brasileiro no Uruguai Jorge Antonio Miranda Jordão. Localização: BR DFANBSB V8.MIC,GNC.AAA.69018661.

Ficha informativa n 11609. p.13. Localização:
br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_81002735_d0001de0001.
Dossiê: Luiz Carlos Carboni. p. 4. Localização:
br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_81002735_d0001de0001.

c) Fundo: Conselho de Segurança Nacional
Boletim Reservado, Janeiro de 1967, p. 60. Localização: BR_DFANBSB_N8
Ralação dos deputados estaduais e vereadores do Rio Grande do Sul, cuja a cassação de mandatos e suspensão dos diretos políticos se recomenda. p. 69. Localização: BR DFANBSB N8.0.PSN, AAI.83
Processo de José Adão Barbosa. p.19. Localização: BR DFANBSB N8. Grifos nossos.

d) Fundo: Centro de Informações do Exterior.
índice: Atividades de asilados brasileiros na ROU. Eno Becker, Contrabando de armas, p.62. Localização: BRDFANBSBIE.
Índice: Atividades de asilados na ROU. Contatos de ALFREDO RIBEIRO DAUDT com elementos militares na fronteira com o Uruguai Jaguarão. Localização:
br_dfanbsb_ie_0_0_0001_d0005de0008 . p.35.
Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 121-137.
Localização: BRDFANBSBIE.
Dossiê/ índice: Asilados e refugiados Brasileiros no Uruguai. Zélia Neves. Nede Neves. p.3.
Localização: BRDFANBSBIE
Índice: Detenção de cidadão brasileiros no Uruguai. Terrorismo. Asilados p.57. Localização: BRDEFANBSIE 0.0.2.
Título – Dossiê. Índice: LEONEL BRIZOLA reúne asilados em Atlântida. P.14. Localização: B R DFANBSB IE.0.0.1
Dossiê/ índice: Atividades de asilados brasileiros no Uruguai. Leonel Brizola. Nede Neves. p.17. Localização: BRDFANBSBIE.

e) Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores
Ministério da Marinha, n° 0151, 1970. Localização:
br_dfanbsb_z4_sna_cfr_0008_d0001de0001.

f) Fundo/ Comissão Geral de Inquérito Policial Militar
Localização: BR DFANBSB AAJ0.IPM.952. p. 93.
Transportadora Primorosa S/A. Localização: BR DFANBSB Z4. p. 194-196.

g) Fundo: Divisão de inteligência do departamento da polícia federal.
Localização: BRDFANBSBZD. p.5.

Ministério das Relações Exteriores

Sessão de Correspondência Especial, Correspondência Expedida, Secreto, Circulares, Despacho, Notas, Ofícios Expedidos, Pareceres e Memorandos, Embaixadas, Consulados, Diversos no Brasil. Ano:1964, caixa 35.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

a) Fundo: Comissão Especial de Indenizações

Processo administrativo de indenização número 7121-1200/98-0 referente a Claudio Maria Ricardo.
Processo administrativo de indenização número 2724-1200/02-6 referente a Didio Bezerra.
Processo administrativo de indenização número 6755-1200/98-8 referente a Oribe Sergio Terra.

b) Fundo: Secretaria de Segurança Pública.

Subfundo: Policia Civil/ Departamento de Polícia do Interior/ 7° Região Policial/ Delegacia Regional de Rio Grande/ SOPS-RG
Subfundo: Departamento Central de Informações/Atividades da APML do B no Rio Grande do Sul/SOPS/15, Atividades da APML do B, 1972.

Brasil Nunca Mais Digital.

BNM 218 (1), p.1237-1238.
BIB3 201 A 300 BNM. Processo: BNM_233 (59). p. 328- 342.
BNM 279 (1). Informação n° 14-E2/65. fls. 4, p.11147.
BNM 643. Ação penal 41/75, apelação STM 41.239. p. 416.

Demais documentos e Legislação consultada

CERQUEIRA, Fábio Vergara. PEIXOTO, Luciana da Silva. Projeto de Salvamento Arqueológico para a Enfermaria Militar, Jaguarão - RS. Processo IPHAN nº 01512.003063/2009-57. Pelotas, 2011.

Lei 5.449 de quatro de junho de 1968. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960- 1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em 02/01/2021.

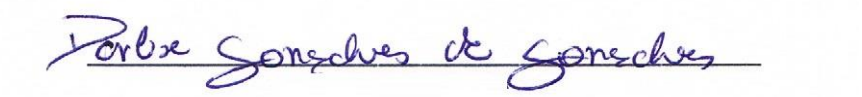
Lei nº 12.527 (2011) Lei de Acesso às Informações Públicas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12527.htm

Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: Comissão de Cidadania e Direitos Humanos – ALRS. Relatório Azul edição especial, Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul - CEV/RS, 2014.

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Darlise Gonçalves de Gonçalves, matricula nº 20103316 declaro para todos os fins que o texto em forma de (x) Dissertação de mestrado ou ( ) Tese de Doutorado, intitulado ACOLHEI AOS PERSEGUIDOS! REDES DE MOBILIDADE QUE SALVAGUARDAVAM VIDAS NA FRONTEIRA ENTRE O BRASIL E O URUGUAI (1964-1975), é resultado da pesquisa realizada e de minha integral autoria. Assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas do Código Penal ("Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos").

Pelotas,08 de julho de 2022.



ASSINATURA